

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Desemprego Juvenil

**O contributo dos Cursos Profissionais na reconstrução
dos percursos socioprofissionais dos jovens**

Sílvia Martins Casimiro Gonçalves

Dissertação para obtenção do grau de mestre em

Sociologia: Políticas e Exclusões Sociais

Orientador: Prof. Doutor Nuno Augusto

Covilhã

2011



Desemprego Juvenil
O contributo dos Cursos Profissionais na reconstrução
dos percursos socioprofissionais dos jovens

Sílvia Martins Casimiro Gonçalves

Agradecimentos

Agradeço em especial ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Augusto, pelo seu rigor, pela sua dedicação e pelos conselhos sempre sábios, em todos os momentos deste trabalho.

Um muito Obrigada!

Agradeço ao Director da Escola Profissional Prática Universal de Bragança, pela sua disponibilidade e ajuda prestada!

Agradeço aos professores, empregadores e especialmente aos alunos, pelo tempo que me dedicaram e pelas declarações prestadas!

Ao meu namorado, pelo apoio, pela confiança, pelo verdadeiro sentimento de presença e pelo amor incondicional nos momentos mais difíceis.

Muito, muito obrigada!

Aos meus pais e aos meus irmãos, que tornaram possível a realização deste trabalho, pelo apoio e carinho, um muito obrigada!

Uma palavra de apreço aos meus amigos que me ouviram, me apoiaram e me ajudaram neste percurso!

Resumo

A presente dissertação aborda o tema do desemprego nos jovens, e em particular o contributo dos cursos técnico-profissionais na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens.

Sendo esta época marcada pelo emprego, o grande motor da integração social, e sendo este conseguido através de uma formação académica sólida e diversificada, é pertinente saber em que medida os cursos profissionais permitem uma melhor inserção profissional e social dos jovens, num país caracterizado pelas elevadas taxas de abandono e insucesso escolar e por um mercado de trabalho muito exigente e pouco competitivo.

Vários autores aqui referidos defendem que os cursos profissionais pouco contribuem para favorecer a inserção socioprofissional dos jovens, por estes serem frequentados apenas pelos jovens provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, por serem desprestigiadas e por não estarem adequados ao mercado de trabalho, continuando assim a reproduzir casos de exclusão social. No entanto, o contexto socioeconómico do país alterou-se consideravelmente nestes últimos anos, e os cursos superiores já não são sinónimo de emprego, tendo levado alguns jovens a optar por um ensino mais profissionalizante e mais próximo do mercado de trabalho, pelo que o papel dos cursos profissionais pode ter agora um peso mais significativo.

É para tentar perceber estes fenómenos que se realizou um estudo metodológico qualitativo, através de entrevistas semi-directivas, direccionadas ao director, professores e alunos da escola profissional de Bragança, assim como aos empregadores que estabelecem parceria com esta escola, ao facultar-lhes estágios curriculares.

Pretende-se saber quem são os alunos que frequentam esta escola, os motivos que os levaram a optar por esta via de ensino, quais as expectativas que têm do curso e da escola em geral, e quais as suas aspirações futuras. Também se pretende conhecer o currículo destes cursos, como os professores preparam os alunos para o mercado de trabalho e para a construção das suas trajectórias socioprofissionais, e qual a relação que a escola estabelece com as empresas, no sentido de promover a inserção laboral dos seus alunos.

Ainda que a investigação esteja centrada nos cursos profissionais, não deixa de fazer a triangulação entre a escola, o mercado de trabalho e o Estado, para melhor compreender as causas do desemprego juvenil e conseqüentemente do risco de exclusão social de muitos jovens, em especial daqueles que provêm de meios sociais desfavoráveis, e apontar possíveis soluções.

Palavras-chave: Juventude, Cursos profissionais, Desemprego, Exclusão Social.

Abstract

This thesis addresses the issue of unemployment among young people, particularly the contribution of technical and professional courses in the reconstruction of social and occupational pathways of young people.

As this era marked by job, the great engine of social integration, and this being achieved through a strong and diverse academic training, it is pertinent to what extent these courses allow a better professional and social integration of young people in a country characterized by high dropout rates and school failure and a very demanding job market and uncompetitive.

Several authors reported here argue that vocational courses do little to promote the socio-professional integration of young people, because they were frequented only by young people from disadvantaged social classes, because they discredit and are not suitable for the job market, thus continuing to play cases of social exclusion. However, the country's socio-economic context has changed considerably in recent years, and the degrees are no longer synonymous with employment, leading to some young people to opt for a more vocational education and closer to the labor market, so the role vocational courses can now have a more significant.

It is to try to understand these phenomena that took place a methodological study quality, through semi-directive, targeted to the Director, teachers and students of the vocational school of Braganza, as well as employers to establish partnership with this school, to provide them with internships curriculum.

Want to know who are the students who attend this school, the reasons that led them to choose this path of education, what expectations they have of course and school in general, and what their future aspirations. Also if you want to know the curriculum of these courses, as teachers prepare students for the labor market and the construction of their social and professional trajectories, and the relationship they establish with the school business, to promote the employability of its students.

Although research is focused on vocational courses, it does make the triangulation between the school, the job market and the State to better understand the causes of youth unemployment and consequently the risk of social exclusion of many young people, especially those who come from unfavorable social media, and point out possible solutions.

Keywords: Youth, Vocational courses, Unemployment, Social Exclusion.

Índice Geral

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Introdução	3
Capítulo I: Exclusão Social nos Jovens	6
1 – Contextualização da Exclusão Social em Portugal.....	6
2 – Definição do conceito de Exclusão Social	6
3 – Factores da exclusão social	8
4 – Dimensões da exclusão social	9
4.1- Privação	9
4.2- Desqualificação	9
4.3- Desafiliação.....	9
5 – Exclusão social nos Jovens	10
Capítulo II: Trajectórias pessoais e profissionais dos jovens.....	12
1 – Condição Social da Juventude.....	12
2 – Perfis sociais dos jovens	13
3 – Identidades juvenis: Influência da família, escola e grupo de pares	14
4 – Atitudes dos jovens perante a Escola, o Trabalho e o Desemprego	15
Capítulo III: Políticas de Protecção e Integração Social	17
1 – Origem e desenvolvimento das Políticas Sociais de combate à Exclusão Social em Portugal.....	17
1.1 – Medidas políticas de Integração e Protecção Social	18
1.2 – Mudanças sociais que inviabilizaram as medidas políticas	19
1.3 – Estado-Providência na Sociedade Capitalista	20
1.4 – Princípios orientadores de uma nova geração de Políticas Sociais	21
2 – Políticas de Emprego	22
2.1 – Políticas Sociais e de Emprego para os Jovens	24
2.2 – Trabalho e Protecção Social	24
2.3 – Proliferação de medidas e incorrecta aplicação das mesmas	26
Capítulo IV: Integração dos Jovens no Mercado de trabalho.....	27
1 – Mudanças no Mercado de Trabalho	27
1.1-Alterações nos Padrões de Empregabilidade	27
1.2– Relação entre o Funcionamento do Mercado de Trabalho e a Exclusão Social	29

2 – Desemprego e Precariedade Juvenis	29
2.1 – Factores condicionantes de integração sócio-profissional	30
3-Paradoxo: Mais Instrução/ Menos Trabalho	31
Capítulo V: Cursos Técnico Profissionais - Meio de Inserção Profissional	33
1 – Ensino recorrente: uma escola de elites?	33
1.1– Motivos do insucesso escolar e das baixas qualificações de alguns jovens	33
2 – Definição de cursos profissionais	35
2.1 – Ensino profissional: A realidade portuguesa	35
2.2 – Diferenças entre o ensino regular e o ensino técnico-profissional	37
3 – Interação entre a Escola Profissional e as Empresas:	39
Fragilidades e Perspectivas	39
4 – A inserção no Mercado de Trabalho de jovens com habilitações de nível IV (Cursos Profissionais)	40
Capítulo VI: Estratégia metodológica	43
1– Modelo de Análise	43
2 – Metodologia de investigação.....	47
2.1 – Metodologia de Análise Qualitativa	48
3 – Técnica de Pesquisa: Entrevistas semi-directivas	48
4 – Procedimentos da pesquisa	49
Capítulo VII: Análise dos Resultados	52
1 – Caracterização socioeconómica do Distrito de Bragança	52
2 – Caracterização da EPPU de Bragança	54
3- A representação social dos jovens.....	55
4 – Relação com a escola e Insucesso escolar	62
5- Representação sobre o trabalho.....	71
6- Expectativas futuras	74
7 – Prestígio dos Cursos Profissionais.....	78
8- Emprego e integração social dos jovens.....	90
Considerações Finais	95
Bibliografia	100
Anexos	105

Índice de Quadros

Quadro 1:Diferenças entre o ensino regular e o ensino técnico-profissional.....	37
Quadro 2: Quadro conceptual e Operacionalização dos conceitos.....	46
Quadro 3: Grelha Analítica	50
Quadro 4: Sinopse das Entrevistas	117

Introdução

O presente trabalho tem como tema “Desemprego e Exclusão Social - Contributo dos cursos profissionais na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens”. A sociedade moderna é caracterizada pelo emprego. Este passou a ser o grande factor de integração social, uma vez que influencia as restantes áreas sociais. No entanto, assistimos a um desemprego massivo da população, causado pelas transformações do mercado de trabalho e pelas novas formas de organização das empresas, que adquiriram um trabalho individualizado e tecnológico, o que obriga a uma formação contínua e diversificada.

Quem mais tem sido afectado com este fenómeno são os jovens. Estes têm já uma elevada taxa de desemprego. Simon Wuhl defende que é a qualificação dos jovens que determina o seu risco de exclusão social (1992: 63-64), o facto é que, mesmo os jovens com níveis de qualificação elevados, estão fora do mercado de trabalho ou têm trabalhos precários e mal remunerados. As empresas exigem sempre experiência profissional, o que os jovens não têm, por terem acabado de sair do sistema de ensino, e o Estado não tem em conta perspectivas para os jovens nas políticas de emprego. Limita-se a criar um sistema de protecção social, que mais não faz do que arrastá-los para um caminho de exclusão, do qual se vai tornando cada vez mais difícil sair (Rodrigues, 2003: 96).

Os cursos profissionais, segundo a OCDE, são os que oferecem melhores condições às empresas, uma vez que tornam aptos os indivíduos para o desempenho de várias funções, são cursos mais práticos e com uma remuneração inferior aos licenciados (1989: 53). Para além disso, permitem concluir o ensino secundário de uma forma mais dinâmica e utilitária do que no ensino regular, e ainda a prossecução dos estudos no ensino superior. Estes motivos parecem ser bastante aliciantes para qualquer jovem na escolha destes cursos, tanto que a sua procura está a aumentar, tendo já sido alargados para as escolas públicas. Ainda assim, vários autores defendem que estes cursos continuam a ser frequentados pelos alunos de classes sociais mais desfavorecidas e com insucesso escolar, são desprestigiadas e levam ao desemprego destes diplomados e conseqüentemente ao seu risco de exclusão social. Esta investigação pretende analisar estes factos e verificar através de um estudo de caso, se a situação dos cursos profissionais se mantém, ou se as actuais transformações socioeconómicas do país atribuíram um novo papel a esta via de ensino.

Para que a investigação empírica seja possível formulou-se uma pergunta de partida, à qual se pretende dar uma resposta válida, objectiva e rigorosa. Esta é, como referem Quivy e Campenhudt, o primeiro fio condutor de todo o processo de investigação e deve ser feita de forma simples e clara, ainda que com uma sólida reflexão teórica e que corresponda a critérios de clareza, exequibilidade e pertinência (1998: 29-30, 41).

Tendo como **pergunta de partida** *perceber qual o contributo dos cursos profissionais na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens?*, a dissertação tem como **principal objectivo** averiguar em que medida os cursos profissionais estão a cumprir as suas

funções, nomeadamente, capacitar o aluno para o exercício de uma profissão, fornecer-lhe bases sólidas para a prossecução dos estudos, estabelecer uma estreita relação com o mercado de trabalho e contribuir para a integração profissional e social dos jovens. Assim, têm-se como **objectivos específicos**:

- Perceber as motivações e as expectativas destes alunos em relação aos cursos;
- Identificar e avaliar as medidas utilizadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho;
- Perceber se o ensino profissional está a aumentar o seu prestígio a nível social e de mercado de trabalho, promovendo assim a inserção profissional e social dos jovens.

Para alcançar estes objectivos, será criado, primeiramente, um enquadramento teórico fundamentado numa pesquisa bibliográfica sólida, que servirá de base orientadora para o estudo empírico. Está dividido em cinco capítulos, que abordarão, de forma reflexiva, os vários conceitos que abrangem este tema.

O primeiro capítulo debruça-se sobre a exclusão social nos jovens, os vários factores que podem levar a esta situação, e as dimensões em que mais podem ser atingidos. Para melhor perceber este conceito e de que forma ele pode atingir este grupo populacional, será contextualizado, tendo em conta a sua evolução e de que forma ele se manifesta no nosso país, será definido através de várias reflexões teóricas, e por fim, contextualizado na população juvenil, o nosso foco de interesse.

O segundo capítulo vem então definir este grupo etário, perceber a condição social da juventude na actualidade e quais as alterações sociais que ocorreram que vieram abalar esta condição. Também dá conta dos perfis sociais e das identidades juvenis, para melhor se perceberem as suas trajectórias pessoais e profissionais, pois elas são condicionadas por vários factores e determinismos, e nas quais participam vários agentes, que merecem ser discutidos. Ainda numa tentativa de compreender a juventude e as suas trajectórias de vida, serão interpretadas as atitudes dos jovens perante a escola, o trabalho e até o desemprego, pois, consoante as suas condições sociais, escolares e económicas, eles vão viver este problema de forma diferente, assim como vão ser diferentes as estratégias adoptadas para o enfrentar (Pais, 2003: 309).

É perante todas estas dificuldades que atingem os jovens, que o capítulo três se debruçará sobre as políticas sociais e de emprego, para compreender de que forma elas combatem a exclusão social em Portugal e promovem a integração social dos jovens.

O Estado viu-se confrontado com repentinas mudanças para as quais não estava preparado e as medidas políticas existentes tornaram-se inviáveis e até prejudiciais. Se por um lado tem que proteger e ajudar as empresas, para que estas promovam o desenvolvimento económico do país, por outro tem que garantir a igualdade e segurança social. O Estado-Providência vê-se assim “ensombrado por um trade-off trágico entre eficiência económica e justiça social” (Ferrera et al, 2000: 7).

As políticas de emprego para os jovens são poucas e centradas apenas na formação profissional, o que apesar de ser um passo muito importante, continua a não surtir efeitos positivos quando não tem em conta políticas de mercado.

É sobre as mudanças no mercado de trabalho e o emprego nos jovens que se incidirá no quarto capítulo, pois só percebendo e analisando as alterações que ocorreram na organização, no funcionamento do mercado de trabalho e nos padrões de empregabilidade, se podem encontrar soluções para inverter a situação do desemprego. Também se estabelecerá a relação entre o funcionamento do mercado de trabalho e a exclusão social para melhor se perceber o quanto o desemprego afecta os jovens e as suas trajectórias de vida.

Ainda neste capítulo serão identificados os factores que condicionam a integração socioprofissional dos jovens, dando-se especial relevância às qualificações e habilitações escolares, para melhor se perceber o quanto estas influenciam os percursos dos jovens.

Por último, o quinto capítulo incidirá sobre os cursos profissionais, sobre os motivos do insucesso escolar em Portugal e como os cursos profissionais contribuem na resolução deste problema. Para tal, será feita uma contextualização destes cursos no nosso país, para melhor se poderem definir e caracterizar. Também serão apresentadas as diferenças entre o ensino regular e o ensino profissional, e por último e mais importante, será analisada a relação entre a escola profissional e as empresas, de que modo elas preparam os seus alunos para as necessidades do mercado de trabalho e se os empregadores acabam por apostar nestes profissionais.

É através deste enquadramento teórico que se encontrarão os procedimentos da investigação empírica e o modelo de análise, que irá assentar num método hipotético-dedutivo. Será depois de formulados os conceitos e as hipóteses que se delinearão as dimensões e os indicadores para construir a técnica metodológica - entrevistas semi-directivas, dirigidas a professores, alunos e Director da escola profissional de Bragança, e ainda aos empregadores que facultam os estágios a estes alunos. O conteúdo destas entrevistas será exaustivamente analisado para chegar a conclusões válidas, que procurarão responder à pergunta de partida.

Capítulo I: Exclusão Social nos Jovens

1 - Contextualização da Exclusão Social em Portugal

Em todos os tempos da história se discutiu o problema da pobreza. Esta esteve sempre presente na vida de muitas populações, chegando a ser vista como um fenómeno natural, uma condição com a qual tinham que viver e não podia ser alterada. A própria vida em sociedade é geradora de desigualdades, que dão origem a “redes de relações sociais diferenciadas” (Fernandes, 1998:15), levando a diferentes modos de vida.

A fome, a miséria e o desespero sempre estiveram bem patentes no mundo ocidental, onde a estrutura social é determinada por relações de mercado. Por sua vez, na Europa as ideias liberais atribuíram algum equilíbrio nas relações capital-trabalho de forma a conceber uma sociedade mais justa e a diminuir os conflitos sociais e a pobreza. Criaram-se leis para o direito ao emprego, as reformas, políticas de saúde grátis, políticas para a educação, entre outros. A crise económica veio abalar as sociedades e obrigar os Governos a recuar e alterar as medidas implementadas. Deu-se a flexibilização da legislação laboral, a precarização do emprego, o desemprego em massa e a clivagem de trabalhadores com boas qualificações e empregos seguros e bem pagos (Fernandes, 1998:14-22).

Se até ao século XIX apenas se verificava uma pobreza rural, com carácter normativo, a partir do século XIX a pobreza é arrastada para os meios urbanos, que ao atingir níveis consideráveis começa a constituir-se um problema social. Deixa de ser atribuída a factores míticos, mas sim a factores humanos, tornando-se num fenómeno social e de interesse político e adquire uma grande força revolucionária (Fernandes, 1998:146-147). Pereirinha et al (1999) referem que para além dos problemas económicos, o Estado vê-se ainda confrontado com novos problemas, como o envelhecimento da população, as mudanças na organização familiar, a individualização das relações sociais, os crescentes fluxos imigratórios e outros, que vêm dar origem a novas desigualdades, conflitos sociais e novos grupos de pobres e tipos de pobreza (Capucha, 2005:24-27). Um novo grupo largamente atingido por este fenómeno são os jovens. Estes vêem-se confrontados com dois paradigmas. Se por um lado há cada vez mais possibilidade de formação, por outro há cada vez menos trabalho. O que leva a percursos de incerteza, precariedade e exclusão social.

2 - Definição do conceito de Exclusão Social

Como se pode verificar anteriormente, as alterações ocorridas no século XIX vieram trazer novos pobres e novas dimensões de pobreza, não conseguindo já, todos os graus de pobreza abarcar todas as situações, surgindo o conceito de exclusão social. Sendo que os jovens correm sérios riscos de ser excluídos, tanto do mercado laboral, como,

consequentemente, dos seus direitos de cidadania, é importante definir e compreender este conceito.

O Conselho de Ministros europeu define, em 1975, o conceito de pobreza ou de pobres, como: “indivíduos ou famílias cujos recursos são tão frágeis que são excluídos dos modos de vida mínimos aceitáveis no estado membro no qual vivem” (Monteiro, 2002:17), notando-se já uma aproximação do conceito de pobreza ao conceito de exclusão social. Também a designação do Programa sofre uma alteração, passando de “Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza” para “Programa Comunitário para a Integração Social dos Grupos Menos Favorecidos” o que já remete para a noção de exclusão social. Há assim dois conceitos distintos. Segundo Pereirinha (1996), a pobreza remete-se à escassez de recursos materiais devido aos aspectos distributivos da organização social, enquanto a exclusão social refere-se mais aos aspectos relacionais e aos mecanismos de integração ou desintegração social (cit in Capucha, 2005:77). Há também uma distinção nos processos, na medida em que a pobreza tem uma visão estática, enquanto a exclusão social tem uma visão dinâmica orientada para a inclusão. Mas estar-se-á de facto a exercer um processo dinâmico de inclusão, ou continuaremos a agir numa lógica de medidas idealistas que não se consumam na prática?

Robert Castel define a exclusão social como “ a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade” (in Costa, 2007:10), sendo ainda acrescentado por Castel que é necessário utilizar “como metodologia de resolução do problema, a inserção através da reconstrução dos laços sociais” (in Centeno et al, 2000:50). Mas como se reconstróem laços numa sociedade em desconstrução? A ruptura com o mercado de trabalho foi um dos principais problemas, ainda que a fase extrema da exclusão social se caracterize, não apenas por esta, mas por rupturas familiares, afectivas e de amizade (Costa, 1998:10).

Aqui já se denotam algumas dimensões da exclusão social, que serão abordadas mais adiante, mas também uma realidade multidimensional de carácter estrutural, um conceito polivalente e polifórmico e com fronteiras mal definidas, advertindo-se para o cuidado da utilização abusiva do conceito (Capucha, 2005:77-79; Estivill, 2003:13). Estivill alerta para os riscos a ter quando se pretende identificar a exclusão - o primeiro é a universalidade da exclusão, que pode levar a um relativismo geral, o segundo é a sua diversificação, e o terceiro risco é a delimitação da exclusão nos aspectos institucionais, havendo uma definição comum à escala da União Europeia com a qual se concorda, mas que depois, a diversidade de cada país leva a uma aplicação diferente (Estivill, 2003:37-38).

3 - Factores da exclusão social

Soulet (2000), divide os factores da exclusão social por três níveis - os de ordem *macro*, de natureza estrutural, provenientes de políticas e medidas tomadas a nível global e por instâncias superiores, como o Estado; os de ordem *meso*, que podem ser de natureza estrutural e/ou conjuntural, provenientes de redes sociais locais, como as medidas autárquicas ou as formas de organização e intervenção da sociedade; e os de ordem *micro*, que são de natureza individual e familiar, referem-se à forma como os excluídos se tentam, ou não, afirmar na sociedade, ao modo como usam os recursos que têm, e às competências e capacidades que possuem para se poderem inserir (cit in Augusto, 2006: 8-10). Os jovens estão dependentes de todos eles e precisam de se manifestar e afirmar em cada uma destas vertentes para solucionar o seu problema de exclusão.

Como refere Teixeira Fernandes, alguns factores de exclusão social, são a insuficiência do desenvolvimento, a escassez de rendimentos, as baixas habilitações e fracas qualificações profissionais, a precariedade do emprego e o desemprego em massa, a fraqueza do Estado-Providência e as diferenças regionais (1998:153). O que se pretende aqui verificar é se de facto, as baixas habilitações ainda que com graus de competências profissionais satisfatórios, constitui um factor de exclusão nos jovens?

O século XXI caracteriza-se por uma sociedade do risco - foram várias e rápidas, as mudanças ocorridas, quer a nível económico quer a nível social, mudanças às quais o Estado-Providência português não consegue dar resposta, colocando em risco o desenvolvimento do país e consequentemente a estabilidade social da sua população.

Não temos indústrias competitivas, o que reduz drasticamente o emprego; e o comércio global, a par de uma mudança tecnológica, enfraqueceu os trabalhadores portugueses de baixas qualificações profissionais criando, juntamente com os jovens, um elevado número de desempregados, empregos precários e mal remunerados, discriminações no trabalho, marginalização dos pobres e das pessoas com deficiência, insegurança social. Para além dos problemas advindos da globalização económica, Portugal depara-se com mudanças demográficas que conduzem o Estado a uma situação de insustentabilidade. O aumento da esperança média de vida, acompanhado com os baixos índices de natalidade e de população activa faz com que não hajam fundos suficientes para pagar cada vez mais anos de reforma e com que os idosos sejam sobreexplorados. Uma outra mudança ocorreu no contexto familiar, esta perdeu o seu papel estabilizador, deixando de constituir o pilar de coesão social (Esping-Andersen, 1998:13-15, Hespanha, Carapinheiro, 2001:13). A globalização ampliou as situações de risco social “através de processos por vezes muito complexos de ruptura dos equilíbrios sociais à escala local” (Hespanha, Carapinheiro, 2001:13), e os indivíduos já interiorizaram a noção de risco nas suas vidas, nos seus comportamentos e nas suas atitudes. Vive-se num clima de incerteza, instabilidade, insegurança, individualização e isolamento social, fragmentação dos laços sociais, levando a que muitos grupos, nomeadamente os jovens, fiquem extremamente vulneráveis à exclusão social, em todas as suas dimensões.

4 - Dimensões da exclusão social (Augusto, 2006:10-11):

Todos os factores acima referidos ilustram bem as diferentes dimensões da exclusão e como estas estão intimamente interligadas. Sem qualquer priorização hierárquica, uma dimensão tem sempre uma relação de causa e efeito com a seguinte, ainda que, aqui, demos algum destaque à segunda dimensão - a desqualificação.

4.1- Privação - refere-se a uma insuficiência de rendimentos e recursos para satisfazer as condições fundamentais, como a alimentação, habitação e vestuário.

4.2- Desqualificação - refere-se ao descrédito ou estigma atribuído àqueles que não têm uma participação activa na vida económica e social, devido a baixas habilitações e competências profissionais ou ao facto de serem reclusos, ex-toxicodependentes, deficientes, etc. A desqualificação pode ser objectiva se as pessoas estão fora dos empregos de qualidade aceitável ou desempregadas, se tiveram insucesso escolar ou possuem poucas qualificações (Capucha, 2005:102), ou subjectiva se for o próprio individuo a ter um sentimento de inferioridade social, a interiorizar o estereótipo e a menosprezar-se, acabando por se auto-excluir.

4.3- Desafiliação - refere-se à quebra dos laços sociais, como por exemplo a família, o mercado de trabalho, o estado ou a comunidade. Robert Castel (1991) vê a desafiliação, não como uma ruptura mas uma fragilização dos laços face ao trabalho e à sociabilidade sócio-familiar (cit in Monteiro, 2002:40). Monteiro distingue ainda uma outra lógica que acompanha estes dois vectores, “a de um tratamento explicitamente discriminatório por parte das instâncias oficiais e suas políticas de ‘combate à exclusão’, (...) a da atribuição de um estatuto especial a certas categorias da população” (Monteiro, 2002:40), evidenciadas através da criação de políticas assistenciais e de protecção social, como por exemplo o Rendimento Mínimo Garantido, que parecendo uma medida positiva facilmente se transforma em discriminação negativa e numa agravante dos riscos de exclusão.

Há quem considere que, de todas as dimensões, a privação é a mais importante, acontece que todas elas se sobrepõem, são indivisíveis, interdependentes - a exclusão de um sistema social leva à exclusão de outros sistemas sociais, portanto “a eficácia do respeito por um direito fica mais reduzida e pode mesmo ser anulada, se um conjunto de outros direitos não for igualmente respeitado” (Costa, 1998:33). Acreditava-se que a aquisição de elevadas habilitações, ou seja, o investimento na qualificação, garantia a entrada no mercado de trabalho e conseqüentemente a obtenção de bons rendimentos e de uma boa rede social. Mas como já atrás foi discutido, as alterações económicas, sociais e de mercado, criaram um clima de insegurança e hostilidade tais, que levam os jovens a uma desorientação nos seus

percursos escolares e profissionais, não sabendo que estratégias adoptar no seu processo de integração.

5 - Exclusão social nos Jovens

Segundo Serge Paugam, a sociedade moderna, independentemente do seu nível de desenvolvimento e dos seus ideais democráticos e igualitários, rege-se por processos hierárquicos, que levam à exclusão de uma parte da população. Jovens menos qualificados ou menos aptos não são reconhecidos, nem valorizados, criando o sentimento de que não há espaço para eles na sociedade (1996: 567-568).

A exclusão social dos jovens resulta de um conjunto de factores, como o sejam a ausência de relações de socialização, as transformações familiares, ou, como refere Remi Lenoir, a *desfamiliarização*, que promoveu o isolamento individual e a ruptura das solidariedades familiares (in Fernandes, 1997: 72). Peter Berger¹ diz ainda que a família se tornou *desinstitucionalizada* como resultado das organizações burocráticas em larga escala, ao passo que a esfera pública se tornou *sobreinstitucionalizada*, ou seja, as instituições públicas estão a dominar muitas áreas da vida social, ficando a esfera privada enfraquecida e a identidade pessoal transformada (Giddens, 1996: 81, 84).

Para além da ruptura dos laços sociais, que têm um grande peso na inclusão dos indivíduos, os jovens vêm-se ainda confrontados com factores recentes de exclusão social, de primordial importância, pois influenciam todas as áreas sociais - as transformações do mercado de trabalho e o desemprego. Muitos jovens, apesar dos níveis de qualificação satisfatórios estão fora do mercado de trabalho ou encontram empregos precários e mal remunerados. As empresas adquiriram novas formas de organização e um trabalho individualizado e tecnológico, obrigando a uma formação contínua, diversificada e flexível (Centeno et al, 2000: 37-38, 58). Abrirá isto caminho para os jovens com cursos profissionais, que lhes atribui uma maior proximidade com o mercado de trabalho?

Em pior situação encontram-se os jovens com baixos níveis de instrução, que devido ao insucesso escolar nunca adquiriram uma qualificação profissional que permitisse o acesso a empregos mais qualificados, os jovens que nunca desenvolveram uma relação estável com o trabalho organizado, os jovens alvos de processos estigmatizantes, com comportamentos de risco, ou com imagens de si próprios desvalorizadas ou negativas (DEPP/MTS, 2002: 216; Baptista, 2000: 38); e ainda os jovens marcados pelo desemprego recorrente, com períodos longos de inactividade entre duas situações de trabalho precário, devido ao insucesso escolar. Para Simon Wuhl é a qualificação do jovem que determina o seu risco de exclusão (1992: 63-64). Um jovem que não adquira as competências profissionais necessárias, sem curso superior e uma fraca coesão social, está em sérios riscos de exclusão social, pois não tem ferramentas nem auxiliares de suporte para fazer parte do todo. Muitos acabam por seguir caminhos

¹ cit in Giddens, 1996: 81.

marginais, onde o reconhecimento e a valorização sociais se perderam, estando cada vez mais longe das oportunidades de integração.

“É a falta de competências, aptidões e recursos pessoais e relacionais, bem como a ausência ou debilidade de saberes básicos (...) que faz com que estes grupos e categorias sociais com muita frequência passem à margem das oportunidades que se abrem nos diversos campos de estruturação da vida social, económica e cultural” (DEPP/MTS, 2002: 216). Numa sociedade cada vez mais exigente e desestruturada, os jovens devem escolher um caminho contínuo e incansável de formação, de aquisição de competências e de fortificação de laços sociais para a sua integração plena.

Capítulo II: Trajectórias pessoais e profissionais dos jovens

“Nenhuma idade é tão sensível aos melhores e mais sábios esforços dos adultos. Não há um único solo em que as sementes, tanto as boas como as más, atinjam raízes tão profundas, cresçam de forma tão viçosa ou produzam frutos com tanta rapidez e regularidade” (Hall, 1904: 17).

1 - Condição Social da Juventude

O conceito de Juventude foi ganhando relevância ao longo do século XX e desde então, que vem sofrendo alterações. Na sociedade actual a juventude ganhou novas características e chega a representar um problema pelas várias dificuldades que se lhe colocam e que lhe estão inerentes.

Machado pais define a juventude como “uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (2003: 37). O mesmo defende Cruz et al, ao definirem a juventude como “uma condição social que se constitui histórica e socialmente” (1984: 285). Não podemos reduzir a juventude a este conceito, pois ela tem características próprias, que se manifestam em todos os tempos e sociedades, características essas que serão referidas mais adiante. Mesmo assim, é um facto que actualmente a condição juvenil tem passado por grandes mudanças. Na sociedade moderna a passagem para a idade adulta é muito mais complexa, marcada pela incerteza, insegurança e instabilidade.

Selon Parsons defende que as causas da incerteza e indeterminação estatutária da juventude se devem ao prolongamento dos estudos, o que fez com que os jovens tenham que assumir, tanto no interior como no exterior da escola, uma autonomia e responsabilidade, que antes não lhes era exigida; ao isolamento estrutural da família de origem, com a diminuição do agregado familiar, o desaparecimento do trabalho doméstico, que contribuiu para alterar as relações no seu seio e a aumentar as motivações para um alto nível de sucesso, causando uma pressão suplementar aos jovens; à grande liberdade no campo das práticas e das representações sexuais, que desencadeou dificuldades de ajustamento, pois as normas que as governam não foram ainda estabelecidas; e à mudança e reorganização do sistema normativo, sem que se tenha alterado o sistema de valores (in Galland, 1997: 48).

Os jovens vêem-se hoje confrontados com uma profunda crise estrutural de acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente com o desemprego, o que leva, por sua vez, ao prolongamento da escolaridade, da permanência na casa dos pais, ao desinvestimento ou adiamento do casamento e constituição de uma família, à adopção de estilos de vida consumistas (Pais, 2001: 81). Estes factos coexistem com fenómenos inversos e que também contrariam a generalização do novo modelo de juventude, ou seja, coexistem com o ingresso

premature no mercado de trabalho informal, impedindo estes jovens de ter uma participação plena na sua condição juvenil e que pode levá-los a processos de marginalização e de exclusão social (Ferreira, 1997: 113-114). Como diz Teixeira Lopes, ser jovem no momento histórico presente é “estar permanentemente de passagem e, em certa medida, ser prisioneiro das condições sociais dessa mesma passagem. Não mais se conseguem identificar as transições ritualizadas de um estatuto (o de estudante, por ex.) para outro (o de trabalhador); pode ser-se simultaneamente várias coisas, em vários espaços, e transitar com grande fluidez de uma situação para outra” (1997: 40). Mas quando as bases sociais são fracas, como é o caso de muitos jovens portugueses, até que ponto a sua transição não passará de uma pequena ascendência social para uma progressiva regressão em que a exclusão social parece inevitável?

Pode-se concluir que a indeterminação estatutária da juventude deve-se, no fundo, a uma profunda alteração da sociedade, sem que esta tenha providenciado as bases e as medidas necessárias para fazer face a essas alterações. Deixando os jovens no limiar de uma situação catastrófica, que terão de ser eles a enfrentar e resolver, mas para a qual não se sentem preparados nem motivados.

2 - Perfis sociais dos jovens

A juventude é normalmente representada como uma fase natural da vida, com propriedades específicas, como a irreverência, irresponsabilidade e individualismo. Com todas as mudanças sociais e políticas da actualidade ela passou ainda a ser representada como problemática (Alves, 2002: 103). Há aqui uma descrição homogénea, unitária dos jovens, como se estes fossem todos iguais.

Não se pode negar que existem características comuns a todos os jovens, assim como processos de socialização específicos, quer ao nível das suas práticas, quer ao nível das suas representações e mapas cognitivos, que formam, como defendem Machado Pais e Teixeira Lopes, subculturas juvenis relativamente homogéneas (Pais, 2003: 69; Lopes, 1997: 46). No entanto, se atendermos às trajectórias dos jovens, aos seus atributos sociais, perceberemos que a juventude é uma “condição social internamente diferenciada” - “nem as qualidades juvenis são universalmente partilhadas por todos os jovens, nem os problemas que os reportam são por todos ou mesmo pela generalidade vividos” (Nunes, 1998: 1).

Se tivermos em conta a classe social dos jovens, o meio onde habitam, as actividades que desempenham, o estado civil em que se encontram, as suas perspectivas e aspirações, deparamo-nos com uma grande diversidade de perfis sociais juvenis (Pais, 2003: 42)². Consoante a classe social a que pertencem, os jovens seguem um percurso escolar diferente tendo em conta as suas ambições e necessidades. Assim uns procuram reconhecimento social, outros, um diploma para poderem gerir o património familiar ou conseguirem um lugar

² João Sedas Nunes apresenta uma descrição e explicação pormenorizada dos perfis sociais juvenis, tendo em conta várias determinantes: in Cabral e Pais (coord.), 1998, pp. 2-50.

privilegiado numa empresa, por intermédio da rede familiar, outros, uma forma de escapar a “derrapagens descendentes” e a salários precários ou ao desemprego (Lopes, 1997: 47-50).

A juventude deve ser considerada através de vários determinismos, como a classe social, o sexo, a idade, a etnia, a região, o espaço-tempo, o enquadramento sócio-institucional das suas práticas, entre outros aspectos (Lopes, 1997: 49).

A questão que se coloca é se terão as condições sociais em que o jovem se encontra um peso tão importante no seu perfil social, assim como nos seus percursos sociais e profissionais? Qual a influência da sociedade e dos seus agentes na construção da personalidade, num jovem?

3 - Identidades juvenis: Influência da família, escola e grupo de pares

Ana Silva identifica quatro agentes de socialização cruciais, na sociedade moderna: a família, a escola, o grupo de amigos e os meios de comunicação de massa (2004: 46). Os jovens vão construindo a sua identidade no seio de todos eles, sendo que as influências de uns e de outros estão intimamente inter-ligadas, isto é, há uma múltipla inter-reciprocidade entre os diferentes contextos que estão na base das muitas estruturações que formam as bússolas cognitivas dos jovens, tendo estas que passar por um complexo processo de organização e reorganização. No entanto, é importante ter em conta que o jovem precisa de liberdade para poder exprimir a sua personalidade e manifestar os seus pensamentos e desejos, cabendo apenas aos agentes sociais observar as atitudes dos jovens, orientá-los, promovendo os bons comportamentos e combatendo os menos aceitáveis (Galland, 1997: 41; Pais, 2003: 236).

A família já não tem um papel tão determinante na socialização do jovem como tinha anteriormente. Mitteraeur e Sieder (1982) referem que a família transferiu parte da sua responsabilidade e do seu controlo nas actividades dos jovens para outras instâncias. Para além disso, o próprio jovem vai-se afastando progressivamente da família de modo a procurar a sua identidade e autonomia (in Silva, 2004: 25-26).

Esse afastamento dos pais vai ser substituído por um maior envolvimento com o grupo de pares, onde o jovem vai adquirir a sua vida social e onde vai encontrar uma oportunidade de identificação, protecção e exaltação (Silva, 2004: 35-36). Cada grupo usa simbolismos da aparência que os identifica e distingue dos outros grupos. Esses símbolos manifestam-se no vestuário, nos penteados, nos modos, posturas e na linguagem (Pais, 2003: 121-123).

O espaço onde os jovens exprimem esses simbolismos estatutários e identitários é a escola. A esta compete-lhe, segundo Olivier Galland, três funções essenciais: Função cultural - através da transmissão de um conjunto de objectivos, valores e ideais; Função selectiva - através da avaliação de competências estabelecidas;

Função de integração - através da construção de um estatuto em volta de um conjunto de direitos e deveres (1997: 98). Esta última função acaba por ser uma função socializadora,

no entanto, é nesta que a escola menos investe, pois continua presa a um modo tradicional de transmissão de saberes unilateral e rígido, não havendo relações interpessoais que favoreçam a socialização plena dos jovens. Estes adquirem-na assim na escola, mas não da escola.

Os jovens vêm por isso, a escola, mais como um espaço de afirmação e de pertença, onde estabelecem relações de amizade e de liderança, do que um espaço de aprendizagem e responsabilidade, até porque consideram que esta pouco tem para lhes oferecer (Pardal et al, 2003b: 63). Vivem as relações, todas elas, de forma livre, independentemente das convenções sociais ou morais, daí o serem interpretados muitas vezes, pelos adultos, como irreverentes. No entanto, essas atitudes são apenas tentativas de integração social, de amadurecimento, de encontro consigo próprio, e de descoberta das suas aspirações para o futuro.

4 - Atitudes dos jovens perante a Escola, o Trabalho e o Desemprego

Como já foi aqui sobejamente referido, as classes sociais de pertença são um forte factor na determinação dos percursos escolares e conseqüentemente das trajectórias profissionais, e até da forma como lidam com o desemprego. Obviamente que todos eles vivem os mesmos problemas no processo de transição para a vida adulta, mas vivem-nos de forma diferente (Pais, 2003: 233).

Ainda que todos os jovens considerem a escola importante para as suas vidas, o certo é que muitos deles, consideravelmente os das classes sociais mais baixas, abandonam-na precocemente para mais cedo ingressarem no mercado de trabalho. Como refere Sedas Nunes, as causas são tanto de razão económica como de razões culturais, uma vez que algumas categorias sociais não reconhecem as vantagens da formação escolar (1998: 18-19). Para além disso, Natália Alves acrescenta que a escola, um espaço de transmissão e de aquisição de saberes, regido por regras e procedimentos impostos aos actores, nem sempre corresponde às aspirações individuais de muitos alunos, o que também condiciona negativamente as atitudes destes perante a escola (1998: 54). Por todos estes motivos, muitos alunos optam por frequentar cursos técnico-profissionais.

Estes, para além de representarem um distanciamento em relação à escola regular, têm uma maior homogeneidade social, transmitindo um maior sentimento de pertença, facilitam e aceleram o ingresso no mercado de trabalho e dão prestígio social (Lopes, 1997: 105; Pais, 1998: 149). No entanto, é preciso verificar se o mercado de trabalho os recruta, em que condições e por quanto tempo.

A grande maioria dos jovens, independentemente de terem ou não um diploma e deste ser mais ou menos valorizado, após terminarem o percurso escolar passam por significativos períodos de desemprego ou de empregos precários (Pais, 2003: 295). Passam por aquilo a que

Machado Pais denomina de trajectórias “yô-yô”, isto é, “trajectórias alongadas, fracturadas, adiadas, frustradas” (2001: 15).

A diferença entre os jovens com menos qualificações e de classe social baixa, dos jovens com boas qualificações e de classe social alta, é que os primeiros acabam por ser obrigados a aceitar a primeira oportunidade de trabalho que surge, resolvendo o problema do desemprego através do subemprego. Enquanto os segundos, preferem, porque podem, esperar até arranjar um emprego que desejem, representando o desemprego apenas um “compasso de espera que antecede a inserção num emprego regular” (Pais, 2001: 46-47). Conforme as diferentes condições dos jovens, quer sejam sociais, escolares e económicas, eles vivem a precariedade laboral e o desemprego de forma diferente, assim como são diferentes as estratégias de luta para enfrentar essas situações (Pais, 2003: 309). Terão os jovens com cursos técnico-profissionais estratégias para enfrentar o desemprego? E qual o papel do Estado, na criação de medidas que possibilitem uma entrada igualitária de todos os jovens, no mercado de trabalho? Estarão, aquelas que existem, adequadas às necessidades actuais?

Capítulo III: Políticas de Protecção e Integração Social

1 - Origem e desenvolvimento das Políticas Sociais de combate à Exclusão Social em Portugal

Foi o progressivo aumento dos fenómenos de exclusão social, relacionado, em grande parte, com o aumento do desemprego, que levou os poderes públicos a tomarem medidas e a criarem institutos especializados para melhor estudar e combater este problema, uma vez que os efeitos desestruturantes do desemprego são inquietantes tanto para os indivíduos como para a integridade do corpo social.

Isabel Guerra define a Acção Social como o trabalho desenvolvido por um conjunto de profissionais, de forma descentralizada, de modo a resolver os problemas sociais (1999: 47). Assim, as políticas sociais têm como objectivo erradicar potenciais desvantagens em algumas categorias da população, provenientes do desenvolvimento socioeconómico do país (Centeno et al, 2000: 147). Mas será que as medidas tomadas se reportavam de facto a uma inserção plena dos excluídos, ou ao crescimento económico?

Ainda que nem sempre se tenham tomado as melhores decisões e de as medidas serem muito limitadas, houve grandes progressos: “desenvolveram-se medidas para estágios, formação profissional, iniciativas de criação de novos espaços económicos, especialização na inserção social e profissional das populações com dificuldades, ainda que propondo estatutos marcados pela precariedade; actividades de interesse geral, iniciadas por associações, colectividades e estabelecimentos públicos” (Clavel, 2004:78).

Estas medidas, ainda que tomadas com as melhores intenções, conduzem a um aumento dos “espaços de precariedade: espaços estatutários, espaços económicos específicos, destinados a categorias de público-alvo” (Clavel, 2004:85), ou seja, está-se a criar uma sociedade de excluídos dentro da sociedade geral. A exclusão aparece, portanto, como um efeito da modernização económica enquanto submetida à lógica do mercado e à sua mundialização.

Não se pode combater a exclusão actuando em uma só área, “as carências são interdependentes, a exclusão de um sistema social básico acarreta a exclusão de outros sistemas sociais. A eficácia do respeito por um direito fica mais reduzida e pode mesmo ser anulada, se um conjunto de outros direitos não for igualmente respeitado” (Costa, 1998:32), tendo que haver uma intervenção em todos os domínios e de forma inter-relacionada. Uma outra condição é colocar os excluídos no centro de todas as políticas e práticas, isto é, quando se cria uma lei ou se toma uma decisão é preciso ter em conta os seus efeitos, para que não venham a produzir casos de exclusão. As pessoas excluídas ou em risco de exclusão devem ser actores no seu processo de integração e, por isso, participantes nas medidas que a

eles dizem respeito. Devem ainda, ser reintegrados nas políticas de direito comum, de modo a atenuar a sua marca social ou até mesmo, anulá-la (Clavel, 2004:180-185).

Numa sociedade em permanente mudança, reinserção implica um processo de interacção e comunicação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, deve haver um sentido de responsabilidade e organização social (Pimentel, 2001:47-50). Para que isso seja possível, o indivíduo tem que pertencer a um conjunto de redes. Deve estar integrado na família, no trabalho, no grupo de pares, etc., para poder fazer parte de um todo. “O conhecimento de uma estrutura social está consolidado por uma infinidade de ‘micro-redes’ pessoais e de uma ‘macro-rede’ comunitária” (Louro, 2001:273), ou seja, as acções comunitárias desencadeiam a formação de redes muito vastas. No percurso das suas vidas, as pessoas estão sujeitas a sofrer perdas que se repercutem na sua própria identidade e alteram os vínculos que as ligam às redes em que estão inseridos.

O Estado e os Serviços Sociais têm que criar medidas mais justas, mais individualizadas e flexíveis e repensar os modelos de integração profissional, “assumindo como socialmente preferível e provavelmente mais barato, financiar o emprego e a actividade do que custear o desemprego” (Louro, 2001:171).

A dúvida que se levanta, neste momento de crise social, económica e política, é saber se as medidas políticas estão de facto incorrectas e desadequadas, e por isso a precisarem de ser alteradas, ou se a solução não passará apenas pela criação de postos de trabalho e pelo desenvolvimento das empresas?

1.1 - Medidas políticas de Integração e Protecção Social

O Estado-Providência em Portugal, desenvolvido numa sociedade democrática e industrializada, caracteriza-se por três dimensões básicas (Mozzicafreddo, 1997: 32):

- O desenvolvimento de políticas sociais e de protecção social,
- A implementação de políticas macroeconómicas e de regulação da esfera económica privada;
- O estabelecer formas de conciliação, ou seja, institucionaliza a concertação entre parceiros sociais e económicos, em torno de grandes objectivos, que são o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais.

Numa tentativa de procurar responder à pergunta que atrás se colocou, dentro destas três dimensões, o Estado detém um conjunto alargado de medidas respeitantes à protecção social, ou seja, medidas remediativas e dirigidas a determinados públicos-alvo. Mas pouco tem investido no que é o principal foco do problema: o crescimento económico e conseqüentemente, a oferta de mais e melhor trabalho, que ajudariam não apenas os jovens, mas toda a população. Ou seja, tem desenvolvido “políticas mais selectivas do que universais e mais instrumentais e fragmentadas do que integradas”. Para além disso, tem vindo a operar uma relativa desregulamentação e privatização dos sectores públicos, assistindo-se a um descomprometimento do papel do Estado (Mozzicafreddo, 1997: 67).

Serão aqui identificadas algumas das medidas implementadas para a primeira dimensão, ou seja, políticas sociais e de protecção social:

Capucha considera que as políticas sociais, para serem inclusivas, devem considerar várias dimensões: a promoção do emprego, acesso à educação e qualificação profissional, acesso a equipamentos sociais e de saúde, à habitação, reformas e pensões, cultura, lazer, pertença a uma comunidade e à auto-estima (2000: 198-199).

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade, na Comissão Nacional do Rendimento Mínimo (1998), apresenta as medidas políticas na área do Emprego, da Educação e Formação, e da Segurança social, que por serem extensas, serão apresentadas em Anexo³. Também em resposta a estes objectivos, o Estado-Providência elabora Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI)⁴, que têm como principal objectivo a promoção de acções de formação e qualificação em mercado de trabalho, para toda a população excluída ou em risco de exclusão, a colocação em programas ocupacionais e em empresas de inserção, apoiar os estudantes nos custos da sua formação, benefício fiscal à criação de emprego para jovens e desempregados de longa duração, incentivo à contratação de jovens, entre outros, que serão apenas identificados em anexo, uma vez que estes são os que mais interesse têm para esta dissertação, ou seja, para a inserção profissional e social dos jovens.

1.2 - Mudanças sociais que inviabilizaram as medidas políticas

“A história das Leis dos Pobres abunda em exemplos de uma legislação que foi pior do que mal sucedida, que não falhou meramente em alcançar os seus propósitos, mas se tornou eficiente em produzir efeitos directamente opostos a tais propósitos, criou aquilo que se pretendia prevenir, e promoveu aquilo que tinha sido pensada para desincentivar” (Ob.cit.:206, 2010: 46).

Quando se iniciou a repartição dos benefícios, a proporção de activos era equivalente à proporção de inactivos, havendo uma estabilidade do sistema. No entanto, os factores demográficos e sócio-económicos modificaram-se, o que desencadeou a crise. “Se em 1900 cerca de 1 em cada 20 portugueses tinha 65 e mais anos, em 2001 cerca de 1 em cada 6 portugueses está neste grupo etário” (Rosa e Vieira, 2003: 110), tendo quintuplicado o seu valor, o que ameaçou a falência do sistema de reformas. Estas representam 80% do total de despesas em protecção social na União Europeia (Ferrera et al, 2000:9), e o período médio de reforma, com o aumento da longevidade e as reformas antecipadas, é metade do período normal de trabalho, que devido ao aumento da escolaridade, se inicia cada vez mais tarde (Carvalho, 1993:46). Portanto, como pode o Estado proteger os jovens, se 80% do dinheiro para protecção social é dirigido apenas aos idosos?

³ Anexo I: “Orientações e medidas para a reforma das políticas sociais” (Capucha (coord.), 1998: 44-46)

⁴ Ver Medidas políticas do PNAI 2008-2010, pp.27-38, in:
www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=1588&m=PDF

Existe uma discrepância entre a oferta e procura de bens e serviços institucionais, para além de que estes estão inadequados às necessidades actuais, pois as políticas de protecção social foram concebidas para uma época diferente da actual, criando agora efeitos negativos (Ferrera et al, 2000: 15, 102).

As três fases do ciclo de vida - formação, actividade e reforma - transformaram-se, tendo agora fronteiras cada vez mais ténues e indeterminadas (Fernandes, 2008: 114). Entre 2001 e 2011 apresenta-se uma ligeira descida do número de jovens, uma significativa quebra da população em idade activa e um grande crescimento dos mais idosos (DEPP/MTS, 2002: 58), logo, a quantidade de população inactiva (jovens e idosos) é muito elevada para um tão reduzido número de contribuintes, estando, por todos estes motivos, inviabilizadas as políticas sociais e monetárias, ditadas por mercados financeiros globais (Ferrera et al, 2000:17).

É necessário criar políticas activas de inserção, que dêem conta de todos os problemas sociais actuais. Políticas que passam pelo desenvolvimento económico e de mercado, e pela formação dos jovens. Tem que se alterar o sistema de organização do trabalho, torná-lo mais aberto e inclusivo, implementar medidas que garantam a sustentabilidade das reformas, promover um trabalho mais organizado e flexível, de modo a poder conciliar-se com a vida familiar, favorecer o envelhecimento activo e a empregabilidade juvenil (Carvalho, 1993:11-13, Portugal.MSST, 2004:59;61).

1.3 - Estado-Providência na Sociedade Capitalista

Para Flora e Alber (1984) o Estado-Providência surge com a sociedade industrial e a democracia de massas, logo é um fenómeno geral da modernização, um produto da “crescente diferenciação, desenvolvimento e extensão das sociedades” assim como um processo de “mobilização social e política” (in Mozzicafredo, 1997: 5). Também Villaverde Cabral defende que a instalação e difusão de alguns dispositivos do Estado-Providência resultam mais da evolução socioeconómica, do que do processo de democratização e equidade social (1997: 5).

A sociedade tem vindo a ser, cada vez mais, afectada com o desemprego e a exclusão social. O Estado não consegue assegurar um crescimento económico regular e um desenvolvimento estruturado, as políticas encontram-se desadequadas à realidade social actual, que tem sofrido complexas transformações, como o são o aumento da diferenciação social, a consolidação das sociedades de mercado, a expansão da individualidade (Mozzicafreddo, 1997: 4-5). Para Giddens, uma das mudanças que afectou as sociedades modernas foi a expansão da “reflexividade social”, que gerou uma desarticulação entre o conhecimento e o controlo, assim como uma multiplicidade de transformações, as transformações tecnológicas, e em particular a tecnologia da informação. Deu-se uma maior autonomia de acção, e os indivíduos começaram a exigir do Estado uma reconstrução política (1997: 6).

O Estado-Providência tem assim que “assegurar, por um lado, a interdependência entre as exigências do processo de crescimento económico e as exigências da compensação social e formação qualificacional e, por outro lado, o equilíbrio social entre o processo de mercantilização da sociedade e as expectativas de maior igualdade e justiça social” (Mozzicafreddo, 1997: 4). No entanto, a economia de mercado e a política democrática têm objectivos e princípios muito diferentes.

A economia de mercado capitalista rege-se pela maximização da eficiência e do lucro, sendo reconhecido e beneficiado apenas quem é eficiente, enquanto o Estado se pauta pela igualdade dos cidadãos e a segurança social, o que exige medidas como o pleno emprego, o salário mínimo, direitos sociais, como a saúde, a educação, a protecção social, etc.; medidas estas que se confrontam com a lógica de economia capitalista de mercado. Devido a estas diferenças, o grande problema da democracia capitalista é a forma como a economia afecta os princípios adoptados pelo Estado-Providência, e como estes, por sua vez, influem no funcionamento da economia (Mishra, 1995: 13-14).

O Estado encontra-se assim, numa tripla crise, a crise financeira, a crise de legitimidade, e crise de eficiência, tendo que se encontrar um conjunto de medidas e soluções para resolver as novas problemáticas da modernização. Carvalho defende que essas soluções terão que passar, inevitavelmente, pela “transferência da responsabilidade de financiamento do Estado para as empresas e particulares” (1993: 12). Mas iriam estes reger-se por uma lógica de igualdade e equilíbrio social, ou por interesses económicos e de mercado, que só agravariam a situação de muitos grupos sociais?

1.4 - Princípios orientadores de uma nova geração de Políticas Sociais

É possível crescer e modernizar a economia investindo, simultaneamente, na modernização e qualidade da sociedade e das políticas sociais, através dos seguintes princípios (DEEP/MTS (2002: 9-12):

1-“Primado das políticas públicas”, através da política de reforço da fiscalização, de modo a, em vez de asfixiar o mercado, torná-lo mais fluente, organizado e flexível, melhorando assim, a qualidade do trabalho, impedindo a fraude e a distorção da concorrência que a mesma implica. Também, através da reforma do sistema de segurança social, permitindo assegurar a sua sustentabilidade financeira, para assim haver uma boa distribuição da riqueza e promoção da justiça social, do bem-estar e da estabilidade social.

2- Responsabilização de todos os actores, exigindo aos agentes sociais de todos os níveis, que “concertassem posições, negociassem caminhos partilhados de mudança” ao mesmo tempo que assumiam as responsabilidades de cada um. Disto são exemplo “a negociação de três acordos tripartidos com os parceiros sociais nas áreas estratégicas da política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação”, o Pacto para a solidariedade, a política de combate à fraude e ao incumprimento das leis, os sistemas de

parcerias institucionais, que permitem as medidas do Rendimento Social de Inserção, ou o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

3- Nova concepção da cidadania, baseada na “transparência e abertura das instituições públicas, na responsabilidade dos serviços, na contratualização dos benefícios e na promoção das capacidades de participação das pessoas” para tal, reorganizou-se o sistema institucional da segurança social, abriram-se Lojas de Solidariedade, expandiu-se o mercado social de emprego, reformou-se o sistema de ensino.

4- Combinar de forma adequada a universalidade de direitos e deveres com a diferenciação positiva, dando mais, a quem mais precisa. Alguns exemplos deste princípio são “o crescimento mais acentuado das pensões mais baixas, o estabelecimento de escalões nas prestações familiares, as mudanças introduzidas nas prestações de desemprego, (...), expansão da rede de equipamentos e serviços, a linha de emergência social”.

5- Territorialidade na gestão das políticas e da aproximação aos problemas e aos cidadãos, através das Comissões Locais de Acompanhamento, que gerem localmente o RMI, criação de redes, pactos e planos regionais para o emprego, com o contributo do Plano Nacional de Emprego (PNE), através das metodologias INSERJOVEM e REAGE⁵ na ajuda aos desempregados jovens.

Estes princípios, apesar de alguns estarem já a ser postos em prática e serem vantajosos, ainda estão aquém das necessidades da nossa sociedade. As políticas de emprego continuam inadequadas e, pior que isso, a não ser cumpridas. As empresas são poucas e sem capacidade para abarcar tantos trabalhadores, e os jovens. Por mais que se invista na formação, permanecem desempregados ou em trabalhos precários, sem perspectivas de futuro.

2 - Políticas de Emprego

As políticas do Estado foram confrontadas por um contexto sócio-económico marcado pelo “acirramento da concorrência comercial global, a rapidez das mudanças tecnológicas em termos de paradigmas de produção, a transformação das condições de realização do trabalho, a emergência de um novo mercado de capitais” e a “falta de perspectivas para a juventude” (Rodrigues, 2003: 95-96), a inovação tecnológica e as novas formas de gestão da economia à escala global, tendo que se repensar as políticas de emprego, definidas estas como, a forma de promover o equilíbrio no mercado de trabalho (DEPP/MTS, 2002: 139).

Para colmatar o desemprego e a exclusão social foi criado em 1993 o **Livro Verde**, e posteriormente, em 1994, o **Livro Branco da Política Social**, com o objectivo de canalizar ideias para o desenvolvimento das políticas sócias a nível europeu, e delinear as primeiras

⁵ Ver os princípios e medidas destes dois programas no artigo de Mário Centeno e Álvaro Novo (2006) *Avaliação do impacto de um programa de apoio à procura de emprego*, in: www.sites.google.com/site/alvaroanovo/BE_ALMP.pdf

linhas de acção, tendo sido colocada prioritariamente a questão do emprego. Mais uma vez se defende, também neste modelo, a protecção e criação de riqueza, a luta contra a pobreza e a exclusão social, a igualdade de oportunidades, e a integração e valorização social de grupos mais desfavorecidos. Mas é em relação ao emprego que novas medidas se colocam, como por exemplo, o investimento numa força de trabalho de qualidade, através da formação contínua de todos os indivíduos, a participação activa dos parceiros sociais. Outras prioridades são a luta contra a xenofobia e o racismo, melhorar a coordenação dos esquemas da segurança social e combater as desigualdades entre homens e mulheres, e promover uma eficiente conciliação entre a vida familiar e profissional.

Posteriormente, no relatório do Comité de Sábios, em 1996, defende-se a elaboração de uma Constituição de Direitos (sociais e cívicos) Fundamentais, e é em 1997, no Tratado de Amsterdão, que se inicia a Estratégia Europeia de Emprego. Estabeleceu-se como meta, conseguir um nível de emprego elevado. Outros processos se desenvolveram em 1999, também neste intuito de reduzir o desemprego, mas é no ano seguinte, no **Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa** que se dá a interligação do emprego, não só com as reformas económicas, como anteriormente se tinha feito, mas também com a coesão social, ou seja, tanto a política social deve exercer um papel no desempenho económico, como a dimensão económica deve aparecer em função do progresso social; ambicionando-se tornar, até 2010, a União Europeia no “espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”. Para tal estabeleceram-se os seguintes objectivos:

- Preparar a transição para uma economia e uma sociedade do conhecimento, o que implica o acesso a todos à informação, o desenvolvimento de empresas inovadoras, reformas económicas, para um mercado interno operacional, coordenação das políticas macroeconómicas, aumentar a qualidade e produtividade do trabalho, e promover uma melhor antecipação e gestão da mudança;

- Modernizar o modelo social europeu, combatendo a exclusão através de um Estado-Providência activo e dinâmico, educação e formação contínua, políticas de emprego activas, para mais e melhores empregos, igualdade de oportunidades para todos, e promover a diversidade e a não-discriminação;

- Desenvolver perspectivas económicas sustentáveis;

- Traduzir as decisões em práticas (in Barata (coord.), 2010: 201-207, 210).

Ora, por mais ambiciosas e dinâmicas que sejam estas medidas, faltou o essencial, o último dos objectivos por eles proposto: “traduzir as decisões em prática”. Isto parece já um hábito no nosso país, e enquanto os políticos não insistirem mais nesta prática e não obrigarem as empresas (através de incentivos e fiscalização) a cumprir rigorosamente as medidas implementadas, nenhuma destas políticas será cumprida e os objectivos não serão alcançados, ficando o país e os seus cidadãos no subdesenvolvimento e no subemprego.

2.1 - Políticas Sociais e de Emprego para os Jovens

Os jovens são o grupo populacional mais afectado com o desemprego e a precariedade. Numa tentativa de reverter essa situação o Estado criou políticas de emprego para os jovens. De seguida serão descritas essas medidas e, apesar de algumas não serem criadas directamente para esta faixa etária, adequam-se à mesma, pelo que serão aqui apresentadas.

Assim, foram criadas medidas de educação e de formação profissional, de informação e orientação profissional; iniciativas locais de emprego; estágios profissionais; programas INSERJOVEM, REAGE e RUMO, que “preconizam uma metodologia de acompanhamento integral e individualizada dos adultos e jovens desempregados”, e uma “interacção sistemática entre orientação-formação-inserção”⁶.

Para incentivar as empresas a empregar jovens desempregados à procura do primeiro emprego, estas ficam isentas de contribuições, por um período de 36 meses. Também se apoia o trabalho independente, sobretudo dos jovens que criem a sua empresa; e dá-se um apoio financeiro para cada posto de trabalho criado por empresas, e para trabalhadores que apresentem um projecto para a criação de novos empregos; subsídios ao lançamento de acções de formação; subsídio de desemprego parcial, acumulável com trabalho a tempo parcial (Centeno et al, 2000: 125,152; Rosa (coord.) 2000: 93; Ferrera et al, 2000: 140). Curiosamente, poucos jovens aderem aos apoios de criação de empresas. Será porque o dinheiro financiado não é suficiente, ou porque não conhecem suficientemente bem o mercado de trabalho, não se sentindo preparados para a gestão de uma empresa?

As políticas sociais e de emprego, num estado social-democrata, como é o nosso, tem um papel mais directivo para o sistema de protecção social, privilegiando uma politica de emprego de investimento social, em vez de acompanhar a flexibilidade no mercado, levando a um esgotamento dos stocks e conseqüentemente, a maiores desempregos e formas de trabalho precário, sendo os mais atingidos, os jovens à procura do primeiro emprego, sobretudo se tiverem poucas qualificações, e os desempregados de longa duração (Rosa (coord.), 2000: 37).

2.2 - Trabalho e Protecção Social

As empresas reorganizaram-se em hierarquias horizontais, assim como a organização da indústria e dos serviços, que adoptaram o uso de maquinaria flexível, permitindo uma descentralização da produção. A natureza dos produtos e a relação vendedor-cliente alteraram-se, e deu-se uma ruptura das distinções ocupacionais tradicionais, assim como daquilo que se entende por qualificado e não-qualificado, numa época em que se exige uma multiplicidade de responsabilidades e conhecimentos. Deste modo, os empregos tornaram-se menos seguros e determinadas qualificações e trabalhadores tornaram-se redundantes,

⁶ MTS, 1998: 82 - Erradicação da Pobreza

criando-se uma cada vez maior dependência dos subsídios de desemprego e dos apoios à formação.

Como consequência destes fenómenos as estruturas de protecção social, que tinham sido concebidas para contextos diferentes dos actuais, criam efeitos negativos, destruindo incentivos, e tornando ineficazes as políticas de redistribuição, ao mesmo tempo que diminui a produtividade dos serviços de protecção social, e aumentam os seus custos (Ferrera et al, 2000: 15).

Em pior situação se encontram os grupos menos qualificados, que não conseguindo lidar com uma economia baseada no conhecimento, correm sérios riscos de exclusão social. A taxa média de desemprego entre estes grupos, nos quais se inserem em larga medida os jovens, é duas a três vezes superior que a dos grupos com mais qualificações. Também o período de desemprego é maior e com mais frequência nos primeiros do que nos segundos, o que tem um duplo efeito: a deterioração dos níveis de qualificação e a estigmatização por parte dos empregadores. Sendo assim, coloca-se um duplo desafio político: aumentar as qualificações dos grupos mais desfavorecidos, e aumentar as oportunidades de emprego para os grupos menos qualificados, aumentando os empregos baseados em actividades pouco qualificadas (Ferrera et al, 2000: 18-19).

As políticas sociais e a economia de mercado têm que funcionar em conjunto para um bem comum, pois ambas se podem beneficiar mutuamente e promover a riqueza económica, o pleno emprego e a coesão social, baseado no “Triângulo da Qualidade” (in Barata (coord.), 2010: 208). A política social e a protecção social universal “é um investimento na adopção sustentável da economia e pode fornecer uma base sólida para a flexibilidade e para assumir riscos” (Ferrera et al, 2000: 22). Por outro lado, políticas activas do mercado de trabalho combatem o desemprego, mantêm pessoas desempregadas em contacto com o mercado de trabalho e permitem um maior ajustamento entre os trabalhadores e os empregos. As políticas activas de formação profissional e educação também diminuem o desemprego, aumentam a produtividade e têm um efeito moderador na subida dos salários (Ferrera et al, 2000: 23).

Apesar das medidas de mercado de trabalho e de protecção social, Rawls refere que “indivíduos e grupos altamente desfavorecidos estão encurralados na sua condição devido a configurações institucionais perversas, quer do mercado de trabalho quer do sistema de protecção social” (in Ferrera, 2000: 107). Ou seja, o mercado de trabalho caracteriza-se por um acesso restrito a muitos sectores e ocupações, devido a uma selecção amoral, que privilegia as origens familiares para uma ocupação profissional, em vez do talento e qualificações. Também, em muitos casos, a protecção social estigmatiza, “aniquila a autonomia individual e exerce uma forte pressão no sentido do conformismo” (Giddens, 1997: 110). Atribuições de RSI de modo passivo e paternalista são um exemplo disso.

Se os empregos são quase um privilégio das classes médias e altas, e as medidas de protecção social uma estagnação das classes baixas, os incentivos a graus elevados de formação parecem hipócritas e infrutíferos. Tanto as medidas de mercado de trabalho como

as de protecção social parecem ter caído numa infinidade de sugestões, mais ou menos iguais, mais ou menos repetitivas, e todas com uma característica comum - o fracasso. Obtém-se o oposto daquilo que se pretende, exclui-se ainda mais o excluído, como se a intenção fosse abrir caminho para a classe média-alta.

2.3 - Proliferação de medidas e incorrecta aplicação das mesmas

O Estado, para além das políticas de protecção social, criou 83 medidas, todas elas direccionadas para a inserção no mercado de trabalho, destinadas a apenas três grupos-alvo: desempregados, jovens e pessoas com deficiência, objectos de superprotecção, tendo-se deixado de fora situações que mereceriam igual atenção.

Isto indicia uma proliferação de medidas, uma vez que estas “existem em elevado número (o que por si só representa um problema de integração e gestão) e se sobrepõem em larga medida (o que pode criar problemas sérios de eficiência na aplicação)” (Centeno et al, 2000: 151-152, 154)⁷.

Outro problema destas medidas é que, muitas delas, não são sequer conhecidas pelos técnicos que as aplicam no terreno, para além de existir uma dificuldade em as ajustar às necessidades (Centeno et al, 2000: 154). Ou seja, houve uma “sistemática subavaliação das necessidades reais das pessoas, uma insuficiente capacidade de resposta e uma incompatibilidade dos serviços oferecidos com as necessidades e as condições da população” (Hespanha e Carapinheiro, 2002:41).

Esta oferta de protecção desmedida, num momento de crescente e prolongado desemprego e de emprego atípico e instável, caracterizado por entradas e saídas frequentes do mercado de trabalho, podem levar muitos indivíduos ao comodismo, o que traz consequências negativas, tanto para o Estado, como para o ajuste do mercado de trabalho (Vásquez, 2008: 135). O Estado viu-se confrontado com um esgotamento do stock, sem que com isso tivesse resolvido o problema do desemprego, e pior que isso, expandiu muitas formas de trabalho precário e pôs em causa a viabilidade económica de pequenas empresas (Rosa (coord.) 2000: 37).

A solução não passa pela eliminação das medidas, mas sim, pela criação de acções coerentes, consistentes e compreensíveis, tanto para os técnicos, como para os beneficiários. Também se deve abandonar a lógica dos grupos alvo, para se privilegiar “a identificação de situações problema e a procura de soluções integradas” (Centeno et al, 2000: 151). Mais uma vez, não seria preferível e mais rentável investir na integração dos jovens no mercado de trabalho, do que custear o desemprego?

⁷ As medidas estão apresentadas em anexo.

Capítulo IV: Integração dos Jovens no Mercado de trabalho

1 - Mudanças no Mercado de Trabalho

Foi após a adesão às Comunidades Europeias, em 1986, que Portugal começou a sofrer um processo de mudança muito acelerado, tendo tido um forte impacto de modernização em vários sectores, como o sistema institucional, as infra-estruturas, a grande adesão dos jovens ao ensino superior, as mudanças na organização das famílias, e a inovação das empresas. Inicialmente, estas alterações permitiram um significativo crescimento económico e melhores condições de vida da população. No entanto, a partir da década de 90, percebe-se que não se tiveram em conta estratégias para a sustentação da competitividade económica, nem para a qualidade social, tendo-se dado uma regressão: o crescimento económico era insustentável e os problemas sociais aumentaram, agravando-se as desigualdades sociais. O Estado viu-se assim confrontado com duas prioridades: o investimento no crescimento económico e no capital humano. O problema era que “onde se ganhasse em eficiência do mercado, perdia-se em qualidade da sociedade, e onde se gastasse em políticas sociais, perdia-se em economia de recursos” (DEPP/MTS, 2002: 6), pelo que qualquer uma das opções traria consequências desastrosas para a sociedade, no seu todo. Era necessário conciliar as duas vertentes, torná-las cooperantes, só assim se poderia aumentar a qualidade, quer da economia, quer das políticas sociais, em simultâneo (DEPP/MTS, 2002: 5-7).

Face às contradições do antigo sistema e aos problemas daí advindos, criou-se um novo modelo, a partir de considerações de ordem micro-económica, tendo-se alterado o mercado de trabalho (Wuhl, 1992: 40-41; Domingues, 2005: 49-53): As empresas passaram a ter uma organização mais flexível; houve uma recomposição dos postos de trabalho, no sentido de maior polivalência, melhor formação, maior responsabilidade e autonomia; a tecnologia foi inovada, permitindo produções diversificadas, em curtas séries, e rápidas mudanças sem custos excessivos; a negociação colectiva foi descentralizada; aumentaram-se os desafios de competitividade, da incerteza e dos riscos de negócio; e o sistema de mercado tornou-se mundializado e autónomo.

1.1-Alterações nos Padrões de Empregabilidade

Bülher refere que actualmente as empresas têm uma nova ética de empregabilidade, ao considerarem que “já não faz sentido a reivindicação de preservação e de criação de emprego”, mas sim “garantir a empregabilidade dos assalariados” (cit in Rosa (coord.) 2000: 31), ou seja, os trabalhadores têm de ter um nível de profissionalismo adequado para o exercício de um emprego, sendo as suas competências avaliadas permanentemente.

O trabalhador tem que ser versátil e adaptar-se a todas as acções que lhe são exigidas, sob pena de ser despedido. Para tal, deve ter um percurso profissional diversificado e contínuo. O nível de qualificação da mão-de-obra tem que ser cada vez mais elevada, para permitir a mobilidade do emprego nas empresas e aumentar a capacidade de resistência ao desemprego. Assim, as políticas de formação profissional distribuem-se num conjunto de programas (Mozzicafreddo, 1997: 143-144), como sejam as políticas de formação inicial: para jovens saídos das escolas técnico-profissionais; o sistema de aprendizagem ou formação em alternância, para jovens entre os 14 e os 25 anos, como alternativa ao sistema de educação formal; a formação contínua, para empregados jovens ou adultos; as políticas de emprego-formação, para desempregados de longa duração e grupos sociais vulneráveis ao desemprego (como por exemplo os jovens); a formação em tecnologia avançada de informação; a formação para a inserção de jovens na vida activa; e os programas de emprego para jovens à procura de emprego.

Apesar desta exigência de flexibilidade e multidiversidade dos trabalhadores, que parece só ser alcançada pela formação profissional, as empresas, segundo o Departamento de Estatísticas do Ministério de Emprego e Segurança Social, com base num inquérito às empresas industriais do Continente⁸, não se interessam nem se aproveitam muito das acções de formação, pois apenas 37,4% consideravam necessária a formação profissional da mão-de-obra empregada (in Mozzicafreddo, 1997: 145).

John Atkinson esquematiza os grupos de trabalhadores, consoante os padrões de empregabilidade da empresa flexível (in Rosa (coord.) 2000:29-30):

- Grupos centrais: constituídos por empregados a tempo completo, com carreira permanente, capazes de dar corpo à flexibilidade funcional;
- Primeiro grupo periférico: constituído também por empregados a tempo completo, mas com mais insegurança no emprego e no acesso a uma carreira. São empregos menos qualificados e sujeitos a uma flexibilidade numérica e financeira;
- Segundo grupo periférico: constituído por empregados a tempo parcial, com contratos a prazo, sujeitos a uma flexibilidade numérica e funcional;
- Grupo externo: Constituído por empregados ou com muita especialização numa actividade ou em tarefas vulgarizadas, subcontratados pela empresa a outras firmas ou contrata os serviços de trabalhadores por conta própria.

Conclui-se, como refere Atkinson, que as empresas empregam tendo em conta a racionalidade instrumental dos trabalhadores, sendo o seu trabalho avaliado como valor de troca e factor de produção (cit in Rosa (coord.) 2000: 31). Querirá isto dizer que é mais importante para as empresas as competências profissionais adquiridas, do que o grau de habilitações? Estarão os jovens com cursos profissionais preparados para o funcionamento de mercado actual?

⁸ Não refere o ano do estudo.

1.2- Relação entre o Funcionamento do Mercado de Trabalho e a Exclusão Social

O trabalho é a principal fonte de rendimentos e de subsistência, para além de ser o mecanismo que assegura pensões e outros benefícios sociais. Mas para além disto, que é já de grande importância, o trabalho representa, na actual sociedade, o principal ponto de referência para o estatuto social e o desenvolvimento de uma identidade. Ele é ainda o contexto onde se estabelecem redes de solidariedade e se actualizam as competências profissionais.

O desemprego tem então, um carácter destrutivo na vida das pessoas, agravando à medida que aumenta o tempo de desemprego. Grande parte das categorias em risco de exclusão são precisamente aquelas que nunca tiveram ou perderam os vínculos com o mercado de trabalho. Em Portugal, em 2001, 47,3% da população estava desempregada há mais de um ano (DEPP/MTS, 2002: 218), ou seja, em risco de exclusão social.

Segundo Luís Centeno et al, existe uma relação entre o modo de funcionamento do mercado de trabalho e o aumento das situações de exclusão social (2000: 37). O insucesso escolar, a dualização do mercado de trabalho, ou a precarização do emprego, são alguns dos exemplos que explicam essa relação. Num século caracterizado pelo emprego, este tem um papel central na coesão das sociedades.

Os jovens desempregados de longa duração à procura de primeiro emprego, inserem-se neste contexto de exclusão, e a atribuição de subsídios e ajudas monetárias a este grupo não é uma solução. A sua integração passa pelo mercado de trabalho, principal factor de socialização (Centeno e tal, 2000: 38-41). Mas não se pense que quem trabalha está fora da situação de exclusão. Segundo Bruto da Costa, um terço dos pobres portugueses têm um estatuto de patrão, ou trabalhador por conta própria, e cerca de 16% são trabalhadores por conta de outro (1998: 40-41), pelo que o exercício de uma profissão hoje em dia, não é garantia de qualquer tipo de estabilidade. Cada vez mais, os trabalhos são precários, incertos, mal remunerados e com horários sobrecarregados, impedindo o exercício de uma vida digna e equilibrada.

2 - Desemprego e Precariedade Juvenis

Serge Paugam define o Emprego Precário como uma situação caracterizada pela forte vulnerabilização económica, e pela restrição, total ou parcial, dos direitos sociais, uma vez que estes são fundados na estabilidade do emprego. Também o salário é aqui precário, ocupando “uma posição inferior na hierarquia dos estatutos sociais definidos pelo Estado-Providência” (2000:356).

Consideram-se como formas de trabalho, em risco de conduzir à precariedade e ao desemprego (Rosa (coord.), 2000: 43-45) o Trabalho a tempo parcial involuntário; os

contratos a prazo, o trabalho temporário e o sazonal, o trabalho ocasional/pontual, e o trabalho no domicílio e em regime de contratação/subempreitada

Segundo as Estatísticas do Emprego, relativas ao terceiro trimestre de 2010⁹, estão no desemprego 22,7% de jovens dos 15 aos 24 anos e 12% dos 25 aos 34 anos, com o ensino secundário ou pós-secundário, e 30,5% dos 15 aos 24 anos e 10,1% dos 25 aos 34 anos, com o ensino superior, sendo que com o ensino superior são mais os homens desempregados do que as mulheres, enquanto, com o ensino secundário, são mais as mulheres desempregadas que os homens, facto que se pode explicar devido a serem mais mulheres que homens a frequentar o ensino superior, e a serem, os percursos profissionais das pessoas com ensino secundário mais técnicos ou pesados, e por isso, mais direccionados para homens.

Verifica-se já aqui uma pequena discrepância na percentagem de desempregados jovens com ensino secundário ou pós-secundário, e os jovens com ensino superior, estando estes numa melhor posição. No entanto, é também notório o preocupante nível de desempregados jovens, em todas as suas categorias, e o tipo de trabalho precário a que têm que se sujeitar para, pelo menos, estarem inseridos social e profissionalmente.

2.1 - Factores condicionantes de integração sócio-profissional

Quando se fala em desemprego ou em exclusão social pensa-se sempre numa franja populacional proveniente de meios desfavorecidos e que por isso não têm condições de mobilidade social ascendente. No entanto, a integração sócio-profissional pode ser condicionada por diferentes factores, podendo assim, atingir qualquer pessoa em diferentes classes sociais.

Assim, a integração sócio-profissional pode ser condicionada pela fragilidade e insuficiência do sistema educativo, que levam ao insucesso e abandono escolar; pela desadequação do ensino ao mercado de trabalho; pelas baixas qualificações e habilitações insuficientes ou desadequadas (dificuldade em actualizar e melhorar o desempenho profissional); pela heteroexclusão, autoexclusão, marginalidade: A instabilidade e desestruturação familiar é um aspecto referido para justificar percursos profissionais de exclusão ou de insucesso, assim como o pertencer a uma minoria étnica, ou residir em bairros sociais; pela info-iliteracia; aumento da população disponível para o desempenho de uma actividade; a substituição da força de trabalho pelas tecnologias; diminuição da capacidade competitiva das unidades produtivas; modernização da economia e por períodos de recessão económica.

(Mozzicafreddo, 1997: 63, 110; Centeno e tal, 2000: 70-78; Martins, 1996: 172).

Estes e outros factores podem de facto atingir qualquer pessoa independentemente da classe social, mas é inegável que são os jovens provenientes das classes sociais baixas os mais atingidos ou mais vulneráveis a estas situações. Também o distanciamento entre a escola e o

⁹ Taxa de desemprego, por sexo, grupo etário e nível de escolaridade (actualizações feitas em 17 de Novembro de 2010), no site: www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000593&selTab=tab0

mercado de trabalho cria discrepâncias entre os cursos existentes e as necessidades de mercado, deixando muitos de fora deste. E por último a inexistência de um mercado alargado que abranja toda a população em idade activa.

3-Paradoxo: Mais Instrução/ Menos Trabalho

Acreditava-se que a aquisição de habilitações de nível cada vez mais elevado assegurasse a possibilidade de ascensão social e profissional. No entanto, a realidade mostra que a aquisição de um diploma de nível superior já não é um fim mas o início de um percurso profissional marcado pela incerteza e insegurança (Centeno et al, 2000: 56-57). Hoje em dia, agravaram-se os efeitos do desemprego entre aqueles que possuem diplomas de nível superior, logo estes já não são sinónimo de emprego, muito menos de lugares bem posicionados nas empresas (Bendix e Lipset, 1959: 87, in Martins, 1996: 170), até porque, em muitos casos, os “graus académicos já não têm correspondência aos papéis profissionais que permitiam outrora” (Grácio, 1986: 124).

Sem querer contrariar estes dados, Manuel Villaverde Cabral deixa claro que são as pessoas com mais instruções e provenientes das classes socioeconómicas mais elevadas, que ocupam as melhores posições empresariais. Diz ainda que 50% dos universitários apresentam uma alta mobilização contra os 27% da média nacional, e que 80% daqueles que não frequentaram a escola ou não terminaram qualquer grau de ensino têm uma baixa mobilização (Cabral, 1997: 57). Também Wuhl refere que as taxas de emprego mais desfavoráveis se observam naqueles que têm um baixo nível de ensino, enquanto para os que completaram o percurso escolar têm grandes probabilidades de conseguir emprego (1992: 96). Mas será vantajoso para as empresas empregar só funcionários com habilitações académicas superiores? Não terão os técnicos com cursos profissionalizantes as mesmas ou melhores competências para o desempenho de funções mais práticas, podendo estes continuar receber uma formação ao longo da sua carreira profissional?

Em 2001 Portugal ocupava o antepenúltimo lugar na União Europeia, com uma das percentagens mais baixas (8,4%) de população activa em formação, contra, por exemplo, a Suécia e o Reino Unido, com 21,6 e 21,7%, respectivamente, de população activa a tirar formações, o que revela um fraco esforço do nosso país no investimento em formação. Se atendermos então à população jovem portuguesa (entre os 18 e 24 anos) só com a educação secundária, em 2001, Portugal está em último lugar, com a percentagem mais alta - de 44,4%, contra, por exemplo, o Reino Unido, que apresenta somente 7,2% de jovens apenas com o ensino secundário (Barata, 2010: 416-417). Poder-se-á daqui concluir que, e não negando que de facto muitos diplomados de nível superior se encontram desempregados, a economia portuguesa tem fracos padrões de especialização e qualificação (Barata, 2010: 418).

É perante esta realidade que Estado e Empresas têm de activar medidas e encontrar soluções. As empresas não podem, numa sociedade em que a maioria dos jovens tem o ensino

secundário, exigir níveis superiores de formação para todos os cargos, até porque muitos deles não necessitam dessas habilitações para serem desempenhados com eficiência.

Segundo a OCDE, são as formações técnico-profissionais que oferecem melhores condições ao sistema de emprego, na medida em que torna aptos os indivíduos para o desempenho de vários papéis profissionais, mas ainda assim, este é o tipo de ensino com menor prestígio, permitindo empregos de estatuto inferior (1989: 53). Também no âmbito dos programas de RSI, são os diplomados com menor grau de habilitação os que mais os frequentam (Centeno et al, 2000: 80), logo, há uma vantagem quer profissional quer financeira nos níveis de instrução elevados (OCDE, 1989: 85).

Numa época de estagnação económica, em que, mesmo os indivíduos com mais habilitações estão sujeitos ao desemprego de longa duração (OCDE, 1989: 43), não há dúvida que, serão sempre aqueles com menores níveis de instrução os que irão ocupar “os últimos lugares na fila de espera, ficando por conseguinte sem emprego por longos períodos de tempo” (Martins, 1996: 172). Portanto, não se pode dizer que haja um paradoxo quanto à ligação entre o nível de instruções e o acesso ao emprego, há apenas maiores dificuldades de inserção num mercado de trabalho em transformação e crise económica, sendo maior a dificuldade quanto menores forem as qualificações e competências profissionais.

Capítulo V: Cursos Técnico Profissionais - Meio de Inserção Profissional

Y a-t-il une fatalité ineluctable des societies industrielles à renvoyer systématiquement les travailleurs les moins qualifiés à l'exterieur du système productif et de l'emploi? (Wuhl, 1992: 217).

1 - Ensino recorrente: uma escola de elites?

Na primeira metade do século XX a escola era uma instituição para elites, alicerçada por um conjunto de valores estáveis, que permitia, em função do mérito, a mobilidade social, decisão defendida por Ribeiro Sanches, que dizia que “o povo não devia ter acesso ao ensino” (Carreira, 2008:123). No entanto, na década de 70 começa a haver uma ofensiva neo-liberal que obriga o Estado a mudanças políticas com implicações devastadoras para o país - aumenta o desemprego e a pobreza e surgem novos grupos de excluídos. Para enfrentar esta realidade, o Estado atribui à escola o papel desencadeador de mudança, promotor de desenvolvimento, mobilidade social, igualdade e justiça. Dá-se a democratização de acesso ao ensino e cria-se uma escola de massas em meados dos anos 70. No entanto, o “sistema de ensino, em Portugal, mantinha-se centralizador, funcionalista e normativista” (Carreira, 2008:137), o que veio gerar a reprodução acentuada das desigualdades sociais.

O discurso político refere como indispensável para a modernização do país, a relação da educação com a competitividade económica, o que implica uma gestão no sentido da eficácia do sistema e centrada nos resultados, isto é, democratiza-se o acesso ao ensino, mas o sucesso é alcançado através de uma ideologia meritocrática, o que segundo Teresa Carreira, é a causa das desigualdades sociais (2008:125). A escola passou de um contexto de certezas para um contexto de incertezas, numa sociedade em constante mutação e sem bases de suporte. Existe uma democratização do ensino, mas os seus graus de exigência não são acessíveis a todos. Felizmente, também já a escola pública oferece cursos profissionais para abrir novas ofertas e respostas às diferentes capacidades e aspirações dos diferentes alunos.

1.1- Motivos do insucesso escolar e das baixas qualificações de alguns jovens

O Estado centra a culpa da exclusão social na escola, o que revela uma atitude neo-liberalista de desresponsabilização. Também António Trigueiros e outros actores defendem que “o problema em si mesmo está dentro da própria escola”, isto é, “na grande dificuldade de se ser capaz de desmontar o sistema existente e construir em termos organizacionais as escolas de outra maneira (Trigueiros et al, 2002:79). Ainda na mesma linha, Bruto da Costa sublinha que a escola reproduz as desigualdades sociais, uma vez que “aproveita em medida

muito escassa a imensa potencialidade que, em princípio tem, de quebrar o ciclo da pobreza” (2007:50). Diz ainda que para tanto seria precisa uma reforma profunda da escola.

De facto, e apesar das medidas políticas implementadas pelo Estado no âmbito social e económico, é a Escola que constitui o pilar indispensável para a mudança, sendo nesta área que ele mais tem apostado, modificando o seu papel e algumas das suas políticas: O Estado tende a evoluir de um Estado educador para o de Estado regulador, isto é, tem apenas um papel de estímulo e regulação normativa, atribuindo às instâncias locais uma maior participação nas decisões e na execução de políticas educativas. Este processo de descentralização das políticas educativas tem três orientações fundamentais:

- Territorialização das políticas no sentido de racionalizar a rede escolar, através do encerramento de escolas rurais, da criação de agrupamentos de escolas, do incentivo à constituição de parcerias, para que possam dar resposta às necessidades locais, sem perderem as orientações nacionais;

- Diversificação das ofertas formativas, através de currículos alternativos;

- Preocupações com a inclusão social, criando-se um “conjunto de medidas que propiciem um acesso mais equitativo das diferentes categorias de alunos ao sistema educativo, promovendo a sua inclusão” (Alves e Canário, 2004: 989).

Foram ainda tomadas outras medidas na Educação, como a escolaridade obrigatória, os currículos alternativos, o programa Novas Oportunidades, que aponta para a “qualificação de um milhão de adultos activos como forma de promover a competitividade da economia nacional e o combate à exclusão social” (Carreira, 2008:145). No entanto, estas medidas revelam-se insuficientes e infrutíferas, pois muitas vezes estão desadequadas, ou nem chegam a ser aplicadas.

A descentralização das políticas educativas e a transferência de competências para os órgãos de poder local, um princípio do Governo no domínio da educação (Nóbrega et al, 1996:350), não se verifica na prática - uma prova é o facto de a elaboração do projecto educativo, por exemplo, ser cometida [...] ao conselho pedagógico, e não ao conselho de escola, seu órgão político” (Estêvão, 1995, cit in Lima e Afonso, 2002:78), estando as escolas e os professores submetidos às medidas da União Europeia e do Governo, muitas vezes, totalmente desadequadas às necessidades do nosso país e de cada caso em particular.

A autonomia da escola “resulta sempre da confluência de várias lógicas e interesses (políticos, gestores, profissionais e pedagógicos) que é preciso saber gerir, integrar e negociar” (Barroso, 1996:20), não podendo ser apenas os políticos a tomar todas as decisões. Todos os responsáveis pela gestão da escola, Estado, autarquias, professores, alunos e pais, devem participar nas decisões. No entanto, essa participação exige “o exercício de uma liderança empreendedora (capaz de fazer o diagnóstico, dar o impulso inicial, criar a ruptura com a situação anterior, gerir e animar o processo de mudança e introduzir-lhe as correcções necessárias); e uma participação efectiva dos actores interessados (capaz de assegurar a mobilização das suas ideias, dos seus saberes, da sua experiência, das suas soluções) ” (Friedberg, 1995, cit in Barroso, 1995:33).

Para que o combate à exclusão comece a surtir efeitos e seja eficaz deve-se agir em todas as vertentes - o Estado, a escola, as famílias, as empresas, a comunidade, os excluídos - todos são responsáveis pela exclusão e todos têm que ser participantes activos da mudança.

2 - Definição de cursos profissionais

Segundo o decreto-lei nº 4/98, Preâmbulo, a formação técnico-profissional é uma modalidade especial de ensino, como alternativa ao ensino secundário regular. Tem uma maior liberdade de iniciativa e de gestão que o ensino regular, uma maior inserção regional e local, e uma organização curricular mais profissionalizante (in Pardal et al, 2003b: 30). Existem actualmente, em Portugal, 218 escolas profissionais, sendo 196 privadas e 22 públicas. São nelas leccionados mais de 250 cursos, abrangidos por 17 áreas de formação¹⁰.

Margarida Lopes refere como grande objectivo da formação profissional tentar colmatar as imperfeições do funcionamento do mercado de emprego e melhorar o ajustamento entre o trabalhador e o posto de trabalho (1995: 51). Para além disso, visa, segundo o artigo 19º da Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, “uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, de forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica” (Diário da República, I Série nº 237, 1986: 3073)¹¹.

Os cursos profissionais têm a duração de três anos lectivos, com um mínimo de 2900 e um máximo de 3600 horas de formação, com equivalência ao 12º ano de escolaridade, logo permite a prossecução de estudos no ensino superior, e ainda a inserção no mercado de trabalho, através da atribuição de um certificado de qualificação profissional de nível III, reconhecido pela União Europeia (Pardal et al, 2003a: 115).

Relativamente ao currículo, tem uma estrutura modular, isto é, variável consoante a região e as suas necessidades, ao contrário do ensino regular, que apresenta uma estrutura rígida e uniforme a nível nacional. Portanto, os currículos são diversificados, flexíveis e participados dentro de cada área de formação, e contêm três áreas de formação, idênticas ao ensino regular: geral, específica e técnico-profissional (Pardal et al, 2003b: 30).

2.1 - Ensino profissional: A realidade portuguesa

O ensino técnico e profissional foi criado em Portugal na segunda metade do século XVIII, mas de forma muito precária e muito desvalorizado por parte das elites e políticos, que defendiam a manutenção do status quo (Pardal et al, 2003a: 15). Sofre assim avanços e recuos, mas com a revolução de 1974 é abolido em detrimento de um ensino único e democrático. Depressa se descobre que a massificação do ensino levava à exclusão social de

¹⁰ www.dapp.min-edu.pt

¹¹ www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/283BAF87-01C8-4EF4-A169-694533E63B0D/612/LeideBases4686.pdf

muitos jovens, pois verifica-se uma elevada taxa de repetências e abandono, a esmagadora maioria, de jovens provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, tendo por isso que se encontrar novas soluções (Pais, 1996: 218-220).

O ensino técnico e profissional é de novo criado em 1983, como resultado de várias pressões, tanto de organizações internacionais, como a OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO, como de factores internos, ligados com a necessidade de mão-de-obra qualificada, grande desemprego e disfuncionalidades no sistema educativo (Martins, 1996: 265).

Apesar da sua evolução e ao contrário de outros países, como por exemplo a Alemanha, em que o ensino técnico e profissional é bastante reconhecido e frequentado, levando a que, em 2002, 83% da população tenha no mínimo, o ensino secundário, Portugal possui ainda uma forte estigmatização destes cursos, que são entendidos como vias secundárias para grupos mais desfavorecidos ou com elevado insucesso escolar, não permitindo a ascensão nem o prestígio social. Em grande medida pela não adesão a esta via de ensino, muitos jovens desistem precocemente da escola, estando Portugal com os valores mais baixos da União Europeia a nível do ensino, com apenas 24% da população com ensino secundário e mais (in Martins, 2005: 141-143). Para Almeida Garrett a educação nobre é a daquele que não está destinado a ofícios ou empregos mecânicos, destinando-se este tipo de aprendizagem apenas a jovens não pertencentes às elites (Garrett, 1904: 43).

Essa forma de pensar está já, de alguma forma, ultrapassada, no entanto, continua a ser, esta via de ensino, maioritariamente frequentada pelos jovens de classes mais desfavorecidas, em que os pais também possuem o mínimo de habilitações. Em 1990 eram apenas 1,8% e 0,3% os jovens empregados com o ensino técnico e ensino médio, respectivamente, sendo que a grande maioria dos jovens empregados (38,9%) possuía apenas o ensino primário (DE/MESS in Correia et al, 1992: 14). Actualmente as habilitações dos jovens, a nível geral, tiveram um aumento muito significativo, o mesmo se passando na adesão aos cursos profissionais, mesmo não indo além dos 29,4%, no ano lectivo de 2001/2002, sendo que destes, 19,1% frequentam os cursos tecnológicos das escolas secundárias, e 10,3% os das escolas profissionais (ME/DAPP in Pardal et al, 2003b: 34-35). Também, segundo o PNAI de 2008-2010, no ano lectivo de 2007/2008 houve um aumento de 50% de vagas nos cursos profissionais, o que corresponde a um aumento de 16.500 alunos no ensino secundário (Portugal, 2008: 57). Dados disponibilizados pelo Ministério da Educação referem que, do total de alunos inscritos no ensino secundário em 2009, 36,6% estavam inscritos em cursos profissionais (Jornal O Público, 2010)¹².

Marçal Grilo (1992) refere que a fraca qualificação técnica dos recursos humanos existentes, tanto a carência de técnicos médios, como de chefias intermédias e pessoal altamente qualificado (cargos alcançados pelos cursos de formação técnica e profissional), traz graves consequências à modernização da indústria portuguesa.

¹² Notícia do Jornal O Público, 17/12/2010, escrita por Clara Viana, in: www.publico.pt/Educação/cursos-profissionais-representam-15-por-cento-da-amostra-do-pisa_1471472

O ensino técnico e profissional, para responder aos desafios da globalização, da evolução tecnológica constante e das rápidas mudanças sociais, tem que ser reconfigurado e desenvolvido de maneira a responder, quer ao desenvolvimento das sociedades, quer às potencialidades do indivíduo. Os currículos deveriam valorizar o contexto internacional, em vez de se centrarem apenas no contexto local e também os componentes técnicos e a adequada formação dos professores. Deve-se ainda valorizar o estatuto social deste tipo de ensino, através de uma formação académica e profissional de qualidade (Pardal et al, 2003b: 24).

Face às incertezas do mercado de trabalho e à volatilidade das formações profissionais que eles recebem, Boaventura de Sousa Santos considera que “é cada vez mais importante fornecer aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, quadros teóricos e analíticos gerais, uma visão do mundo e das suas transformações de modo a desenvolver neles o espírito crítico, a criatividade, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipa, e a capacidade de negociação” (Santos, 1994: 172).

2.2 - Diferenças entre o ensino regular e o ensino técnico-profissional

Características	Ensino Regular	Ensino Técnico-Profissional
Reconhecimento e prestígio social	Elevado	Fraco e estigmatizado - mas dentro deste ensino, há cursos mais prestigiantes que outros, como por ex. o de informática
Origem do ensino	Foi constituído como um sistema de elites	Foi constituído como uma alternativa aos alunos com insucesso no ensino regular
Frequência do ensino	Elevada - 70%	Fraca - 30%
Classe social dos alunos	Médias altas e altas	Baixas, provenientes dos meios mais desfavorecidos ou de alunos sujeitos a reprovações sucessivas no ensino básico
Estatuto sócio-profissional e escolar dos pais	Maioria com cargos técnicos superiores ou intermédios, e têm o ensino obrigatório ou uma licenciatura	A grande maioria são operários ou empregados dos serviços, e têm a 4ª classe

Gestão da escola	Estão dependentes das normas estipuladas pelo ME, a nível nacional	Gozam de Autonomia administrativa, financeira e pedagógica
Currículo	Acentuadamente academicista e generalista	Componente geral e científica reduzida, enquanto a componente tecnológica ocupa 50% do total. Planos curriculares diversificados, flexíveis, e participados. Procuram responder às necessidades locais e regionais
Ligação ao mercado de trabalho	Fraca ou nula	Têm uma participação directa das empresas e integração dos processos de formação em contextos reais de trabalho
Aspirações dos jovens	Prossecução de estudos de nível superior e prestígio social	A grande maioria deseja ingressar na vida activa como técnicos de nível intermédio

Fonte: (Ministério da Educação, 1992: 14; Pardal et al, 2003a: 113-115; Pardal et al, 2003b: 18-23, 30-35, 63, 93; Martins, 1996: 165-169, 280-284).

O sistema de ensino tem passado por profundas mudanças a partir da década de 60, e em especial na última década. As baixas habilitações escolares existentes em Portugal em relação aos restantes países da União Europeia, obrigaram os responsáveis políticos a tomar medidas que diminuíssem o insucesso e abandono escolar. O ensino técnico-profissional passou a ser mais valorizado, tendo-se incluído no ensino regular cursos tecnológicos, e tendo-se criado várias oportunidades de reingressar ao ensino, tais como os cursos de educação extra-escolar, programas educativos para todos, certificação de saberes adquiridos, etc. No próprio ensino regular alteraram-se os currículos, com a integração de novas disciplinas, e facilitaram-se as provas de ingresso ao ensino superior (ME, 2002: 3, 5-9).

A realidade do país exige uma maior e racional diversificação de ofertas formativas. A massificação do ensino foi, em grande parte, responsável pela marginalização de muitos alunos, que tinham grandes taxas de reprovação no ensino secundário regular, tendo estes como alternativa o ensino técnico-profissional, entre outras opções. Estes cursos, ainda muito estigmatizados socialmente, estão a evoluir o peso de cada uma das áreas de formação, de modo a se aproximarem da forma de ensino regular, ou seja, estão a valorizar mais as componentes académicas, orientadas para o prosseguimento de estudos a nível superior, e a diminuir o tempo dedicado ao trabalho prático. Por sua vez, o ensino secundário regular está a fazer um esforço de implementação da componente prática e de aproximação ao mercado de trabalho (Pardal et al, 2003b: 19, 29, 100).

3 - Interacção entre a Escola Profissional e as Empresas: Fragilidades e Perspectivas

Sendo as escolas técnico-profissionais caracterizadas pela sua forte componente prática, elas dependem das empresas para poder oferecer aos seus alunos essas aprendizagens e experiências. Este tipo de formação, em contexto de trabalho, desenvolve-se através de práticas de observação no decurso de visitas de estudo a empresas e/ou instituições; de estágios curtos inseridos ao longo do desenvolvimento curricular, e estágios após a conclusão do plano curricular; de estudos e projectos de desenvolvimento ou produção de serviços ou bens; e de um desenvolvimento experimental na escola, de unidades de prestação de serviços ou produção de bens (DES, 1996: 14).

Na própria legislação, mais especificamente no Decreto-Lei nº 4/98, no seu artigo 7º, alínea 4, está estipulado que os cursos técnico-profissionais têm que ter, obrigatoriamente, um período de formação em contexto de trabalho e deve estar “directamente ligado a actividades práticas no domínio profissional respectivo e em contacto com o tecido socioeconómico envolvente” (in Diário da República I Série-A nº 6, 1998: 114)¹³. Boaventura dos Santos defende que esta é uma exigência da educação face às rápidas transformações dos processos produtivos. A educação tem que ser concomitante do trabalho, isto é, têm que funcionar em simultâneo. “A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo produtivo, sendo disso sintomas as exigências da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional”, acrescentando ainda que, por vezes, o próprio espaço de produção se transforma numa “comunidade educativa” (1994: 171-172).

Não se pode negar que todas as escolas têm a preocupação de articular os cursos técnico-profissionais ao mercado de trabalho, através de visitas de estudo às empresas, palestras na escola sobre a realidade laboral, estágio profissional, etc. No entanto, a intensidade dessa articulação nem sempre é muito elevada, variando entre as diferentes escolas e os diferentes cursos. Para além disso e, segundo um estudo realizado por Luís Pardal, Carlos Dias e outros autores, cerca de 20% dos alunos inquiridos não tiveram qualquer contacto com o mundo do trabalho (2003b: 95, 100). Este facto revela que as escolas, por culpa própria ou por culpa das empresas, não oferecem aos seus alunos aquilo a que se propõem. As escolas têm a culpa por manterem uma cultura tradicional e academicista do ensino. As empresas, por não disponibilizarem os seus espaços, em condições aceitáveis, para o desenvolvimento das componentes práticas, nos cursos de formação profissional dos jovens (Pardal et al, 2003b: 93-94), facto que só traz desvantagens para ambos e consequentemente para os alunos e para o país.

A evolução tecnológica permitiu o aparecimento de novas profissões, mas também a desvalorização de outras. Deste modo, a formação profissional deve ser cada vez mais flexível e estar mais próxima do mercado de trabalho, para que possa responder à polivalência do

¹³ in: www.josematias.pt/CursosHomologadosRedeEscolar/decreto_lei_4_98.pdf

emprego, permitir uma progressiva autonomia tecnológica das empresas, e modernizar a sua gestão e integração em espaços comerciais modernos. Só assim se poderão atingir elevados níveis de competitividade e consequentemente, mais emprego e maior produtividade (Simão et al, 1989: 3, 30-31).

Tanto as escolas, como as empresas e o Estado, precisam trabalhar em conjunto e encontrar soluções para fazer frente à realidade existente. Seriam muitos os benefícios obtidos, “a escola, inovando; a empresa, podendo recorrer a mão-de-obra qualificada; o Estado, criando melhores condições de inserção profissional e coesão social” (Pardal et al, 2003b: 101).

4 - A inserção no Mercado de Trabalho de jovens com habilitações de nível IV (Cursos Profissionais)

Segundo os dados do Eurostat, Portugal registou, em Novembro de 2010, uma taxa de desemprego de 11%, tendo apenas com taxas de desemprego superiores à sua, na Europa, a Espanha (20,6%), Eslováquia (14,5%) e a Irlanda (13,9%) (in Jornal Económico, 2011)¹⁴. Em relação aos jovens, estes apresentam uma taxa de desemprego de 22,3% (in Informação, 2011)¹⁵. Entre o terceiro trimestre de 2007 e o mesmo trimestre de 2010, a subida do desemprego jovem na Europa foi de 6,3%, tendo atingido o máximo histórico dos últimos 25 anos na economia europeia e prevê-se um aumento para 2011 e 2012. A OCDE diz mesmo que “os jovens são muito mais vulneráveis ao desemprego” do que os adultos e os trabalhadores mais velhos (in Diário de Notícias, 2011)¹⁶. Mais agravante está a situação dos jovens com cursos profissionais, numa época em que o mercado de trabalho exige profissionais altamente qualificados.

Segundo Azevedo a educação continua com um permanente atraso em relação ao emprego (2000: 85), isto é, não está adequada às reais necessidades do mercado de trabalho. Limita-se a formar profissionais de forma mais academicista que prática, e muitas vezes em profissões que já estão desadequadas ou sobrelotadas no mundo laboral. A formação profissional faz-se “à revelia dos requisitos dos empregadores e da economia” (Azevedo, 2000: 95). Como consequência, muitos diplomados, principalmente os de nível III, sentem uma enorme dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho, ficando sujeitos a um período indefinido de espera, agravando ainda mais a sua situação de desempregados e as possibilidades de vir a conseguir um emprego. Outra consequência dessa discrepância entre o volume de diplomados e as reais necessidades empresariais é a desvalorização dos diplomas, tendo muitos indivíduos que se conformar com um posto de trabalho que não corresponde à sua formação, sujeito a horários e salários muito desfavoráveis. Estes factos levam à

¹⁴ Notícia do Jornal Económico de 07/01/2011, escrita por Rita Paz, in: www.economico.sapo.pt/noticias/portugal-com-o-quarto-maior-desemprego-na-europa_108269.html

¹⁵ Notícia do Jornal Informação de 08/01/2011, escrita por Nuno Aguiar, in: www.ionline.pt/conteudo/97386-desemprego-portugal-com-o-quinto-maior-salto-num-ano

¹⁶Notícia do Diário de Notícias de 08/01/2011, escrita por Lusa, in: www.dn.sapo.pt/bolsa/emprego/interior.aspx?content_id=1735584

desmotivação de muitos alunos, que acabam por desinvestir na sua formação, e ao aumento das exigências por parte dos empregadores, quanto ao nível de qualificações requeridas para o desempenho de uma actividade, o que acaba por excluir aqueles que possuem habilitações inferiores (Azevedo, 2000: 95-96). Hoje os empregadores exigem, para além das elevadas qualificações, competências de carácter subjectivo, como a “criatividade, iniciativa, atitude para a resolução de problemas, flexibilidade, capacidade de adaptação, responsabilidade, atitudes de aprendizagem e reciclagem” (OCDE, 1992: 9-19). Logo, verifica-se que, hoje em dia, o trabalho perdeu os contornos de épocas anteriores. Um emprego já não pode ser visto como algo estável e definitivo, mas como um desafio que exige uma dinâmica permanente de mudança, aprendizagem e inovação, o que não deve ser encarado como algo negativo, mas como uma perspectiva de ascender na carreira, à medida que se vão aumentando as competências profissionais e pessoais (Aubrey, 1994: 68, in Vásquez, 2008: 139).

Dados do Observatório Permanente do Ensino Secundário, sobre a Inserção profissional dos diplomados em 1995/1996, evidenciam que os jovens com cursos técnico-profissionais têm uma elevada taxa de desemprego - com 31% entre os alunos das escolas profissionais e 40% entre os alunos do ensino tecnológico (Ministério da Educação/DES, s/d). Com vista a inverter esta situação e promover a inserção dos seus diplomados no mercado de trabalho, algumas escolas profissionais têm tido algumas iniciativas (DES, 1996: 15):

- Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVS) num programa conjunto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional;

- Desenvolvimento de «ninhos de empresas» com base no apoio aos jovens diplomados no âmbito das novas tecnologias e conhecimento técnico necessário à criação de empresas;

- Actividades de informação e divulgação dos programas nacionais e comunitários de promoção e desenvolvimento do emprego;

- Actividades de acompanhamento e observação da empregabilidade dos diplomados.

As Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVAS) proporcionam aos alunos e diplomados das escolas profissionais “serviços de orientação profissional; colocação directa em emprego e promoção de experiencias de trabalho (por exemplo estágios); apoio na criação do próprio emprego e informação actualizada sobre ofertas de emprego, cursos e profissões” (Pardal et al, 2003a: 123). No entanto, Coleman e Husén referem que, o facto de também os diplomados em cursos superiores estarem a passar por grandes taxas de desemprego, poderá fazer com que alguns alunos que antes rejeitavam o ensino técnico-profissional, agora o vejam como uma via de ingresso no mercado de trabalho, podendo assim aumentar o seu estatuto e evitar que haja uma mobilidade descendente daqueles que, mesmo pertencendo às classes médias, não puderam entrar no ensino superior (1990: 61).

Quer os cursos do ensino superior, quer os cursos das escolas profissionais, há uns que permitem uma relativa facilidade de inserção no mercado de trabalho, e outros que estão condenados ao desemprego. Tal facto deve-se à impossibilidade de conhecer as necessidades do sistema de emprego, já que “os sistemas empresarial e de emprego não dão indicações precisas do volume e qualidade da mão-de-obra em falta, contribuindo para algum desajuste

entre a escola e o emprego” (Enguita, 1989: 98; IEF, 1992: 60, in Martins, 1996: 185). São as PME, principalmente as de pequena dimensão, que mais empregam os diplomados com cursos de formação técnica e profissional de nível III (intermédio), enquanto nas grandes empresas se contratam, muitas vezes para os mesmos cargos, diplomados de nível IV e V (médio e superior, respectivamente) (Martins, 1996: 186-187).

Capítulo VI: Estratégia metodológica

As escolhas metodológicas, na sociologia, dependem de um conjunto de factores - a temática que se pretende estudar, o objecto de estudo, o contexto histórico-social, as características da população em estudo, a abrangência do estudo, os custos, o processo de análise que se pretende adoptar, etc.

Nesta dissertação de mestrado será tratado um assunto muito actual e que atinge de forma problemática os jovens - o desemprego e consequentemente a exclusão social. A condição social dos jovens foi alterada, numa sociedade em que as bases estruturais se transformaram. O insucesso escolar é uma realidade em Portugal, que atinge as piores taxas da União Europeia. Há uma grande desmotivação por parte dos jovens, que já não vêem na escola uma garantia de trabalho e mobilidade social, e as políticas sociais e de emprego continuam a criar situações estigmatizantes e a não ter em consideração os jovens.

Neste contexto, pretende-se perceber em que medida os cursos profissionais contribuem para a reconstrução socioprofissional dos jovens. Para atingir este objectivo ir-se-á proceder a um estudo intensivo, através de um método hipotético-dedutivo, por este construir “conceitos sistémicos, hipóteses deduzidas e um verdadeiro modelo teórico” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 139). Para tal, serão aqui apresentados o modelo de análise, as metodologias e as técnicas a utilizar.

1- Modelo de Análise

O modelo social permite identificar os conceitos essenciais do estudo e a forma como eles se articulam entre si. Estes conceitos, que serão de seguida apresentados, contextualizados e definidos, dividem-se em dimensões que contemplam vários indicadores que vão dar resposta aos objectivos da investigação e aos conceitos centrais (Maxwell, 1996 in Pimentel, 2006: 149).

Todo o enquadramento teórico dá bem conta da instabilidade e insegurança vividas pelos jovens, actualmente. A condição juvenil transformou-se e a passagem para a idade adulta tornou-se complexa e indeterminada.

As alterações familiares, o prolongamento dos estudos, a pressão social e familiar nos jovens, ao lhes ser exigido um alto nível de sucesso, a crise estrutural de acesso ao mercado de trabalho e consequentemente o desemprego, são alguns dos contornos que envolvem os jovens numa teia de incertezas e inseguranças, que podem levá-los a processos de marginalização e exclusão social. No entanto, tal como afirma Machado Pais, a juventude está formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais e políticas (2003: 37), que vão determinar, ou pelo menos ter uma grande influência, na forma como eles vão lidar com esses problemas.

Consoante a classe social a que pertencem, os jovens seguem percursos escolares diferentes, tendo em conta as suas ambições e necessidades. Assim, os jovens provenientes de classes sociais mais desfavorecidas, procuram reconhecimento social, mobilidade social ascendente e percursos profissionais de prestígio (Lopes, 1997: 47-50). Estes jovens, devido a razões económicas e culturais, vêm nas escolas profissionais o caminho para atingirem estes objectivos, por considerarem que esta se rege por normas menos convencionais, mais flexíveis e próximas do mercado de trabalho. Para além disso, este tipo de ensino coaduna-se mais com a sua visão da escola - um espaço de afirmação e de pertença, onde estabelecem relações de amizade e de liderança, e não tanto, um espaço de responsabilidade e aprendizagem academicista, como acontece na escola regular (Pardal et al, 2003b: 63). Ou seja, esta escola está mais adequada às suas necessidades e ambições, pelo que, em grande medida, se não fosse esta via de ensino, muitos jovens desistiriam precocemente da escola (Martins, 2005: 143). Também em relação à inserção no mercado de trabalho, segundo a OCDE, as formações técnico-profissionais são as que oferecem melhores condições ao sistema de emprego, na medida em que torna aptos os indivíduos para o desempenho de vários papéis profissionais, no entanto, continua a ser um ensino desprestigiante em Portugal, permitindo empregos de estatuto inferior (1998: 53).

Se por um lado os cursos profissionais são uma frente de combate ao insucesso e abandono escolar, por outro, por não estarem adequados às necessidades do mercado de trabalho, segundo Azevedo (2000: 95), continuam a reproduzir percursos profissionais de insucesso, sendo estes jovens diplomados os que mais frequentam os programas de Rendimento Social de Inserção (Centeno et al, 2000: 80).

Estará o insucesso laboral e, conseqüentemente, o risco de exclusão social destes jovens relacionado com as baixas qualificações, como defende Simon Wuhl (1992: 63-64), ou com políticas de emprego que não têm em conta perspectivas para a juventude, como defende Rodrigues (2003: 96)? O facto é que a taxa média de desemprego destes diplomados é três vezes superior que a dos grupos mais qualificados e o período de desemprego é maior e mais frequente, sendo necessário, por um lado, aumentar as qualificações destes grupos, e por outro, as oportunidades de emprego para grupos menos qualificados (Ferrera et al, 2000: 18-19).

Estamos aqui perante uma realidade controversa, em que a integração e a exclusão social se fundem ou confundem nas vidas de muitos jovens portugueses, que alheios aos factos, ou desafiando-os, vêm nos cursos profissionais uma boa possibilidade de mobilidade social.

Os conceitos que daqui se retiram são: classe social, percursos escolares e profissionais, insucesso escolar, prestígio dos cursos profissionais e exclusão social.

A classe social é aqui apresentada segundo a perspectiva de Manuel Villaverde Cabral, baseada num esquema de Goldthorpe (1998: 389). Assim, ele apresenta seis posições com um conteúdo realista, estando, cada uma delas, descritas em categorias sócio-profissionais. O esquema adoptado é o seguinte:

Classes	Categorias sócio-profissionais
Burguesia	Grande patronato; gestores de grandes empresas e profissionais liberais.
Nova burguesia assalariada	Profissões técnico-científicas; quadros de pequenas e médias empresas.
Pequena burguesia tradicional	Pequeno patronato do comércio, indústria e agricultura.
Salariato não manual	Empregados dos serviços e comércio; outros assalariados não manuais.
Trabalhadores independentes	Trabalhadores manuais por conta própria, <i>maxime</i> camponeses.
Salariato manual	Operariado fabril, dos transportes, construção civil e comunicações; proletariado rural.

Os percursos escolares são as trajectórias de ensino que os jovens experienciaram até ao momento, evidenciados no resultado das aprendizagens e na relação que estes têm com a escola. Quanto aos percursos profissionais, reportamo-nos aqui às aspirações dos alunos e aos mecanismos utilizados para atingirem esses objectivos, assim como à visão que têm do trabalho.

O insucesso escolar ocorre quando não se atingem as metas de aprendizagem e dos objectivos de ensino. Os percursos escolares dos alunos são marcados pelo fracasso e por uma visão da escola negativa e desmotivadora. Não são apenas os alunos os actores deste insucesso. A escola é talvez a principal causa, ao não responder às necessidades que se lhe apresentam; assim como a família, se deter um capital cultural reduzido.

O prestígio dos cursos profissionais corresponde à valorização e ao reconhecimento que estes têm a nível social e laboral, o fim para o qual se destina. Este prestígio é adquirido pela organização estrutural e funcional da escola e pela sua ligação ao mercado de trabalho.

A exclusão social refere-se a mecanismos de desintegração social, num percurso descendente, onde ocorrem sucessivas rupturas entre o indivíduo e a sociedade. Nos jovens, a exclusão social é particularmente atingida pelo insucesso escolar e as baixas qualificações, e pela desafiliação ao mercado de trabalho. No entanto, tal como afirma Pereirinha (1996), a exclusão social tem uma visão dinâmica, pelo que os jovens não têm que ficar estanques nesta situação, mas usar mecanismos que os orientem para a inclusão social (cit in Capucha, 2005: 77).

É através da relação entre estes conceitos que se vão formular as hipóteses, neste caso, “o produto teórico de um raciocínio fundado num postulado (...) resultante de um confronto crítico dos diferentes paradigmas sociológicos” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 145), pois, como defendem Quivy e Campenhoudt, apenas conjugando vários conceitos e hipóteses é possível cobrir os vários aspectos do problema (1998: 140). Estas são respostas provisórias à pergunta de partida colocada no início deste trabalho: *Qual o contributo dos cursos profissionais na reconstrução dos percursos sócio-profissionais dos jovens?* São o fio condutor

da investigação, e o instrumento que permitirá a elaboração das técnicas para a recolha de dados (Albarello et al, 1997: 96-97; Quivy e Campenhoudt, 1998: 126). Assim, apresentam-se as seguintes hipóteses:

- A classe social de pertença influencia os percursos escolares e profissionais dos jovens (H1).
- Os cursos profissionais contribuem para diminuir o insucesso e abandono escolar nos jovens (H2).
- Os cursos profissionais, pelo seu estigma desprestigiante, continuam a reproduzir a exclusão social dos grupos mais desfavorecidos (H3).

Para que estas hipóteses se tornem operacionais, e tendo já sido definidos os conceitos a analisar, construiu-se o seguinte quadro conceptual:

Quadro conceptual e Operacionalização dos conceitos		
CONCEITOS	DIMENSÕES	INDICADORES
Origem social	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação; - Afiliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolaridade e profissão dos pais; - Aspirações dos pais quanto ao nível de escolaridade dos filhos; - Dificuldades dos alunos; - Motivos de optarem por esta via de ensino.
Percursos escolares e profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - Trajectória escolar até ao momento; - Aspirações quanto ao nível de escolaridade e ao trabalho; - Relação com a escola; - Representação sobre o trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de reprovações; - Aproveitamento escolar; - Abandono escolar; - Opinião sobre a escola e o modo de ensino; - Motivações; - Estabelecimento de contacto com o mercado de trabalho; - Opinião sobre uma boa profissão; - Expectativas futuras.
Prestígio dos Cursos profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - Organização estrutural e funcional; - Satisfação dos alunos; - Tipo de intervenção dos professores; - Satisfação das empresas; - Promoção da inserção 	<ul style="list-style-type: none"> - Componente prática dos cursos; - Diversidade de ofertas formativas; - Adesão dos alunos aos cursos; - Relação com os alunos; - Métodos de ensino; - Ligação com o mercado de trabalho; - Adequação às necessidades do mercado

	socioprofissional dos jovens.	de trabalho; - Contratação destes diplomados; - Acompanhamento dos percursos socioprofissionais dos seus alunos.
Integração socioprofissional dos jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de estágios curriculares e e profissionais; - Empreendedorismo e reivindicação de direitos por parte dos alunos; - Responsabilidades do Estado e das empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de ligação com as empresas; - Percepção dos alunos sobre o funcionamento e as dificuldades do mercado de trabalho; - Posição e estratégias dos alunos para promoverem o emprego; - Contribuição das empresas na promoção do emprego juvenil; - Opinião dos alunos e dos empresários quanto às políticas de apoio e promoção do emprego juvenil.

Importa referir que este quadro é apenas um fio condutor para permitir uma orientação analítica de confirmação ou infirmação das hipóteses, no entanto está aberto a outras dimensões que possam surgir. Também é importante ter em conta que os conceitos são interdependentes, pelo que os indicadores, por vezes difíceis de enquadrar em alguns conceitos, não devem ser vinculados àquele conceito ou dimensão, mas serem entendidos como chaves essenciais para a compreensão do fenómeno no seu todo.

2 - Metodologia de investigação

Para testar as hipóteses é necessário criar um instrumento que seja capaz de produzir todas as informações adequadas. Para isso, ele terá que “conter perguntas sobre cada um dos indicadores previamente definidos e formulá-las com um máximo de precisão” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 183). Na sociologia os métodos são cada vez mais variados e nenhum deles deve ser privilegiado. Deve-se, sim, ter em conta o objecto em estudo e escolher a metodologia mais eficaz para responder às suas necessidades (Boudon, 1990:127-129).

A metodologia é a organização crítica das práticas de investigação, exercendo sobre elas algum controlo interno e formal, à medida que se vão desenrolando. Esse controlo metodológico exerce-se essencialmente sobre a selecção das operações de análise e o seu processamento, e permite a actualização e o desenvolvimento empírico das questões colocadas pela teoria (Almeida e Pinto, 1995: 58, 92).

Tendo em conta o objecto de estudo e o facto de este incidir mais sobre a representação social dos cursos profissionais e em particular a representação de alunos e

empregadores, utilizar-se-á uma metodologia de análise de conteúdo qualitativa, que será descrita e justificada de seguida.

2.1 - Metodologia de Análise Qualitativa

Optou-se pela metodologia qualitativa devido aos objectivos de estudo propostos e ao corpo teórico que os sustenta, o que, tal como defende António Fernandes, é o único critério para definir a metodologia a utilizar, pois esta não se limita a um conjunto de técnicas, mas é expressão dos objectivos do estudo (1998: 23), tendo em conta os diversos níveis deste trabalho científico (Esteves, 1998: 1).

Esta metodologia de estudo justifica-se pelo facto de esta perspectiva de análise em relação aos cursos profissionais e à contribuição destes na diminuição do desemprego e da exclusão social estar ainda pouco explorado, pois os estudos desta temática são escassos e pouco desenvolvidos. Para além disso, a investigação qualitativa oferece “a possibilidade de perspectivas dos participantes na sua diversidade e a reflexão do investigador sobre o estudo” (Flick, 2005: 4). Deste modo, considerou-se preferível analisar um caso específico - a Escola Prática Profissional, Universal de Bragança, que permite definir um conjunto de sujeitos “socialmente significativos”¹⁷, “reportando-os à diversidade das culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano” (Guerra, 2006: 20), e fazer uma observação e uma interpretação mais detalhada e fidedigna dos dados, tendo em conta quatro perspectivas diferentes: a dos alunos, do director, dos professores e dos empregadores.

Esta metodologia caracteriza-se essencialmente pelo aprofundamento do estudo, pela subtileza e intensidade na observação, o que pode suprir os inconvenientes da sua reduzida extensão (Boudon, 1990:120-121), pois reporta-se a uma representatividade social de um pequeno número de sujeitos. O grande obstáculo deste método é a assimetria de poder que perpassa o processo de relacionamento entre o investigador e o indivíduo em estudo (Burawoy in Mendes: 4)¹⁸, o que se procurará ultrapassar através de uma relação informal e de confiança, num ambiente descontraído e familiar para o entrevistado (Albarelo et al, 1997: 100-103). Para além disso, será dada uma informação prévia e detalhada dos objectivos deste estudo, assim como a confidencialidade dos dados fornecidos, e o interesse deste estudo tanto a nível sociológico como para o próprio, dando-lhe total liberdade de se exprimir, o que lhe dará o sentimento de igualdade no decorrer da entrevista (Guerra, 2006: 22).

3 - Técnica de Pesquisa: Entrevistas semi-directivas

As técnicas de pesquisa são todos os procedimentos utilizados na recolha de dados e tratamento da informação, com a função de produzir resultados (Almeida e Pinto, 1995: 85).

¹⁷ aspas da autora

¹⁸ www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf

Como já foi anteriormente referido, a selecção das técnicas e o controlo da sua utilização é feito pelo método de pesquisa. Na Dissertação utilizar-se-ão as entrevistas semi-directivas, dirigidas ao director da escola, a professores, alunos e empregadores, o que lhes permite “responder de forma exaustiva, pelas suas próprias palavras e com o seu próprio quadro de referência” (Ghiglione e Matalon, 2001: 88).

Segundo o Shorter Oxford Dictionary, a entrevista consiste num encontro de pessoas face a face, com a finalidade de obter informações sobre algum assunto, de forma oficial (in Mann, 1975: 99). No entanto, e apesar de a definição do conceito não se alterar, para investigação sociológica, a entrevista é um instrumento que pretende obter informações que sejam relevantes para testar as hipóteses provenientes da teoria.

Assim, o entrevistado vai exprimindo as suas percepções, interpretações ou experiências de um assunto, tendo, o entrevistador que ir facilitando essa expressão, tornando-a autêntica e profunda, e evitando que ele se afaste dos objectivos da investigação (Mann, 1975: 101; Quivy e Campenhoudt, 1998: 193; Kerlinger, 1980: 350). Portanto, vai-se procurar extrair do entrevistado o máximo possível de informações e reflexões, que depois servirão para uma análise sistemática de conteúdo (Quivy e Campenhoudt, 1998: 196).

Nesta investigação fizeram-se quatro guiões de entrevista distintos¹⁹, tendo em conta os grupos a entrevistar. Uma vez que se pretende saber qual o papel dos cursos profissionais na inserção dos jovens no mercado de trabalho, importa conhecer o funcionamento da escola profissional e dos cursos que lecciona, através da informação facultada pelo Director da escola; saber como são leccionadas as aulas e quais as dificuldades e motivações dos alunos, através da informação detida pelos professores; quais as motivações, comportamentos e expectativas dos alunos, fornecidas pelos próprios; e por último, saber a opinião dos empregadores sobre os cursos profissionais.

4 - Procedimentos da pesquisa

No início deste estudo empírico entrou-se em contacto com o Director da escola EPPU de Bragança, para que tomasse conhecimento do estudo e dos seus objectivos, tendo sido feito um pedido de autorização formal²⁰, que ele prontamente aceitou.

As entrevistas foram feitas entre os dias 22 de Março a 15 de Abril, tendo-me sido disponibilizada uma sala para a realização das mesmas num ambiente silencioso e familiar. Houve professores e alunos que recusaram o pedido para fazer as entrevistas, mas o número obtido foi suficiente para uma boa análise dos resultados. Mais difícil foi conseguir contactar com os empregadores, que, ou estavam sempre ocupados, ou recusavam de imediato “perder tempo” a dar entrevistas.

A selecção da amostra foi aleatória e teve em conta a heterogeneidade dos sujeitos, uma vez que numa pesquisa qualitativa se procura a diversidade, para garantir que a

¹⁹ Os guiões de entrevistas encontram-se em anexo.

²⁰ O pedido de autorização encontra-se em anexo.

investigação aborde a realidade considerando as variações necessárias (Guerra, 2006: 40-41). Assim, tiveram-se em conta os seguintes critérios: Para os professores, seleccionaram-se uns que leccionavam disciplinas teóricas e outros que leccionavam disciplinas práticas. Para os alunos, procurou-se que houvesse alunos de todos os cursos existentes (Turismo, Informática e Gestão, e Desenho Digital 3D) e a frequentar diferentes anos. Infelizmente, do 3º ano de curso apenas se entrevistaram os alunos de Turismo, uma vez que os de Informática e Gestão se encontravam a realizar o estágio curricular nas empresas, e os de Desenho Digital 3D, por ser um curso recente, ainda não tem o 3º ano. Quanto aos empregadores, entrevistaram-se empresários da área de informática e de turismo, uma vez que em Desenho Digital, ainda não se conhecem os empregadores, por ainda não ter havido estágio. Este facto impede a obtenção de dados que seriam pertinentes de averiguar, uma vez que o Director da escola afirma, que por ser um curso novo na região, muitos empregadores irão contratar estes profissionais no final do curso.

Todos os entrevistados eram inicialmente informados sobre os objectivos da entrevista, a confidencialidade dos dados e anonimato. Alguns ficavam apreensivos devido ao gravador de áudio, mas autorizavam a realização da entrevista, e depressa ficavam à vontade para responder. A linguagem utilizada era clara e concisa, pelo que muito poucas vezes foi necessário intervir.

No final, todos os registos em áudio foram transcritos integralmente. Este processo foi muito moroso, até porque nalgumas falas o som era baixo, dificultando a compreensão das respostas. Quando esta tarefa ficou concluída, todas as entrevistas foram lidas exaustivamente, sublinharam-se as partes mais pertinentes e tiraram-se notas, para facilitar o tratamento da informação e a análise do conteúdo.

A análise dos resultados será assim feita tendo em conta uma grelha de análise, que também serviu de base para a construção dos guiões de entrevista apresentados em anexo.

GRELHA ANALÍTICA	
Problemáticas	Dimensões
Representação social dos alunos	<ul style="list-style-type: none">- Afiliação - conjunto de redes sociais de suporte;- Aspirações dos pais em relação aos filhos;- Percursos escolares;- Comportamentos e dificuldades dos alunos;- Aspirações quanto ao nível de escolaridade e ao trabalho.
Relação com a escola e Insucesso escolar	<ul style="list-style-type: none">- Comportamentos em relação à escola;- Nível de insatisfação com o sistema de ensino;- Percepção dos cursos profissionais por parte dos alunos;- Motivações e Expectativas em relação à escola profissional.

Representação do trabalho e Expectativas futuras	<ul style="list-style-type: none">- Percepção sobre uma boa profissão;- Expectativas quanto ao futuro profissional e pessoal;- Estratégias para promover o seu futuro profissional.
Prestígio dos cursos profissionais	<ul style="list-style-type: none">- Nível de satisfação dos alunos, e das empresas;- Tipo de intervenção dos professores;- Adequação dos cursos às necessidades do mercado de trabalho;- Acompanhamento dos percursos socioprofissionais dos alunos;- Ligação e parceria com o mercado de trabalho.
Emprego e Integração social dos jovens	<ul style="list-style-type: none">- Papel dos jovens;- Papel das escolas;- Papel das empresas;- Papel do Estado.

Capítulo VII: Análise dos Resultados

Tendo em conta toda a base teórica, que serve de suporte para o trabalho empírico, serão aqui descritos e interpretados os resultados das entrevistas²¹. Esta análise de conteúdo será feita destas duas formas - descritiva e interpretativa - porque, como defende Isabel Guerra, permite dar conta daquilo que foi narrado pelos entrevistados, assim como das interrogações do entrevistador face ao objecto de estudo, ao articulá-lo com os conceitos teóricos (2006: 62).

Vai-se verificar, como defendem Quivy e Campenhoudt (1998: 211), se os resultados obtidos correspondem aos resultados esperados pelas hipóteses. É preciso ter em conta que, sendo a realidade mais rica do que as hipóteses, poderão ser apresentados e interpretados outros factos além dos esperados.

1 - Caracterização socioeconómica do Distrito de Bragança²²

A caracterização do Distrito de Bragança pretende em especial caracterizar os jovens que nele habitam e dar conta da realidade que os envolve. Isto é, será feita a caracterização populacional desta região e dos jovens que a constituem, o número de escolas que detém e as ofertas formativas, e ainda a diversidade empresarial do Distrito.

Caracterização populacional

O Distrito de Bragança, com uma área de 6.608 km², tem 148.808 habitantes²³ e é composto por doze concelhos, sendo quase todas as freguesias rurais. Desde 1981 que se deu um êxodo das populações mais jovens, deixando esta região, assim como todas as zonas do interior do país, desertificadas e envelhecidas (24,2% do total da população com mais de 65 anos, para apenas 11,2% de pessoas entre os 0 e os 14 anos e com uma taxa de crescimento natural negativa, -0,66). Deste modo, o Distrito de Bragança corre o risco de ver a sua população significativamente reduzida, se não se recorrer a mecanismos de fixação da população. Ainda assim, Bragança é uma cidade com uma concentração estudantil bastante significativa, com 14.406 alunos em 2000, tendo vindo a aumentar.

²¹ Sinopse das entrevistas em anexo.

²² Informação obtida no Diagnóstico Social, nos sites:
www.195.245.197.216/CLAS/Todos/DOCSenviados//402/1.%20Diagn%F3stico%20Social/7ParteConclus%F5es.pdf

www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=26274&m=PDF

²³ Dados referentes aos censos de 2001

Escolas e Infra-estruturas

Todo o Distrito beneficia de boas infra-estruturas, como a rede de transportes públicos, as escolas, os institutos superiores, os serviços públicos e equipamentos colectivos, as actividades lúdicas e culturais, sendo as principais fontes de desenvolvimento social, habitacional e económico. Refira-se que as escolas profissionais têm um peso significativo no Distrito de Bragança, com duas escolas na própria cidade e com a oferta de cursos profissionais nas próprias escolas secundárias regulares, todas elas com as vagas preenchidas, o que revela uma grande adesão dos jovens a esta via de ensino.

Quadro empresarial

O emprego concentra-se, maioritariamente, no sector público administrativo (60%), havendo uma elevada terciarização, em especial nos serviços de natureza social, e 16% concentram-se no sector secundário. O sector terciário foi o que mais fez aumentar os empregos, principalmente o comércio, a restauração e a hotelaria, seguido da construção civil, que é a segunda principal actividade em termos empregadores, sendo a que, em termos absolutos, gerou um maior número de postos de trabalho. Em relação à actividade industrial, é muito reduzida. Há uma falta de iniciativa empresarial local e por isso, uma baixa escala de produção e uma incapacidade de fixação da sua população jovem. Estes são também penalizados em termos de emprego devido à elevada taxa de insucesso e abandono escolar, e à desadequação entre a oferta e a procura de trabalho.

Nível de desemprego

No 2º trimestre de 2009 o nível de desemprego foi de 10,5%, superior à taxa de desemprego nacional, que era de 9,1%. Este está ligado ao nível de escolaridade, verificando-se que quanto menores as qualificações, maior a taxa de desemprego, pois 27% dos desempregados no Distrito de Bragança têm apenas o 1º ciclo do ensino básico, 20% o 2º ciclo do ensino básico, 18% o 3º ciclo, 15% dos desempregados o ensino secundário e 11% o ensino superior, concluindo-se que se trata de um desemprego maioritariamente desqualificado.

Por último pode ainda dizer-se que, apesar de a população desempregada estar, maioritariamente, entre os 35 e 54 anos (42%), os jovens também são muito afectados, com 15% de desempregados com menos de 25 anos e 25% de desempregados entre os 25 e os 34 anos.

2 - Caracterização da EPPU de Bragança²⁴

A Escola Profissional Prática Universal foi criada em Outubro de 1989, há 22 anos, com os cursos técnicos de nível III de Contabilidade e Construção Civil. Estes cursos conferem uma dupla certificação, ou seja, os alunos, para além de ficarem com o 12ºano de escolaridade, o que lhes permite o acesso ao ensino superior, também têm a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho como técnicos intermédios de nível III, do curso que frequentaram.

Actualmente estes cursos são já considerados de nível IV e a escola tem a funcionar os seguintes cursos: Informática de Gestão, Turismo e Desenho Digital 3D. Para além disso, vai ter a funcionar, em regime pós-laboral, CETs de um ano, para atribuição de nível V. Os cursos procuram ir de encontro às necessidades do tecido empresarial da região.

Neste tipo de ensino os alunos aprendem ao seu próprio ritmo, para acompanhar os diferentes níveis cognitivos. O grau de conclusão dos cursos é elevado, de aproximadamente 90% e a taxa de empregabilidade, segundo o director da escola, é de 60%. No terceiro ano do curso os alunos realizam um estágio curricular, inserindo-os no mercado de trabalho para que tenham uma ideia do seu funcionamento e para que estabeleçam laços de amizade com a empresa e talvez consigam o seu primeiro emprego. Para além disso, realizam ainda uma Prova de Aptidão Profissional (P.A.P), onde aplicam os conhecimentos adquiridos durante os três anos do curso, ganhando assim um espírito dinâmico e empreendedor, estando estatisticamente provado que em cada turma de 20 alunos, 2 tornam-se empresários, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentável do país.

²⁴ Informação facultada pelo Director da escola, obtida no jornal da EPPU

3- A representação social dos jovens

As culturas juvenis são, em muitos aspectos, relativamente homogéneas, há características comuns que os definem e os representam. No entanto, tal como defende Sedas Nunes, a juventude é uma “condição social internamente diferenciada” (1998: 1), principalmente se atendermos às suas trajetórias, à classe social de pertença, às suas perspectivas e aspirações. Sendo assim, não se pode fazer uma concreta representação social dos jovens, muito menos de um grupo particular, os jovens que frequentam cursos profissionais.

A escola profissional onde foi feito este estudo tem de momento quase 150 alunos, tendo sido entrevistados 34, dentro dos diferentes cursos. É através dos dados por eles fornecidos e dos dados dos professores e director da escola, que se procurará aqui perceber quem são estes alunos, porque motivo optaram por esta via de ensino e em que medida, esta opção está relacionada com a classe social de pertença.

Classe social e Capital escolar dos Pais

Classe social dos Pais		Escolaridade dos Pais	
Salariato manual	17	Analfabeto	1
Trabalhadores independentes	7	4º ano	15
Salariato não manual	8	6º ano	11
Pequena burguesia tradicional	3	9º ano	14
Nova burguesia assalariada	8	11º ano	2
Doméstica/Desempregada	17	Ensino secundário	4
Falecido/Desaparecido	8	Ensino superior	13
Total	68	Total	60

Como se pode verificar através da tabela, a grande maioria destes alunos pertence ao salariato manual e tem pais em situação de desemprego ou doméstica, ou seja, têm baixos estatutos, com baixos salários, ou não exercem qualquer tipo de actividade remuneratória. Relativamente ao grau de escolaridade, a maioria dos pais possui apenas a 4ª classe ou o 9º ano, portanto, têm baixa escolaridade.

É de referir que a escolaridade do pai é, no geral, mais baixa que a da mãe (maioria dos pais com a 4ª classe e a maioria das mães com o 9º ano), mas que apesar disso, em termos

profissionais, os pais possuem melhores profissões, para além de estarem todos empregados, à excepção de um, enquanto as mães, a grande maioria, possui o estatuto de domésticas, o que leva a deduzir que estas famílias se encontram em situação de exclusão social.

Estes dados corroboram a afirmação de Luís Pardal et al, de que os alunos de cursos profissionais são provenientes das classes mais desfavorecidas (2003b). Ainda assim, alguns pais, ainda que poucos, têm o ensino superior, o que pode significar uma mudança na forma de ver os cursos profissionais, que podem estar a ganhar prestígio social, e/ ou uma mudança na forma de os alunos verem o ensino superior, pois muitos deles evidenciavam uma desmotivação no prolongamento dos estudos, (ainda que considerem fazê-lo), por este já não ser sinónimo de trabalho, para além de considerarem que esta via de ensino os prepara melhor para o prosseguimento dos estudos do que o ensino secundário regular:

“Neste momento temos mais possibilidade de conseguir trabalho com este curso do que no ensino normal (...) Este traz-me mais vantagens” (A19).

“...se continuar a estudar sei que vai ser fácil, porque já sei muitas das coisas que se dão lá, já vou bem preparado daqui” (A21). “A gente sai daqui com muitas mais bases do que estar a estudar no ensino normal” (A26).

O capital escolar das famílias mais desfavorecidas é baixo. Ainda há uma desvalorização da escola, sendo esta vista como um espaço que pouco tem a oferecer. Os jovens, que vão construindo a sua identidade no seio de um contexto mais ou menos restrito de agentes, recebem da família influências e bússolas orientadoras que podem criar trajectórias e aspirações futuras pouco ambiciosas.

Condição socioeconómica

A condição socioeconómica destes jovens, relacionada com a sua origem social, é muito fraca. Os rendimentos condicionam as suas escolhas, ambições e necessidades, e as redes de socialização, por serem restritas, não lhes permite encontrar mecanismos que promovam a integração e a mobilidade social.

Se a condição socioeconómica destes jovens os coloca em situação de exclusão social, a ruptura dos laços familiares mais agrava esta condição. Quase metade dos alunos que frequentam esta escola profissional são provenientes de São Tomé, tendo vindo estudar para Portugal por no seu país as escolas serem muito caras, o que os impedia de prosseguir lá os estudos. Estes alunos foram obrigados a aceitar uma condição que eles não escolheram, da qual não são responsáveis, que não desejaram, mas que ainda assim, os beneficia, por ser a única forma de construírem um melhor futuro para as suas vidas.

Por não terem condições económicas de estudar nas escolas do país de origem, aceitaram uma alternativa que o Estado lhes colocou e abandonaram as suas casas, as suas famílias e amigos, para viverem num país diferente do seu, estudarem numa escola e tirarem um curso que eles não escolheram. A situação dos alunos residentes no Distrito de Bragança também não é muito diferente. A maioria escolheu o curso, não em função daquilo que

ambicionava fazer profissionalmente, mas em função das vantagens económicas que esta escola lhes trazia, pois recebem uma remuneração mensal, têm uma formação profissionalizante mais cedo, podendo mais cedo ingressar no mercado de trabalho e começar a receber um ordenado, para só depois, poderem fazer as suas escolhas e tirarem um curso que os realize profissional e pessoalmente, ou seja, só poderão continuar os estudos se estiverem também a trabalhar, caso contrário, não terão condições económicas para o fazer. Este é um dos motivos, de muitos alunos, para escolherem um curso profissional em vez de concluírem o secundário numa escola normal. É que esta, não só lhes oferece uma remuneração mensal, como lhes permite ingressar mais cedo no mercado de trabalho. O que acontece com este factor, é que estes jovens ficam assim impedidos de participar plenamente na sua condição social, o que pode levá-los, como afirma Ferreira, a processos de marginalização e exclusão social (1997: 114).

Teixeira Lopes refere que consoante a classe social a que pertencem, os jovens seguem percursos escolares diferentes, tendo em conta as suas ambições e necessidades (1997: 47). Também este estudo nos permite concluir que de facto, a pertença a uma classe social baixa pode obrigar muitos jovens a ingressar mais cedo no mercado de trabalho. No entanto, pais e filhos têm já uma cultura da escola bastante valorizada, tendo consciência da importância de um curso e do prosseguimento dos estudos, pelo que optam por cursos profissionais para poderem satisfazer duas ambições - trabalhar e estudar.

Existem casos em que os alunos já tinham abandonado a escola por não quererem estudar, não gostarem da escola, e são os pais que fazem pressão nos filhos para que continuem o seu percurso escolar, tirem um curso e assim tenham a oportunidade de terem um futuro mais satisfatório e prestigiante que o seu.

Comportamentos e dificuldades dos alunos

Atendendo aos comportamentos dos alunos, os professores descrevem-nos como desinteressados, com pouca vontade de aprender e com alguma dificuldade em consolidar conhecimentos, estando as maiores dificuldades nas disciplinas de matemática e português

O processo de aprendizagem não passa das paredes das salas de aula, isto é, os alunos limitam-se ao que aprendem na escola e quando vão para casa não fazem por aprofundar os conhecimentos e investir na sua formação. Querem um ensino prático, que os coloque de imediato em contacto com as empresas, com as suas ferramentas de trabalho, com coisas palpáveis. Não valorizam a teórica, têm uma cultura do saber fazer mais manual e intuitiva, podendo adoptar comportamentos nas salas de aula um pouco irreverentes e reprováveis.

Como referem alguns professores, a corroborar aquilo que autores como Machado Pais (2003) e Teixeira Lopes (1997) defendem, os jovens têm particularidades específicas que os torna, por vezes, irreverentes e individualistas. Acham que já sabem tudo e nem sempre acarretam as ordens e os concelhos dos adultos, mais como um processo de afirmação, do que de provocação. Mas não se pode dizer que estes alunos constituem um grupo homogéneo. Se

alguns não manifestam qualquer tipo de esforço por aprender mais e atingir bons resultados, outros há que estabelecem metas muito ambiciosas, lutam por obter boas médias e têm um elevado grau de participação nas aulas. Trata-se de alunos com estratégias futuras mais delineadas, com objectivos reais e conscientes e com uma maturidade e uma experiência de vida que os diferencia e favorece.

Tanto os comportamentos como as dificuldades assinaladas por estes alunos estão muito relacionadas com a sua classe social de pertença e com os princípios e os valores que esta lhes trouxeram, pois, como afirma Nunes (1998: 1) consoante a classe social os jovens vão adquirir trajectórias e atributos sociais diferenciados, acabando por seguir percursos diferentes, tendo em conta as suas ambições e necessidades.

Estamos portanto a falar de alunos provenientes de classes sociais baixas, com condições socioeconómicas que não lhes permite desenvolver o seu potencial e alargar os seus horizontes, com dificuldades de aprendizagem e um comportamento em relação à escola desinteressado e negativo, e que por isso os obrigam a ingressar precocemente no mercado de trabalho, sujeitando-se àquilo que houver, ou seja, ao subemprego. Apesar disto, são alunos, a maioria, conscientes da importância da formação escolar para a obtenção de um trabalho e das exigências das empresas, e que por isso, pretendem prosseguir os estudos para terem bons empregos e uma mobilização ascendente na escala social.

Percursos escolares

Os alunos entrevistados têm entre 16 a 27 anos, sendo que apenas seis têm os 16 anos, e apenas seis alunos nunca reprovaram; e mesmo dentro destes, estão alguns que, apesar de terem tido um percurso normal, desistiram do secundário para se inscreverem num curso profissional, por verem que não iam conseguir terminá-lo, uma vez que era muito difícil e tinham que fazer exames. Houve outros que desistiram da escola para ir trabalhar, mas que depois, perante as dificuldades de emprego, decidiram voltar a estudar, mas já num ensino mais profissionalizante. Alguns destes alunos regressaram à escola, também por pressão dos pais, que mais familiarizados com a realidade do mercado de trabalho, sabem o quanto um curso é determinante na obtenção de um emprego e de um melhor futuro.

Estas alternâncias e indecisões, em que os jovens não sabem se hão-de estudar ou trabalhar, que escolhas formativas devem fazer, se devem regressar ou não ao sistema de ensino, deve-se, segundo Selon Parsons a uma época de incertezas e indeterminações, devido à desmotivação dos jovens com as alterações do mercado de trabalho, que os arrastaram para o desemprego, e por outro lado, devido à pressão suplementar dos pais e da sociedade, que exige deles altos níveis de sucesso (in Galland, 1997: 48).

Aspirações quanto ao nível de escolaridade e ao trabalho

Como já foi possível verificar pelas entrevistas, estes alunos têm percursos escolares marcados pelo insucesso e abandono escolar. Não gostam da escola e não vêm interesse naquilo que esta tem para lhes transmitir, pois consideram que esses conhecimentos de nada lhes são úteis para o futuro.

Ainda assim, e como muitos deles já estabeleceram ligações com o mercado de trabalho nos anos de desistência, têm consciência do quanto os níveis de habilitações são determinantes para conseguir bons trabalhos e bons salários. Foi esta a razão que levou estes alunos a regressarem ao ensino e a optarem por um curso profissional, porque querem ficar com um certificado que os habilita a trabalhar como técnicos e a receber salários correspondentes a quadros intermédios. Estas são as aspirações mencionadas pelos alunos e dizem mesmo que querem continuar a estudar, mas quando se lhes pergunta o que esperam para o futuro, revelam que o importante é ter um trabalho, não importa a fazer o quê, desde que estejam a receber um ordenado.

Apesar de a maioria dos alunos quererem um tipo de ensino prático e próximo do mercado de trabalho, também a maioria referiu que pretende prosseguir os estudos no ensino superior. Ainda assim é preciso ter em conta que nem sempre as aspirações escolares declaradas pelos alunos se coadunam com aquilo que vão ser as suas trajectórias de vida depois de finalizado o curso profissional. Tanto os professores como o próprio director da escola afirmaram que a maioria dos alunos acaba por procurar trabalho.

“Muitos deles pretendem continuar os cursos no ensino superior. O que acontece muitas vezes é que eles, como aprendem aqui uma profissão e já com um certificado, ao entrar no ensino superior trabalham também” (P1).

Não têm grandes ambições futuras e apesar de alguns quererem ingressar no ensino superior, só o poderão fazer se estiverem também a trabalhar, o que, segundo alguns autores, muitos acabam por desistir dos estudos por não conseguirem conciliar as duas coisas ou por já terem perdido o interesse aos estudos uma vez que já estão inseridos no mercado laboral (Pardal, 2003b). Estes alunos provêm de um contexto familiar em que o trabalho é o pilar que dá suporte à vida e ao futuro, negligenciando o percurso anterior, apenas para acelerar o processo de trabalho e de estabilidade.

Mas verificam-se algumas excepções, ainda que em número reduzido - os alunos provenientes da nova burguesia assalariada, em que ambos ou apenas um dos pais exercem profissões de estatuto elevado, como professores e um juiz, têm aspirações mais elevadas que os restantes, tanto a nível escolar como profissional. Querem trabalhar em empresas e ter a possibilidade de ascender de cargo ao longo da carreira. Dois deles dizem querer continuar a estudar na mesma área de formação que estão a frequentar no momento, dois querem ser arquitectos e um quer ser médico.

Denotam-se assim diferenças entre as ambições dos alunos provenientes das classes sociais baixas e alguns alunos das classes sociais mais elevadas. Estas diferenças devem-se, não tanto a uma cultura de escola desvalorizada, mas a uma condição socioeconómica fraca que os obriga, por necessidade, a trabalhar mais cedo para conseguirem arcar com as despesas, muitas vezes, dos próprios estudos.

A condição social do jovem, como refere Teixeira Lopes, é “estar permanentemente de passagem e, em certa medida, ser prisioneiro das condições sociais dessa mesma passagem” (1997: 40), isto é, hoje em dia, já não se conseguem identificar as fases de transição de um estatuto de estudante para o estatuto de trabalhador, pois transita-se muito facilmente de uma posição para outra e podem-se ser várias coisas ao mesmo tempo.

Hipótese 1: A origem social na determinação dos percursos escolares e profissionais dos jovens

Teixeira Lopes defende esta hipótese ao afirmar que consoante a classe social a que pertencem, os jovens seguem um percurso escolar diferente, tendo em conta as suas ambições e necessidades. Assim, uns procuram reconhecimento social, outros, certificações elevadas para poderem ocupar um lugar privilegiado numa empresa, outros, um certificado que lhe permita exercer uma profissão que o realize profissionalmente, outros, uma forma de escapar a salários precários e ao desemprego (1997: 47-50).

Também Machado Pais defende que as classes sociais de pertença são um forte factor na determinação dos percursos escolares e consequentemente das trajetórias profissionais e até da forma como lidam com o desemprego (2003: 233). Segundo o autor, os jovens provenientes das classes sociais baixas acabam por ser obrigados a ingressar mais cedo no mercado de trabalho e a aceitar a primeira oportunidade de trabalho que surja, por não terem condições socioeconómicas para investir numa boa formação e esperar por um emprego que desejem e seja satisfatório, acabando por empregos precários; enquanto os jovens provenientes das classes sociais altas, mesmo quando se encontram em situação de desemprego podem esperar por um emprego regular que lhes ofereça boas condições e os realize, para além de que melhores estratégias e redes sociais alcançarem os seus objectivos (2001: 46-47; e 2003: 309).

Outros autores como sedas Nunes (1998) e Natália Alves (1998) corroboram esta hipótese, ao dizerem que, quer por razões económicas, quer por razões culturais, os jovens provenientes das classes sociais baixas abandonam a escola precocemente para mais cedo ingressarem no mercado de trabalho.

Quando analiticamente se procurou averiguar se esta hipótese se confirma ou não na realidade, tendo por base o caso particular dos alunos da escola profissional, prática,

universal de Bragança, obtiveram-se os seguintes resultados, já acima descritos e interpretados:

Os alunos entrevistados são provenientes de classes sociais baixas, em que os pais têm empregos precários, com baixos salários, ou não têm qualquer actividade remunerada.

Têm um capital escolar baixo, que, mesmo incentivando os filhos a estudar por considerarem que os estudos são necessários para conseguir um emprego, não criam grandes aspirações para eles, nem condições de progredirem nos estudos.

A condição socioeconómica é baixo, o que obriga muitos alunos a trabalhar para poderem estudar, inclusivamente neste momento presente.

Estes alunos das classes sociais baixas reprovaram alguns anos e desistiram dos estudos para ir trabalhar.

Muitos alunos declararam que têm vontade de prosseguir os estudos, mas só poderão fazê-lo se estiverem a trabalhar em simultâneo.

Em contrapartida, os alunos pertencentes a classes sociais altas, com melhores condições socioeconómicas, que eram apenas seis, e apesar de dois deles já ter reprovado, optaram pelo curso profissional não porque quisessem ir trabalhar de seguida, mas porque consideraram que este ensino os preparava melhor para a prossecução dos estudos no ensino superior. Para além disso têm aspirações escolares e profissionais mais ambiciosas.

Estas declarações vêm assim confirmar a hipótese de que a origem social de pertença determina os percursos escolares e profissionais, sendo que são os alunos das classes sociais mais altas os que conseguem atingir níveis mais elevados de escolaridade e consequentemente, irão ter um percurso profissional mais favorável.

4 - Relação com a escola e Insucesso escolar

A escola, segundo Olivier Galland, é um espaço de transmissão de conhecimentos, valores, princípios, de avaliação de competências, mas é também um espaço de socialização (1997: 98). É na escola que os jovens estabelecem relações interpessoais com os seus grupos de pares e com os adultos, é nela que adquirem traços identitários e comportamentais que os vão definir e caracterizar. No entanto, aquilo que se tem verificado é que a escola não está a saber aproveitar as suas potencialidades de mudança, desenvolvimento, mobilidade social e igualdade. Limita-se a transmitir conhecimentos de forma rígida e academicista, negligenciando a vertente socializadora. Esta continua a ser adquirida na escola, mas de forma descontrolada e até irreverente.

Os alunos têm assim uma relação com a escola um pouco ambígua. Se por um lado não gostam dela por considerarem as aulas maçadoras, desinteressantes e rígidas, por outro gostam dela, por representar um espaço de convívio, de amizades, de descobertas e de afirmação:

”As aulas eram uma seca (...) ter que estar a ouvir o professor e a escrever, não aprendia nada” (A21).

“Eu gostava da escola, das aulas é que nem tanto, comecei-me a desinteressar e a pensar noutras coisas” (A26).

“Até gostava da escola, divertíamos-nos e passávamos bons bocados, nas aulas é que era mais chato” (A19).

Em que sentido a escola terá que mudar? Os alunos não gostam da forma como as aulas são leccionadas, da matéria que lhes é transmitida, dos programas extensos e desinteressantes, da postura passiva e rígida com que têm que estar na sala de aula. Não têm por isso grandes motivações para irem às aulas. A escola acaba por ser vista como um longo compasso de espera que antecede a liberdade de escolha e o exercício satisfatório de uma actividade. O problema é que quando se deparam com a realidade que está lá fora, os jovens percebem que essa liberdade de escolha lhes está vedada, ironicamente, pelo facto de não terem permanecido na escola.

O que se tem verificado ultimamente, talvez devido, em grande parte, às muitas exigências dos empregadores e à grande dificuldade em encontrar trabalho, é que mesmo aqueles que desistem da escola, acabam por regressar a esta para conseguirem um curso e um certificado de habilitações e competências. Este tipo de trajetórias está bem presente nas entrevistas, pois quase metade dos alunos declaram ter parado uns anos (a maioria para trabalhar) e depois decidiram, por vontade própria ou por influência dos pais, voltar a estudar, mas já não no ensino regular mas no ensino profissional:

“Depois do 10º ano comecei a trabalhar com a minha mãe e depois quis vir para cá tirar um curso de turismo que tem saídas em São Tomé” (A8).

“Gostava de estudar mas depois fui trabalhar. Nunca reprovei, mas senti que já não ia conseguir concluir o 12º, então fui trabalhar. E depois vim para aqui, porque depois de dois

anos no trabalho já não conseguia aguentar estar fechado numa sala de aulas. Não alinhava já nisso. Esta escola oferece mais facilidades” (A11).

Portanto, os alunos sentem-se quase enclausurados num sistema de ensino rígido e desinteressante. Querem algo mais prático, com utilidade, onde sintam que aquelas aprendizagens e aquele tempo ali investido vão servir para alguma coisa.

O ensino regular é muito difícil e alguns alunos não conseguem acompanhar as exigências que lhes são feitas, em parte, porque têm uma visão da escola depreciativa e desvalorizativa, e em parte, porque não têm o acompanhamento e as condições necessárias em casa para suprir algumas dificuldades sentidas e atingirem bons resultados, acabando por se sentir frustrados e desmotivados. Quando percebem que não vão conseguir atingir os patamares que lhes são colocados desistem e acabam por abandonar a escola, como um caminho fácil e derrotista.

Outros alunos vêm na escola uma perda de tempo por saberem que, muito provavelmente, vão terminar os estudos e não vão ver o seu esforço recompensado, isto é, por não conseguirem encontrar trabalho na área de formação, ou não conseguirem encontrar qualquer tipo de trabalho sequer.

Esta realidade de incertezas e obstáculos levam-nos a ver a escola com ressentimento, considerando que não vale a pena estudar. A relação com a escola deixa assim de ser produtiva, positiva e de entrega e aprendizagem recíproca, para passar a ser uma relação minada pela frustração, pela desconfiança e pelo conformismo.

A escola como potenciadora do insucesso e abandono escolar

Em Portugal continua a haver um elevado número de desistências e de insucessos. Como já foi aqui anteriormente apresentado e discutido, 44,4% dos jovens portugueses tinham apenas o ensino secundário em 2001, detendo Portugal a percentagem mais alta da União Europeia com este nível de ensino (Barata, 2010: 416-417).

A forma de ensino está ainda centrada em padrões muito fechados e convencionais, que não motivam, nem incentivam os alunos. Estes acabam assim por perder o interesse e por considerarem a escola um espaço que nada tem para lhes oferecer:

“Eu gostava de estudar, ao princípio, mas depois vi que os estudos não faziam grande coisa (...) ia para a escola e só pensava que não estava ali a fazer nada” (A34).

“Era obrigada a estudar, não é... Como toda a gente. Acho que ninguém gostava de estudar!” (A 29). Estes depoimentos acabam por confirmar uma ideia defendida por Luís Pardal et al (2003b: 63) e por Natália Alves (in Cabral e Pais (coord.), 1998: 54), de que a escola nem sempre corresponde às aspirações dos alunos.

É preciso dar aqui ênfase a três aspectos. O primeiro aspecto assenta na democratização do ensino. Se antes a escola era frequentada apenas pelas elites, alicerçada por um conjunto de valores estáveis, que permitia, em função do mérito, a mobilidade social, desde meados dos anos setenta que se criou uma escola de massas, em que todos tinham

acesso ao ensino. O problema, foi que esta democratização não passou de uma medida política enganosa, que só veio acentuar as desigualdades sociais.

Alteraram-se as regras de acesso ao ensino, mas mantiveram-se as regras de sucesso, pois o sistema continuou a ser centralizador, funcionalista e normativista, com uma ideologia meritocrática. Por estes motivos, autores como Teresa Carreira (2008), António Trigueiros (2002) e Bruto da Costa (2007), atribuem a culpa do insucesso e abandono escolar e consequentemente das desigualdades e exclusão social à escola.

O segundo aspecto diz respeito à função educativa da escola. Com as alterações que ocorreram no seio familiar nos últimos tempos, tendo sido a maior a emancipação da mulher, a família acabou por se ir desresponsabilizando do seu dever de educar e de transmissão de valores, e por promover o isolamento individual e a ruptura das solidariedades sociais. Esta desfamiliarização ou desinstitucionalização, como defendem Remi Lenoir (1997) e Peter Berger (1996), acabaram por deixar os jovens à mercê de si próprios, sem modelos identitários que os ensinem e orientem.

A escola, a quem o Estado delegou esse poder, passou a ser o agente determinante e fulcral na transmissão de um conjunto de conhecimentos, objectivos, valores e ideais necessários para a construção de bases cognitivas e identitárias sólidas, que permitiriam aos jovens fazer escolhas mais fundamentadas, responsáveis e produtivas para o desenvolvimento do seu futuro. Para tal teria de colocar o aluno no centro dos seus interesses e decisões, dar-lhe voz e uma participação activa naquilo que são as decisões chave do futuro que a eles diz respeito e só a eles irá afectar. No entanto, continua a não arcar com as suas obrigações, em detrimento de um sistema fechado, rigoroso e ditador.

Alves e Canário (2004) apresentam algumas medidas do Estado que ajudem a alterar a situação de insucesso escolar que muito afecta o nosso país, e promover a inclusão social dos diferentes alunos. Assim, o Estado, que tende a evoluir de um Estado educador para um Estado regulador, já atribuiu às instâncias locais uma maior participação nas decisões e na execução de políticas educativas. Esta territorialização das políticas criou-se no sentido de racionalizar a rede escolar, através do encerramento de escolas e da criação de agrupamentos de escolas, para que houvesse um maior incentivo à constituição de parcerias que dessem resposta às necessidades locais, também diversificaram as ofertas formativas, através de currículos alternativos e se criaram um conjunto de medidas para propiciarem um acesso mais equitativo dos alunos ao sistema educativo, tendo em conta as suas diferenças, de modo a que se promovesse a sua inclusão, no entanto, Nóbrega (1996) e outros autores comprovam que muitas destas medidas não se verificam na prática.

A escola continua a oferecer o mesmo tipo de ensino unilateral e estático, que só desmotiva e afasta os alunos. Continuam a submeter-se as escolas às medidas da União Europeia e do Governo, muitas vezes, totalmente desadequadas às necessidades do nosso país e de cada caso em particular. Não têm em conta as diferenças culturais, socioeconómicas e ideológicas de cada aluno, e por isso não propõem uma maior diversidade de ofertas formativas, não alteram os métodos de ensino para actividades mais dinâmicas, mais práticas

e construtivas, que levassem os alunos a ter gosto por ir às aulas, por aprender e por ser cada vez melhores.

Ao não alterar a sua forma de ensino, nem aproveitar a imensa potencialidade que tem de quebrar o ciclo de pobreza e exclusão social, vai continuar a potenciar muitos casos de insucesso e abandono escolar, fazendo mal aos jovens, a si própria e à sociedade no seu todo.

O terceiro e último aspecto tem a ver com o poder da escola em relação ao mercado de trabalho. A globalização do mercado torna as empresas cada vez mais competitivas e, por isso, mais exigentes. É a boa formação da escola e o trabalho eficaz que ela fizer na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, que vai determinar o bom funcionamento, a fortificação e desenvolvimento das empresas.

Numa conjuntura económica em decadência, onde as empresas perderam a sua capacidade de renovação, a escola precisa incentivar os alunos a estudar, a desenvolver as suas potencialidades e criatividade, de oferecer melhores condições de trabalho, de aprendizagem, de relacionamento e de organização. Tem que estabelecer relações mais próximas e construtivas com as empresas, com o estado e com os alunos, para que estes ganhem uma nova visão da escola, se sintam mais motivados e tenham melhores condições de melhorarem o sistema produtivo e económico do país, e conseqüentemente promoverem o emprego e a sua inclusão social.

Percepção dos cursos profissionais por parte dos alunos

A formação técnico-profissional, segundo o decreto-lei nº 4/ 98, Preâmbulo, é uma modalidade especial de ensino, como alternativa ao ensino secundário regular. Esta escola, ao contrário da escola regular, tem uma maior liberdade de iniciativa e de gestão, uma maior inserção regional e local, e uma organização curricular mais profissionalizante.

Estes cursos não só dão equivalência ao 12º ano de escolaridade, permitindo a prossecução dos estudos no ensino superior, como atribuem um certificado de qualificação profissional de nível IV, reconhecido pela União Europeia, que permite a inserção no mercado de trabalho, mais cedo.

Como já foi referido, os alunos que frequentam a escola profissional de Bragança passaram por experiências negativas na escola regular, consideravam o ensino muito difícil e acabaram por reprovar alguns anos ou por desistir. Portanto, quando optaram por regressar ao ensino, escolheram uma escola profissional por considerarem que esta lhes traria muitas mais vantagens. Vêem os cursos profissionais como uma forma mais fácil de terminar o ensino secundário, porque, como eles dizem, aqui têm alternativas, têm os testes de recuperação para quem não conseguir à primeira, tentar uma segunda vez (A6). Esta segunda oportunidade que se lhes oferece permite-lhes fazer todos os módulos sem deixar nenhuma cadeira para trás, acabando por nunca reprovar de ano.

Sabem que as aulas vão ser mais práticas e, por isso, menos maçadoras, e acreditam que a relação com os professores é mais próxima e mais focalizada no aluno, por se tratar de

uma escola pequena, o que lhes dá a oportunidade de se conhecerem melhor, de os professores terem mais disponibilidade para responder às necessidades de cada um.

Martins (2005) apresenta dados que revelam que Portugal estava com os valores mais baixos da União Europeia a nível de ensino pelo facto de muitos jovens desistirem da escola precocemente, havendo em Portugal, em 2002, apenas 24% da população com o ensino secundário e mais, contrariando, por exemplo, a Alemanha, com 83% da população a ter, no mínimo, o ensino secundário. Esta discrepância deve-se ao facto de na Alemanha o ensino profissional ser muito mais reconhecido e valorizado, havendo uma muito maior adesão por parte dos alunos. Estes valores começam a ser alterados, pois, segundo o PNAI de 2008-2010, no ano lectivo de 2007-2008 houve um aumento de 50% de vagas nos cursos profissionais, o que fez com que houvesse também um aumento muito significativo das habilitações dos jovens em Portugal (Portugal, 2008). Os próprios alunos referem que, se não fosse esta via de ensino, muitos teriam desistido precocemente dos estudos, por não o conseguirem fazer no ensino regular.

“Eu acho que é bastante bom, porque senão havia muita gente que andava para aí, desistia da escola e andava na má vida, porque estas escolas são fáceis e têm as áreas próprias para nós, para encaixar com cada um. Preparam bem, são mais amigos. Eu acho que é muito melhor estudar numa escola profissional do que numa escola publica” (A26).

Começa-se a verificar uma mudança na forma de ver esta via de ensino. Se há uns anos atrás, segundo Martins (2005), Portugal possuía ainda uma forte estigmatização em relação a estes cursos, por serem entendidos como vias secundárias para grupos mais desfavorecidos ou com elevado insucesso escolar, o que não permitia a ascensão nem o prestígio social, hoje, há um maior reconhecimento e uma visão mais positiva destes cursos, tanto por parte dos alunos, como por parte do Ministério da Educação e da sociedade.

Um outro aspecto que é muito referido pelos alunos, que lhes dá uma percepção dos cursos muito positiva e aliciante, é a possibilidade de conseguirem encontrar trabalho mais cedo, mas acreditam, que também o vão conseguir mais facilmente do que se tivessem frequentado o ensino normal, pois estes cursos dão-lhes mais experiência, por serem mais práticas e estão mais próximos do mercado de trabalho, o que já lhes permite estabelecer contactos.

“Esta escola oferece uma melhor preparação para o mercado de trabalho. No liceu é só estudar e não vamos ter oportunidade de interagir com as empresas. Esta escola é melhor por ter um menor número de alunos, porque no liceu é difícil para um professor interagir com tantos alunos. Alguns alunos que saíram daqui encontraram trabalho, acho que a maioria que continua a sair também vai encontrar. (...) Esta escola permite saber um pouco mais e conhecer outras coisas do mundo, também permite estabelecer mais e melhores relacionamentos” (A1).

Para além disso, vêem este curso como uma mais-valia para o ensino superior, pois ali já adquirem muito boas bases e ferramentas para os estudos futuros, enquanto que se

tivessem frequentado o ensino secundário regular não teriam qualquer preparação nessa área, pelo que acreditam que estão em melhor vantagem que os restantes.

Motivações e Expectativas em relação à escola profissional

Os alunos vêem nesta escola uma grande oportunidade a vários níveis: permite-lhes concluir o secundário, por ser um ensino mais fácil que na escola regular; oferece-lhes um contacto com o mercado de trabalho, onde podem aprender o modo de funcionamento das empresas, saber fazer efectivamente, estabelecer contactos com os empregadores e começarem mais cedo a trabalhar como técnicos intermédios; permite-lhes aceder ao ensino superior de modo fácil, pois com os CET's não precisam fazer exames de ingresso e sentem-se mais preparados para fazerem as disciplinas por já levarem boas bases do ensino profissional:

“Tivemos aqui um aluno que optou pelo curso profissional já de propósito, porque queria seguir a área de contabilidade, mas não com o propósito de ir trabalhar, mas sim de dar continuidade aos estudos nessa área” (P5). Portanto, o ensino profissional não deve ser visto apenas como uma forma fácil e rápida de fazer o ensino secundário, mas como uma ferramenta muito mais sólida e vasta para fazer o ensino superior.

Apesar de todas estas razões assinaladas, tanto professores como alunos, apontam como principal motivação para frequentar a escola profissional a vertente prática do curso.

Têm um ensino mais fácil e manual, isto é, exige mais deles fisicamente, através de destreza motora, do que intelectualmente. Tendo estes alunos, uma cultura pouco academicista, vêem este facto como uma grande motivação para optarem por estes cursos e até para serem mais assíduos e participativos nas aulas.

Por fim, à a dizer que, sendo a maioria deste alunos provenientes de classes sociais baixas, com fracas condições socioeconómicas, têm como grande motivação para ingressar nestes cursos a entrada rápida no mercado de trabalho, pois têm mesmo por obrigação que arranjar um emprego, não só para conseguirem estudar e melhorar as suas vidas, mas até para poderem subsistir. E uma vez que este curso lhes dá habilitação de nível IV, podem encontrar mais facilmente trabalho, um melhor emprego, com melhores condições, mais bem remunerado e com melhores perspectivas de futuro.

Quanto às expectativas, estas centram-se essencialmente em terem uma maior possibilidade de entrar no mercado de trabalho, por considerarem que estes cursos os preparam melhor, e que as empresas preferem estes técnicos do que os licenciados por terem uma maior aproximação com o mercado de trabalho, terem um ensino mais prático e com melhores competências profissionais, e serem menor remunerados.

De facto, a formação profissional visa, segundo o artigo 19º da Lei nº 46/ 86 de 14 de Outubro, uma integração dinâmica no mundo do trabalho, pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, de modo a poderem responder às necessidades nacionais de

desenvolvimento e à evolução tecnológica (Diário da República, I Série nº 237, 1986: 3073)²⁵, pelo que, se, segundo a legislação, as empresas têm a ganhar com os técnicos de formação profissional, faz todo o sentido que tenham altas expectativas em relação aos cursos. Mas será esta a realidade que vão encontrar, isto é, terão realmente mais facilidade em se inserir no mercado de trabalho, por terem um curso profissional? Isso é o que se irá verificar e discutir num sub-capítulo mais à frente, nesta análise.

É preciso ter em conta que não estamos a falar de um grupo homogéneo e que por isso nem todos os alunos têm as mesmas expectativas. Os professores declaram que há um pouco de tudo, uns querem tirar o curso com boas médias, aprender o máximo possível para mais facilmente superarem as exigências do ensino superior e do mercado de trabalho, enquanto outros contentam-se com uma média baixa, à tangente, que dê para fazer os módulos e terminar o curso. Um professor diz ainda, que as expectativas em relação à escola são que lhes proporcione condições de aprendizagem efectiva, prática, em relação ao mercado de trabalho, o que os alunos corroboram.

Na resposta à questão sobre qual das áreas gostavam mais, se da teórica ou da prática, apenas três alunos disseram gostar mais da teórica, e um deles deu como justificação o facto de serem disciplinas mais fáceis por já as ter tido no ensino normal, ou seja, procuram o facilitismo, querem alcançar as coisas com o menor esforço possível.

Estes jovens que optaram por um ensino profissional, procuram, indubitavelmente, um tipo de ensino prático e que os aproxime, o máximo possível, do mercado de trabalho. Têm, portanto, uma expectativa da escola mais funcionalista e dinâmica, querem que esta os coloque no centro da sua aprendizagem, que os torne actores participantes da sua formação, e todos eles sentem que a escola profissional lhes proporciona isso. Vêm assim, este tipo de ensino, muito mais empreendedor, cativante e utilitário.

“Gosto mais da prática, porque eu não sou daquelas alunas que gosta de estar sempre sentada numa cadeira só a escrever, eu gosto de sair da escola, fazer visitas, trabalhar” (A2).

“Nas aulas uma pessoa não sai com a noção das coisas, com aquela responsabilidade do trabalho” (A10).

“Gosto mais de fazer coisas com a mão do que estar ali nas aulas a ouvir. Com a teórica podemos estar a ouvir e não estar a perceber, e com a prática sabemos logo como é” (A22).

As críticas apontadas a esta escola foram: o pouco tempo de estágio (de três meses), pois queriam ter mais tempo de interacção com as empresas, e a falta de actividades desportivas e lúdicas. Ou seja, sentem que esta escola lhes rouba um pouco desse espaço socializador que há pouco se referiu. No entanto, consideram que essa vertente está bem presente na sala de aula, onde discutem, não apenas a matéria modular, mas também assuntos do seu interesse, curiosidades e dúvidas que tenham. Sentem, por isso, uma grande aproximação com os professores e um acompanhamento mais personalizado, e consequentemente, uma maior vontade de frequentar as aulas.

²⁵ www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/283BAF87-01C8-4EF4-A169-694533E63B0D/612/LeideBases4686.pdf

Hipótese 2: Os cursos profissionais contribuem para diminuir o insucesso e abandono escolar nos jovens

São alguns os autores que defendem esta hipótese e que serão referidos já de seguida. Mas nada melhor que dados estatísticos para dar conta da realidade de um fenómeno.

Portugal detinha em 2002, os níveis mais baixos de população com o ensino secundário e mais, com apenas 24%. Estes dados deviam-se a um grande insucesso escolar por parte dos alunos, que acabava por levar a um abandono precoce do sistema de ensino. Nesta altura as escolas profissionais eram ainda poucas no nosso país e muito estigmatizadas, pelo que apenas poucos jovens frequentavam estes cursos.

Dados do PNAI de 2008-2010 vêm revelar que no ano lectivo de 2007-2008 houve um aumento de 50% de vagas nos cursos profissionais, já para não falar que estes se alargaram também ao ensino público, havendo assim muitas mais escolas. O Ministério da Educação reconhece que foi devido a estes cursos que se deu um aumento muito significativo das habilitações dos jovens, e conseqüentemente, ou seja, uma diminuição do insucesso e abandono escolar.

Machado pais (1996) defende que os cursos profissionais foram uma alternativa necessária para solucionar o problema da elevada taxa de repetências e o abandono escolar, pois a massificação do ensino, com o mesmo sistema academicista e meritocrático, que não tinha em conta as diferentes características de cada aluno, estava a levar à exclusão social de muitos jovens, a esmagadora maioria, provenientes das classes sociais mais desfavorecidas. Com estes cursos estava-se a criar uma maior diversidade de ofertas formativas, com uma estrutura modular do currículo variável consoante a região e as necessidades dos alunos, permitindo uma maior taxa adesão e de sucesso (Pardal et al, 2003b).

Teixeira Lopes (1997) e Machado Pais (1998), mais uma vez a corroborar esta hipótese, dizem ainda que os jovens preferem o ensino profissional, por este representar um distanciamento em relação à escola regular, por ter uma maior homogeneidade social, o que transmite um maior sentimento de pertença, e por facilitar e acelerar o ingresso no mercado de trabalho, para além de lhes dar prestígio social, já que de outra forma, não teriam o ensino secundário, muito menos um curso.

Analiticamente, obtiveram-se os seguintes resultados:

Os alunos têm resultados negativos na escola regular por esta ter um ensino muito rígido e difícil. Como eles nem sempre conseguem acompanhar esses métodos, por falta de dificuldades e de condições de aprendizagem em casa, acabam por ficar retidos no mesmo ano e de ter resultados pouco satisfatórios, o que os leva muitas vezes a desistir da escola.

Um outro motivo para abandonarem a escola é considerarem que esta pouco tem para lhes oferecer, que não vale a pena estudar e que esta já não é garantia de bons postos de

trabalho, pelo que é preferível começar mais cedo a trabalhar. Mas depressa percebem que os estudos são essenciais para a entrada no mercado de trabalho, mesmo quando as ofertas não são muito apelativas, pelo que consideram regressar aos estudos, mas apenas porque têm a possibilidade de frequentar um curso profissional, caso contrário não o fariam.

Um aluno referiu mesmo que se não fosse esta via de ensino muitos jovens estavam fora da escola, com poucos estudos e provavelmente com trabalhos precários ou desempregados, e por isso, com grandes probabilidades de entrar em processos de marginalização e exclusão social (A26).

O Director da escola referiu que estes alunos têm uma taxa de sucesso de 90% e uma taxa de emprego de 60%, ou seja, a quase totalidade dos alunos termina os cursos e mais de metade consegue inserir-se no mercado de trabalho, ainda que não tenha sido possível averiguar se esses trabalhos correspondem à sua área de formação ou não.

Estes alunos têm grandes expectativas em relação aos cursos, acreditam que estes lhes vão facilitar a entrada no mercado de trabalho, o que lhes dá uma forte motivação para se empenharem, quererem tirar boas notas e até prosseguir os estudos para alargar os conhecimentos e ficarem com melhores habilitações.

Os resultados analíticos vêm assim confirmar a hipótese colocada, mas permite mesmo chegar a outras conclusões. É que, mais do que contribuir para a diminuição do insucesso e abandono escolar, a escola profissional funciona como suporte para a inclusão social.

Os jovens adquirem nesta escola um sentimento de pertença e uma aceitação por parte da administração, professores, funcionários e colegas, que lhes atribui uma nova percepção da escola e do ensino, um gosto pela aprendizagem e uma maior motivação para progredirem, para continuarem a estudar, a superarem-se, a acreditar em si próprios e a lutar por melhores possibilidades de emprego e de prestígio social, o que pode abrir-lhes caminho para uma mobilidade ascendente e efectiva integração social.

5- Representação sobre o trabalho

O trabalho representa, na actual sociedade moderna, o pilar da integração social, pois influencia todas as áreas sociais. Mais do que um factor de subsistência, que permite ganhar dinheiro para arcar com as despesas diárias e ter uma vida com conforto e bem-estar, o trabalho é um factor de socialização. É no trabalho e através deste que se estabelecem ligações com outras pessoas, que se constroem redes de socialização que nos realizam e protegem de adversidades que possam surgir.

Este é o principal ponto de referência para o estatuto social e o desenvolvimento de uma identidade. Para além disso o trabalho representa estabilidade, realização, compromisso. Dá-nos um sentimento de utilidade e de pertença e a possibilidade de usufruirmos dos nossos direitos de cidadão, de actualizar as competências profissionais e progredir na carreira. Por fim, apesar de se poderem encontrar muitos outros bons atributos, o trabalho representa um suporte seguro para o futuro, pois estaremos mais abrangidos pelas políticas de protecção social, assegura pensões e outros benefícios sociais. Num século caracterizado pelo emprego, este tem um papel central na coesão das sociedades.

Esta valorização do trabalho, ou consciência da importância do trabalho para a nossa integração social e até para a nossa felicidade, não é partilhada por todos. Especialmente os indivíduos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas, vêem o trabalho como um cargo demasiado pesado, um sacrifício que têm de suportar para poderem receber um ordenado e assim ter uma vida sustentável. São pessoas com trabalhos difíceis, mal remunerados, com horários sobrecarregados e fracas condições de trabalho, que não lhes possibilitam qualquer oportunidade de ascensão na carreira, nem sequer reconhecimento pelo contributo prestado.

Sendo quase todos os alunos entrevistados provenientes de classes sociais baixas, esta foi a ideia de trabalho que lhes foi dada a conhecer, e muitos deles passaram a assumi-la para si próprios. Assim, quase todos apresentaram um discurso depreciativo sobre o trabalho. Este representa para eles uma forma de ganhar dinheiro, uma condição de vida que vão ser obrigados a aceitar e à qual vão ter que se adaptar, mas que não os realiza.

Percepção sobre uma boa profissão

Obtiveram-se das entrevistas duas percepções distintas sobre o que os alunos entendem por uma boa profissão. Estas diferenças, não por acaso, estão relacionadas com as classes sociais e os meios socioeconómicos a que estes indivíduos pertencem. Por isso, serão aqui debatidas as duas percepções em separado, começando pela percepção dos alunos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas, por serem a maioria e por serem os principais focos deste estudo.

Percepção dos alunos provenientes das classes sociais mais desfavorecidas:

Quando se fala em exclusão social pensa-se logo em desemprego, na quebra dos laços com o mercado de trabalho, que os impede de ter uma participação activa na vida económica e social. Ainda que este seja um factor extremo de exclusão social, pois quebra os laços com muitas outras redes e pode mesmo levar à pobreza, existem outros que mesmo não tendo uma desafiliação total com o mercado de trabalho, colocam os indivíduos em situação de exclusão, mas que muitas vezes não são interpretados como tal.

Robert Castel (1991) cit in Monteiro, 2002), vê a desafiliação, não como uma ruptura mas como uma fragilização dos laços face ao trabalho e à sociabilidade sócio-familiar, e para além destes, Teixeira Fernandes apresenta também as baixas habilitações e fracas qualificações profissionais, a escassez de rendimentos e a precariedade do emprego como factores de exclusão social.

Os alunos entrevistados, quando questionados sobre o que era para eles uma boa profissão limitavam-se a falar sobre um ordenado que desse para viver de forma normal, sem dificuldades. Muitas eram as respostas deste género:

“Uma boa profissão é aquela que não se recebe mal nem bem, recebe-se normal, dá para sustentar a vida durante um certo tempo, e também aquela onde as pessoas podem se relacionar bem com o patrão e os colegas” (A1).

Entendem uma boa profissão como estar a trabalhar, ter um emprego, e assumem logo como garantido um ordenado baixo, porque os tempos estão difíceis, as empresas não têm condições de contratar funcionários e por isso, desde que tenham uma ocupação remunerada já se sentem satisfeitos.

Apesar de este conformismo ser já por si alarmante, o que mais choca nos seus depoimentos é a percepção que têm sobre o trabalho. A imagem mental que têm sobre uma profissão é já a de um emprego precário. Aquilo que eles entendem como algo bom e satisfatório para as suas vidas é aquilo que autores como Robert Castel, Bruto da Costa, entre outros, entendem como factores de exclusão social.

Um outro dado pertinente sobre estes alunos é a percepção que têm sobre o seu futuro profissional, pois, mais uma vez, este resume-se a ter um emprego:

“Acima de tudo é arranjar um emprego. Pode não ser na minha área, mas que gostasse” (A3).

“Já agora está muito mal e no futuro ainda vai ser pior. Esta zona não tem trabalho, mas o que surgir já vai ser bom, e se tiver que sair para outro sítio qualquer, vou” (A4).

Quer a escola profissional, quer o sistema escolar, em geral, falham na educação e promoção da inclusão social destes alunos ao não os informarem sobre assuntos como a integração social, o funcionamento do mercado de trabalho e as medidas políticas que acabam por reter os indivíduos na mesma situação em que se encontram, em vez de potenciarem a sua independência e mobilidade social. Pior que isso, falham naquilo que é a sua função principal, que é preparar, de forma adequada e proactiva, os indivíduos para o

funcionamento do mercado de trabalho, para o empreendedorismo e para a capacitação pessoal de delinear estratégias que ajudem a superar os obstáculos que se lhes coloquem.

Percepção dos alunos pertencentes a classes sociais mais favorecidas:

Tal como são diferentes os motivos que levaram os alunos provenientes das classes sociais mais favorecidas a optar por esta via de ensino, também são diferentes as perspectivas que estes têm sobre uma boa profissão. Assim, entendem esta como uma actividade que os realize, que lhes ofereça boas condições, boas perspectivas de futuro, um bom relacionamento com os colegas, um espaço onde possam estabelecer várias relações que até lhes venham a trazer benefícios no futuro.

Relativamente ao ordenado diziam que, no futuro, se já tiverem uma vida bastante estabilizada, não se importam de ganhar menos, desde que estejam a fazer algo que gostem, pois a realização profissional é para eles o mais importante.

Aqui já não se verificam quaisquer indícios de risco de exclusão social, ainda que, como refere Machado Pais (2003), o facto de pertencerem a classes sociais altas e com qualificações mais elevadas, não significa que não possam passar por períodos de desemprego ou empregos precários, no entanto, vão ter estratégias melhores e mais rápidas de os tirar dessa situação. Para além disso, esta forma de pensar mais ambiciosa, também lhes permite ir atrás de estratégias para alcançarem depois esses bons empregos, pelo que as possibilidades de os conseguirem serão muito maiores.

6- Expectativas futuras

É evidente nestes alunos a incerteza e a dúvida quanto ao seu futuro. Quase todos querem dar continuidade aos estudos, por saberem o quanto isso é importante para encontrarem trabalho e com boas condições, no entanto, nota-se uma certa ansiedade para entrarem no mercado de trabalho, começarem a organizar a sua vida e a sua independência.

“Estou mortinho para que a minha vida estabilize, ter um trabalho e a minha casa. E com este curso acho que não vou ter dificuldades para encontrar trabalho” (A26).

Pode-se também deduzir das entrevistas que estes alunos têm um espírito de trabalho muito enraizado. Sabem a importância do trabalho e como ele constitui, hoje em dia, o principal factor de integração social, daí a opção por este ensino, uma vez que lhes dá a possibilidade de continuar os estudos já com bases mais sólidas para melhor se adaptarem no ensino superior e conseguirem empregos mais qualificados e melhor remunerados no futuro, mas também qualificações para ingressarem mais cedo no mercado de trabalho. O problema é que esta relação com o trabalho é muito baseada na subsistência. Não se importam com o emprego que têm “desde que dê para pagar as contas”²⁶

Claro que todos dizem que é importante trabalhar em algo que se goste e referiram essencialmente a boa relação com os colegas, mas a necessidade e comodidade são notórias: Perante as dificuldades e a crise económica que atravessamos, qualquer trabalho é bom.

Estas expectativas em relação ao futuro, pouco ambiciosas, estão bem presentes no percurso escolar e até na própria escolha do curso. Aqueles que vieram de São Tomé, que como já referi, são quase metade dos alunos que frequentam esta escola, candidataram-se a uma bolsa do seu país que tinha protocolos com várias escolas profissionais de Portugal e quando foram seleccionados, não sabiam para que cidade iam e qual o curso que iam frequentar, não tiveram qualquer possibilidade de decisão nas escolhas que, em grande medida, determinariam o seu futuro.

“Quando decidi vir para aqui tinha que escolher um curso profissional, mas fiz a candidatura sem saber as vagas. Eu queria informática mas como já não dava tive que escolher turismo” (A7).

Uma aluna (A6) diz mesmo que escolheu o curso em detrimento da disciplina de matemática, ou seja, não interessava o que iria fazer no futuro ou os benefícios que aquele curso lhe traria ou se era algo de que gostava ou não, desde que não tivesse, agora, no momento presente, de se confrontar com a matemática.

Há uma irresponsabilidade nas escolhas que fazem. Dizem querer continuar a estudar, mas, mesmo os alunos de terceiro ano, ainda não sabiam em quê. A opção por um curso profissional acaba por ser mais uma forma de concluir o 12º ano e conseguir mais facilmente trabalho, por deterem um certificado de qualificações, do que um investimento consciente e produtivo para o seu futuro.

²⁶ (A1, A4, A5, A6, A7, A9, A10, A12, A16, A20, A21, A27, A33).

Não lhes importa tanto o que vão fazer, mas sim que tenham um emprego, ou seja, não há uma procura de mobilidade social, de um estatuto prestigiante, há apenas a consciência de que o emprego é o principal factor de integração social e de que a melhor forma de o conseguir é através dos estudos.

Alguns alunos têm expectativas para o futuro diferentes, querem conseguir bons empregos, e por isso escolheram o curso em função das saídas profissionais que este traria e, como um aluno dizia (A5), porque dava para “trabalhar um pouco em tudo”. Querem algo que lhes ofereça algumas possibilidades de escolha para o futuro, que lhes abra portas, para que assim as oportunidades de trabalho e de melhores trabalhos, sejam maiores.

Um outro aspecto, é que têm grandes expectativas em relação aos cursos profissionais que estão a frequentar. Acreditam que estes lhes dão grandes oportunidades para entrar mais facilmente no mercado de trabalho. As expectativas profissionais é que não são muito elevadas. Têm consciência da crise e da dificuldade de encontrar trabalho, pelo que a maioria, refere que o mais importante para o seu futuro é ter um trabalho, independentemente das condições que este lhe oferecer.

“Não está fácil arranjar emprego, então temos que agarrar as oportunidades que aparecem” (A7).

“Em princípio vou para os CET’s - um ano que dá atribuição ao nível V. Depois, vou tentar trabalhar e ir para a universidade. Para mim é indiferente no que vou trabalhar, desde que dê para pagar os meus estudos já está bom” (A14).

Apesar de a relação dos alunos com a escola, através dos cursos profissionais, começar a ser vista como uma ferramenta útil, aliciante e de interesse, as suas aspirações profissionais continuam presas a uma cultura de subsistência, própria das classes sociais mais desfavorecidas. Não é que vejam o trabalho apenas como uma forma de ganhar dinheiro, mas este não deixa de ser o seu principal objectivo. Não têm grandes expectativas, nem ambicionam grandes profissões para as suas vidas, o que, provavelmente fará com que depois de terminarem o curso profissional, mesmo que prossigam os estudos, desistam deles facilmente, até porque muitos, não têm bases suficientes para responder às exigências do ensino superior.

Estratégias para promoverem o seu futuro profissional

Com as alterações no mercado de trabalho a integração dos jovens neste tornou-se uma tarefa árdua e contínua. Os jovens têm que estar sempre a par das mudanças, ser criativos e saber resolver rapidamente qualquer problema que se lhe coloque. Estas são algumas das competências apontadas pelos empregadores entrevistados, para a contratação de um funcionário. Dizem mesmo que mais importante do que as qualificações académicas é saber resolver os problemas, serem dinâmicos, competentes e criativos.

Os padrões de empregabilidade alteraram-se, e segundo Bulher, “já não faz sentido a reivindicação de preservação e criação de emprego” mas sim “garantir a empregabilidade dos assalariados” (cit in Rosa (coord.), 2000: 31). Portanto os trabalhadores têm que estar sempre a actualizar-se, a adquirir novos conhecimentos e aprofundar as suas competências, deve ser versátil e adaptar-se a todas as actividades que lhe forem exigidas, pois as suas competências serão avaliadas permanentemente e o seu desempenho é o que vai determinar o seu percurso profissional ou o seu despedimento.

Os empregadores exigem um nível de qualificação cada vez mais elevada e só assim o trabalhador poderá progredir na empresa e conseqüentemente, aumentar a sua capacidade de resistência ao desemprego.

Com tantas e tão elevadas exigências os jovens devem procurar o máximo de mecanismos para se fazer sobressair de entre os restantes candidatos. Os alunos entrevistados apontam como estratégias para promover o seu futuro profissional a continuação dos estudos e os bons resultados nas notas. E acreditam que o curso profissional os coloca em posição de vantagem, em relação aos alunos que tiraram o ensino secundário numa escola regular, por este o colocar mais próximo do mercado de trabalho e por isso com maior acesso àquilo que são as necessidades e as exigências deste, podendo preparar-se para responder de forma eficaz e inovadora a esses requisitos.

Alguns alunos não se mostram muito preocupados por já terem os pais como empresários, pretendendo continuar as pegadas dos pais e trabalhar nesse negócio. Os negócios mencionados foram construção civil, pelo que iria trabalhar nas obras, e restauração. Não há uma tentativa de progresso, de distanciamento daquela que é a realidade que sempre conheceram.

As estratégias limitam-se à continuação dos estudos, mas não ponderam bem sobre que cursos obter, nem qual a melhor forma de se fazer notar no mundo empresarial para poderem criar a sua própria sorte e serem bem sucedidos. Esta falta de estratégias deve-se essencialmente ao facto de não procurarem esse sucesso, querem ter um trabalho que lhes ofereça algumas condições, uma vida estável e independente.

Não percebem que dessa forma vão acabar por cair nas garras do desemprego ou ficar presos a empregos precários e pouco prestigiados. Vão acabar por reproduzir a condição social em que se encontram e ficar dependentes de políticas estigmatizadas, que pouco contribuem para promover o emprego e a integração social.

Estes alunos encontram-se em situação de exclusão social e não procuram alterá-la, pelo próprio facto de nem terem consciência disso. A escola não desenvolve neles um espírito ambicioso e competitivo, não os informa sobre o funcionamento do mercado de trabalho e as estratégias que devem adoptar para promover o seu futuro profissional, para conseguirem um bom emprego, e com essas características tanto o mercado de trabalho como o Estado, acabam por, de forma perversa, os afastar do patamar privilegiado aos mais afortunados, àqueles que fazem parte das elites.

Como refere Rawls, “indivíduos e grupos altamente desfavorecidos, estão encurralados na sua condição devido a configurações institucionais perversas, quer do mercado de trabalho quer do sistema de protecção social” (in Ferrera, 2000: 107). Giddens (1997), também na mesma linha, diz que o mercado de trabalho restringe o acesso a alguns sectores e ocupações, isto é, faz uma selecção amoral para privilegiar as origens familiares, em vez do talento e das qualificações. A apoiar esta situação, ainda que não de forma intencional, as medidas de protecção social estigmatizam estes indivíduos, “aniquilam a autonomia individual e exercem uma forte pressão no sentido do conformismo” (Giddens, 1997: 110).

7 - Prestígio dos Cursos Profissionais

Os cursos técnico-profissionais foram criados como alternativa ao ensino secundário regular, por este estar a reproduzir demasiados casos de abandono e insucesso escolar. A escola técnico-profissional permitia a estes alunos ter um ensino mais profissionalizante e uma inserção no mercado de trabalho mais rápida e melhor conseguida. O problema é que, estes cursos, ao serem entendidos como uma via secundária para grupos desfavorecidos ou com insucesso escolar, eram vistos como estigmatizantes, considerando-se que estes não permitiam a mobilidade social ascendente, nem o prestígio social.

Há uma conotação negativa ligada a estes cursos, como se, pelo facto de serem frequentados maioritariamente por alunos que foram mal sucedidos na escola regular e/ou provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, fossem sinónimo de um ensino “fácil”, apenas para terminarem o 12º ano, mas que nada mais tinha para oferecer.

Como já foi referido anteriormente, de facto, a maioria dos alunos que frequentam a escola profissional em estudo, é proveniente de classes sociais baixas - de trabalhadores independentes e salariado manual, e que experienciou um percurso escolar na escola regular marcado pelo insucesso e pelo abandono. Também é um facto que a maioria dos alunos disse ter vindo para esta escola por considerar ser um ensino mais fácil, no entanto, tal não pode desvalorizar o importante papel dos cursos profissionais, pois se não fosse esta via de ensino estes alunos teriam abandonado a escola e entrado precocemente num mercado de trabalho informal e muito precário, do qual dificilmente conseguiriam sair e aí sim, as possibilidades de mobilidade social ascendente seriam quase nulas, para além de ficarem condenados à exclusão social.

O prestígio social obtém-se com a importância e reconhecimento que determinado objecto tem para a sociedade. Os cursos profissionais, nos últimos anos, com as alterações do funcionamento do mercado de trabalho, a incapacidade da escola em assegurar o sucesso e a permanência dos alunos no sistema de ensino, a crise política, que não consegue dar resposta às novas exigências que lhe são impostas e a saturação dos licenciados que já não têm lugar no mercado de trabalho, tem vindo a ganhar uma grande importância.

O Ministério da Educação escolheu-os como solução para resolver o problema do insucesso e abandono escolar, tendo alargado estes cursos às escolas públicas, havendo agora muitas mais vagas e diversidade de ofertas formativas.

Os alunos aderiram em massa a esta via de ensino, tendo havido, em 2008 um aumento de 50% de vagas nos cursos profissionais e hoje, metade dos alunos que se encontram a frequentar o ensino secundário estão em cursos profissionais.

O mercado de trabalho precisa de funcionários competentes, dinâmicos e versáteis, que saibam fazer um pouco de tudo e que aceitem condições de trabalho, por vezes, abaixo daquelas que seriam as desejadas e com ordenados baixos. Estes diplomados são assim uma boa alternativa para os empregadores, porque, como refere o director da escola, um licenciado já não se revê a fazer tarefas que não são do seu âmbito de competências, e uma

vez que a estrutura económica está muito debilitada, nem todos os empregadores podem usufruir das vantagens de ter especialistas altamente qualificados.

Em síntese, pode dizer-se que os cursos profissionais têm ganho prestígio social. Os seus métodos de ensino menos academicistas e mais próximos dos alunos faz com que estes valorizem mais a escola, continuando a frequentá-la. Este contributo da escola profissional na diminuição do abandono escolar fez com que o ministério da educação as reconhecesse e valorizasse, tendo por isso alargado este ensino para as escolas públicas. O Director da escola afirma que tal só aconteceu “devido ao seu sucesso, tanto em termos de empregabilidade como de conclusão”, e diz ainda que se “este ensino passou também para o ensino público é sinal que as pessoas que estão à frente do ministério da educação o valorizam e consideram que é necessário” (Director EPPU). Acredita portanto que este ensino é necessário, tem um contributo positivo na vida socioprofissional dos jovens e tem vindo a ganhar prestígio social.

Ainda que assim seja, é o reconhecimento e a contratação destes diplomados por parte dos empregadores, que lhes dará o verdadeiro prestígio, pois tal significa que estes cursos são necessário e produtivos para as empresas, por estarem adequados às necessidades do mercado de trabalho, ajudarem a desenvolver o comércio e a competitividade e, conseqüentemente, darem um significativo contributo no crescimento económico do país, o que, também por consequência, irá criar mais empresas e mais empregos.

São estes diferentes factores que se irão analisar de seguida, numa tentativa de procurar explicar se os cursos profissionais contribuem de facto para a reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens, diminuindo assim os casos de exclusão social.

Nível de satisfação dos alunos

Os alunos sabem que está difícil encontrar trabalho, mas acreditam que terem um curso profissional é para eles uma vantagem, porque já têm um maior contacto com o mercado de trabalho, o que acaba por lhes dar alguma experiência, porque têm uma remuneração mais baixa que os licenciados, o que é aliciante para as empresas, e porque têm uma maior vontade para trabalhar, aceitando mais facilmente tarefas que não são directamente da sua área de formação. Estes factos por eles mencionados são sublinhados pelo Director da escola, e confirmados pelos Empregadores:

“Como um curso profissional acaba por ter alguma componente prática, quando vêm para aqui já sabem fazer algumas coisas (...) e já são uma boa ajuda, para além disso, como são técnicos de nível III recebem menos e acabam por ser uma vantagem para nós, que não gastamos tanto como um licenciado e depois, têm mais vontade de trabalhar, por isso aceitam bem, normalmente, todas as tarefas que lhes pedimos” (E4).

Azevedo (2000) considera problemático e preocupante que a discrepância entre o volume de diplomados e as reais necessidades das empresas, ao ter como consequência a desvalorização dos diplomas, faça com que muitos indivíduos tenham que se conformar com um posto de trabalho que não corresponde às sua formação, sujeito a horários e salários

muito desfavoráveis. E acrescenta que são estes factos que levam à desmotivação de muitos alunos e conseqüentemente, ao seu desinvestimento na sua formação.

Realmente muitos alunos, referiram o seu descontentamento com o sistema de ensino, que, por não garantir colocação no mercado de trabalho, não sabiam se valia a pena prosseguir os estudos, pois conhecem casos de jovens que tiraram uma licenciatura e estão a trabalhar como empregados de balcão ou desempregados. No entanto, aceitam facilmente as condições colocadas pelos empregadores, desde que isso signifique que vão ter um emprego, até porque apensar de todas as condições, vão estar a trabalhar na sua área de formação, o que sempre é mais prestigiante. Consideram, por isso, uma vantagem, esta visão que as empresas têm dos cursos profissionais, sentindo-se assim satisfeitos com esta via de ensino.

Os alunos também apreciam a forma como as aulas são leccionadas, por serem mais práticas e interactivas, por terem uma relação mais próxima com os professores, dando-lhes a possibilidade de abordar outros assuntos que lhes interessam, mas que não têm a ver com a matéria da disciplina. Consideram que esse tipo de aprendizagens e curiosidades também é importante e fá-los gostar mais das aulas.

Dizem que a escola tem bons equipamentos e boas instalações para poderem estudar e aquilo de que mais gostam são as visitas às empresas e os trabalhos práticos que lhes são exigidos, pois dizem que assim aprendem muito mais, do que estando na sala de aulas a ouvir matéria, já que fazendo se torna mais fácil assimilar o conhecimento.

As críticas que fazem à escola são a falta de espaços de convívio. A escola é pequena, tem apenas um bar e uma sala com jogos de playstation, mas não tem um recinto exterior, com espaços verdes, onde possam jogar à bola ou estabelecer outro tipo de actividades e convívio. A outra crítica tem a ver com a preparação da escola para o mercado de trabalho. Consideram que, apesar de a metodologia de ensino ser muito mais prática do que em uma escola regular, mesmo assim, ainda é muito teórica. Têm pouco contacto com as empresas e pouco tempo de estágio, que é de apenas três meses.

Reconhecem que a escola os devia preparar melhor para o mercado de trabalho e devia estabelecer relações mais próximas com os empresários, de modo a promover a sua colocação nessas empresas depois de finalizado o estágio curricular.

Nível de satisfação das empresas

O Distrito de Bragança, por ser uma zona interior do país, estar muito afastada das grandes cidades e ter uma população muito envelhecida, tem muito poucas empresas. As actividades onde mais pessoas estão empregadas, por serem as empresas que existem em maior número, são o comércio, restauração e hotelaria, e depois as instituições de solidariedade social para idosos, que estão em fase de crescimento.

Tendo, a escola profissional, cursos na área de informática, turismo e desenho digital 3D, são poucas as empresas onde estes alunos podem estagiar e conseqüentemente, são poucas as ofertas de emprego nestas áreas.

Antes de mais, importa referir que não foi entrevistado nenhum empregador da área de Desenho Digital 3D, por este ser um curso recente e os alunos ainda não terem iniciado o estágio, só o irão fazer no próximo ano lectivo. Mesmo assim, o Director da escola informou que já foi contactado por empresas para contratar alunos desta área de formação, por ser um curso recente, uma área em desenvolvimento e haver poucos técnicos com competências para exercerem esta actividade.

Com isto o Director quis mostrar que, efectivamente, as empresas estão satisfeitas com estes cursos, que precisam deles e portanto são necessários. As declarações dos empregadores é que são um pouco diferentes.

Os empregadores reconhecem a importância destes cursos e o contributo que eles podem dar no desenvolvimento das empresas:

Estes cursos “são extremamente importantes, na medida em que atribuem aos alunos conhecimentos que talvez não se adquirem em cursos superiores, de licenciatura. São mais específicos, mais virados para uma área e como tal, os conhecimentos são talvez mais úteis nessas áreas específicas” (E3).

“A nível de cursos profissionais estão mais direccionados para a parte prática e isso constitui uma vantagem relativamente à maior parte dos cursos, que são teóricos, e depois as pessoas saem para o mundo do trabalho e de facto a aplicação teórica, em termos da parte prática, não é tanto assim, é diferente, enquanto que um curso técnico tem a componente teórica e prática e a aplicação das duas em conjunto ao mesmo tempo, e aí será uma vantagem para essas pessoas e para as empresas” (E2).

Apesar de valorizarem estes cursos, não consideram que os alunos estejam preparados para o exercício da sua profissão. Vêm neles muitas dificuldades e muitas lacunas em termos de conhecimentos. No entanto, acham que, mesmo assim, sempre estão melhor preparados do que os alunos de alguns cursos do ensino superior, que são muito mais teóricos.

Defendem que se tivessem uma formação mais prática e mais próxima do mercado de trabalho estariam muito melhor preparados e ganhariam um maior reconhecimento por parte dos empregadores, mas reconhecem que essa formação prática só é possível através do contacto com as empresas, e estas, por falta de disponibilidade e de apoios do estado, não podem facultar esse tipo de serviços às escolas.

Dizem ainda que, tão importante como as competências técnicas, são o dinamismo prático, a total disponibilidade, o domínio das novas tecnologias e o “desenrascar”, isto é, querem que o funcionário tenha a capacidade de resolver os problemas, encontrar soluções. Desde que reúnam estes requisitos, “o conhecimento base também se vai trabalhando e se vai melhorando” (E1).

Seria assim da máxima pertinência dar continuidade a esta investigação e verificar se estes diplomados têm emprego e se estão a ocupar os cargos intermédios das empresas, pois apesar de os empregadores dizerem que estes alunos têm uma preparação prática melhor que os alunos dos cursos superiores e outras escolas, e terem vantagens de contratação por terem

ordenados mais baixos que os licenciados, contrapõem que não estão bem preparados para o exercício das suas funções e que por isso não os contratam.

Tipo de intervenção dos professores

Os professores são um ponto determinante na formação dos alunos, é através destes que vão adquirir os conhecimentos e as competências necessárias para se tornarem bons profissionais. Mas mais do que formar bons profissionais os professores têm também que criar boas pessoas, isto é, não se devem limitar aos conhecimentos técnicos, mas capacitá-los para se tornarem pessoas confiantes, determinadas, cultas e com ferramentas para tomarem boas decisões e lutarem pelo seu futuro de forma a serem bem sucedidos e a estarem devidamente integrados na sociedade.

Luís Pardal et al (2003b), no estudo feito sobre os cursos profissionais em Portugal, dizem que os professores deveriam ter uma formação adequada para este tipo de ensino. Nesta escola, o Director garantiu que todos os professores têm formação superior nas aulas que estão a leccionar e quase todos têm já o mestrado. No entanto, um empregador entrevistado (E1), referiu que eles se limitam a preparar os alunos para necessidades teóricas e não práticas, ficando assim com uma formação incompleta. Diz que a única forma de os alunos ficarem muitos bem preparados para o mercado de trabalho era serem formados por técnicos que estivessem permanentemente em contacto directo com as empresas, ou seja, ele acha que os professores que estão a ensinar, deveriam em simultâneo estar a trabalhar nessa área, pois assim estavam sempre actualizados das alterações e novidades do mercado de trabalho, davam uma formação mais prática e ensinavam melhor.

Esta escola, apesar de os alunos considerarem o ensino mais fácil que na escola regular, transmite também um conjunto de conhecimentos tão ou mais importantes para as ambições e necessidades destes alunos do que os conhecimentos académicos, transmitidos na escola regular. Os professores preocupam-se em transmitir saberes como a responsabilidade, o sentido de competência e dinamismo no exercício da sua profissão, ferramentas para saberem lidar com algumas adversidades pessoais e profissionais.

Esta é uma metodologia muito defendida por Onstenk: “A educação profissional não deveria contentar-se em ensinar apenas conhecimentos e qualificações técnicas, mas antes, dedicar-se a preparar os alunos para exercer a sua profissão de forma competente. (...) Os alunos também devem aprender a ocupar-se de si próprios, a agir em situações de incerteza e de serem capazes de contribuir para o desenvolvimento futuro da sua profissão” (1991: 20). Esta metodologia está presente nos discursos dos professores e alunos:

“Nós tentamos incutir nos alunos um sentido de responsabilidade enorme, porque eles estão à porta do mercado de trabalho. Coisas como o respeito pelos colegas e pelo professor, a assiduidade, que é importantíssima, e a pontualidade. É nessas coisas que nós trabalhamos todos os dias... (P1).

“Alguns professores têm um papel não só em termos de matéria, mas tentam fazer os alunos entender melhor o contexto extra-escolar, tentam-nos fazer ver o que podemos seguir para depois termos sucesso no mercado de trabalho” (A13).

Os professores procuram centrar as aulas no próprio aluno, fazer com que sejam dinâmicas e participativas e têm em conta as dificuldades e diferenças de cada aluno, dando-lhes um ensino personalizado. Sabem que são alunos que passaram por experiências de insucesso na escola regular e que têm uma relação com a escola um pouco apreensiva, por isso, tentam motivá-los para que gostem de ir à escola, tornando as aulas agradáveis.

Quanto à preparação para o exercício da sua profissão no futuro, os professores colocam-lhes problemas concretos do mercado de trabalho, em contexto de sala de aula, isto é, fazem várias simulações de trabalho, para que os alunos aprendam a resolver os problemas como se estivessem em contexto real de trabalho. Também fazem com eles visitas às empresas para que observem o modo de funcionamento, conheçam as novas tecnologias e as experimentem, e incentivam os alunos a criar a sua própria empresa.

No último ano, para além do estágio, os alunos têm de fazer a PAP - Prova de Aptidão Profissional, que consiste na criação de um trabalho autónomo e totalmente individual, sobre algumas funções que fazem parte das suas competências profissionais, como por exemplo a criação de um programa, ou alguma coisa utilitária e funcional, que lhes dá credibilidade, para quando se forem apresentar no mercado de trabalho.

Adequação dos cursos às necessidades do mercado de trabalho

Um dos factores apontados por Mozzicaffredo (1997), entre outros autores, que condiciona a integração sócio-profissional de uma pessoa, independentemente da classe social a que pertence, é a desadequação do curso às necessidades do mercado de trabalho, pelo que esta é uma condição determinante da escola para possibilitar a integração sócio-profissional dos jovens.

Esta escola manifesta uma preocupação em preparar bem os alunos para o mercado de trabalho, no entanto, e apesar de o universo de empregadores entrevistados, por ser pequeno, não permitir uma generalização dos resultados, estes asseguram que não só os cursos não estão adequados às necessidades do mercado de trabalho, como os alunos não estão preparados para o exercício da sua profissão.

“Não está minimamente adequado porque não prepara os jovens para as necessidades das empresas. Prepara-os para umas necessidades eventualmente teóricas e não práticas. Por exemplo, os estagiários que tenho aqui só sabem trabalhar em programação, mas se lhes pedir para desmontar um computador, eles não o sabem fazer. (...) Se estivéssemos à espera da criatividade e das novas ideias dos técnicos estávamos muito mal. O problema é que as escolas pensam um bocado a nível teórico e quando mandam os alunos para as empresas nota-se que não estão preparados, porque não vêem a realidade do nosso mercado” (E1).

“Há um pouco falta de preparação, porque os cursos acabam por ser muito teóricos e não têm muito a componente prática para que depois, quando vão fazer os estágios, já estejam mais à vontade. Ainda falta muita formação” (E2).

A escola, apesar de o Director dizer que os cursos e os currículos são feitos em função das necessidades do mercado e do meio socioeconómico onde estão inseridos, a realidade é que isto não se verifica. Até podem ter isso em conta no momento da criação dos cursos, mas depois, com o tempo, o funcionamento do mercado e as próprias condições do país, vão-se alterando, mas eles continuam com os mesmos programas, os mesmos métodos de ensino, as mesmas estruturas. Os cursos estão assim desfasados da realidade e os empregadores nem sempre encontram nos estagiários as competências necessárias para desempenhar aquelas funções, pelo que nem irá ponderar a contratação do mesmo.

A escola não está assim a cumprir as suas funções, pois Margarida Lopes (1995) aponta como grande objectivo da formação profissional, o de tentar colmatar as imperfeições do funcionamento do mercado de trabalho e melhorar o ajustamento entre o trabalhador e o posto de trabalho, isto é, o trabalhador deve estar apto para o exercício das suas funções, deve corresponder às necessidades do mercado de trabalho e saber colmatá-las.

É importante referir e sublinhar que os empregadores, apesar de afirmarem que os alunos não estão bem preparados para as necessidades do mercado de trabalho, atribuem alguma parte da culpa também a si próprios, pois esta falta de preparação deve-se, essencialmente, à reduzida componente prática dos cursos, que só poderia ser obtida se houvesse uma maior interacção entre a escola e as empresas, mas que estas nem sempre possibilitam as condições para que isso aconteça.

Se em relação à preparação dos alunos, os empregadores admitem parte da responsabilidade, em relação à desadequação dos cursos às necessidades das empresas, eles culpam inteiramente a escola, que deveria informar-se e fazer um estudo de mercado, mas não faz, o que corrobora a opinião de Azevedo (2000), que diz que a formação profissional se faz à revelia das necessidades dos empregadores e da economia.

A escola profissional limita-se a formar os seus alunos de uma forma mais academicista, do que prática, e alguns dos cursos já estão sobrelotados no mercado, pelo menos naquela região, deixando assim muitos diplomados num caminho duvidoso e incerto.

Ligação da escola ao mercado de trabalho

Como alguns empregadores referem, para que os alunos pudessem ter uma boa preparação formativa e contribuírem para o desenvolvimento das empresas, respondendo e colmatando as necessidades destas e desenvolvendo ideias criativas e inovadoras para aumentar a produtividade e a competitividade, teria de haver uma relação de proximidade e de entajuda, entre a escola e as empresas, ou seja, as escolas têm que estar em contacto directo com o tecido empresarial.

Apesar de o Director da escola argumentar que “existe um concelho consultivo que é formado por diversas entidades que nos dão uma opinião do que é preciso e do que não é preciso”, os empregadores afirmam nunca terem sido consultados:

“Eles deviam vir falar com as empresas, fazer estudos e ver que necessitamos de cursos tecnológicos para isto e para aquilo, isto é, adequar os cursos às necessidades; as empresas trabalham assim e ver isso, mesmo a nível comercial. (...) Acho que a interacção e as sugestões que nós fazemos às vezes e a falar um bocadinho aqui, não são depois postas em prática, porque eles não vão mudar programas, não vão mudar métodos de ensino” (E1).

“Nós temos um protocolo com a escola, em que aceitamos todos os anos estagiários para fazer o estágio curricular, do curso de turismo especificamente. Mas para além dos pedidos para estágio mais nada. Nunca nos solicitaram para verificarem as necessidades do mercado, se a nossa forma de trabalhar já se alterou, é mesmo só para fazer o estágio, querem é arranjar um local para os alunos e pronto” (E2).

A ligação da escola com as empresas parece restringir-se apenas à realização de estágios curriculares. A escola tem onde colocar os seus alunos para lhes facultar a formação em contexto de trabalho, e as empresas têm a oportunidade de ter um funcionário não remunerado, pois não cumpre muito a sua função de ensinar o aluno. Os próprios alunos referem que, mesmo nas visitas de estudo, os funcionários da empresa que vão visitar não lhes explicam nada, têm que ser os professores a tirar-lhes as dúvidas que colocam, pois “os empregadores não estão para perder tempo a ensinar”.

Boaventura dos Santos (1994) defende mesmo que, para fazer face às rápidas transformações dos processos produtivos, a escola tem de ser concomitante do trabalho, isto é, têm que funcionar em simultâneo. No entanto, isso ainda está longe de acontecer no nosso país. As instituições ainda não criaram laços entre si que lhes permita trabalhar como um todo, em função do bem comum. Em vez disso, restringem as informações às restantes instituições e funcionam de forma isolada e até confidencial.

As empresas acusam a escola de não querer alterar programas, nem métodos de ensino, e de nunca os terem solicitado para verificar as alterações que ocorreram e as necessidades que precisam de ver solucionadas, mas Enguita (1989) diz que o desajuste entre a escola e o emprego, se deve ao facto de o sistema empresarial e de emprego não dar indicações precisas do volume e da qualidade de mão-de-obra de que necessitam.

Há uma relação da escola com as empresas de conveniência, querem locais para estágios e depois de os conseguirem não se preocupam em verificar se os alunos estão a adaptar-se, se sentem ou não dificuldades no desempenho das suas funções. Falta cooperação entre as entidades responsáveis e reivindicação por parte dos alunos, que se acomodam facilmente a um sistema incompleto e passivo.

Acompanhamento dos percursos socioprofissionais dos alunos

Para que o processo de integração socioprofissional dos jovens fosse mais fácil, as escolas deviam estabelecer protocolos com as empresas que promovessem estágios profissionais depois de estes terminarem os estudos, verificar se as empresas estão a precisar de técnicos e sugerir alguns dos seus formandos. Deveria preocupar-se com os seus alunos, depois de estes deixarem os seus serviços educativos, ajudá-los a estabelecer contactos e relações com as empresas. Mas não é isso que acontece nesta escola, limita-se a formar os alunos e desconhece os percursos que seguem depois disso.

O Director da escola diz que têm uma base de dados que vão preenchendo com aquilo que alguns alunos lhes vão dizendo, pois como é um meio pequeno, vão tendo conhecimento de alguns casos de alguns alunos. Também diz que se as empresas os solicitam para recrutar alguém, eles recomendam o aluno mais apto, mas que a procura de trabalho é da responsabilidade do aluno e não da escola.

De facto, é o indivíduo que deve construir o seu percurso profissional, mas a escola deveria assumir a responsabilidade de criar cursos que sejam necessários e úteis no mercado, e de estabelecer melhores ligações com as empresas para facilitar a entrada dos seus alunos no mercado de trabalho. Essa seria a grande vantagem da escola em fazer o acompanhamento dos percursos socioprofissionais dos alunos:

Sabendo o que eles fazem depois de terminar o curso, se prosseguem os estudos, se vão procurar trabalho, se têm ou não dificuldade em encontrá-lo e que tipo de funções desempenham, se continuam a viver em casa dos pais ou constroem a sua vida de forma independente e constituem família... Tudo isso os ajudaria a conhecer melhor os jovens, as suas necessidades e as falhas da escola na sua formação.

Com este acompanhamento poderiam reunir informação privilegiada para reforçar a estrutura organizacional da escola, oferecer melhores cursos, melhores condições e melhores instrumentos de ajuda na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens, que em muito dependem da escola para serem integrados na sociedade.

Hipótese 3: Os cursos profissionais, pelo seu estigma desprestigiante, continuam a reproduzir a exclusão social dos grupos mais desfavorecidos

Perante os muitos casos de exclusão social em Portugal e o aumento do desemprego, em especial o desemprego juvenil, são muitos os autores que se debruçaram sobre a crise política, as mudanças no mercado de trabalho, a responsabilidade e capacidade da escola para inverter esta situação. No entanto, sobre a influência das escolas profissionais em particular, na integração socioprofissional, são muito poucos os estudos. Ainda assim, há alguns autores que abordam este tema.

Martins (2005) defende esta hipótese, ao dizer que Portugal possui ainda uma forte estigmatização em relação a estes cursos, que são entendidos como vias secundárias para grupos mais desfavorecidos ou com elevado insucesso escolar, não permitindo a mobilidade social ascendente nem o prestígio social, e deixando por isso muitos jovens na mesma situação de excluídos em que já se encontravam. Apesar disto, ele considera isso uma atitude negativa em relação a estes cursos, pois acredita que é devido à não adesão a esta via de ensino que muitos jovens desistem da escola precocemente.

Na mesma linha, a OCDE (1989) diz que, apesar de serem as formações técnico-profissionais as que melhores condições oferecem ao sistema de emprego, na medida em que torna aptos os indivíduos para o desempenho de vários papéis profissionais, este é o tipo de ensino com menor prestígio, permitindo empregos de estatuto inferior.

Centeno et al (2000) acrescenta que são os diplomados com menor grau de habilitações os que mais frequentam os programas de Rendimento Social de Inserção, logo, a OCDE (1989), Wuhl (1992) e Manuel Villaverde Cabral (1997) afirmam que há uma vantagem, quer profissional, quer financeira, nos níveis de instrução elevados, pois são as pessoas com mais instruções e provenientes das classes socioeconómicas mais elevadas, as que ocupam as melhores posições empresariais.

Robert Castel defende que a inserção se consegue através da reconstrução dos laços sociais (in Centeno et al, 2000: 50), sendo a relação com o mercado de trabalho um dos principais e mais importantes mecanismos de reconstrução desses laços. Portanto, se os cursos não estão adequados e os alunos não conseguem responder às necessidades do mercado de trabalho, correm sérios riscos de ficar desempregados e conseqüentemente, de ficarem em situação de exclusão social.

Por fim, Azevedo (2000), diz que a formação profissional, por se fazer à revelia dos requisitos dos empregadores, isto é, por não estar adequada às necessidades do mercado de trabalho, faz com que muitos diplomados sintam uma enorme dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, ficando sujeitos a um período indefinido de espera, que vai acabar por agravar ainda mais a sua situação de desempregados e as possibilidades de vir a conseguir um

emprego, permanecendo em situação de exclusão. Outra consequência apontada por Azevedo, da discrepância entre o volume de diplomados e as reais necessidades do mercado de trabalho, é a desvalorização dos diplomas, obrigando muitos indivíduos, em especial os que pertencem às classes sociais mais desfavorecidos, a aceitar e a conformar-se com trabalhos que não correspondem à sua formação.

Analiticamente obtiveram-se os seguintes resultados:

As escolas profissionais têm vindo a ganhar prestígio social nos últimos anos, por contribuírem para a diminuição do insucesso e abandono escolar, como já foi anteriormente comprovado. Houve uma muito maior adesão dos jovens a este curso, e os alunos sentem-se bastante satisfeitos com o seu modo de ensino.

As aulas são mais práticas e dinâmicas e os professores tentam simular situações reais de trabalho para ensinar os alunos a resolver problemas profissionais, com que se poderão deparar mais tarde, e assim prepará-los para o mercado de trabalho. Para além disso, também ensinam valores como o respeito, a responsabilidade, e a competência no trabalho, que também são muito valorizados pelos empregadores. No entanto estes cursos apresentam muitas lacunas em relação ao mercado de trabalho.

Os empregadores entrevistados, que proporcionam estágios curriculares a estes alunos, dizem que estes ainda estão mal preparados para o mercado de trabalho. Que falta mais formação prática e maior aproximação da escola com as empresas. Para além disso, dizem que os cursos não estão adequados às necessidades do mercado de trabalho, nem se esforçam por estar, isto é, a escola não os consulta para verificar quais as suas necessidades, as alterações que ocorreram ao nível do funcionamento nas empresas, por alterar os seus métodos de ensino. Dizem que a sua única preocupação é formar os alunos, sem se importarem se lhes estão a proporcionar boas condições para depois conseguirem entrar no mercado de trabalho.

As empresas ainda não acreditam muito nestes cursos, e apesar de os considerarem mais práticos do que os cursos do ensino superior e, por isso, mais vantajosos, apenas um empregador diz ter dado trabalho uma vez a um estagiário. As exigências das empresas são muitas, querem profissionais com muitas competências e muito diversificadas, pelo que se torna imperativo obter níveis de qualificação cada vez mais elevados.

Os próprios alunos, à exceção de seis alunos, disseram que pretendem dar continuidade aos estudos no ensino superior, por reconhecerem que uma licenciatura é muito mais valorizada e prestigiante, e que assim terão muitas mais possibilidades de encontrar emprego, para além de poderem encontrar empregos com melhores condições. Mesmo assim, dizem também que se não fosse este ensino nenhum deles teria tido esta oportunidade de ter um curso, pois teriam desistido da escola há muito tempo.

Por último, importa dizer que a maioria dos alunos que frequentam estes cursos, por serem provenientes de classes sociais desfavorecidas, por terem tido insucesso na escola regular e por terem condições socioeconómicas muito baixas, que os obrigam a ingressar

precocemente a trabalhar, sentem uma grande necessidade de iniciar a sua vida adulta mais cedo, querendo para isso conseguir um trabalho, mesmo que tencionem prosseguir os estudos.

Não se importam qual o trabalho que vão ter, nem as condições. Conformam-se facilmente com as oportunidades que surgem e não têm grandes expectativas de futuro. Como a escola não investe na mudança de mentalidades e na capacitação destes indivíduos para melhorarem as suas vidas, a maioria vai acabar por permanecer em situações de exclusão social.

Estas declarações analíticas vêm assim confirmar a hipótese colocada, de que os cursos profissionais continuam a reproduzir a exclusão social dos grupos mais desfavorecidos.

Apesar de ter ganho algum prestígio e de ter um papel muito importante na qualificação de muitos jovens, tem ainda um significativo caminho a percorrer a nível organizacional e de funcionamento, para se adaptar ao mercado de trabalho. Assim, o seu contributo na requalificação socioprofissional dos jovens é significativo, mas fica aquém das expectativas desejadas.

8- Emprego e integração social dos jovens

Portugal está a passar por uma das fases de maior desemprego, crise social, política e económica, dos últimos tempos. Os jovens, por estarem a construir os pilares do seu futuro, através da formação académica, por ainda não terem qualquer contacto com o mercado de trabalho e por isso, não terem experiência, e por não terem redes fortes e alargadas de socialização que os apoiem e auxiliem neste deus processo difícil de transição para a vida adulta, são os mais afectados com o problema do desemprego.

Os cursos profissionais são vistos, por muitos jovens, como uma mais-valia para promover a sua inserção no mercado de trabalho e, como a maioria dos jovens que os frequentam provêm de classes sociais desfavorecidas e com percursos marcados pelo insucesso e abandono escolar, acabam por contribuir também para a sua integração social.

Segundo a OCDE (1989) , os cursos técnico-profissionais são os que oferecem melhores condições ao sistema de emprego, por tornar estes indivíduos aptos para o desempenho de vários papéis profissionais. Marçal Grilo (1992) diz ainda que é a falta de técnicos médios, chefias intermédias e pessoal altamente qualificado, que prejudica gravemente a modernização da indústria portuguesa. Ainda assim, os diplomados com estes cursos continuam a ter uma elevada taxa de desemprego (DES, 1996).

Esta rejeição por parte dos empregados deve-se essencialmente, como já foi referido anteriormente, à desadequação dos cursos às necessidades do mercado de trabalho. Noidade do mercado de trabalho para suportar mais funcionários. Quer pelas declarações dos entrevistados, quer pelos dados do IEFP, OCDE e Eurostat, muitos jovens estão desempregados principalmente pela falta de trabalho, que atinge maioritariamente os jovens, no geral.

A integração social dos jovens afigura-se bastante complicada. São muitas as mudanças que têm de ocorrer para que esta situação se inverta, e são muitos os agentes que têm de actuar para que tal aconteça.

Todo este trabalho se debruçou sobre a problemática do desemprego e a promoção da integração social, tendo como foco de análise e de interesse os jovens. Uma vez que vários agentes têm uma enorme responsabilidade e interesse neste assunto, serão aqui apresentados e discutidos os papéis desses mesmos agentes, na promoção da integração social, sendo eles os jovens, a escola, as empresas e o Estado.

Papel dos Jovens

O modelo de juventude alterou-se e confundiu-se com as grandes mudanças que ocorreram recentemente. Os jovens, como aponta Machado Pais (2001), vêem-se confrontados com uma profunda crise estrutural de acesso ao mercado de trabalho, o que os leva a prolongar o tempo de escolaridade e conseqüentemente, a uma maior permanência na casa dos pais, tendo que adiar o casamento e a constituição de família.

O estatuto de jovem é agora incerto e indeterminado, devido a uma profunda alteração da sociedade com a qual eles não sabem, nem estão preparados para lidar, mas que terão que enfrentar e resolver. É do seu interesse e está nas suas mãos o papel da mudança e a luta para reivindicar direitos, encontrar soluções e criar mecanismos que os favoreça e ajude a abrir caminho para o mercado de trabalho e a integração social.

Os alunos entrevistados apontaram como única medida possível a tomar, a prolongação dos estudos, para que, atingindo qualificações elevadas, os empregadores lhes dêem mais facilmente uma oportunidade. Sabem que não têm apoios, não estão protegidos, nem pelo seio familiar, nem pelo Estado, e que por isso compete-lhes a eles ir à luta e procurar uma forma de inverter esta situação. Como referem Centeno et al (2000), as novas formas de organização das empresas e o trabalho individualizado e tecnológico, obrigam a uma formação contínua, diversificada e flexível.

Apesar de defenderem esta ideia, alguns alunos acreditam que o desemprego se deve muito aos próprios jovens, afirmando que o problema não está na falta de trabalho, mas na falta de vontade de trabalhar. Dizem que para quem quer há trabalho, o problema é que muitos jovens não querem “sujeitar-se” a qualquer emprego. Acham que devia haver mais espírito trabalhador, que os jovens não deviam ser tão exigentes, deviam sentir-se satisfeitos só pelo facto de terem um emprego, pois isso já lhes permite organizar a sua vida.

Estes jovens demonstram uma perspectiva de futuro pouco ambiciosa e muito conformista. Não conseguem lidar com uma economia baseada no conhecimento e por isso correm sérios riscos de exclusão social. A sua integração socioprofissional irá passar, muito provavelmente, pelo subemprego, por percursos de precariedade e estagnação social.

Especialmente nesta época em que o individualismo está representado de forma natural nos modos de vida das pessoas e da sociedade, os jovens têm de ser mais proactivos, devem ter um papel central no processo de mudança, devem unir-se e reivindicar os seus direitos, propor soluções, encontrar alternativas para inovar as empresas, devem exigir às escolas uma boa formação, que os prepare eficazmente para o trabalho e para a vida adulta.

Como refere a OCDE, o mercado de trabalho exige, para além das elevadas qualificações, competências de carácter subjectivo, como “a criatividade, a iniciativa, atitude para a resolução de problemas, flexibilidade, capacidade de adaptação, responsabilidade, atitudes de aprendizagem e reciclagem” (1992: 9-19), pelo que os jovens devem encarar o trabalho, não como algo definitivo e estável, mas como um desafio e uma

oportunidade, que exige uma dinâmica permanente de mudança, de aprendizagem e inovação, mas também de ascensão na carreira e na vida pessoal.

Papel da escola

A escola é o princípio formador e socializador, capaz desenvolver as condições necessárias para a mudança. Em Portugal, a escola continua a reproduzir muitos casos de insucesso e abandono escolar, sendo nós um dos países da União Europeia com menos técnicos qualificados, mas esta situação, com os cursos profissionais e outras medidas do Governo, começa a inverter-se.

As escolas têm de criar uma maior e racional diversificação de ofertas formativas, incentivar mais os jovens e dar-lhes uma formação mais flexível, têm de implementar mais a componente prática nos seus currículos e estar mais próximas do mercado de trabalho, para que possa responder à polivalência do mercado de trabalho, e conseguir atingir elevados níveis de competitividade, de modo a produzir mais emprego.

Estas são algumas das sugestões propostas pelos alunos entrevistados, para o papel da escola na promoção do emprego. Achrom que as escolas deviam ser mais criativas e interventivas, criar parcerias com as empresas para facilitarem o acesso dos jovens quando terminassem os estudos. Também acham que deviam facilitar o ensino e torná-lo ainda mais prático. Boaventura dos Santos (1994), acrescenta a estas sugestões, o fornecimento de quadros teóricos e analíticos gerais, de uma formação cultural sólida e ampla e uma visão do mundo e das suas transformações, de modo a desenvolver nos jovens um espírito crítico, a criatividade, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipa, e a capacidade de negociação. Para além disso, Pardal et al (2003b), considera que os currículos dos cursos profissionais não se deviam centrar tanto no contexto local, mas valorizar mais o contexto internacional, pois estamos num mercado cada vez mais globalizado.

Para promover o emprego dos seus alunos, as escolas profissionais tomaram algumas iniciativas, como as Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVAS), que proporcionam, segundo Pardal et al (2003a), serviços de orientação profissional, promoção de experiências de trabalho, através de estágios, apoio na criação do próprio emprego, informação actualizada sobre ofertas de emprego, entre outras coisas. No entanto, pelo que se verificou no resultado das entrevistas, tendo como exemplo a escola profissional de Bragança, apenas é colocado em prática o serviço de orientação, isto é, limitam-se a dar algumas informações sobre como criar o currículo, como se apresentarem numa entrevista, e como procurar trabalho, mas não passa disso.

As escolas devem ter um papel muito mais activo e desenvolvido, deve aproveitar em maior medida as potencialidades que tem de mudar a vida de muitos jovens, promovendo a sua integração social.

Papel das empresas

As empresas alteraram a sua forma de organização, de funcionamento e de contratação, e numa época em que o emprego tem um papel central na coesão das sociedades, o modo de funcionamento do mercado de trabalho determina em muito as situações de exclusão social.

As empresas têm de começar a assumir as suas responsabilidades e a mudar a sua situação de dependência, em vez de fazer exigências intermináveis, sem nada dar em troca. Por mais que reivindiquem uma formação mais prática dos alunos, esta só é possível se tiver a colaboração das empresas. Estas têm que disponibilizar os seus espaços e até um pouco do seu tempo para permitir que os jovens conheçam o seu modo de funcionamento, as suas necessidades, as suas exigências.

“Temos que adoptar uma estrutura mais proactiva, tentarmos trazer produtos novos de fora para cá, tentarmos ver o que se está a passar no mercado para o colmatar, principalmente nos dias de hoje isto não está para criar emprego, temos de nos mexer um bocadinho” (E1) - Estas são as declarações de um dos empregadores entrevistados. Eles reconhecem que não podem estar só à espera das medidas e ajudas do Estado e da criatividade dos jovens; que também eles devem ir à procura de novas soluções, serem mais competitivos e corajosos, não terem medo de arriscar em algo novo e maior. No entanto limitam-se a dar formações aos funcionários que contratam e a dar oportunidade aos jovens de fazerem estágios nas suas empresas, mas depois descartam-nos por não quererem ou não poderem arcar com mais custos, atribuindo a culpa disso ao governo:

“Isto é quase um ciclo vicioso, porque devia-se apostar mais na formação, mas para isso é preciso haver mais estágios, mais formações práticas, e há grandes lacunas nessa área, não há dinheiro para tal. (...) Se as empresas não poderem dar esse tipo de formações, os alunos nunca vão poder sair bem preparados de um curso profissional, mas para isso acontecer é preciso haver os devidos apoios do governo, que de momento não há” (E3).

Ou seja, vêem os jovens como uma despesa e não como um investimento, que pode contribuir para aumentar a produtividade e o lucro.

Como referem alguns alunos, se não lhes derem oportunidades, eles nunca vão poder mostrar o seu valor e ganhar experiência. Para além disso, dizem que como há muita oferta e pouca procura, e os jovens estão desesperados por entrar no mercado de trabalho, eles se aproveitam disso para pagar baixos salários e dar poucas condições.

Papel do Estado

O Estado, perante a desqualificação dos jovens, acompanhada pela elevada taxa de desemprego, e a profunda crise das empresas e elevada exigência que estas impõem aos seus trabalhadores, depara-se com um duplo desafio: aumentar a qualificação dos jovens e investir no crescimento e desenvolvimento das empresas.

Uma das medidas que o Estado implementou, foi de protecção ao desemprego e não de promoção do emprego, através da atribuição de subsídios e ajudas monetárias aos jovens desempregados de longa duração e à procura de primeiro emprego. No entanto, esta não é uma ajuda eficaz, não é sequer uma ajuda, para este grupo populacional.

Como dizem Centeno et al (2000), a integração dos jovens passa pelo mercado de trabalho, principal factor de socialização, e não por ajudas paternalistas e comodistas do Estado, que mais não fazem do que promover a exclusão social.

Os alunos entrevistados propõem que o Estado devia criar políticas que pressionem e contribuam para os investimentos das empresas, para que estas alarguem o seu mercado e apostem mais nos jovens. Também os empregadores disseram que há uma lacuna grave da parte da política empresarial do governo, pois sem as ajudas do governo, sem as devidas compensações, eles não podem criar postos de trabalho, nem ajudar os jovens.

Os alunos apontam vários caminhos possíveis para aumentar a empregabilidade nos jovens, como a criação de postos de trabalho, os contratos efectivos, para dificultar os despedimentos, a criação de cursos em áreas que sejam necessárias no mercado e o encerramento daqueles que já estão saturados, aumentar o tempo de reforma, para que os mais velhos possam dar lugar aos mais novos, criar uma parceria entre as escolas e as empresas, e a diminuição das exigências feitas por estas, apoios do governo às PME, desenvolvimento do país com a criação de infra-estruturas, e o aumento de estágios.

Um aluno refere que as políticas devem ser criadas a longo prazo, porque um jovem que acabe o curso e saiba que vai ficar desempregado vai-se sentir frustrado e desmotivado, enquanto com políticas a longo prazo, podem-se criar mecanismos, como por exemplo o aumento de estágios, que já vão dar mais motivações aos jovens, já os vão inserindo aos poucos nas empresas (A13).

O Estado já criou algumas políticas de emprego direccionadas para os jovens, apresentadas por Capucha (1998), como as medidas de educação e formação profissional, de informação e orientação profissional, iniciativas locais de emprego, estágios profissionais, incentivos à criação da própria empresa e incentivo às empresas para a contratação de jovens desempregados, os programas INSEJOVEM, REAGE e RUMO, que assentam numa interacção sistemática entre orientação, formação e inserção.

Mas mesmo assim, o desemprego continua a desbravar caminho e a colocar muitos jovens em situação de exclusão social, pelo que todos estes agentes, em conjunto, têm de agir mais e melhor, para encontrar soluções mais ambiciosas e eficazes.

Considerações Finais

O presente estudo tinha como finalidade responder à seguinte pergunta: *Qual o contributo dos cursos profissionais na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens?* Isto é, pretendeu perceber em que sentido os cursos profissionais são uma mais-valia para os jovens, tendo em conta que Portugal é dos países da União Europeia com maior índice de indivíduos somente com o 12º ano, tendo uma elevada taxa de abandono e insucesso escolar. Também se procurou saber se, numa época em que o trabalho é o principal factor de socialização, estes cursos contribuem para a inserção profissional dos jovens e consequentemente para a sua melhor integração social.

Para tal procedeu-se à elaboração de um fio condutor teórico que abordasse os seguintes conceitos: exclusão social, juventude, políticas de emprego, cursos profissionais e mercado de trabalho. Era importante identificar os factores e as dimensões da exclusão social, de modo a encontrar as melhores medidas de combate a esta problemática, e uma vez que nos estamos a reportar à população juvenil, foi necessário descrever este grupo, identificar quais as alterações sociais que condicionaram as suas trajectórias de vida e que mecanismos eles utilizam para superar estas dificuldades.

Abordou-se assim, o papel da família, que está a delegar as suas responsabilidades para outras entidades, e como a classe social desta influencia os percursos escolares e profissionais dos jovens, mas principalmente o papel do Estado e da escola. O papel do Estado, através das políticas sociais e de emprego implementadas para este grupo em particular, e perceber se de facto estas políticas estão a servir os seus propósitos. O papel da escola, através do poder que lhe foi atribuído, de transmissão de saberes, socialização e mobilidade social, perceber se também ela tem cumprido os seus propósitos e em que sentido a escola profissional pode ser um contributo favorável e vantajoso para os jovens, tanto em termos de aquisição de competências e prosseguimento dos estudos, como em termos de inserção no mercado de trabalho e consequentemente, de inserção social.

Do enquadramento teórico formaram-se três hipóteses, que assentam essencialmente nos seguintes pressupostos:

A classe social de pertença tem uma forte influência nos percursos escolares e profissionais dos jovens, sendo aqueles que pertencem às classes sociais baixas os que têm uma maior taxa de abandono e insucesso escolar, em parte por uma cultura de escola desvalorizada, e em parte por uma necessidade socioeconómica que obriga à inserção precoce no mercado de trabalho. O problema é que isto traz graves consequências para estes jovens, que correm assim sérios riscos de exclusão social.

A escola não está a desempenhar correctamente o seu papel, ao não ter em conta os contextos particulares de cada jovem e consequentemente as suas necessidades e aspirações, levando à desistência de muitos jovens que consideram que a escola, pouco ou nada tem para lhes oferecer.

É dentro destes parâmetros, e para os tentar colmatar, que surge a escola profissional. Acredita-se que esta tem um grande contributo na diminuição do insucesso e abandono escolar, por ser um ensino mais fácil e mais prático, e por isso mais aliciante para alguns jovens, e por se ter constatado, através do Ministério da Educação, que com o aumento de cursos profissionais, também alargados à escola pública, e consequentemente, a maior adesão dos jovens a estes cursos, aumentaram as qualificações dos jovens em Portugal.

O problema é que esta escola ainda é muito estigmatizada em Portugal. É considerada uma segunda via de ensino para aqueles que não vingaram no ensino regular. Oferece um ensino mais profissionalizante e por isso, com um sentido prático e utilitário.

Segundo alguns autores, mas em especial, Luís Pardal et al, que realizaram um estudo sobre o ensino técnico-profissional em Portugal, estes cursos são frequentados pelos alunos das classes sociais mais desfavorecidas, e por isso, são estigmatizantes e desprestigiadas. Dizem ainda que os seus alunos têm um fraco contacto com o mercado laboral, contrariamente àquilo que está estipulado na legislação, e que por este motivo, não estão preparados para o exercício das funções que lhes vão ser exigidas. Sendo assim, estes diplomados ficam fora do mercado de trabalho ou aceitam empregos precários e sujeitos a condições muito desfavoráveis, estando muito vulneráveis à exclusão.

Dados do Observatório Permanente do Ensino Secundário, os diplomados com cursos técnico-profissionais têm uma elevada taxa de desemprego (ME/DES, s/d), e são estes os que mais frequentam os programas de RSI (Centeno et al, 2000: 80), concluindo-se, portanto, que estes cursos continuam a reproduzir a exclusão social de muitos jovens.

A agravar esta situação, as políticas de emprego não têm em conta perspectivas para a juventude e as que existem têm um papel mais directivo para o sistema de protecção social, não havendo, por parte quer das escolas, quer do Estado, mecanismos eficazes de promoção da integração social dos jovens.

O que acontece hoje em dia é que, o mercado de trabalho em Portugal está a passar por uma crise económica e por reduzidos níveis de competitividade, que não permitem a contratação de funcionários, e quando o fazem, exigem um profissional competente, com competências em várias funções, para abarcar uma enorme quantidade de tarefas, e com baixos salários. Os diplomados superiores estão também a passar pelo problema do desemprego, e as escolas profissionais estão a aumentar em 50% as vagas dos cursos, que se alargaram também para as escolas públicas, o que significa que tem havido uma maior adesão por parte dos jovens a esta via de ensino.

Sendo assim, e perante estas novas mudanças sociais e económicas, que inviabilizaram muitas medidas políticas e obrigaram a novos mecanismos de resolução, considerou-se pertinente saber o que mudou relativamente aos cursos profissionais, quem são os alunos que hoje os frequentam, se têm as mesmas motivações e expectativas que as apresentadas nos estudos e factos anteriores, que remetem para uma conjuntura social e económica diferente da actual, se estes cursos ganharam prestígio e se contribuem para a diminuição do abandono

e insucesso escolar e para a inserção no mercado de trabalho, ou seja, se contribuem para a reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens.

Tendo-se adoptado um método hipotético-dedutivo, optou-se por um estudo de caso, uma vez que não era possível executar um estudo mais alargado e este já permite atingir os objectivos pretendidos, que são - a Escola Profissional, Prática, Universal de Bragança, onde se realizaram entrevistas semi-directivas ao Director da escola, a professores e a alunos, e ainda aos empregadores onde estes realizam o seu estágio.

As evidências empíricas revelam que apesar das mudanças que ocorreram no contexto socioeconómico actual, pouco se alterou no contexto socioeducativo das escolas profissionais. Ainda assim, e apesar de, no geral, as hipóteses se confirmarem, as mudanças que ocorreram têm um peso significativo e merecem especial reflexão, pelo que serão aqui cuidadosamente descritas e interpretadas todas as conclusões obtidas, tendo em conta os dados acima referidos.

Relativamente à representação social dos alunos, constata-se o facto de a grande maioria ser proveniente de classes sociais baixas, em que os pais pertencem ao salariedade manual e trabalhadores independentes, sendo muitas das mães domésticas, e têm baixos níveis de ensino. Mesmo assim, há já uma mudança, pois 19% dos pais tinham o ensino superior e pertenciam à nova burguesia assalariada, o que revela que, mesmo aqueles que vivem em meios com melhores condições socioeconómicas, já consideram os cursos profissionais um caminho vantajoso e valorizante, tanto para a prossecução dos estudos, como para a inserção no mercado de trabalho, por considerarem que esta via de ensino os prepara melhor. Este factor também revela uma desmotivação em relação ao ensino superior, que já está saturado e não gera emprego, significando, o curso profissional, uma alternativa adicional para a inserção no mercado de trabalho. No entanto, o que se verificou com o estudo foi que, todos os alunos entrevistados tinham um percurso escolar marcado pelo insucesso e abandono escolar. Todos eles já tinham reprovado alguns anos, há excepção de seis, e mesmo dentro destes, muitos tinham abandonado a escola por considerarem que esta nada tinha para lhes oferecer, que o ensino regular é muito difícil e rigoroso, e/ou para ir trabalhar.

Este é um outro factor que caracteriza estes alunos e os motiva a escolher este ensino - aliado à origem social, estão as fracas condições socioeconómicas. Assim, os cursos profissionais não só lhes permitem prosseguir os estudos, como lhes permitem começar mais cedo a trabalhar, sendo esta a intenção da grande maioria - continuar os estudos e trabalhar ao mesmo tempo. O que se verifica, segundo os depoimentos dos professores, é que muitos deles não conseguem conciliar as duas vertentes, por se tornar uma carga muito pesada, acabando por desistir dos estudos em detrimento do trabalho. Também é importante referir que, por norma, estes trabalhos que conseguem, não correspondem às suas habilitações, ou seja, são trabalhos de estatuto inferior, marcados pela precariedade. Esta é uma condição propiciadora de exclusão social, o que vem confirmar a hipótese colocada. Os indivíduos provenientes das classes sociais mais desfavorecidas têm percursos escolares e profissionais

menos satisfatórios do que os indivíduos das classes sociais mais altas, isto porque são obrigados, por razões essencialmente económicas, a ingressar mais cedo no mercado de trabalho.

Todos os alunos disseram preferir um ensino mais prático do que teórico, por considerarem que assim aprendem muito mais, ficam melhor preparados para o mercado de trabalho, por as aulas serem mais interessantes e dinâmicas e por sentirem que aquelas aprendizagens têm utilidade no seu futuro profissional. Portanto, talvez se devessem alterar o funcionamento e os currículos das escolas e dar mais voz àqueles que são os principais actores e interessados da escola - os alunos - de modo a criar um conceito de escola e de ensino muito mais apelativo e utilitário. Esta é uma mudança já adoptada nesta escola profissional, o que lhe dá muito reconhecimento, tanto por parte dos alunos como por parte do ministério da educação. Uma outra mudança aqui verificada e que muito cativa estes alunos, é a diversidade de assuntos abordados nas salas de aula, que não se restringem a um ensino academicista, mas também socializador. Eles abordam assuntos tais como o sentido de responsabilidade, de competências, de determinação e investimento no seu futuro profissional e pessoal, dando-lhes uma visão da escola muito positiva.

Quanto às aspirações escolares e profissionais, expressam a vontade de continuar os estudos no ensino superior, mas muitos referem que vão ter de trabalhar em simultâneo, caso contrário, não teriam condições para estudar. Reconhecem a importância dos estudos, especialmente nos dias de hoje, em que os empregadores estão cada vez mais exigentes, e esta parece ser a principal, ou até, a única razão para quererem aumentar as suas habilitações académicas, isto é, não vêem tanto os estudos como uma forma de ascensão social, mas como uma condição necessária para conseguir trabalho. É este factor que se torna aqui preocupante - as aspirações profissionais são baixas, presas a uma cultura de subsistência, em que não lhes interessa aquilo que vão fazer no futuro, desde que estejam a ganhar dinheiro para poderem ter alguma comodidade.

Uma outra conclusão obtida desta investigação foi que o prestígio dos cursos profissionais está a aumentar. Em grande parte através do reconhecimento e valorização do Ministério da Educação e também dos próprios alunos, que consideram que este tipo de ensino tem um grande contributo na diminuição do abandono e até do insucesso escolar dos jovens. Por outro lado, também os empregadores reconhecem a importância destes cursos e a vantagem que têm para as empresas, no entanto, dizem que estes não estão adequados às suas necessidades por ainda serem demasiado teóricos. Acusam assim a escola de não os consultar para fazer um estudo de mercado e verem o que realmente faz falta e o que é que entretanto se alterou no funcionamento das empresas. Dizem que estas se recusam a mudar programas e métodos de ensino, limitando-se a formar alunos, sem se importarem se isso depois vai surtir efeitos na prática profissional.

Ainda que os empregadores critiquem este mau funcionamento das escolas, reconhecem que também eles têm alguma culpa na má preparação dos alunos, por não lhes facultarem mais estágios - uma ferramenta imprescindível na sua formação efectiva. Ou seja,

os cursos profissionais têm um maior prestígio social, mas continuam a precisar de mudanças a nível organizacional e de funcionamento para se adaptarem ao mercado de trabalho, e aí sim, serem mais prestigiantes para as empresas e terem um contributo efectivo na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens.

Por último resta referir que mesmo que os empregadores considerem que os diplomados com cursos superiores não estão muito bem preparados para responder às necessidades das empresas, este não é o factor crucial para não os recrutarem, mas sim, a falta de postos de trabalho. Tanto empregadores, como alunos, defendem que se as políticas de emprego se alterassem e se houvesse um maior e melhor investimento nas empresas e na formação, a situação do desemprego e da vulnerabilidade à exclusão seria invertida.

Percebe-se assim, que só existirá uma plena integração dos jovens e possibilidades de ascensão social se a Escola, as Empresas e o Estado trabalharem numa parceria de cooperação e progresso, para o desenvolvimento de um bem comum - a integração e coesão social. Os cursos profissionais são um forte aliado para atingir este objectivo, apesar de ter ainda um caminho de mudança a percorrer para que o contributo na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens seja maior e em maior plenitude.

Bibliografia

- ALBARELLO, L. et al (1997) *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva;
- ALMEIDA, J. e PINTO, J. (1995) *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa: Editorial Presença;
- ALVES, N. (1998) in CABRAL, M. e PAIS, J. (coord.) (1998) *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras: Celta;
- ALVES, N. (2002) *The juvenile crisis and the social construction of youth in Portugal*, in: Lagrée, J. *Rolling youth, rocking society*, Paris: UNESCO;
- AFONSO, N. (2005) *Investigação Naturalista em Educação - Um guia prático e crítico*, Porto: ASA Editores;
- AUGUSTO, A. e SIMÕES, M. (coords.) (2007) *Inserções - Diagnóstico Social em Concelhos da Beira Interior*, Covilhã: UBI - CES (<http://observatorio.insercoes.org>);
- AUGUSTO, N. (2006) *Novos actores sobre velhos palcos: Juventude, política e ideologias no Portugal democrático*, Covilhã: UBI;
- AZEVEDO, J. (2000) *O Ensino Secundário na Europa*, Porto: Edições ASA;
- BAPTISTA, I. (2000) *Actas do seminário Pobreza e exclusão social - Percorso e Perspectivas de Investigação em Portugal*, Lisboa: CESIS;
- BARATA, O. (coord.) (2010) *Política Social e Sociologia*, Lisboa: ISCSP/ UTL;
- BOUDON, R. (1990) *Os métodos em sociologia*, Lisboa: Edições Rolim;
- CABRAL, M. (1997) *Cidadania política e equidade social em Portugal*, Oeiras: Celta;
- CABRAL, M. (1998) *Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal*, in *Análise Social*, vol. XXXIII (143-147), (2º, 3º), pp: 381-414;
- CABRAL, M. e PAIS, J. (coord.) (1998) *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras: Celta;
- CAPUCHA, L. (coord.) (1998) *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental*, Lisboa: MTS/ CIES;
- CAPUCHA, L. (2005) *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta;
- CARVALHO, P. (1993) *Planos e Fundos de pensões*, Lisboa: Texto Editora;
- CENTENO, L. et al (2000) *Percursos Profissionais de Exclusão Social*, Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional;
- CENTENO, M. e NOVO, A. (2006) *Avaliação do impacto de um programa de apoio à procura de emprego*, in: www.sites.google.com/site/alvaroanovo/BE_ALMP.pdf;
- CLAVEL, G. (2004) *A Sociedade da Exclusão, Compreendê-la para dela sair*, vol. 4, trad. Renata Dias de Carvalho, Porto: Porto Editora;
- COLEMAN, S. e HUSÉN, T. (1990) *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*, Porto: Afrontamento;

- CORREIA, H. et al (1992) *A situação dos jovens em Portugal - Transição entre a escola e a vida profissional*, Lisboa: MESS, SICT;
- COSTA, B. (1998) *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva;
- CRUZ, M. et al (1984) *A condição social da juventude portuguesa*, in: *Análise Social*, vol. XX (81-82), pp. 285-308;
- DEPP/MTS (2002) *Portugal 1995-2000 Perspectivas da Evolução Social*, Oeiras: Celta Editora;
- DES (1996) *Dinâmicas, memórias e projectos das escolas profissionais*, Porto: Ministério da Educação;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA (1986) Decreto-Lei nº 46/86, artigo 19º, I Série nº 237, in: www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/283BAF87-01C8-4EF4-A169-694533E63B0D/612/LeideBases4686.pdf;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA (1998) Decreto-Lei nº 4/98, artigo 7º, alínea 4, I Série-A nº 6, in: www.josematias.pt/CursosHomologadosRedeEscolar/decreto_lei_4_98.pdf;
- DOMINGUES, L. (2005) *Políticas Sociais em Mudança - O Estado, as Empresas e a Intervenção Social*, Lisboa: UTL/ ISCSP;
- ESPING-ANDERSEN, G. (1998) *Revista Sociedade e Trabalho Especial*, Conferência: "A Sustentabilidade dos Estados-Providência no Séc. XXI", Lisboa;
- ESTEVES, A. (1998) «Metodologias Qualitativas: Perspectivas Gerais» in: ESTEVES, A. e AZEVEDO, J. (orgs.) *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto: Instituto de Sociologia, pp. 1-8;
- ESTIVILL, J. (2003) *Panorama da Luta Contra a Exclusão - Conceitos e Estratégias*, Genebra: Bureau Internacional do Trabalho
- in: www.ilo.org/ciaris/pages/portugue/frame/index.htm;
- FERNANDES, A. (1998) *Estado Democrático e a Cidadania*, Porto: Afrontamento;
- FERNANDES, A. (1998a) «Alguns desafios teórico-metodológicos», in ESTEVES, A. e AZEVEDO, J. (orgs.) *Metodologias qualitativas para as Ciências sociais*, Porto: Instituto de Sociologia, pp. 9-27.
- FERNANDES, A. (2008) *Questões Demográficas, Demografia e sociologia da população*, Lisboa: Colibri;
- FERREIRA (1997) in PAIS, J. e CHISLHOLM, L. (coord.) (1997) *Jovens em mudança*, Lisboa: ICSUB;
- FERREIRA, S. (2000) *As Organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social*, in http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dbcb482139_1.PDF;
- FERRERA, M. et al (2000) *O Futuro da Europa Social*, Oeiras: Celta;
- FLICK, U. (2005) *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa: Monitor;
- GALLAND, O. (1997) *Sociologie de la jeunesse*, Paris: Armand Colin;
- GALVEIA, L. (2006) *Estado e Terceiro sector no Contexto da Pobreza e da Privação Alimentar*, Dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de economia da universidade de Coimbra, orientador: Pedro Hespanha;

- GARRETT, A. (1904) *Obras Completas - Da educação*, vol. XX, coord. Dr. Teófilo Braga, Lisboa: Edição Revista;
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (2001) *O inquerito, Teoria e Prática*, Oeiras: Celta editora;
- GIDDENS, A. (1996) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta;
- GIDDENS, A. (1997) *Para além da esquerda e da direita - O futuro da política radical*, Oeiras: Celta;
- GRÁCIO, S. (1986) *Política Educativa como Tecnologia Social - As reformas do ensino técnico de 1948 a 1983*, Lisboa: Horizonte;
- GRILO, M. (1992) *Breve análise sobre as modalidades de formação profissional em Portugal*, in *Formação Profissional*, nº 2, pp. 42-45;
- GUERRA, I. (1999) *A nova acção social: Certezas e perlexidades*, in *Acção social em debate*, Direcção-Geral de Acção Social: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação;
- GUERRA, I. (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentidos e formas de conteúdo*, Estoril: Príncipia;
- HESPANHA, P. e CARAPINHEIRO, G. (2001) *Risco Social e Incerteza, Pode o Estado Recuar Mais?*, Porto: Afrontamento;
- ISS, IP (coord.) (s/d) *Diagnóstico Social - Plataforma Supraconcelhia de Alto-Trás-os-Montes*, in: www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=26274&m=PDF;
- ISS, IP (s/d) *Rede Social do Concelho de Bragança*, in: www.195.245.197.216/CLAS/Todos/DOCsenviados//402/1.%20Diagn%F3stico%20Social/7ParteConclus%F5es.pdf
- KERLINGER, N. (1980) *Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo: EPU;
- LOPES, M. (1995) *Estratégias de qualificação e metodologias de avaliação*, Oeiras: Celta;
- LOPES, J. (1997) *Tristes escolas - Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*, Porto: Afrontamento;
- LOURO, C. (2001) *Acção Social na Deficiência*, Lisboa: Universidade Aberta;
- MANN, P. (1975) *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro: Editores Zahar;
- MARQUES, M. (1993) *O modelo educativo das Escolas Profissionais - Um campo potencial de inovação*, Lisboa: EDUCA;
- MARTINS, A. (1996) *Escola e mercado de trabalho em Portugal: Imperativos de mudança e limites de realização* - Dissertação de doutoramento, sob orientação do Dr. Luís Pardal: Universidade de Aveiro;
- MARTINS, S. (2005) *Portugal, um lugar de fronteira na Europa - Uma leitura de indicadores socioeducacionais*, in revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, pp.141-161;
- MENDES, J. *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*, Centro de estudos sociais: Universidade de Coimbra, in www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf;

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1992) *Ensino secundário - Do ensino técnico-profissional aos cursos tecnológicos - 1992-1994*, GETAP;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2002) *Reforma do ensino secundário - Linhas orientadoras da revisão curricular*, in: www.geopor.pt/gne/prog/rev_sec_prov.pdf;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/DES (s/d) *Inserção profissional dos diplomados 95/96*, Observatório Permanente do Ensino Secundário (policopiado);
- MISHRA, R. (1995) *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*, Oeiras: Celta;
- MONTEIRO, A. (2002) *Associativismo e Novos Laços Sociais: As Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal*, Covilhã: UBI;
- MONTEIRO, A. (2004) *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra:Quarteto;
- MOZZICAFREDDO, J. (1997) *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta;
- MTS (1998) *Dizer não à pobreza - Erradicação da pobreza 1997-2006*, Lisboa: Departamento de estudos: Prospectiva e Planeamento do MTS;
- NUNES, R. (1998) in CABRAL, M. e PAIS, J. (coord.) (1998) *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras: Celta;
- OB.cit:206 (2010) in BARATA, O. (coord.) (2010) *Política Social e Sociologia*, Lisboa: ISCSP/ UTL;
- OCDE (1989) *O ensino na sociedade moderna*, Porto: ASA;
- OCDE (1992) *Écoles et Entreprises*, Paris: OCDE;
- ONSTENK, J. (1991) *Skills needed in the workplace*. Conference paper presented at Amsterdam Conference, Amsterdam: SCO (policopiado);
- PAIS, M. (1996) *Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa - tradições e mudanças (1985-1995)*, in revista: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 21, pp. 197-221;
- PAIS, J. e CHISLHOLM, L. (coord.) (1997) *Jovens em mudança*, Lisboa: ICSUB;
- PAIS, M. (1998) in CABRAL, M. e PAIS, J. (coord.) (1998) *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras: Celta;
- PAIS, M. (2001) *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto: Ambar;
- PAIS, M. (2003) *Culturas Juvenis*, Lisboa: Casa da Moeda;
- PARDAL, L. et al (2003a) *O Ensino Técnico em Portugal*, Aveiro: Universidade de Aveiro;
- PARDAL, L. et al (2003b) *Ensino Técnico em Portugal e no Brasil: uma perspectiva da realidade*, Aveiro: Universidade de Aveiro;
- PAUGAM, S. (1996) *L'exclusion l'état des savoirs*, Paris: Éditions la découverte;
- PAUGAM, S. (2000) *Le salarié de la Précarité - Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris: PUF;
- PIMENTEL, A. (2001) *Acção Social na Reinserção Social*, Lisboa: Universidade Aberta;
- PORTUGAL.MSST (2004) *Combater a exclusão, Promover o desenvolvimento - Plano Nacional de Acção para a Inclusão*, Lisboa: MSST;
- PORTUGAL.MTSS (2008) *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão - PORTUGAL (2008) PNAI 2008-2010*, in:

www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=1588&m=PDF;

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1998) *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva;

RODRIGUES, F. (2003) *Acção social na área da exclusão social*, Lisboa: Universidade Aberta;

ROSA, M. (coord.) (2000) *Trabalho precário - Perspectivas de superação*, Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional;

ROSA, M. e VIEIRA, C. (2003) *A população portuguesa no século XX*, Lisboa: ICS;

SANTOS, B. (1994) *Pela mão de Alice*, Porto: Afrontamento;

SARACENO, C. (1992) *Sociologia da Família*, Lisboa: Estampa;

SEQUEIRA, A. et al (1996) *Reabilitação e Comunicação*, Instituto Superior de Lisboa: Psicologia Aplicada;

SILVA, A. (2004) *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*, Lisboa: Climepsi editores;

SIMÃO, J. et al (1989) *Rede de formação profissional para a modernização da indústria: As escolas tecnológicas*, Lisboa: LNETI;

VÁSQUEZ, J. (2008) *Constitución, crisis y reconfiguración del valor moral del trabajo en el postfordismo*, in revista: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 56, pp. 129-148;

VIEGAS, J. e DIAS, E. (org.) (2000) *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta;

WUHL, S. (1992) *Les exclus face à l'emploi*, Paris: Syros alternatives;

www.dapp.min-edu.pt

Notícia do Jornal O Público, 17/12/2010, escrita por Clara Viana, Cursos profissionais representam 15 % da amostra do PISA, in:

www.publico.pt/Educação/cursos-profissionais-representam-15-por-cento-da-amostra-do-pisa_1471472;

Notícia do Jornal Económico de 07/01/2011, escrita por Rita Paz, Portugal com o quarto maior desemprego na Europa, in: www.economico.sapo.pt/noticias/portugal-com-o-quarto-maior-desemprego-na-europa_108269.html;

Notícia do Jornal Informação de 08/01/2011, escrita por Nuno Aguiar, Desemprego. Portugal com o quinto maior salto num ano, in: www.ionline.pt/conteudo/97386-desemprego-portugal-com-o-quinto-maior-salto-num-ano;

Notícia do Diário de Notícias de 08/01/2011, escrita por Lusa, in:

www.dn.sapo.pt/bolsa/emprego/interior.aspx?content_id=1735584.

ANEXOS

Importa procurar instrumentos e saídas criativas que contornem os enormes problemas com que a prática se confronta.

6.3.2. Pode-se falar de proliferação?

Deixando de fora todas as medidas de segurança social decorrentes de direitos sociais que a população já assimilou, nomeadamente os regimes gerais da segurança social, contributivo e não contributivo, e as medidas de apoio em casos de afastamento temporário do mercado de trabalho, nomeadamente subsídio de desemprego e apoio na doença. Foram identificadas 83 medidas distribuídas da seguinte forma:

- * 22 Medidas de Emprego;
- * 6 Medidas para o Mercado Social de Emprego;
- * 8 Medidas de Reabilitação Profissional;
- * 10 Medidas de Formação Profissional;
- * 13 Medidas de Informação e Orientação Profissional;
- * 11 Medidas de Educação;
- * 3 Medidas de Segurança e Solidariedade Social;
- * 7 Medidas para Grupos Específicos; e,
- * 3 Medidas de Coesão Social e Local.

Verificamos uma preponderância das medidas tendo como destinatários desempregados, jovens e pessoas com deficiência. Há também já um considerável número de medidas para a integração de grupos específicos: ciganos, timorenses, reclusos, toxicodependentes e outros grupos de risco.

No âmbito do emergente Mercado Social de Emprego existem 6 medidas tendo em vista o desenvolvimento de um terceiro sector da economia, que procura fazer face às necessidades sociais a que o mercado normal não responde. De salientar que algumas das medidas desenvolvidas no âmbito do Mercado Social de Emprego são vistas como situações temporárias para a transição para o mercado normal.

Seguem-se as medidas destinadas às pessoas com deficiência, onde encontramos 8 diferentes medidas que vão desde a informação e orientação profissional até à colocação no mercado normal, passando por medidas de formação e de experiências produtivas.

As medidas de reabilitação foram surgindo para responder a necessidades emergentes da população considerada, daí que se tenham desenvolvido medidas específicas para todas as áreas de integração.

A formação profissional é essencialmente desenvolvida por entidades credenciadas para o efeito. No nosso trabalho são consideradas algumas medidas que constituem o Programa Operacional Formação Profissional e Emprego (PESSOA) e o Subprograma Integrar, enquadrado no âmbito do Programa Operacional Saúde e Integração Social.

No âmbito da educação verificamos que destinados a todos quantos necessitem da frequência escolar existem 3 programas, sendo que todos as 8 restantes medidas têm como objectivo, de uma maneira ou de outra, a igualdade de oportunidades.

No que concerne as medidas no âmbito do emprego existem uma panóplia de diferentes medidas, consoante os públicos-alvo e os apoios concedidos.

Se analisarmos cada uma das medidas verificamos que existem duas estruturas de apoio ao emprego - UNIVA e Clube de Emprego - que diferem nos públicos que abrangem. Neste âmbito, embora desenvolvido pelos Centros de Emprego, existe ainda o Plano Pessoal de Emprego para Desempregados de Longa Duração.

Existem três diferentes medidas tendo em vista a colocação - Incentivos à auto-colocação, Incentivos à colocação - pagamento de anúncios e Incentivos à Mobilidade Geográfica.

No âmbito do incentivo à criação de postos de trabalho, existem 5 diferentes medidas - incentivos à contratação, ILE, IDL, RIME e Incentivo Fiscal à Criação de Emprego para Jovens. Ainda neste âmbito, mas com criação de postos de trabalho por parte do próprio interessado, existem mais três medidas: Apoio à Criação do Próprio Emprego, Criação do Próprio Emprego e Conservação do Património Cultural.

Para a progressiva integração em postos de trabalho existentes, podemos referir 4 medidas: Estágios Profissionais, Programa Formação Emprego (PFE's), Formação/Emprego por Redução Gradual da Duração do Trabalho e Rotação Formação/Emprego.

Resta apenas uma medida - Bolsa de formação da iniciativa do trabalhador - que tem como objectivo a manutenção do posto de trabalho ocupado através da necessária formação profissional.

Todas estas medidas se destinam a pessoas com escolaridade obrigatória.

Ainda no âmbito do emprego devemos chamar a atenção para lacunas de intervenção que poderão existir, nomeadamente e, tendo em conta a estrutura cultural portuguesa, as mulheres que nunca chegam a trabalhar antes de terem filhos ou que o fazem no âmbito da economia informal, quando, depois de criarem família, pretendem regressar ao mundo do trabalho não encontram medidas de apoio à sua integração, uma vez que não são jovens (idade inferior a 30 anos) à procura do primeiro emprego, nem são desempregadas.

Há ainda a salientar o grande número de medidas com que os próprios técnicos de emprego têm que lidar, sendo que algumas das medidas são pura e simplesmente esquecidas em algumas zonas do país, recorrendo-se sempre àquelas que se conhece o funcionamento.

A integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é feita por medidas específicas.

Apesar da existência de 13 medidas de informação e orientação profissional, nos casos estudados quando questionados acerca do aconselhamento recebido em termos profissionais as respostas foram essencialmente no sentido negativo. Parece então que as medidas existentes não estão a chegar a todos os destinatários.

O recurso à assistência social para a resolução de todos os problemas e o encaminhamento que estes técnicos fazem dentro das soluções que conhecem, demonstra a necessidade de uma coordenação das políticas existentes aos diversos níveis. Muita desta coordenação, em termos informais, tem sido feita pela assistência social e começa a ser feita pelos técnicos do Rendimento Mínimo Garantido.

Parece resultar daqui que os técnicos das outras medidas existentes não conhecem todas as medidas de aplicação no terreno das medidas que desenvolvem, e daqui parece resultar também a dificuldade de ajustamento às necessidades.

Esta situação tal como é aqui descrita, parece indiciar a existência de fortes sintomas de proliferação de medidas, no sentido em que estas existem em elevado número (o que por si só representa um problema de integração e gestão) e se sobrepõem em larga medida (o que pode criar problemas sérios de eficiência na aplicação).

A solução da proliferação não pode ser solucionada com a eliminação de medidas. Tratando-se de um problema complexo e de tão difícil solução provavelmente todos os esforços que se possam realizar no sentido de se reduzir a sua expressão são legítimos e desejáveis, trata-se essencialmente de criar um quadro de acção que seja a um tempo coerente, consistente e compreensível para técnicos e beneficiários.

Como refere a Portaria n.º 192/96, de 30/5, relativamente aos programas ocupacionais que se encontravam dispersos por vários diplomas que “em obediência ao princípio da economia de meios” integra todos num mesmo diploma.

6.3.3. A institucionalização da intervenção e a “agenda dos pobres”

Do conjunto das políticas públicas portuguesas, a de combate à exclusão social é porventura aquela em que a participação da sociedade civil tem sido mais importante e activa.

De facto a generalidade dos projectos e programas desenvolvidos ou ocorrem no âmbito exclusivo de organizações privadas, IPSS e ONG, que possuem um papel insubstituível neste combate, ou ocorrem no quadro de interessantes processos de parceria activa entre entidades públicas e privadas.

Destaque-se portanto o mérito particular que tem tido a resposta da sociedade civil ao desafio da manutenção da coesão social, apresentando em muitas situações uma capacidade executora e uma criatividade a todos os títulos destacável.

No entanto a lógica de funcionamento destas organizações que dependem maioritariamente de fundos públicos para a sua actividade tem sérias dificuldades em enquadrar-se no carácter pontual dos processos de financiamento. Este aspecto sendo responsável por alguma precariedade das estruturas montadas e da sua própria incapacidade em ensaiar programas e projectos mais inovadores e por essa via mais arriscados.

Por outro lado a sobrevivência e a eficácia das instituições privadas depende da sua capacidade em criar estruturas profissionalizadas, dotadas de recursos humanos qualificados e experientes, o que exige alguma garantia de financiamento recorrente que não pode ainda ser encontrada fora do quadro dos financiamento públicos.

Para diagnosticar as principais tendências e orientações actuais das políticas sociais em Portugal recorreu-se a uma análise de documentos quer nacionais, quer comunitários, que permitiu traçar algumas das principais orientações actuais concorrentes para a reforma das políticas sociais e para o aprofundamento do modelo social europeu.

Neste contexto, considera-se prioritária a intervenção ao nível do emprego, da certificação, educação e mobilidade, da reforma do sistema de protecção social, do aprofundamento de outras políticas sociais, nomeadamente as de saúde e habitação, e do desenvolvimento de medidas específicas de combate à pobreza e à exclusão social. De referir, porém, as hesitações que se verificam e as reorientações que muitas vezes resultam das políticas económicas e monetaristas que têm sido predominantes, por exemplo, nos critérios de convergência definidos em Maastricht.

O quadro que a seguir se apresenta (Cf. Quadro 2-1) pretende sistematizar as principais orientações e medidas apontadas para as áreas do emprego, da educação/formação e da segurança social.

Quadro 2-1. Orientações e medidas para a reforma das políticas sociais

ÁREA	ORIENTAÇÕES	MEDIDAS
Emprego (primeira prioridade)	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Elevação do nível do emprego; ⇒ Combate ao desemprego; ⇒ Aumento da competitividade; ⇒ Integração social e profissional das categorias mais desfavorecidas; ⇒ Convergência das economias europeias. 	<ul style="list-style-type: none"> • reorganizar o trabalho ao nível das empresas; • estimular formas de modernização mais centradas no enriquecimento funcional das empresas e na criação de empregos qualificados e não só na aquisição de novos equipamentos, que tendem a suprimir emprego; • criar emprego nas áreas mais abrigadas da concorrência; • desenvolver um mercado social de emprego (garantindo, porém, a qualidade do emprego); • criar empresas adaptadas a diferentes tipos de população; • rever os incentivos fiscais e financeiros à criação de postos de trabalho para certas categorias sociais e profissionais;

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

ÁREA	ORIENTAÇÕES	MEDIDAS
Emprego (continuação)		<ul style="list-style-type: none"> • reduzir custos indirectos do trabalho; • aumentar os empregos em áreas não qualificadas e semi-qualificadas; • canalizar recursos provenientes da modernização do tecido produtivo para a criação de empregos; • privilegiar o apoio às PME; • facilitar a iniciativa de indivíduos e cooperantes na criação do próprio emprego; • promover o trabalho a tempo parcial; • promover o trabalho a domicílio e o tele-trabalho; • aumentar a flexibilidade e adaptabilidade da mão-de-obra num quadro de manutenção da qualidade dos padrões sociais; • alargar o conceito de trabalho e de vida activa; • reorganizar a clivagem entre tempo de trabalho e tempo de lazer; • aumentar a participação das mulheres no mercado de emprego.
Educação/ Formação (segunda prioridade)	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Promoção de uma escola aberta a todos; ⇒ Promoção das qualificações pessoais e saberes de base e dos saberes profissionais elevados e adaptáveis; ⇒ Melhoria da articulação entre ensino, qualificação e emprego; ⇒ Reorganização do sistema de qualificação, por forma a adaptá-lo às necessidades dos mais desfavorecidos e às necessidades reais dos tecidos produtivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • promover a democracia cultural e as condições pedagógicas na escola; • melhorar o sistema de qualificação; • promover mecanismos de formação contínua e de alternância emprego/formação; • promover acções de combate ao analfabetismo; • promover a formação permanente de adultos; • desenvolver pontos de contacto entre o ensino e o mundo do trabalho; • estreitar a relação entre ensino superior e indústria; • dar incentivos fiscais a empresas que possuam sistemas de formação contínua; • reforçar a autonomia das escolas; • desenvolver mecanismos conducentes a um maior protagonismo do poder local.

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

ÁREA	ORIENTAÇÕES	MEDIDAS
<p>Segurança Social</p> <p>(valor básico a preservar)</p>	<p>⇒ O Estado deve manter-se como garante dos direitos fundamentais e como suporte das prestações básicas;</p> <p>⇒ O financiamento dos regimes não contributivos e da acção social deveria ser da responsabilidade do Orçamento do Estado;</p> <p>⇒ Articulação entre os sistemas públicos e sistemas complementares de segurança social (privados e associativos);</p> <p>⇒ Reorientação de medidas de redistribuição de rendimentos para medidas activas de promoção da integração social e profissional;</p> <p>⇒ Combinação dos princípios da universalidade e da selectividade na atribuição das prestações;</p> <p>⇒ Individualização dos direitos;</p> <p>⇒ Maior direccionamento dos recursos para as pessoas que deles mais precisam;</p> <p>⇒ Revisão da actuação tradicional da Segurança Social por relação às novas necessidades sociais, nomeadamente no combate à exclusão social;</p> <p>⇒ Participação e responsabilização dos parceiros sociais, ONG's e poder local na concepção, execução e avaliação das políticas;</p> <p>⇒ Ajustamentos estruturais em resposta à evolução socio-demográfica;</p> <p>⇒ Territorialização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • reorganizar o sistema de financiamento; • alterar a base da quotização, alargando-a a outros componentes (por ex. lucros) para além da taxa do trabalho; • estimular os seguros privados de reforma e doença e esquemas cooperativos e mutualistas de protecção; • combinar a atribuição de subsídios com medidas de emprego e formação profissional, designadamente nas pessoas em situação de exclusão social; • adaptar a protecção às novas formas de organização familiar – individualização dos direitos; • direccionar algumas prestações (por exemplo, o abono de família) para as famílias mais necessitadas; • introduzir esquemas de capitalização; • aumentar o limite da idade da reforma; • aumentar as taxas de quotização; • mudar os períodos de referência para o cálculo das pensões; • combater as fraudes fiscais; • abrir os sistemas de segurança social aos parceiros sociais, às ONG's e ao poder local no plano da concepção, execução e avaliação das políticas; • compatibilizar sistemas de protecção a nível europeu.

No contexto das políticas sociais públicas, o RMG assume um carácter extremamente inovador, que se prende, em parte, com a maior justiça que pro-

REQUERIMENTO

Bragança, 31 de Janeiro de 2011

ASSUNTO: Pedido de autorização para a realização de entrevistas na E.P.P.U. de Bragança

Exm. Sr. Dr. Da Escola Prática, Profissional e Universal de Bragança

Eu, Sílvia Martins Gonçalves, aluna da Universidade da Beira Interior, a frequentar o mestrado de Sociologia: Políticas e Exclusões Sociais, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a autorização para realizar entrevistas nesta escola.

As entrevistas inserem-se no âmbito da realização da dissertação, que tem como propósito estudar o contributo dos cursos profissionais na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Assim sendo, gostaria de realizar entrevistas ao director da escola, aos professores e aos alunos, na medida em que estes são os principais interessados do estudo.

Quanto a datas, gostaria de realizar as entrevistas no final do mês de Fevereiro.

A presente carta trata-se de um primeiro contacto com V. Ex.^a, procurando saber da possibilidade de realizar as entrevistas nesta escola, pelo que manifesto inteira disponibilidade para uma reunião, caso esteja interessado, de modo a aprofundar as minhas perspectivas neste domínio.

Sem outro assunto, atenciosamente,

Sílvia Gonçalves

Entrevista ao Director da Escola Profissional de Bragança

Solicito a sua intervenção para obter informação sobre o contributo dos cursos técnico-profissionais na inserção do mercado de trabalho e até, na integração social. As declarações feitas servem apenas para investigação sociológica, na base de uma dissertação de mestrado, pelo que é garantido total anonimato e confidencialidade.

- 1- Como é feita a escolha dos cursos a leccionar?
- 2- Considera que o ensino técnico-profissional está mais valorizado? Porquê?
- 3- Qual a sua opinião sobre as políticas de emprego juvenil?
- 4- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?
- 5- Em que é que consiste a componente prática dos cursos?
- 6- Que contributos têm os cursos técnico-profissionais no desenvolvimento das empresas?
- 7- Após a finalização do curso, os alunos têm um acompanhamento no seu percurso sócio-profissional? Como?

Obrigada pela atenção!

Entrevista aos professores

Solicito a sua intervenção para obter informação sobre o contributo dos cursos técnico-profissionais na inserção do mercado de trabalho e até, na integração social. As declarações feitas servem apenas para investigação sociológica, na base de uma dissertação de mestrado, pelo que é garantido total anonimato e confidencialidade.

1. Na sua opinião, o que é que levou os alunos a frequentar esta escola?
2. Como descreveria os alunos desta escola?
3. Na sua opinião, quais são as dificuldades e as vantagens destes alunos?
4. Da relação que estabelece com os alunos, quais considera que são as motivações e as expectativas destes, em relação à escola?
5. Quais são as medidas utilizadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho?

Obrigada pela atenção!

Entrevista aos alunos

Solicito a sua intervenção para obter informação sobre o contributo dos cursos técnico-profissionais na inserção do mercado de trabalho e até, na integração social. As declarações feitas servem apenas para investigação sociológica, na base de uma dissertação de mestrado, pelo que é garantido total anonimato e confidencialidade.

Idade:	Ano que está a frequentar:
Escolaridade do pai:	Profissão do pai:
Escolaridade da mãe:	Profissão da mãe:

- 1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?
- 2- Porque deixou o ensino regular?
- 3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?
- 4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?
- 5- O que o motivou a frequentar este curso?
- 6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?
- 7- O que espera para o futuro?
- 8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?
- 9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?
- 10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Obrigada pela atenção!

Entrevista aos empregadores

Solicito a sua intervenção para obter informação sobre o contributo dos cursos técnico-profissionais na inserção do mercado de trabalho e até, na integração social. As declarações feitas servem apenas para investigação sociológica, na base de uma dissertação de mestrado, pelo que é garantido total anonimato e confidencialidade.

- 1- Verifica-se actualmente um desemprego massivo entre os jovens. Enquanto empregador, o que justifica para si este desemprego?
- 2- Em que medida as empresas podem contribuir para ajudar a colmatar este problema?
- 3- Considera que o ensino técnico-profissional está adequado às transformações económicas e de mercado?
- 4- Que contributos têm os cursos técnico-profissionais no desenvolvimento das empresas?
- 5- Quais as competências que os empregadores mais valorizam?
- 6- Considera que os alunos estão bem preparados para o mercado de trabalho? Porquê?
- 7- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?
- 8- Já deu trabalho a algum dos seus estagiários? Porquê?

Obrigada pela atenção!

Sinopse das Entrevistas

	Problemática 1:
Dimensões	Caracterização e Representação social dos alunos
Origem social	<p>A maioria pertencente ao salariado manual e em situação de desemprego ou doméstica.</p> <p>São poucos os pais que pertencem à nova burguesia assalariada. Quanto ao nível de estudos, são baixos e, mesmo que incentivem os filhos a estudar, dão mais valor ao trabalho que à escola.</p>
Condições socioeconómicas	<p>“Eles querem continuar a estudar, muitos deles, mas também não têm rendimentos para o fazer. Portanto, o entrarem neste curso permite-lhes, com o certificado, desempenhar a profissão e ao mesmo tempo serem estudantes trabalhadores, apesar de nem sempre conseguirem conciliar as duas coisas” (P1).</p> <p>“Sem trabalho é complicado estar aqui” (A9).</p> <p>“Tive momentos em que tive que parar de estudar, e depois de terminar o ensino regular já não tinha como continuar os estudos, visto que no meu país as universidades são muito caras e até ficar à espera de entrar aqui fiquei um bocado parado (...) pelo menos aqui recebemos subsídios, mas se não tenho mesmo que trabalhar” (A13).</p>
Aspirações dos pais em relação aos filhos	<p>“Há filhos que nem são incentivados pelos pais a estudar, querem que vão trabalhar, que ganham mais. Pensam a curto prazo” (A12).</p> <p>“Porque eu nem era para estudar, já não queria estudar mais, a minha irmã e a minha mãe é que me disseram que havia esta escola e como no ensino normal a maior parte das pessoas só arranjam emprego se seguirem, e aqui tenho a possibilidade de arranjar emprego mais cedo” (A22).</p> <p>“Eu queria qualquer coisa sobre televisão, mas como nas escolas que eu andava não havia, e a minha mãe não me deixava ir para fora, então eu tive que vir para aqui. Então vim para aqui até ter idade e depois aí vou tirar o curso que quero” (A25)</p> <p>“Os meus pais não queriam que eu viesse para cá. Porque, como sempre tive boas notas, queriam que continuasse no secundário, que lá era melhor, e que aqui só estava a perder tempo, mas eu também, como queria seguir economia, achei que era melhor esta escola, porque já fico mais preparada, já tinha mais bases” (A30).</p>
Características dos alunos	<p>“Temos grupos heterogéneos, temos tanto miúdos que se esforçam bastante, que vão ter um futuro muito bom, e temos outros que vão fazendo, é muito esforço nosso” (P3).</p> <p>“Muitos deles querem continuar os estudos no ensino superior. O que acontece muitas vezes é que como aprendem aqui uma profissão, trabalham também” (P1).</p> <p>Querem um ensino mais prático, querem continuar os estudos mas trabalhar em simultâneo, porque esse é o grande motivador dos estudos.</p>
Percursos escolares	<p>“Acabei o 11º ano que era o último ano em São Tomé, depois estive parado dois ou três anos. Nesses anos tentei fazer alguma coisa, trabalhar. Depois decidi voltar</p>

	<p>porque sempre quis ter um curso. Hoje é cada vez mais importante ter um curso” (A10).</p> <p>“Foi acidentado. Fiz tudo seguido até ao 8º ano, depois comecei a chumbar. Chumbei duas vezes no 8º. Depois no 9º pensei que não estava preparado para o ensino superior e fiz outra vez o 8º e o 9º num CEF, por uma questão de facilidade. Depois fui para Vila Real tirar um curso de informática, por o curso profissional ser mais fácil. Mas lá não me adaptei porque não tinha férias, nem nada. Depois voltei para cá e trabalhei num bar, meio ano, depois fui trabalhar nas vindimas para França, depois inscrevi-me numa agência de recrutamento e fui para Inglaterra. Depois voltei e vim para esta escola” (A12).</p> <p>“Chumbei no 6º ano depois fui para a Miguel Torga e chumbei no 7º e no 9º ano, depois fui para a profissional mas desisti porque não gostava e vim para aqui” (A15).</p>
Comportamentos e e dificuldades dos alunos	<p>“A nível de conhecimento, não estão interessados, querem adquirir os conhecimentos mínimos e chegar ao patamar a que se propõe” (P2).</p> <p>“A dificuldade está em consolidar os conhecimentos em casa. Muitos deles limitam-se ao que aprendem na escola” (P1).</p> <p>“As dificuldades muitas vezes estão relacionadas com o meio socioeconómico onde eles estão envolvidos e eles para as superar tentam dar o seu melhor em situação de Aula” (P4).</p> <p>“Os miúdos vêm com muitas lacunas, em termos de compreensão, e eu digo mesmo, em termos de conhecimentos base, daí ser complicado fazer a tal gestão” (P5).</p> <p>“Gostava de estudar mas depois fui trabalhar. Nunca reprovei, mas senti que já não ia conseguir concluir o 12º, então fui trabalhar. E depois vim para aqui” (A11).</p>
Aspirações quanto ao nível de escolaridade e ao trabalho	<p>“As expectativas são ficar com o 12º ano. Uns pretendem continuar os estudos, concorrer ao ensino superior, mas a maior parte fica com o 12º e vai procurar emprego na área. Eles têm ambições e querem bons empregos, mas há alunos de tudo. Alguns têm expectativas de trabalhar na área, serem bem sucedidos, mas outros querem só o 12º ano” (P3).</p> <p>“A expectativa é formar-me na minha área, ser um bom profissional e ter emprego, ter uma vida estável” (A13).</p> <p>“Quero concorrer para a faculdade, e ser médico. Quero investir nisso que é o que gosto” (A28).</p> <p>“Continuar a estudar na mesma área no ensino superior e depois tentar encontrar trabalho nesta área” (A32).</p>

	Problemática 2:
Dimensões	Relação com a escola e Insucesso escolar
Nível de insatisfação com o sistema de ensino	<p>“Já estava farta da escola e estar lá mais uns 3 anos e depois ainda ir para a faculdade e ter que tirar um curso, não queria” (A2).</p> <p>“Deixei o ensino normal porque achei que ia chegar ao 11º e não ia conseguir, era muito difícil, então optei por um ensino mais fácil” (A5).</p>

	<p>“Porque fazem um curso e depois não encontram emprego. Por exemplo eu faço o 12º e vou desistir, de que vale estudar. Andei tanto tempo a estudar e depois não há nada” (A8).</p> <p>“Reprovei um ano no 7º, mas foi normal. Na altura não gostava muito de estudar, mas pronto, tinha que ser. Mas até gostava da escola, divertíamos-nos e passavam-se bons bocados, nas aulas é que era mais chato” (A19).</p> <p>“Não é que não gostasse das aulas, mas era um bocado difícil” (A20).</p> <p>“Eu gostava da escola, das aulas é que nem tanto, comecei-me a desinteressar. Porque é assim, eu queria fazer alguma coisa que realmente gostasse, porque se não gostasse um pouco nem sequer punha os pés na escola, porque eu já estava mesmo para desistir” (A26).</p> <p>“Eu gostava de estudar, ao princípio, mas depois vi que os estudos não faziam grande coisa, não estava ali a fazer nada (...) ter o 12º eu vou tê-lo aqui também, e aqui fico com um curso, enquanto nas outras não ficava” (A34).</p>
<p>Comportamentos em relação à escola</p>	<p>“Se eu souber que vou ter um emprego há mais empenho, vou ter que estudar mais, há um incentivo. Assim há uma desmotivação por parte dos jovens, não há aquela vontade de estudar, porque sabem que não vai dar em nada, não há emprego” (A9).</p> <p>“Eu gosto muito de desenho, mas pronto, foi algo que tinha que ser, eu quando me candidatei, tive que escolher este, era o único que dava, o mais importante era tirar o 12º ano” (A17).</p> <p>“A prática, porque eu acho mais simples e gosto mais. Gosto mais de fazer coisas com a mão do que estar ali nas aulas a ouvir. Com a teórica podemos estar a ouvir e não estar a perceber, e com a prática sabemos logo como é” (A22).</p> <p>“Na prática, porque aí, estamos a fazer as coisas, e se cometemos erros podemos logo corrigi-los e fixamos melhor enquanto na teórica não conseguimos detectar os erros” (A23).</p>
<p>Percepção dos cursos profissionais por parte dos alunos;</p>	<p>“Vêm este curso como uma mais valia para o ensino superior. É assim, nós aqui, é evidente que não damos tanta matéria, mas no ensino superior já levam muito boas bases, é uma ferramenta muito boa para os estudos futuros, porque há alunos que, como vão de outras áreas ou do secundário, quando chegam ao ensino superior não sabem nada daquela matéria, enquanto os daqui não” (P5).</p> <p>“Tanto administração como professores ajudam muito, são mais flexíveis na aprendizagem. Aqui há alternativas, há os testes de recuperação para quem não conseguir à primeira tentar uma segunda vez, para podermos fazer os módulos” (A6)</p> <p>“São cursos de uma área específica e pronto, no final do 12º ano temos trabalho proposto. Neste momento temos mais possibilidade de conseguir trabalho com este curso do que no ensino normal” (A19).</p> <p>“Eu acho que é bastante bom, porque senão havia muita gente que andava para aí, desistia da escola e andava na má vida, porque estas escolas são fáceis e têm as áreas próprias para nós, para encaixar com cada um. Preparam bem, são mais amigos. Eu acho que é muito melhor estudar numa escola profissional do que numa escola Pública” (A26).</p>
<p>Motivações</p>	<p>e “Eu penso que motivações, é precisamente a vertente prática do curso, que lhes</p>

<p>Expectativas em relação à escola profissional</p>	<p>permite entrar mais cedo no mercado de trabalho. Penso que é uma motivação, principalmente aqueles que vêm de origens socioeconómicas mais frágeis e que têm mesmo por obrigação arranjar um emprego já com o nível 4, e depois também a equivalência ao 12º ano, que lhes permite prosseguir os estudos. (...) Quanto às expectativas, alguns contentam-se por tirar o curso com uma média, eu diria mesmo, uma média baixa, mesmo à tangente. E outros não, há aqui alunos que lutam mesmo por uma boa média. O facto de ser um curso prático, que lhes permite trabalhar, dá-lhes motivações para lutar por muito boas médias” (P5).</p> <p>“Porque quero trabalhar o mais rápido possível e aqui tenho um curso que eu acho que é interessante, que eu gosto. Aqui é um bocado mais fácil do que no ensino normal” (A23).</p>
---	--

	<p>Problemática 3:</p>
<p>Dimensões</p>	<p>Representação do trabalho</p>
<p>Percepção sobre uma boa profissão;</p>	<p>“Uma boa profissão é aquela que não se recebe mal nem bem, recebe-se normal, dá para sustentar a vida durante um certo tempo, e também aquela onde as pessoas podem se relacionar bem com o patrão e os colegas” (A1).</p> <p>“É quando tu chegas ao trabalho e tens lá boas condições para trabalhar, o patrão ter respeito pelos empregados e que me dê algumas perspectivas para o futuro” (A14)</p> <p>“Trabalhar pouco, com pouco esforço. Ganhar o normal, mas isso também não é fácil. Preferia trabalhar na minha área, mas se tiver que trabalhar noutras, tem que ser” (A27).</p>
<p>Percepção sobre o futuro profissional.</p>	<p>“Acima de tudo é arranjar um emprego. Pode não ser na minha área, mas que Gostasse” (A3).</p> <p>“Já agora está muito mal e no futuro ainda vai ser pior. Esta zona não tem trabalho, mas o que surgir já vai ser bom, e se tiver que sair para outro sítio qualquer, vou” (A4).</p> <p>“Não vou encontrar problemas porque o meu pai já tem uma empresa, senão ia ser complicado, ia ter que me agarrar ao que houvesse” (A11).</p> <p>“Uma pessoa tem que ser obrigada a aceitar as condições que nos derem. Há que ir rodando. Tem que se estar preparado para as mudanças. O ordenado é indispensável. Estabilidade a nível local não se pode pedir. O mais importante é ter uma boa relação com o patrão e com qualquer pessoa do trabalho e o trabalho também é uma boa forma de socialização e de conhecimento para outras aventuras profissionais futuras” (A12).</p> <p>“Claro que se vão achar diferenças, porque uma pessoa estava habituada à vida da escola e no trabalho vai ser tudo mais exigente. Por exemplo, aqui preciso de fazer uma coisa e falta-se, no trabalho já não é assim, mas temos que nos adaptar. E depois tudo depende do patrão que se arranjar, porque uns podem ser muito simpáticos e outros que, por tudo e por nada, já implicam. Mas como aqui nos preparam bem,</p>

	acho que não vou ter problemas” (A22).
--	--

	Problemática 4:
Dimensões	Expectativas futuras
Aspirações quanto ao futuro profissional e pessoal;	<p>“Desde que tenha trabalho qualquer coisa serve” (A6).</p> <p>“Penso tirar licenciatura na área de turismo e voltar para a minha terra e investir lá. Ter um trabalho por conta própria” (A10).</p> <p>“Eu sei que tenho todas as capacidades para fazer bem o trabalho, porque aqui formam-nos bem, por isso não vou ter nenhum problema no trabalho, só espero é encontrá-lo” (A23).</p> <p>“Estou mortinho para que a minha vida estabilize, ter um trabalho e a minha casa. E com este curso acho que não vou ter dificuldades para encontrar trabalho, por isso estou descansado” (A26).</p>
Estratégias para promover o seu futuro profissional.	<p>“Penso que se tiver boas notas vou encontrar facilmente trabalho. Talvez ter um ensino superior ajudasse, mas depois logo se vê. Isto está muito difícil” (A6).</p> <p>“Quero continuar os estudos porque, é assim, hoje em dia há pouca oferta e exige-se muitos estudos, com uma licenciatura tenho mais oportunidades” (A9).</p> <p>“Em princípio vou para os CETs - um ano que dá atribuição do nível V. depois vou tentar trabalhar e ir para a universidade. Para mim é indiferente no que vou trabalhar, desde que dê para pagar os meus estudos, já está bom” (A14).</p> <p>“Continuar no ensino superior, porque eu quero mais, enquanto tiver competência para tal quero sempre mais. Para já eu quero ficar cá e aqui, com uma licenciatura é mais fácil ter trabalho” (A16).</p>

	Problemática 5:
Dimensões	Prestígio dos cursos profissionais
Nível de satisfação dos alunos;	<p>“Tem bons professores, tem boas instalações, tem bons equipamentos para estudar. Temos um conhecimento mais prático da área e assim já temos as normas básicas do que temos que fazer. Também temos actividades, como visitas e trabalhos aqui na escola que nos preparam” (A7).</p> <p>“São cursos de uma área específica e pronto, no final do 12º ano temos trabalho proposto. Neste momento temos mais possibilidade de conseguir trabalho com este curso do que no ensino normal” (A19).</p> <p>“O curso é mais fácil e dá mais oportunidade de trabalho. Secalhar no ensino normal nem ia conseguir acabar o 12º, até porque havia disciplinas como físico-química e outras que não me serviam para nada, enquanto aqui, para além do 12º ano, estou a ser preparado para ficar com um curso, as disciplinas são direccionadas nesse</p>

Contributo dos cursos profissionais na reconstrução dos percursos socioprofissionais dos jovens

	sentido” (A21).
Nível de satisfação das empresas;	<p>“Acho que haja um pouco de falta de preparação porque os cursos acabam por ser muito teóricos e não têm muito a componente prática para que depois, quando vão fazer os estágios, já estejam mais à vontade” (E2).</p> <p>“A nível de cursos profissionais estão mais direccionados para a parte prática e isso constitui uma vantagem relativamente à maior parte dos cursos, que são teóricos, e depois as pessoas saem para o mundo do trabalho e de facto a aplicação teórica, em termos da parte prática, não é tanto assim, é diferente, enquanto que um curso técnico tem a componente teórica e prática e a aplicação das duas em conjunto, ao mesmo tempo, e aí será uma vantagem para essas pessoas” (E2).</p> <p>“Eu acho que são extremamente importantes, na medida em que atribuem aos alunos conhecimentos que talvez não se adquirem em cursos superiores, de licenciatura. São mais específicos, mais virados para uma área, e como tal, os conhecimentos são talvez mais úteis nessas áreas específicas. Acho que se deve apostar cada vez mais na formação” (E3).</p>
Tipo de intervenção dos professores;	<p>“As aulas são muito dinâmicas, são muito centradas no próprio aluno, o aluno é o centro das atenções dentro da sala de aula, é um ensino muito personalizado. (...) Nós tentamos inculcar nos alunos um sentido de responsabilidade enorme, porque eles estão à porta do mercado de trabalho. Coisas como o respeito pelos colegas e pelo professor, a assiduidade, que é importantíssima, e a pontualidade...” (P1).</p> <p>“Tento motivá-los nesse sentido, para que gostem de vir à escola, para que as aulas sejam agradáveis, para que dessa forma tenham uma maior motivação para vir” (P3).</p> <p>“As técnicas que eles vão aprendendo e experimentando em sala de aula que estão relacionadas com problemas concretos do mercado de trabalho, problemas que colocamos aos alunos na sala de aula tal como se estivessem a vivê-lo no mercado de trabalho, a viver uma experiência real de trabalho” (P4).</p>
Adequação dos cursos às necessidades do mercado de trabalho;	<p>“Não, não está minimamente adequado. Porque não prepara os jovens para as necessidades das empresas. Prepara-os para umas necessidades eventualmente teóricas e não práticas” (E1).</p> <p>“Não. Porque as escolas pensam um bocado a nível teórico e quando mandam os alunos para as empresas nota-se que não estão preparados. Porquê? Porque não vêm a realidade do nosso mercado. Eles deviam vir falar com as empresas, fazer estudos e ver que necessitamos de cursos tecnológicos para isto e para aquilo, isto é, adequar os cursos às necessidades, as empresas trabalham assim e ver isso, mesmo a nível comercial” (E1).</p> <p>“Na minha opinião não, mas também, nenhum curso está. Mesmo os que têm uma licenciatura também não estão preparados. Já tive aqui vários estagiários da profissional e do IPB e no geral, as dificuldades são as mesmas. As aulas são muito teóricas e nem sempre lhes ensinam aquilo que realmente faz falta no mercado e por isso, quando chegam aqui não sabem como fazer as coisas ou sabem só o básico. Há algumas coisas de que nem nunca ouviram falar” (E4).</p>
Acompanhamento Dos percursos	<p>“É assim, nós temos uma base de dados que vamos preenchendo e também como é uma escola pequena e conhecemos todos os alunos eles vão-nos dizendo o que estão a</p>

socioprofissionais dos alunos;	fazer e nós sabemos. Por vezes as empresas entram em contacto connosco quando estão a precisar de alguém e nós recomendamos o aluno. Agora, nós não vamos andar a procurar trabalho para os alunos, eles é que têm que procurar” (Director).
Ligação e parceria com o mercado de trabalho.	<p>“A relação é boa não há uma má relação porque se houvesse também não estávamos muito para os aturar. São simpáticos e tudo, mas não passa disso. Acho que a interacção e as sugestões que nós fazemos às vezes e a falar um bocadinho aqui, não são depois postas em prática, porque eles não vão mudar programas, não vão mudar métodos de ensino” (E1).</p> <p>“Nós temos um protocolo com a escola, em que aceitamos todos os anos estagiários para fazer o estágio curricular, do curso de turismo especificamente. Mas para além dos pedidos para estágio mais nada. Nunca nos solicitaram para verificarem as necessidades do mercado, se a nossa forma de trabalhar já se alterou, é mesmo só para fazer o estágio, querem é arranjar um local para os alunos e pronto” (E2).</p> <p>“Já têm uma parceria connosco de há muitos anos e por isso quando vêm aqui para trazer alunos para estágio, aceitamos sempre, às vezes até três ou quatro alunos ao mesmo tempo, mas sinceramente, nós mal de um precisamos quanto mais de quatro. É mais para os ajudar” (E4).</p>

	Problemática 7:
Dimensões	Emprego e Integração social dos jovens
Papel dos jovens;	<p>“Quero continuar os estudos porque, é assim, hoje em dia há pouca oferta e exige-se muitos estudos, com uma licenciatura tenho mais oportunidades” (A9).</p> <p>“Sabemos que não há apoios e temos que ir à luta, ultrapassar as barreiras. Temos que lutar” (A10).</p> <p>“Falta um pouco de aplicação por parte dos alunos” (E2).</p>
Papel das escolas;	<p>“Eu acho que devia haver uma parceria entre as escolas e as empresas que facilitassem, que quando as pessoas acabassem os estudos tivessem uma oportunidade de trabalhar” (A7).</p> <p>“Podiam ser mais criativos, mais interventivos. As escolas podiam diversificar mais os cursos, criar novas ofertas” (A25).</p> <p>“Devia haver mais formação. A formação deve sempre passar pelas empresas, por uma parceria das escolas com as empresas, mas para isso acontecer é preciso haver os devidos apoios do governo, que de momento não há” (E3).</p> <p>“O que tentamos fazer com os nossos cursos é tentar enquadrá-los na área, com o tecido empresarial da região. Tentar que seja um curso que de facto os alunos saiam daqui e possam ter uma ferramenta que lhes permita encarar o mercado de trabalho” (Director).</p>
Papel das empresas;	<p>“Os empregadores hoje em dia estão muito mais exigentes. E o salário é muito precário, têm que mudar isso. Há muita oferta e isso condiciona muito as pessoas, eles aproveitam-se. Um salário mínimo não dá para nada” (A9).</p> <p>“As empresas deviam aceitar os jovens com um ou dois meses de experiência e depois</p>

	<p>a partir daí viam se era bom para o trabalho e aceitavam ou não, mas deviam dar-lhe uma oportunidade” (A10).</p> <p>“Temos que adoptar uma estrutura mais proactiva, tentarmos trazer produtos novos de fora para cá, tentarmos ver o que se está a passar no mercado para o colmatar, principalmente nos dias de hoje isto não está para criar emprego, temos de nos mexer um bocadinho” (E1).</p> <p>“Dando a oportunidade de fazer estágios e futuramente até depois de fazerem esses estágios poderem fazer parte dos quadros da empresa (...) damos sempre formação aos funcionários que vêm para cá” (E2).</p>
- Papel do Estado.	<p>Criar políticas que pressionem os investimentos, sei lá, alargar as empresas, as empresas apostarem mais nos jovens. Hoje as pessoas, da maneira que as coisas estão, têm receio de investir ou de fazer. As pessoas têm de criar políticas não a curto prazo mas a longo prazo para criar mecanismos” (A13).</p> <p>“O problema não são as empresas, o problema são as ajudas do estado às empresas. Aí assim, há uma lacuna grave da parte da política empresarial do governo. De qualquer maneira, as empresas estão um bocado de mãos atadas, porque sem ajudas do governo, sem as devidas compensações, não pode criar mais postos de trabalho” (E3)</p> <p>“Já existem pessoas que vêm aqui à escola, agora não me consigo lembrar do nome da instituição, comentar como funcionam os estágios profissionais remunerados, explicar como se pode criar uma empresa. Tem havido uma preocupação por parte do Estado em ajudar os jovens a arranjar emprego ou a tentar fazer-lhes ver como podem fazer para o encontrar, que existem sites e instituições que os podem ajudar nesse aspecto” (Director).</p>

Director da escola

1- Como é feita a escolha dos cursos a leccionar?

É feita tendo em conta o tecido empresarial da região. Vemos quais são os cursos que mais fazem falta aqui na zona e tentamos ver que outros cursos já existem nas outras escolas, para que não haja uma sobreposição e assim os alunos têm mais por onde escolher.

2- Considera que o ensino técnico-profissional está mais valorizado? Porquê?

Claro que considero, não é, já há vinte anos que esta escola está a formar pessoas. Esta escola é só ensino profissional, e este ensino passou também para o ensino público, o que é sinal que as pessoas que estão à frente do ministério da educação o valorizam e consideram que é necessário, senão não o tinham implementado também no ensino público, não é. Porque a maior parte do ensino profissional estava concentrado nas escolas profissionais, e devido ao seu sucesso, tanto em termos de empregabilidade como de conclusão, o ministério achou por bem estendê-lo também ao ensino público.

3- Qual a sua opinião sobre as políticas de emprego juvenil?

Isto não é uma pergunta de resposta fácil. De facto hoje em dia o emprego rareia, não há emprego. O que tentamos fazer com os nossos cursos é tentar enquadrá-los na área, com o tecido empresarial da região. Tentar que seja um curso que de facto os alunos saiam daqui e possam ter uma ferramenta que lhes permita encarar o mercado de trabalho. Agora, quanto a estas políticas de emprego juvenil, de facto têm sido criadas, eu noto algumas diferenças. Já existem pessoas que vêm aqui à escola, agora não me consigo lembrar do nome da instituição, comentar como funcionam os estágios profissionais remunerados, explicar como se pode criar uma empresa. Tem havido uma preocupação em ajudar os jovens a arranjar emprego ou a tentar fazer-lhes ver como podem fazer para o encontrar, que existem sites e instituições que os podem ajudar nesse aspecto.

4- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?

É assim, eu penso que de facto a escola tem uma boa relação com as empresas. Já trabalhamos com estas empresas há bastante tempo. Não é há dois ou três anos, como acontece com as escolas públicas, mas de há 10, 15, 20 anos. Existe um concelho consultivo que é formado por diversas entidades que nos dão uma opinião do que é preciso e do que não é preciso. Também existe uma organização de oferta formativa

para que não exista uma sobreposição de cursos, que isso é mau, porque quanto maior for a oferta os jovens têm mais cursos por onde escolher. Hoje em dia de facto é difícil estar a prever daqui a três anos. Nós tentamos, mas é difícil, porque o que hoje está aberto e faz falta amanhã pode não fazer. Tentamos fazer uma futurologia mas é difícil.

5- Em que é que consiste a componente prática dos cursos?

Eles têm uma componente prática que tenta fazer com que eles tenham uma ferramenta que lhes permita encarar o mercado de trabalho, têm também um estágio profissional onde estabelecem laços afectivos com as empresas durante esse tempo e às vezes até conseguem lá o primeiro emprego.

6- Que contributos têm os cursos profissionais no desenvolvimento das empresas?

É preferível para uma empresa ter um técnico com curso profissional do que um licenciado. As empresas preferem porquê? Em primeiro lugar, porque lhes pagam menos, a um licenciado teriam que pagar mais. Tenho conhecimento, pelo contacto que tenho com alguns empresários, que quando acabar este curso de desenho digital 3D vêm buscar um ou outro aluno logo, **porquê?** Porque precisam destes técnicos nesta área. Porque as empresas precisam destas pessoas que saibam trabalhar mas que também saibam que é preciso fazer determinadas coisas dentro das empresas, como ir aos correios ou outras coisas, que um trabalhador técnico deste nível faz. Um licenciado já não se revê, pelo menos na cabeça dele, que devia mudar essa filosofia, não é, a fazer essas tarefas, considera que não é do seu âmbito e não faz. Claro que agora já estão a mudar, porque são obrigados. Mas eles preferem as pessoas do ensino profissional porque estão mais vocacionados para a profissão, estão mais vocacionados para o mercado de trabalho e sabem mais da área, são especialistas em determina área e muitos deles até se tornam empresários.

7- Após a finalização do curso, os alunos têm um acompanhamento no seu percurso sócio-profissional? Como?

É assim, nós temos uma base de dados que vamos preenchendo e também como é uma escola pequena e conhecemos todos os alunos eles vão-nos dizendo o que estão a fazer e nós sabemos. Por vezes as empresas entram em contacto connosco quando estão a precisar de alguém e nós recomendamos o aluno. Agora, nós não vamos andar a procurar trabalho para os alunos, eles é que têm que procurar.

Professor 1 (Director Pedagógico)

1. Na sua opinião, o que é que levou os alunos a frequentar esta escola?

Vários motivos. Esta escola é diferente das outras escolas daqui da cidade. É especificamente vocacionada para este tipo de ensino, nasceu para este tipo de ensino. Portanto temos uma cultura da escola muito bem enraizada. Porque é que é importante a cultura do ensino profissional? Porque é uma cultura completamente distinta do ensino regular, e é isso que nos diferencia das restantes escolas. O que é que leva os alunos a vir? A nossa experiência neste tipo de ensino, o sermos uma escola pequena, permite uma proximidade muito grande com os alunos, praticamente conhecemo-los todos pelo nome, e a relação dos professores com eles é mesmo muito próxima.

2. Como descreveria os alunos desta escola?

Não se pode dizer que existe um aluno tipo que venha para esta escola. Certamente é um aluno que chega ao 9º ano e já sabe aquilo que quer. Ele vai fazer uma decisão, vai escolher uma profissão. Para muitos alunos é difícil fazê-lo no 12º ano, estes fazem-no no 9º ano, portanto são alunos já vocacionados para determinadas situações. O aluno que temos aqui, vem á espera de um curso prático, que lhe ensine de facto uma coisa palpável, uma profissão séria.

3. Na sua opinião, quais são as dificuldades e as vantagens destes alunos?

Este tipo de aluno é um aluno, tal como já referi, que tem um ensino mais prático, menos livresco, se assim quisermos dizer, e a dificuldade está aí precisamente. Está em consolidar os conhecimentos em casa. Muitos deles limitam-se ao que aprendem na escola. Saem das instalações da escola e não pegam num livro. Mas este tipo de ensino também o permite porque é muito prático. As aulas são muito dinâmicas, são muito centradas no próprio aluno, o aluno é o centro das atenções dentro da sala de aula, é um ensino muito personalizado. Eles também, secalhar, sentem esse apoio tão grande aqui na escola que se descuidam um bocadinho lá fora.

4. Da relação que estabelece com os alunos, quais considera que são as motivações e as expectativas destes, em relação à escola?

Como eu disse, eles entram aqui já na expectativa de tirar um curso para fazer o 12º ano e ingressar no mercado de trabalho e também que não se lhes feche uma porta para, se quiserem, continuar a estudar. Eles querem continuar a estudar, muitos deles, mas também não têm rendimentos para o fazer. Portanto, o entrarem neste curso permite-lhes, com o certificado, desempenhar a profissão e ao mesmo tempo serem estudantes trabalhadores, apesar de nem sempre conseguirem conciliar as duas coisas. De qualquer das formas esta escola já tem o nível 5 a funcionar em regime pós-laboral, e se quiserem continuar os estudos, podem fazê-lo aqui à noite e trabalham durante o dia.

5. Quais são as medidas utilizadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho?

A maior parte dessa tarefa é feita pelos professores das áreas técnicas, que são as áreas que dizem especificamente aos cursos. De qualquer das formas, isso não invalida que os outros professores não tentem fazer também um bocadinho esse papel. Nós tentamos inculcar nos alunos um sentido de responsabilidade enorme, porque eles estão à porta do mercado de trabalho. Coisas como o respeito pelos colegas e pelo professor, a assiduidade, que é importantíssima, e a pontualidade, é nessas coisas que nós trabalhamos todos os dias, que lhes vão fazer entrar a sério no mercado de trabalho e serem reconhecidos pelo trabalho deles e com profissionalismo.

Professor 2 (de informática)

1. Na sua opinião, o que é que levou os alunos a frequentar esta escola?

Talvez os cursos e as saídas profissionais que têm que, se calhar noutras escolas não têm.

2. Como descreveria os alunos desta escola?

Neste momento acho que é em todo o lado igual. Há turmas boas, há alunos bons e alunos maus, nota-se é um bocadinho a nível geral o desinteresse, mas isso não é só na nossa escola, é em todas as escolas. Acho que hoje em dia com as facilidades que o ministério lhes dá, os alunos, a nível de conhecimento, não estão interessados, querem adquirir os conhecimentos mínimos e chegar ao patamar a que se propõe, neste caso ao 12º ano, se calhar a partir daí é que a coisa muda.

3. Na sua opinião, quais são as dificuldades e as vantagens destes alunos?

As dificuldades, os professores queixam-se um bocado a nível da matemática e do português. Devido às novas tecnologias, do telemóvel, as mensagens, digamos, não há um grande conceito do saber escrever, é mais isso. As vantagens que eles têm, é que pelo menos ao sair daqui ficam com o 12º ano e tentamos com que aprendam alguma coisa, e também têm o estágio, o que é uma vantagem, porque, para aqueles que não querem continuar os estudos, já têm essa experiência.

4. Da relação que estabelece com os alunos, quais considera que são as motivações e as expectativas destes, em relação à escola?

As motivações, como já disse, a motivação que os traz cá é terem um estudo diferente do ensino normal, porque sendo uma escola mais pequena, secalhar há um ambiente diferente entre eles, é diferente estar numa escola onde temos 200 alunos ou 1000 alunos. Aqui sabem quem é quem, conhecem-se todos, e isso é mais motivador para eles, e sabem que sendo menos têm mais atenção, da direcção, dos professores, digamos que têm um acompanhamento mais personalizado. Em relação às expectativas que têm, acho que é tentarem acabar o secundário.

5. Quais são as medidas utilizadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho?

Uma das principais é o estágio, que é no 2º e no último ano. Vão 3 meses para uma instituição ou uma empresa, dentro da área. Uma medida e a principal é essa, a segunda é eles no 3º ano terem a PAP, que leva a que seja diferente, porque têm que apresentar uma coisa prática para terminar o curso, e secalhar isso motiva-os, porque logo no 2º ano, começam a falar no que querem fazer e no 3º ano nós acompanhamos, é o processo que se faz. E uma terceira, é a vertente prática que aqui temos ao longo do curso.

Professora 3 (português)

1. Na sua opinião, o que é que levou os alunos a frequentar esta escola?

Eu acho que sobretudo, infelizmente hoje em dia, ainda há a ideia que a exigência do ensino nos cursos profissionais é mais fácil, talvez por isso, e muitos porque o 12º é uma meta final, não pensam concorrer ao ensino superior e então para além do certificado de 12º ano ficam também com uma certificação profissional, como técnicos de uma das áreas especializadas.

2. Como descreveria os alunos desta escola?

Temos alunos, pronto, hoje em dia está a ser complicado lidar com a juventude, porque acham que já sabem tudo, que não precisam ouvir ninguém, mas apesar de tudo acho que nesta escola temos miúdos educados, que não há problemas mais sérios, e os que há são resolvidos a tempo. Temos grupos heterogéneos, temos tanto miúdos que se esforçam bastante, que vão ter um futuro muito bom, e temos outros que vão fazendo, é muito esforço nosso.

3. Na sua opinião, quais são as dificuldades e as vantagens destes alunos?

As vantagens são a dupla certificação. Temos aqui miúdos, que, a maioria, provêm das aldeias, por isso a vantagem é a humildade, porque aceitam mais aquilo que lhe dizem. As dificuldades provêm da falta de interesse. Isso e a falta de motivação vai-lhes dificultar o aproveitamento.

4. Da relação que estabelece com os alunos, quais considera que são as motivações e as expectativas destes, em relação à escola?

A minha relação com os alunos é boa, não tenho tido problemas e tento motivá-los nesse sentido, para que gostem de vir à escola, para que as aulas sejam agradáveis, para que dessa forma tenham uma maior motivação para vir. Porque se estamos aqui carrancudos, como numa tropa, isso não é motivação para eles virem. Eu procuro que eles vejam em mim um bocadinho amiga, para se sentirem à vontade, nunca esquecendo que eu sou a professora deles, que há limites. As expectativas são ficar com o 12º ano. Uns pretendem continuar os estudos, concorrer ao ensino superior, mas a maior parte fica com o 12º e vai procurar emprego na área. Eles têm ambições e querem bons empregos, mas há alunos de tudo. Alguns têm expectativas de trabalhar na área, serem bem sucedidos, mas outros querem só o 12º ano.

5. Quais são as medidas utilizadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho?

Eu não posso falar muito porque sou professora de português, isso sabem melhor os professores das áreas técnicas. Para além do trabalho prático que fazem aqui também têm o estágio, alguns já no 2º ano e outros 3 meses no 3º ano. Eu como professora de português, tento sobretudo dar-lhes matéria-prima para possíveis textos, possíveis

entrevistas que tenham no futuro para poderem entrar no trabalho, requerimentos, textos do domínio transaccional, burocrático, que lhes possam fazer falta no emprego. E, como falantes da língua, se vão a uma entrevista e não sabem falar é complicado, e nós fazemos isso, simulação de entrevistas, que é para eles verem como falam, como devem fazer, que isso é importante.

Professor 4 (desenho digital de modelação tridimensional), disciplina pratica.

1. Na sua opinião, o que é que levou os alunos a frequentar esta escola?

Ser um curso único aqui na região, adequados à região e terem oportunidades de trabalho.

2. Como descreveria os alunos desta escola?

Alunos que tendo algumas dificuldades conseguem ultrapassá-las quando são realmente motivados e vêem o resultado do seu trabalho todos os dias, no decorrer das aulas eles ficam motivados e isso é uma mais valia para eles conseguirem ultrapassar algumas dificuldades que têm.

3. Na sua opinião, quais são as dificuldades e as vantagens destes alunos?

As dificuldades a nível da aprendizagem que eles encontram nós tentamos minorá-las aqui com apoio personalizado, junto de cada aluno, caso a caso. Mas essas dificuldades muitas vezes estão relacionadas com o meio socioeconómico onde eles estão envolvidos e eles para as superar tentam dar o seu melhor em situação de aula. As vantagens são as competências técnicas que podem adquirir aqui, o ser prático.

4. Da relação que estabelece com os alunos, quais considera que são as motivações e as expectativas destes, em relação à escola?

As motivações deles penso que estejam relacionadas com um pouco de tudo, desde o curso profissional ser um curso que tem mais horas dedicadas à componente pratica, isso é de facto uma atracção para eles, e outra atracção é também o facto de ser um curso que é único aqui na nossa região, o que é uma oportunidade única de frequentar um curso com estas características. As expectativas em relação à escola é que lhes proporcione condições de aprendizagem efectiva, pratica, em relação ao mercado de trabalho, claro no final fazerem o estagio onde possam pelo menos ter um emprego temporário ou uma oportunidade que surja, de dizer que já trabalhei aqui ou além e isso

é uma mais valia também para eles poderem aparecer no mercado de trabalho já com um primeiro contacto que o ensino regular não lhes dá.

5. Quais são as medidas utilizadas para preparar os alunos para o mercado de trabalho?

Como lhe disse, são as técnicas que eles vão aprendendo e experimentando em sala de aula que estão relacionadas com problemas concretos do mercado de trabalho, problemas que colocamos aos alunos na sala de aula tal como se estivessem a vivê-lo no mercado de trabalho, a viver uma experiência real de trabalho. Temos este problema assim, precisamos de fazer um trabalho dentro deste âmbito e eles tentam dar uma resposta, com a nossa ajuda. Aqui nos tentamos dar-lhe a base, digamos que o saber estruturante e depois no mercado de trabalho eles terão que se adequar aos projectos que o mercado lhes vai trazer, mas nós pelo menos aqui tentamos dar-lhes as bases para conseguirem chegar ao mercado de trabalho e saberem porque caminho devem seguir. Eles estão a desenvolver trabalhos no domínio do 3D.

Professora 5 (economia)

1. Fale-me um pouco sobre as características e os percursos escolares destes alunos, por que escolheram o ensino profissional?

Temos aqui alunos muito bons, com boas capacidades, ou seja, que podiam estar no ensino regular, perfeitamente, inclusivé até tivemos aqui um aluno do curso de contabilidade que depois veio a ser o melhor aluno. Portanto, ele optou pelo curso profissional já de propósito, porque queria seguir a área de contabilidade, mas não com o propósito de ir trabalhar, mas sim de dar continuidade aos estudos nessa área. Tirou o curso no IPB e foi o melhor. Portanto, ele foi mesmo uma opção, e há outros que querem a vertente mais prática, que é essa a principal razão porque vêm para aqui. Agora, é evidente que agora todas as escolas já têm cursos profissionais, mas há uns anos não tinham, ou seja, isto agora, já está mais valorizado, mais pessoas escolhem estes cursos. E temos aqui alunos que têm muitas dificuldades, mas penso que é em todo o lado, hoje em dia. Cada vez mais notamos, de ano a ano, que os miúdos vêm com muitas lacunas, em termos de compreensão, e eu digo mesmo, em termos de conhecimentos base, daí ser complicado fazer a tal gestão, ou seja, em termos do ensino profissional é mesmo a vertente prática, mas não deixa de haver os conceitos teóricos

que têm mesmo que ser leccionados. Mas penso que em termos gerais do curso têm mesmo uma mais valia, porque para além das aulas serem mais práticas, têm a PAP, que é a prova de aptidão profissional que vão fazer no final do curso, que é um trabalho autónomo, totalmente individual, que exige muita dedicação, e é um trabalho visível. Portanto no final do curso já têm um trabalho feito por eles, claro que com o apoio do orientador, e que lhes dá logo credibilidade, já é um bocado do que vão fazer mais tarde e que tem utilidade. Eu já vi páginas de Web ou uma base de dados que fizeram muito bem estruturadas, ou seja, podiam ser perfeitamente aplicadas numa empresa, estão perfeitamente funcionais. Depois têm o estágio, que está integrado no próprio curso, que é sensivelmente de três meses, e lhes dá uma perspectiva do que é o mercado de trabalho. Saem daqui com dois caminhos possíveis. Ou optam por seguir estudos, muitos optam por fazê-lo, outros tentam entrar no mercado de trabalho, mas não deixam de ter aquela perspectiva de tirar um curso. E depois também cria, em muitos alunos, já uma certa maturidade e responsabilidade, ou seja, já são alunos que ouvem as notícias, que estão atentos, e noto que aqueles que vieram para o curso e queriam mesmo, de certeza que vão ser bons profissionais, ou seja, bons técnicos naquela área.

2. Quais as motivações e expectativas destes alunos?

É assim, eu penso que motivações, é precisamente a vertente prática do curso, que lhes permite entrar mais cedo no mercado de trabalho. Penso que é uma motivação, principalmente aqueles que vêm de origens socioeconómicas mais frágeis e que têm mesmo por obrigação arranjar um emprego já com o nível 4, e depois também a equivalência ao 12º ano, que lhes permite prosseguir os estudos. Essa, penso que é a motivação principal, que é já terem um diploma. Quanto às expectativas, alguns contentam-se por tirar o curso com uma média, eu diria mesmo, uma média baixa, mesmo à tangente. E outros não, há aqui alunos que lutam mesmo por uma boa média. O facto de ser um curso prático, que lhes permite trabalhar, dá-lhes motivações para lutar por muito boas médias. Ou seja, aqueles que estão aqui muito empenhados, com o intuito de continuar os estudos na área, tiram melhores notas, levam isto mais a sério, porque vêm este curso como uma mais valia para o ensino superior. É assim, nós aqui, é evidente que não damos tanta matéria, mas no ensino superior já levam muito boas bases, é uma ferramenta muito boa para os estudos futuros, porque há alunos que, como vão de outras áreas ou do secundário, quando chegam ao ensino superior não sabem

nada daquela matéria, enquanto os daqui não. Por isso aconselho mesmo a que optem por estes cursos.

- 1- É assim, nós aqui temos sessões de entidades que vêm cá periodicamente prepará-los para fazer o currículo, fazer uma entrevista, ou seja, para além da bagagem técnica que levam, têm uma preparação para poderem também ir a uma primeira entrevista, mas com à vontade. Nós já delineamos quais são os requisitos para aquele técnico em concreto e eles já vão preparados para isso. Depois têm o estágio profissional e a PAP. Eu para mim, se tivesse feito os estudos no ensino profissional, teria sido uma boa opção, porque tomara eu ter tido essa opção. Porque eu, quando terminei o curso e fui fazer o estágio, estava completamente perdida, muito verdinha, porque de facto aquilo era muito teórico, aqui não. Aqui vão construir a sua própria empresa fictícia e ficam a saber os passos todos, como deve ser organizada a informação, portanto têm todas as ferramentas para saberem como se faz numa empresa real. Quem levar isto a sério têm aqui muito bons instrumentos para serem bons profissionais.

Entrevista aos alunos de turismo 1º ano

Aluno 1

17 anos. Pai- doutorado, Mãe- 9º ano. Pai- professor, Mãe- funcionária pública.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Tem sido bom, houve ali umas falhas mas foi bom. Reprovei 2 anos. Um, eu perdi por doença e outro não estudei.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque hoje a profissional está a dar mais saídas, permite mais facilmente entrar no mercado de trabalho.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Esta escola oferece uma melhor preparação para o mercado de trabalho. No liceu é só estudar e não vamos ter oportunidade de interagir com as empresas. Esta escola é melhor por ter um menor número de alunos, porque no liceu é difícil para um professor interagir com tantos alunos.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Alguns alunos que saíram daqui encontraram trabalho, acho que a maioria que continua a sair também vai encontrar. Claro que os testes têm a mesma dificuldade, depende do empenho de cada aluno e da explicação de cada professor, mas estes preocupam-se em ensinar. Esta escola permite saber um pouco mais e conhecer outras coisas do mundo, também permite estabelecer mais e melhores relacionamentos.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Eu venho de são Tomé e lá o turismo tem saídas. Primeiro quero ir para França e depois ir para a minha terra trabalhar.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Gosto das duas, mas a prática é melhor, ainda que o curso seja mais teórico.

7- O que espera para o futuro?

Quero acabar este curso e tentar fazer um superior e conseguir um bom emprego.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Uma boa profissão é aquela que não se recebe mal nem bem, recebe-se normal, dá para sustentar a vida durante um certo tempo, e também aquela onde as pessoas podem se relacionar bem com o patrão e os colegas. Para mim isso é o essencial.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

A primeira dificuldade está em encontrar trabalho, como quero ir trabalhar para fora não vai ser fácil. Mas como já tenho experiência vou ter mais vantagens.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Deviam-se criar mais postos de trabalho, porque há poucos, por exemplo aqui em Bragança há poucos, ou se houver é só para segurar um certo tempo e depois é-se despedido. Deviam-se fazer contratos efectivos.

Aluna 2

15 nos. Pai- 6º ano. Mãe- está a tirar o 12. Pai- camionista. Mãe- operária numa fábrica

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Não foi mau, mas não sou propriamente a melhor aluna. Acho que não consigo acabar este curso.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque já estava farta da escola e estar lá mais uns 3 anos e depois ainda ir para a faculdade e ter que tirar um curso, não queria.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Para além de receber, a minha mãe está a pensar abrir uma quinta e podia fazer lá o estágio, assim tinha mais um pouco de vantagem. Recebemos dinheiro, e sempre é uma

escola que permite uma melhor relação com os alunos, apesar de algumas pessoas desta escola terem a mania e isso.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Acho que sim, porque é uma escola que não tem muita gente, é acolhedora. Os adolescentes para comer podem comer croissants, enquanto nas outras escolas é só sandes.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque um dos meus melhores amigos disse-me que esta escola era boa, e também tive uns problemas pessoais no liceu que me levaram a vir para aqui.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática, porque eu não sou daquelas alunas que gosta de estar sempre sentada numa cadeira só a escrever, eu gosto de sair da escola, fazer visitas, trabalhar.

7- O que espera para o futuro?

Gostava de trabalhar numa pousada, não gostava de ser hospedeira de bordo porque gostava de ter uma família e como hospedeira de bordo não dava mesmo. Quero começar logo a trabalhar depois do curso.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Uma boa profissão é ter o meu emprego, ter o meu dinheiro, ter um bom patrão.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Talvez não gostem da maneira de me vestir, do volume do meu corpo, da minha estatura, há patrões mesquinhos. Este curso vai-me ajudar, porque apesar de um curso superior ser melhor, nós aqui temos estágio e já é de nível 4, o que nos dá mais vantagem.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Em vez de incluírem só hotéis e aviões para turismo, deviam também incluir uma espécie de escola nas férias para os estrangeiros, e para as crianças turistas que vêm para cá. Era bom que houvesse uma coisa dessas.

Aluna 3

16 nos. Pai- 9º ano. Mãe- ensino superior. Pai- electricista. Mãe- contabilista.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Normal, com altos e baixos, reprovei uma vez.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque estava em humanidades e achava que não era aquilo que queria, então procurei algo que tivesse a ver comigo.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Faz com que tenha uma melhor formação na minha área, é mais prática. É uma maneira diferente de acabarmos o 12º ano. Para além disso, temos também um curso nas mãos, podemos continuar a estudar e também a trabalhar. Podemos continuar a estudar no ensino superior, na área de turismo, e há uma maior proximidade dos professores com os alunos e os colegas, temos um melhor ensinamento.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim, os professores ajudam muito, faz com que estudemos mais e aprendamos mais. Os professores preocupam-se em acompanhar cada aluno, ensinando-o à sua medida.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Tem várias disciplinas que gosto, é uma área que gosto, e tem tudo a ver comigo.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A teórica, porque não é aquela coisa de estar sempre a marrar, mas acho que podemos aprender mais com a teórica do que com a prática.

7- O que espera para o futuro?

Quero continuar a estudar na área do turismo.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É fazer aquilo que gostamos. Não vou dizer receber bem, porque como já estamos a fazer o que gostamos... Acima de tudo é isso.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Acima de tudo é arranjar um emprego. Pode não ser na minha área, mas que gostasse. Tinha que me sentir lá bem.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Não sei. Acho que aumentar postos de trabalho não ia adiantar muito. Devia, era haver mais cursos, noutras áreas, porque estas já estão muito batidas.

Curso de Turismo, 3º ano

Aluna 4

17 nos. Pai- 9º ano, mãe- 12º ano. Pai- carpinteiro, mãe- auxiliar de educação.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Boa. Nunca reprovei nenhum ano. E agora aqui também está a correr bem.

2- Porque deixou o ensino regular?

Por causa dos exames, em parte, e porque gostava de turismo.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Não sei. Tem mais saídas profissionais, o ensino é mais específico e podemos continuar no ensino superior. Os professores são mais próximos, gosto mais da forma como ensinam, convivo mais com eles.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim. Eu acho que o espaço, os directores, professores, são muito bons. É mais ou menos o que eu estava à espera. Muita gente está a optar por este ensino, e como agora é de nível 4 já é melhor para encontrar trabalho.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Era para ir para contabilidade mas não abriu, e como não gostava de informática escolhi turismo e estou a gostar.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Prática. Porque o que aprendemos aqui dá para transmitir lá fora e lá dá para perceber melhor o funcionamento do hotel e das viagens. Aqui na teoria percebemos mas não tão bem como no terreno. As aulas são mais teóricas, mas também é prática, no estágio.

7- O que espera para o futuro?

Assim, vai abrir o nível 5 aqui á noite, que é mais um ano, e quero estudar á noite e de dia trabalhar.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É podermos transmitir o que aprendemos, bom salário, bons horários, boas condições de trabalho.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Bastantes, porque já agora está muito mal e no futuro ainda vai ser pior. Esta zona não tem trabalho, mas o que surgir já vai ser bom, e se tiver que sair para outro sítio qualquer, vou.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Sei lá, criar empresas, criar parques de diversões. Temos tantas coisas que podiam ser mais aproveitadas. Temos sessões para ensinar a criar currículos e fazer entrevistas, por isso prepara para o mercado de trabalho.

Aluna 5

18 anos. pai- 4º ano, mãe- 9º ano. Pai- funcionário da câmara, mãe- doméstica

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Razoável. Nunca reprovei.

2- Porque deixou o ensino regular?

Deixei o ensino normal porque achei que ia chegar ao 11º e não ia conseguir, então optei por um ensino mais fácil. E porque onde moro não há secundária, então por causa das deslocações era preferível esta escola.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

São o ensino mais fácil, secalhar ter acesso ao mercado de trabalho visto que ficamos com o 12º ano e um curso técnico, também temos entrada no IPB. É remunerado, o que é uma vantagem, as aulas não são tão aprofundadas, mas com o mesmo nível de ensino.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

É assim. Eu estive numa escola profissional e vim para esta. Naquela era muito maior, com mais alunos e quando vim para esta fiquei chocada, mas acho que é boa essa proximidade.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Escolhi este curso porque secalhar tem muitas saídas e pode-se trabalhar um pouco em tudo. Porque hoje em dia quem não sabe onde fica uma coisa, esses pequenos pormenores, fazem a diferença.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A prática. Torna-se mais cansativo mas aí estamos a ver como funciona o mercado de trabalho, podemos lidar com os clientes, que tipo de clientes há. Nós na teórica não temos noção do que vai ser um estágio. Chegamos lá e temos que nos desenrascar. Mas o que aprendemos é posto em prática.

7- O que espera para o futuro?

Eu quero continuar os estudos e espero conseguir.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Trabalhar no que se gosta, saber lidar com os companheiros de equipa. Vamos sair daqui com o nível 4 e receber como tal. Não me importo de trabalhar noutra área, porque visto como o país está, temos que aceitar o que houver.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

O haver cada vez mais estrangeiros, que tira muitos empregos. E haver poucos turistas. As empresas não têm dinheiro para pagar e secalhar não estamos à espera de algumas exigências das empresas, não vamos saber lidar com elas.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Secalhar fazer mais postos de emprego, mas depois também vai haver aquela condição de que para meter uns vão-se despedir outros, por isso não sei.

Aluna 6

22 nos. Pai-4, mãe-4. Pai-agricultor, mãe-doméstica

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Mais ou menos, porque eu andei no secundário até ao 12º, mas como tinha cadeiras para trás, de matemática, resolvi tirar um curso profissional e está a dar resultado.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque como tentei no regular e não deu, não consegui, vim para este que é mais fácil.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Talvez um emprego na área ao acabar o curso, o estágio também ajuda nesse aspecto. E podemos apostar na área do turismo, na hotelaria e agências. Em comparação com o ensino normal, aqui é melhor, lá era na área de ciências, aqui em turismo e a matéria é totalmente diferente, é melhor. Tanto administração como professores ajudam muito, são mais flexíveis na aprendizagem. Aqui há alternativas, há os testes de recuperação para quem não conseguir à primeira tentar uma segunda vez, para podermos fazer os módulos.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

As amizades são boas, a formação para construir os currículos e desenrascar no mercado de trabalho. Temos palestras sobre currículos e preparação para o mercado de trabalho. Fazemos visitas de estudo, trabalhos práticos... É mais fácil.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

(risos) Para dizer a verdade foi porque aqui só tinha um ano de matemática. Já me tinham falado deste curso, que era muito bom, que tinha saídas na área e uma vez que só tinha um ano de matemática não ia ser difícil. Gosto bastante.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática. É diferente, gosto mais. Acho que é a melhor parte do curso. Ajuda-nos porque aquilo que aprendemos durante o ano lectivo podemos pô-lo em prática e facilita a aprendizagem.

7- O que espera para o futuro?

Talvez ir para a universidade, nesta ou noutra área, ainda não sei.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Como assim uma boa profissão? Que pudesse aplicar aquilo que aprendi, sabe-lo fazer da melhor forma. Na área do turismo já sei como são os horários e sei que vão ser complicados. Desde que tenha trabalho, qualquer coisa serve, e depois a ver se vinha uma coisa melhor.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Acho que isto está muito mal a todos os níveis. Penso que se tiver boas notas vou encontrar facilmente trabalho. Talvez ter um ensino superior ajudasse, mas depois logo se vê. Isto está muito difícil.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Acho que há pessoas que já atingiram a idade de reforma e agora como aumentou vão ter de continuar e eles não podem gozar esses anos e nós não temos vagas. Mas para quem quiser trabalhar há sempre trabalho. As empresas deviam dar oportunidade aos jovens.

Aluno 7

21 nos. Pais- licenciados. Mãe- enfermeira, pai- faleceu

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi regular, com aproveitamento. Reprovei dois anos. Não era difícil, mas no início não me apliquei.

2- Porque deixou o ensino regular?

Foi uma escolha que tive que fazer. Eu queria continuar no ensino normal, mas se quisesse vir para aqui podia entrar na universidade, senão não podia, então escolhi vir para aqui.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

A vantagem é que temos um curso profissional e também o 12º ano. É a vantagem que eu vejo em relação ao secundário. Em relação á escola onde estava em são Tomé, aqui aprende-se mais porque temos matérias específicas na área e a relação com os professores é melhor, por ser uma escola menor temos mais convívio. No meu caso não, mas há muitos alunos que vêm para aqui por serem remunerados.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

As básicas. Tem bons professores, tem boas instalações, tem bons equipamentos para estudar. Temos um conhecimento mais prático da área e assim já temos as normas básicas do que temos que fazer. Também temos actividades, como visitas e trabalhos aqui na escola que nos preparam.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

No meu caso é difícil porque quando decidi vir para aqui tinha que escolher um curso profissional. Mas fiz a candidatura sem saber as vagas. Eu queria informática, mas como já não dava tive que escolher turismo.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Prefiro a teórica porque já estava habituado de antes. Eu gosto da prática, mas como tenho aqui disciplinas que já tinha tido são mais fáceis, com a teórica já estava mais habituado. A parte teórica é importante mas a prática ajuda mais como lidar no mercado de trabalho.

7- O que espera para o futuro?

Conseguir um emprego.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É fazer algo que eu goste e ganhar dinheiro. Não está fácil arranjar emprego, então temos que agarrar as oportunidades que aparecem. Também espero que quando chegue a um sítio evoluir, ter alguma segurança, que vamos ficar muito tempo lá.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Encontrar trabalho. Pelas notícias que ouvimos está difícil encontrar trabalho e isso é porque não há vagas. O nível de estudos influencia.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Eu acho que devia haver uma parceria entre as escolas e as empresas que facilitassem, que quando as pessoas acabassem os estudos tivessem uma oportunidade de trabalhar.

Aluna 8

22 Anos Pai-policia, 11º ano, mãe- 9º ano, comerciante

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Reprovei no 9º ano.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque depois do 10º ano comecei a trabalhar com a minha mãe e depois quis vir para cá tirar um curso de turismo que tem saídas em São Tomé.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Vantagens? Eu já estudei noutras escolas profissionais, esta é mais pequena, tem melhores condições, há mais respeito tanto dos professores como alunos. Aqui estamos a aprender duas coisas, coisas relacionadas com o curso e a matéria que se dava no ensino normal.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Um bocado, mais ou menos. Eu gostava que a aula fosse um pouco mais rigorosa, mais responsabilidade. Não sei se é do facto de os alunos se baldarem, mas eu quero sair daqui para trabalhar e acho que deviam puxar mais por nós. Não sei. Não me torna mais responsável. Isso consigo por mim mesma. Oferece coisas boas mas normalmente a gente não põe em prática, mas eu ponho. Os conselhos dos professores são bons para nós.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Lá em São Tomé o turismo está a desenvolver e com isso eu consigo encontrar trabalho. Eu até preferia ter vindo para outro que gostava mais mas já não havia, mas este também gosto.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática? O que é que isso é? Eu acho que as duas partes são boas. Porque aqui podemos aprender coisas para depois desenvolver lá no hotel. Coisas que demos aqui já dão para saber fazer lá. Aqui há um contacto mais directo com o mercado.

7- O que espera para o futuro?

Gostava de terminar os estudos e arranjar um emprego na minha área.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É que eu possa fazer o meu trabalho normal com um bom horário. Ter um salário consoante o que eu faço, e não sei mais.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

As dificuldades são muitas. Por exemplo encontrar emprego na minha área. Se eu quiser encontrar um emprego num hotel ou assim conseguir directamente eu não consigo porque há muita procura. Há muita crise, as empresas fecham, pagam pouco e isso desmotiva as pessoas. Porque fazem um curso e depois não encontram emprego. Por exemplo eu faço o 12º e vou desistir, de que vale estudar. Andei tanto tempo a estudar e depois não há nada.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Não sei, talvez se houvesse mais oportunidades e com salários equivalentes ao trabalho deles. Eu sei que se for trabalhar pedem-me muitas coisas, que eu não tenho, são muitos exigentes.

Aluno 9

23 nos pai- morreu, mãe- 4º ano. Desempregada

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi bom, apesar de ter reprovado 3 anos. Mas foi por causa de doença. Eu gostava muito de estudar e da escola.

2- Porque deixou o ensino regular?

Como vim de são Tomé e tem um protocolo de cooperação com as escolas profissionais, tem vindo a apostar na formação eu candidatei-me e entrei aqui. Entrei em turismo e estou a adaptar-me, mas gosto.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Vantagens... tirar o 12º ano e um curso. Não é preciso fazer o exame nacional para entrar no ensino superior, e se não conseguir ingressar numa universidade já tenho um curso e posso trabalhar, enquanto os outros não. É uma mais valia, porque mesmo que não queira estudar esta área posso fazer outra formação e se não tiver trabalho nessa área posso trabalhar nesta. Tenho mais escolhas.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Esta é uma questão um bocado complicada. A escola é boa, mas nós que viemos do estrangeiro somos obrigados a pagar propinas e não devíamos pagar. Isso é uma coisa que nos incomoda. Dão-nos um subsídio muito baixo. Porque se viemos com uma cooperação de lá não devíamos pagar. Não fomos nós que escolhemos a escola, foi o governo que escolheu. E sem trabalho é complicado estar aqui.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Quando cheguei havia vaga em informática e gestão e turismo. Como este é mais teórico e é mais fácil de estudar escolhi este. Estou a gostar.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Gosto mais da prática. Acho que as duas são importantes.

7- O que espera para o futuro?

Penso fazer uma licenciatura em turismo. E depois tenho duas opções, trabalhar num hotel, ou tentar trabalhar por conta própria. Quero continuar os estudos porque, é assim, hoje em dia há pouca oferta e exige-se muitos estudos, com uma licenciatura tenho mais oportunidades.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Na minha opinião um bom emprego é onde me sinto satisfeito, com um salário razoável.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Vai ser difícil encontrar trabalho. Os empregadores hoje em dia estão muito mais exigentes. E o salário é muito precário. Há muita oferta e isso condiciona muito as pessoas. Um salário mínimo não dá para nada. Mas se tiver que ser, tenho que aceitar.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Bom, hoje em dia, a crise não está só em Portugal, como nos outros países. Há muitas empresas que existiam e já não existem e, como há pouca oferta, o que acontece é que torna muito difícil os jovens conseguir trabalho. Isto porque os jovens podem ter formação mas não há emprego, a questão é essa. E para eles, o governo, precisam apoiar as PME e tentar criar protocolos não só com as empresas mas também com as escolas, para influenciar os jovens a encarar com mais realidade, mais seriedade e determinação, com mais responsabilidade para a vida. Se eu souber que vou ter um emprego há mais empenho, vou ter que estudar mais, há um incentivo. Assim há uma desmotivação por parte dos jovens, não há aquela vontade de estudar, porque sabem que não vai dar em nada, não há emprego.

Aluno 10

27 nos. Pai- doutorado, mãe- licenciada. Pai- juiz, mãe- hospedeira de bordo

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi muito jato, ter de acordar todos os dias cedo. No meu caso particular, acabei o 11º ano que era o último ano em São Tomé, depois estive parado dois ou três anos. Nesses anos tentei fazer alguma coisa, trabalhar. Depois decidi voltar porque sempre quis ter um curso. Hoje é cada vez mais importante ter um curso.

2- Porque deixou o ensino regular?

Isso foi como calhou. Na altura concorri para umas bolsas e calhou-me aqui. Gostava do ensino normal, no privado é diferente, aqui não oferecem tão boas condições, lá era melhor porque eram mais rigorosos.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

A facilidade que temos de acabar o curso, fazer as disciplinas á nossa medida.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Não, não muito. Porque já que a escola paga, não acho bem termos que pagar propinas. Temos bons professores e aquilo que se aprende nas aulas é necessário para o trabalho.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Isso é uma história muito longa. No meu país trabalhei em hotelaria, fez-me conhecer várias pessoas, todos os dias as coisas eram diferentes e gostei muito, então quis seguir este ramo de hotelaria, mas mais dentro de realização de eventos. Já tirei cursos de DJ e animador.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Depende da matéria que estiverem a dar. As duas partes são necessárias, mas eu prefiro a prática. Mas já falei com um dos professores que deviam ter mais prática, porque tivemos dois anos de teoria e só no terceiro é que temos estágio. A prática não é suficiente para aprender tudo. Nas aulas uma pessoa não sai com a noção das coisas, com aquela responsabilidade do trabalho. Eu e os meus colegas gostamos muito do estágio, não sentimos grandes dificuldades. No início não estamos habituados a certas maneiras, mas temos que nos adaptar.

7- O que espera para o futuro?

Penso tirar licenciatura na área de turismo e voltar para a minha terra e investir lá. Ter um trabalho por conta própria.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É aquela em que fazemos o que gostamos. Quando não gostamos, esquece. Não importa se é esta área, desde que seja uma área que se goste.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Facilidades não existem, e se existirem são muito poucas, sabemos que não há apoios e temos que ir à luta, ultrapassar as barreiras. Temos que lutar. Trabalho existe, as pessoas é que não querem trabalhar.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Sei lá, em termos do governo, sei lá, possibilitar a entrada dos jovens nas empresas. Desenvolver mais o país, primeiro. Há falta de infra-estruturas. Muitos jovens querem regressar para a terra mas não têm como. Investir mais na área do trabalho que é para haver mais trabalho. Eu, em termos de experiência, acho que ninguém nasce sabendo, é preciso estar um tempo num sítio para ganhar experiência. Numa turma podem sair três alunos, dois serem muito bons teoricamente e um muito bom na prática e o da prática pode não apanhar lugar. As empresas deviam aceitar os jovens com um ou dois meses de experiência e depois a partir daí viam se era bom para o trabalho e aceitavam ou não, mas deviam dar-lhe uma oportunidade.

Aluno 11

21 nos. Pai- 4ª classe, mãe- 9º ano. Pai- empreiteiro, mãe-doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi complicado. Gostava de estudar mas depois fui trabalhar. Nunca reprovei, mas senti que já não ia conseguir concluir o 12º, então fui trabalhar. E depois vim para aqui.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque depois de dois anos no trabalho já não conseguia aguentar estar fechado numa sala de aulas. Não alinhava já nisso. Esta escola oferece mais facilidade.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

O subsídio, dá sempre jeito, e a facilidade. Para quem quiser fazer só o 12º ano é bom. Os professores são mais próximos dos alunos, e preparam bem para o trabalho por ser mais prático. Podemos aderir ao ensino superior. Não forma melhor, querendo estudar, tirar a licenciatura, talvez não seja o ensino mais indicado. Mas para seguir é melhor por causa da componente prática e por já ter contactado com as empresas.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

É teórico de mais.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque queria acabar o 12º. Não foi o curso em si que me motivou, até porque o que eu queria não abriu.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Prático. Na teórica baldo-me mais, não gosto. Na prática há mais liberdade e aprende-se mais. Mas depende muito das instituições que nos acolhem. No turismo há emprego, porque há bastantes agências de viagens, não há problema.

7- O que espera para o futuro?

Depois vou para a aldeia. Ainda vou fazer exames, mas quero é encontrar trabalho e em principio não tenho problemas.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É um emprego bem remunerado e que nos faça sentir bem, porque se não andarmos contentes não vale a pena.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Económicas. Não vou encontrar problemas porque o meu pai já tem uma empresa, senão ia ser complicado, ia ter que me agarrar ao que houvesse.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Isso é mais complicado. Há casos de outros países onde são logo inseridos nos quadros das empresas, aqui nem há estágios. Mas o problema é geral, as empresas também estão mal.

Aluno 12

23 anos. Pai- doutorado, mãe-licenciada. Pai-médico especialista em ortopedia, mãe-professora inglês.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi acidentado. Fiz tudo seguido até ao 8º ano, depois comecei a chumbar. Chumbei duas vezes no 8º. Depois no 9º pensei que não estava preparado para o ensino superior e fiz outra vez o 8º e o 9º num CEF, por uma questão de facilidade. Depois fui para Vila Real tirar um curso de informática, por o curso profissional ser mais fácil. Mas lá não me adaptei porque não tinha férias, nem nada. Depois voltei para cá e trabalhei num bar, meio ano, depois fui trabalhar nas vindimas para França, depois inscrevi-me numa agência de recrutamento e fui para Inglaterra. Depois voltei e vim para esta escola.

2- Porque deixou o ensino regular?

A escola é boa, oferece muito boas condições, mas a sociedade não está moldada para toda a gente ter uma licenciatura. Há filhos que nem são incentivados pelos pais a estudar, querem que vão trabalhar, que ganham mais. Pensam a curto prazo.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

As férias, sei lá, porque aqui temos férias normais. A nível de ensino, tipo, é bom o termos um teste e se tirarmos negativa dão-nos uma recuperação. Mas não quero dizer que fosse bom numa escola pública, senão era uma balda.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Uma vez por semana a escola aluga o pavilhão para irmos jogar futebol, a escola promove o inter-turmas e outras actividades. Fazem o mínimo para agradar os alunos. Isso tem um motivo, porque somos poucos, então há mais aquela proximidade entre todos.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Sei lá, motivou-me o facto de ainda não ter o 12º ano. Quanto á vertente do turismo, achei que era uma boa escolha, uma área em expansão e como estive em Inglaterra dominava a língua, e pensei que poderá ser uma área interessante porque gosto do contacto com o público. Como já fui empregado de mesa ganhei esse gosto, e outros factores.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Digamos que no meu curso não há uma componente prática. É tudo na base do teórico. O que podemos fazer é simular operações em agências de viagens, por exemplo calcular as taxas, os voos, e isso. E depois só temos o estágio. A prática é preferível, porque é sempre diferente, prepara melhor. Nas aulas até se está a marimbar porque acha que não precisa disso, na prática já traz outra responsabilidade, já sei que tenho que saber isto e aquilo.

7- O que espera para o futuro?

Vou-me licenciar em turismo ou marketing. As saídas é como em qualquer curso, está complicado. A minha irmã é mestre em psicologia e está desempregada. Esteve um ano a trabalhar mas depois começaram-lhe a pagar mal.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Isto está complicado, uma pessoa tem que fazer o que houver. Hoje em dia já não é um bom emprego aquele que nos permite estar sempre no mesmo sítio. Uma pessoa tem que ser obrigada a aceitar as condições que nos derem. Há que ir rodando. Tem que se estar preparado para as mudanças. O ordenado é indispensável, pelo menos a rondar 900 euros, mas isso já é pedir bastante, temos que ser conscientes. Estabilidade a nível local não se pode pedir. O mais importante é ter uma boa relação com o patrão e com qualquer pessoa do trabalho e o trabalho também é uma boa forma de socialização e de conhecimento para outras aventuras profissionais futuras.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

O emprego, essa é a grande dificuldade. Adjacente a isso é a independência. Em Portugal não se consegue ser cem por cento autónomo.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Sei lá, acho que aquela polémica dos estágios profissionais, que querem acabar. Eu não sei, não sou económico, não sei se isso é bom ou não para o Estado, mas acho que apesar de tudo tem que haver consciência que é uma boa oportunidade, tanto para a empresa que pode avaliar o jovem sem investir muito nele, como para o jovem também há uma oportunidade. Acho que devia ser do interesse, tanto da empresa, como do Estado, como do candidato, isso. Há muitos alunos formados, por isso vão sempre ficar muitos de fora. Mas seria bom que as escolas tivessem protocolos com diversas empresas. Que no mínimo os 10 melhores alunos daquele ano tivessem oportunidade de entrar numa empresa, e não eram assim tantos. Porque num curso, por exemplo, de 200 alunos premiar 10 não era muito, mas já era bom.

Alunos do 2º ano de desenho digital 3D

Aluno 13

24 nos. Pai-4ª classe. Mãe-não estudou. Pai-mecânico, mas está reformado. Mãe-doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Eu posso dizer que tive momentos em que tive que parar de estudar e também porque fiquei doente reprovei, e depois de terminar o ensino regular já não tinha como continuar os estudos, visto que no meu país as universidades são muito caras e até ficar à espera de entrar aqui fiquei um bocado parado.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque na escola profissional posso fazer as duas coisas, tirar o 12º e ficar com um curso, que é um técnico na área, e isso é melhor, tem mais vantagens. E depois posso continuar na mesma a estudar, se der. Porque pelo menos aqui recebemos subsídios, mas se não tenho mesmo que trabalhar.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Tem vantagem porque oferece bons cursos. Este curso de desenho digital tem muitas saídas, várias vertentes que podemos seguir. São cursos em que te podes integrar em diversas áreas. Todos os cursos têm uma interligação entre eles. Alguns professores têm um papel não só em termos de matéria, mas tentam fazer os alunos entender melhor o contexto extra-escolar, tentam-nos fazer ver o que podemos seguir para depois termos sucesso no mercado de trabalho.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim, corresponde, porque é assim, eu estou cá e a escola, a direcção, os professores, fazem tudo, disponibilizam tudo para que os alunos aprendam bem, se eles não aproveitam isso é porque não querem. O 1º ano foi um bocado experimental, porque era o 1º ano do curso, mas agora vai remodelando de modo a melhorar. O curso está equilibrado, ensina o que é necessário para o mercado de trabalho, prepara bem.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque tem várias escolhas, depois, tem muitas saídas, se não der num ramo podemos tentar noutro. Quantas mais áreas tivermos melhor, porque da maneira como isto está complicado, se só soubermos fazer uma ou duas coisas é complicado, mas com este curso dá para muitas coisas.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Prática, porque aí prova o que eu sei fazer. Quando estou a fazer vejo logo as dificuldades e logo aprendo a fazer. Na teórica aprende-se sempre alguma coisa, mas a parte prática é a mais importante.

7- O que espera para o futuro?

A expectativa é formar-me na minha área, ser um bom profissional e ter emprego, ter uma vida estável.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É um emprego que eu possa desempenhar no meu ramo, naquilo que eu sei fazer e que tenha saída, que haja procura. O salário depende. Se tiver uma vida já estável prefiro ganhar menos e fazer o que eu gosto, mas claro que o dinheiro é importante.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

A dificuldade é a competitividade, porque há muita procura e pouca oferta. Agora, esse é o maior problema. Hoje as empresas estão muito exigentes porque hoje tudo é em função do lucro. Se o empregado produz mais, for mais eficiente, melhor é. Tendo em conta que há muitas pessoas há procura escolhe-se sempre o melhor, mas nem sempre se consegue ser o melhor, por isso é que há muitos desempregados.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Criar políticas que pressionem os investimentos, sei lá, alargar as empresas, as empresas apostarem mais nos jovens. Hoje as pessoas, da maneira que as coisas estão, têm receio de investir ou de fazer. As pessoas têm de criar políticas não a curto prazo mas a longo prazo. Porque tu podes acabar o curso e depois sabes que ficas desempregado e ficar á procura e isso vai criando frustração, pelo menos criando uma política a longo prazo sabe-se criar mecanismos, por exemplo, parcerias entre escolas e empresas, que tenham mais estágios para ver se motivam mais os jovens. Porque já há muito desemprego, poucas possibilidades de trabalho e pelo menos com estágios já vais entrando, já vão ganhando experiência. As pessoas devem apostar mais.

Aluno 14

22 nos. Pai- 8º ano, mãe- 7º ano. Pai- faleceu, mãe- doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi bom. Reprovei alguns anos, dois anos, porque estive a jogar à bola. Só reprovei por isso, mas gostava da escola, quando comecei a levar as coisas a sério nunca mais reprovei.

2- Porque deixou o ensino regular?

Por facilidades e por ter melhores condições. Quero começar a trabalhar e estudar ao mesmo tempo, e como me candidatei e aceitaram-me vim para aqui e estou a gostar.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É que aqui sai-se já com um curso. E tem mais facilidades porque chego a uma empresa e já sei como se faz, enquanto no ensino normal não sabem nada como se fazer no trabalho.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Aqui não há motivos de queixa, porque tudo o que a escola pode fazer faz. O ensino é excelente, ensinam bem. As disciplinas são boas, preparam bem. A escola dá materiais para sabermos já como é que se trabalha.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque é um curso de futuro, é uma mais valia. Em princípio, quando fiz o 11º ano no meu país, escolhi uma coisa parecida com informática, mas depois entrei para este e estou a gostar, é interessante o curso.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Das duas. As duas são importantes porque se não sabes o teórico também não podes fazer a prática, tens que ter a mínima noção para poder fazer a prática. Já fizemos algumas visitas de estudo para vermos como funcionam as coisas e explicaram como funciona. Os técnicos das empresas quase não explicam nada, mas os professores que vão connosco explicam-nos e mostram-nos como se faz.

7- O que espera para o futuro?

Em princípio vou para os CETs - um ano que dá atribuição do nível V. depois vou tentar trabalhar e ir para a universidade. Para mim é indiferente no que vou trabalhar, desde que dê para pagar os meus estudos, já está bom.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É quando tu chegas ao trabalho e tens lá boas condições para trabalhar, o patrão ter respeito pelos empregados e que me dê algumas perspectivas para o futuro.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Dificuldade em encontrar trabalho é sempre. Mesmo agora, se nos fins de semana quero fazer algo, não encontro nada. Mas acho que na minha terra vai ser mais fácil.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Acho que o Estado obriga os idosos a trabalhar até muito tarde e eles já não estão adaptados às novas tecnologias, já não fazem um bom trabalho. Eu sei que é com os mais velhos que se aprende, mas o mundo está a evoluir muito e o governo não está a acompanhar esse ritmo. Devia apostar mais nos jovens porque já temos uma melhor preparação, até podíamos ajudar a desenvolver as empresas.

Aluno 15

19 nos. Mãe-9º ano, pai-4ª classe. Pai-trolha, mãe-doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Chumbei no 6º ano depois fui para a Miguel Torga e chumbei no 7º e no 9º ano, depois fui para a profissional mas desisti porque não gostava e vim para aqui.

2- Porque deixou o ensino regular?

Tirei um curso profissional porque tem mais saída, é mais fácil e posso ficar com um curso.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Tem mais saídas, saímos daqui com melhor desempenho, não precisamos de mais, e os professores são mais simpáticos.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Eu acho que sim. Vim para cá e já sabia como era, já conhecia bem a escola. Sei que prepara bem e só com o estágio aprendemos o dobro do que estar no ensino normal. Aqui é diferente.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque há pouca gente a trabalhar nisso, tem mais saídas. E eu até gosto disto.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A prática. Ainda não comecei mas acho que é melhor. Mas as aulas teóricas também são boas, não são uma seca como no secundário normal.

7- O que espera para o futuro?

Não sei. Estou a pensar continuar os estudos nesta área, a ver se dá, senão logo se vê.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Um bom emprego era andar aí de fatinho na rua. Professor não queria, acho que não é um bom emprego porque é preciso marrar muito. Ser técnico é mais fácil. Claro que a relação com os colegas é importante, trabalhar pouco, e assim.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

As dificuldades? Não sei. Acho que não vou ter dificuldades em arranjar trabalho. Nesta área é fácil. Quando for procurar de certeza que logo encontro trabalho, porque nós saímos daqui a aprender muito.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Criar fábricas. Bastava haver mais empresas e as pessoas quererem trabalhar, porque emprego há. Acho que as coisas deviam mudar, os patrões não deviam ser tão exigentes.

Aluno 16

23 nos. Mãe e pai- licenciados. Pai- trabalha por conta própria e a mãe- doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Chumbei, mas o percurso foi normal. Eu até gostava da escola mas era um bocado baldas.

2- Porque deixou o ensino regular?

Lá é diferente, lá temos que estudar para passar. Aqui é mais fácil. Eu acabei o 11º ano, que lá só há até ao 11º, mas depois fiz carta de condução e fiz um curso pequeno, de 6 meses, de informática, mas depois concorri para aqui e entrei. Acho que ter um curso é importante.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Aqui os professores têm aquela amabilidade, sabem e sabem transmitir. Lá é só estudar e não têm aquela paciência. Aqui são melhores e preparam bem.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Os professores ensinam bem e estão preparados para tal, depende de cada um de nós aprender, de um esforço da nossa parte. Mas a escola é boa.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Eu vim pela curiosidade, que este não era bem o curso que eu queria, eu queria informática de gestão, porque como já tinha tido ia ser mais fácil, mas até estou a gostar e este curso tem saídas profissionais. E assim posso saber mais.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A prática, claro. Aprende-se mais, é mais fácil. Mas claro que a teórica é muito importante, o que os professores falam eu estou interessado em ouvir, é importante para depois poder pôr na prática. Eu já não tenho idade para me baldar nas aulas.

7- O que espera para o futuro?

Continuar no ensino superior, porque eu quero mais, enquanto tiver competência para tal quero sempre mais. Para já eu quero ficar cá e aqui, com uma licenciatura é mais fácil ter trabalho. Já que tenho oportunidade de estudar, é pá, estudar agora, para amanhã trabalhar. Quero ao menos uma licenciatura, algo ligado á arquitectura.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Eu por exemplo, se tiver trabalho na área, para mim já estou bem, se fizer aquilo que eu goste, já é bom. O resto não importa. O meu país ensina a trabalhar. Quem tem trabalho quer mais.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Eu quero estudar e depois se encontrar trabalho fico cá. Se não encontrar aqui vou ter que ir para o meu país, mas depois logo se vê. Ainda não pensei nisso.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Abrir mais postos de emprego, dar mais trabalho. Deixar de abrir fábricas com máquinas, porque, o que é que acontece, as máquinas fazem tudo e já não precisam de pessoal para fazer as coisas. E para nós é pior porque não temos experiência. Claro que eu, depois de acabar o curso não estou tão bem preparado como alguém que já trabalha há algum tempo, por isso deviam dar mais oportunidade às pessoas, apostar nos jovens e depois viam se éramos bons ou não.

Aluno 17

24 nos. Pai e mãe- 9º ano. Pai- artesão, mãe-doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Eu reprovei uma vez no 9º ano. Estudei até ao 11º depois fiquei parado uns aninhos e depois resolvi vir estudar para Portugal. Na altura, os alunos depois de acabar o 11º tinham vontade de ir para outro país, mas como não tinha bolsa fui trabalhar.

2- Porque deixou o ensino regular?

No tempo que fiquei parado ainda entrava em contacto com amigos meus e um falou-me destes cursos e inscrevi-me e pronto, como entrei, vim para cá.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Estou a gostar da formação que estou a fazer, é um ensino muito prático e estou a gostar. Em termos do secundário há mais teoria mas aqui não, aqui aplicamos também, está mais preparada para o mercado de trabalho. Como qualquer escola sempre

contribui para o nosso crescimento. A escola é boa e espero que a cada ano tenha cada vez mais alunos interessados.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Pelo menos para mim responde, embora nós é que iniciamos este curso e como tudo no início há algumas dificuldades, mas corresponde, eu gosto.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Eu gosto muito de desenho, mas pronto, foi algo que tinha que ser, eu quando me candidatei, tive que escolher este, era o único que dava, o mais importante era tirar o 12º ano.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Gosto mais da prática mas claro que não há pratica sem teoria e vice-versa. Nós aqui temos programas que a escola comprou e são programas importantíssimos e já estamos a trabalhar neles.

7- O que espera para o futuro?

Espero fazer o ensino superior na área de arquitectura, embora seja um bocado difícil porque é de 6 anos e a ver se vou ter ajudas, senão vai ser difícil. Eu e os meus colegas sempre tentamos arranjar trabalho aqui, mas penso que há alguma discriminação, aqui não nos dão trabalho por sermos negros, de outras raças. Sei de trabalhos que precisavam de pessoas e não nos dão, e um ou dois dias depois puseram lá outra pessoa. E se não conseguir arquitectura tento outro curso.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Um bom emprego é ter grandes condições e fazer aquilo que uma pessoa realmente gosta.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Uma pessoa formada à procura de aquilo que gosta é muito difícil, hoje não se consegue trabalhar naquilo que uma pessoa está preparado para fazer. Como se costuma dizer, se

não se dá oportunidade às pessoas, não se pode esperar nada, não se pode saber se as pessoas têm capacidade ou não. Mesmo quando às vezes no trabalho, não se faz bem no início não quer dizer que não tenha competência, é preciso dar algum tempo para aprender.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Acho que devia haver mais solidariedade. Hoje em dia quem tem, tem sempre mais, quem não tem anda para trás.

1º ano de desenho digital 3D

Aluna 18

17 nos vive com avós, avô- funcionário da EDP, avó- doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Reprovei no 7º ano, terminei o ciclo e vim para aqui. Gostei de estudar e o facto de ter reprovado fez-me bem, ajudou-me a perceber muita coisa.

2- Porque deixou o ensino regular?

Acho que não ia conseguir e também porque gosto mais desta área. Estou a trabalhar numa coisa que gosto, o que é bom.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É um pouco abrir os nossos olhos para o mercado de trabalho, acho que ajuda a perceber mais a vida profissional. Os professores explicam muito bem, consegue-se perceber bem, entender a matéria, compreender. E em parte, estão-nos a preparar para a vida profissional, mesmo que não seja tão bom como no ensino normal.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sem dúvida, porque tem as condições necessárias, bons equipamentos, boas instalações, os professores dão bem a matéria e podemos sair daqui bem formados.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

É uma área que sempre gostei, motivou-me este curso. Ao longo do ensino básico sempre tive interesse por desenho, depois vi este curso e decidi experimentar.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Não tenho preferência, gosto das duas. Não posso dizer que a teórica seja mais secante porque não é, uma pessoa que esteja atento e com empenho na aula é interessante como uma aula prática. Os professores tentam-nos abrir os olhos para a vida profissional, vão-nos ajudando.

7- O que espera para o futuro?

Espero ter uma profissão. Gostava de seguir os estudos, mas ainda não tenho bem a certeza do que quero seguir, talvez arquitectura. Sei que é difícil mas uma pessoa desde que se esforce, acho que consegue. Eu espero aqui dar o meu melhor para depois continuar os meus esforços. Daqui já vou sair com boas bases. Claro que isso depende do aluno, se nos esforçarmos e estivermos atentos e empenhados, saímos bem preparados.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Que seja segura, que haja emprego nessa área, que haja uma boa relação entre os colegas e o patrão, a forma como se trabalha ser agradável, para uma pessoa se sentir bem naquilo que faz.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Talvez a falta de trabalho. É mais isso. Os professores têm-nos dito que esta, como é uma área nova, é mais fácil encontrar trabalho. Não digo que não vão haver dificuldades, mas uma pessoa que se empenhe e que procure bastante acaba sempre por encontrar. E depois aos poucos, vai aprendendo e vai-se adaptando e desempenhar facilmente as funções.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Não sei muito bem. Os estágios já são uma coisa muito boa, porque aí já mostramos o nosso valor e a partir daí as empresas já vêm o nosso trabalho e podem dar-nos uma hipótese.

18 nos. Pai- 4º ano, mãe- desconhecida. Pai-desempregado

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi normal. Reprovei um ano no 7º, mas foi normal. Na altura não gostava muito de estudar, mas pronto, tinha que ser.

2- Porque deixou o ensino regular?

Eu estava a estudar em Macedo e o director desta escola foi lá à nossa escola explicar-nos estes cursos, eu achei que eram bons e inscrevi-me. Acho que são mais vantajosos.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Primeiro, são cursos de uma área específica e pronto, no final do 12º ano temos trabalho proposto. Neste momento temos mais possibilidade de conseguir trabalho com este curso do que no ensino normal.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim. Ensinam bem e até agora, gosto da forma como estão a preparar para o mercado de trabalho, dão bem a matéria e explicam algumas coisas que se passam nas empresas.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Vim para este curso porque é algo que me motiva. Claro que se não tivesse tido conhecimento deste curso teria seguido o ensino normal, mas este traz-me mais vantagens.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A prática. Porque por exemplo nos computadores aprendemos mais depressa do que estar em aulas a dar matéria. Aprende-se mais numa prática do que numa teórica, na minha opinião. Memorizo mais.

7- O que espera para o futuro?

Ser desenho gráfico. Seguir o ensino superior e depois procurar trabalho na minha área.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Ter emprego e saber o que se está a fazer. É verdade que o ambiente também conta, senão não fazemos tão bem as coisas, e desde que paguem, pelo menos o ordenado mínimo já é bem bom.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Não sei. Secalhar vai ser complicado encontrar trabalho, pelo menos aqui em Bragança, mas se tiver que ir para outro sítio não me importo. Também tenho algum receio de não estar preparada para as exigências que me fizerem. Sei que vai haver sempre obstáculos nos trabalhos que tiver que fazer, por exemplo os placares e isso, que são um bocado difíceis, mas depois ultrapassava.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Acho que devia haver outro tipo de cursos. Nós os jovens também somos penalizados por não termos experiência, porque eles pensam que os mais velhos sabem mais que nós, que vão fazer melhor o trabalho, então escolhem-nos a eles, não nos dão oportunidade.

Aluna 20

17 nos. Mãe-6º ano, pai-4ª classe. mãe-doméstica, pai-trabalha no estrangeiro.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Normal. Reprovei duas vezes no 3º ano. Não é que não gostasse das aulas, mas era um bocado difícil.

2- Porque deixou o ensino regular?

Secalhar porque era mais complicado do que na profissional. Acho que lá era mais puxado.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Mais possibilidade de emprego quando sair, é uma escola pequena, toda a gente se conhece e assim os professores são mais cuidadosos a explicar.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim. É uma escola diferente, é um mundo pequeno, conhecemo-nos todos e aqui estamos melhor. Aqui numa matéria podemos visualizar um filme, por exemplo, para nos explicarem a matéria, enquanto no ensino normal não é assim, são mais rigorosos.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Oh, foi porque um professor foi lá á minha escola falar dos cursos e eu inscrevi-me.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Teórica. É mais fácil para aprender, fica-se a saber mais e assim vou estar mais preparada para depois na prática.

7- O que espera para o futuro?

Continuar a estudar. Ainda não sei em que área.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É um emprego que dê dinheiro. Desde que seja uma coisa que eu goste, qualquer coisa serve.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Não sei. Claro que hoje é difícil encontrar trabalho, porque se já está difícil hoje, quando eu acabar ainda vai ser pior. Mas depois de encontrar vai ser fácil, porque daqui saímos muito bem preparados.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Recorrer a cursos que dêem emprego. Por exemplo as energias renováveis estão a dar emprego porque é uma coisa nova que está a ter saída. E também história, deviam apostar nessa área porque os professores antigos já não estão actualizados e estão a reformar-se, por isso daqui a uns tempos vão fazer falta.

Aluno 21

16 anos. Pai-12º ano, mãe-6º ano. Pai-agricultor, mãe-doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi razoável. Reprovei um ano, porque as aulas eram um bocado seca, mas depois apliquei-me.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque é mais difícil. O curso é mais fácil e dá mais oportunidade de trabalho. Secalhar no ensino normal nem ia conseguir acabar o 12º, até porque havia disciplinas como físico-química e outras que não me serviam para nada, enquanto aqui, para além do 12º ano, estou a ser preparado para ficar com um curso, as disciplinas são direccionadas nesse sentido.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É o trabalho, fico mais preparado para trabalhar e quando sair daqui já posso ter um emprego na área.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim, porque Acho que o curso é bom e aprende-se bem. A maior parte dos professores explicam bem e quase todas as aulas são mais práticas do que teóricas. Tipo, ir a visitas de estudo, ver filmes, trabalhar em programas específicos da área e outras coisas.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Inicialmente queria informática, mas como já não dava, vim para este. A minha irmã também estava nesta escola e aconselhou-me a vir para aqui e tirar este curso.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática, claro, porque é melhor, não tenho que estar a ouvir o professor e a escrever, não aprendia nada, assim na prática fico logo a saber como se fazem as coisas.

7- O que espera para o futuro?

Secalhar vou continuar a estudar num curso superior, mas logo se vê, ainda não sei bem. Mas se continuar a estudar sei que vai ser fácil porque já sei muitas das coisas que se dão lá, já vou bem preparado daqui.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Que ganhe bem, que gostasse do que fazia e pronto. Hoje o mais importante é mesmo ter trabalho.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

É o desemprego. Também acho que as empresas estão muito exigentes, porque acho que eu já saio daqui muito bem preparado e eles estão sempre a pedir para fazer formações e assim, e eu não gostava muito, mas se tivesse que ser, paciência.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Criar mais postos de trabalho, porque assim já não havia tanto desemprego. Mas de resto não sei.

Aluno 22

18 nos. Pai-9º ano, mãe-a fazer o 12º. Pai- funcionário público, mãe-desempregada.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi bom, tive um ano de retenção e mais nada. Não gostava de estudar.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque eu nem era para estudar, já não queria estudar mais, a minha irmã é que me disse que havia esta escola e como no ensino normal a maior parte das pessoas só arranjam emprego se seguirem, e aqui tenho a possibilidade de arranjar emprego mais cedo.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Esta escola tem vantagem porque é assim, dá logo estágio para as pessoas e o melhor de cada curso ou da escola, não sei bem, tem logo emprego. Para além disso preparam muito bem.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Os professores preocupam-se que o aluno aprenda, não são daqueles que descriminam. Explicam bem as coisas, da maneira que devemos fazer, já a pensar no contacto com o mercado de trabalho.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Eu sempre gostei de desenho e como é o mais chegado ao desenho fui para este.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A prática, porque eu acho mais simples e gosto mais. Gosto mais de fazer coisas com a mão do que estar ali nas aulas a ouvir. Com a teórica podemos estar a ouvir e não estar a perceber, e com a prática sabemos logo como é.

7- O que espera para o futuro?

Se conseguir arranjar emprego não sigo, mas se não arranjar talvez vá para o IPB.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Uma boa profissão é algo que goste de fazer, pronto, pagarem bem, mas gostar do que se está a fazer. Há para aí gente que só trabalha por dinheiro, mas acho que há outras coisas mais importantes.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Claro que se vão achar diferenças, porque uma pessoa estava habituada à vida da escola e no trabalho vai ser tudo mais exigente. Por exemplo, aqui preciso de fazer uma coisa e falta-se, no trabalho já não é assim, mas temos que nos adaptar. E depois tudo depende do patrão que se arranjar, porque uns podem ser muito simpáticos e outros que, por tudo e por nada, já implicam. Mas como aqui nos preparam bem, acho que não vou ter problemas.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Fala-se muito em criar postos de trabalho, mas eu acho que não é bem esse o problema, acho é que há muita desarrumação, por exemplo, há postos de emprego que podem estar lá 200 pessoas e nenhuma sabe bem o que está lá a fazer. As pessoas, para ocupar um cargo, têm que ter uma formação e ser avaliadas, e não serem lá postas por conhecerem este ou aquele.

Aluno 23

16 nos. Pai-1º ciclo, mãe-3º ciclo. Pai- era mecânico, mas está reformado, mãe- doméstica.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Reprovei no 8º para melhorar as notas e é tudo. Gostava da escola e de estudar.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque quero trabalhar o mais rápido possível e aqui tenho um curso que eu acho que é interessante, que eu gosto. Aqui é um bocado mais fácil do que no ensino normal.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Tem uma formação boa, os professores são bons. É uma escola limpa, é pequena, e isso ajuda ao convívio. Preparam bem.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim, eu estou bem aqui, estou contente, por enquanto está a correr bem. Esta escola é melhor vir para cá quando se quer mesmo fazer aquilo na área.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque vi que o desenho digital tinha muita saída e como queria arranjar rápido emprego, espero que este curso me facilite isso.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Na prática, porque ai, estamos a fazer as coisas, e se cometemos erros podemos logo corrigi-los e fixamos melhor enquanto na teórica não conseguimos detectar os erros.

7- O que espera para o futuro?

Ainda não sei. Talvez ir para o ensino superior, tirar um curso também nesta área.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É algo que goste, onde me sinta bem a fazê-la. O bem-estar na empresa tem a sua importância mas o mais importante é sentir-se bem no que se faz.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

O desemprego. Está muito difícil encontrar trabalho. De resto, eu sei que tenho todas as capacidades para fazer bem o trabalho, porque aqui formam-nos bem, por isso não vou ter nenhum problema no trabalho, só espero é encontrá-lo.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Não desistir e saber procurar, não se der na profissão, tentar tirar outro curso para conseguir encontrar emprego. Hoje a formação é muito importante, até porque assim vamos sempre aprender mais coisas, mesmo quando a formação é nas empresas, isso é bom para nós porque podemos sempre evoluir e ir melhorando.

Aluno 24

18anos. Não sabe a escolaridade dos pais. Pai- trabalha num café, mãe- secretária.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Reprovei dois anos. No primeiro foi porque não gostava muito da escola, no segundo foi por faltar às aulas.

2- Porque deixou o ensino regular?

Eu já não queria estudar e tive que vir para aqui. Não eram estes cursos que queria. Eu queria qualquer coisa sobre televisão, mas como nas escolas que eu andava não havia, e a minha mãe não me deixava ir para fora, então eu tive que vir para aqui. Então vim para aqui até ter idade e depois aí vou tirar o curso que quero.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Ensinam-nos melhor, são melhores com os alunos, preparam bem.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim. Eu gosto muito mais desta escola do que a outra onde estava, aqui as aulas são mais interessantes.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Não fui eu que escolhi, os meus pais é que me obrigaram a vir para aqui. Por isso eu só vim para acabar o 12º ano.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática, porque não estamos sempre fechados dentro da sala, e podemos fazer as coisas por nós próprios.

7- O que espera para o futuro?

Continuar a estudar, em qualquer coisa da televisão. Eu do desenho digital, não gosto muito, por isso quero mesmo continuar a estudar naquilo que gosto.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É estar no sítio em que se gosta. Ter alguma independência.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Arranjar emprego e pagarem pouco.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Podiam ser mais criativos, mais interventivos. As escolas podiam diversificar mais os cursos, criar novas ofertas.

2º ano desenho digital

Aluno 26

25 nos. Mãe-7º, pai-6º. Mãe-cozinheira, pai-construção civil.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Não muito equilibrado, sinceramente. Aos altos e baixos, com muitas faltas. É o que estraga mais porque a minha aplicação nas aulas e aprendizagem até é bastante boa, mas tenho algumas faltas, devido ao viver longe também, ter que vir sempre a pé, ter de ir almoçar a casa. Até ao 6º ano o nível de aprendizagem foi muito superior do que a partir daí, depois é que me comecei a baldar. Eu gostava da escola, das aulas é que nem tanto, comecei-me a desinteressar a pensar noutras coisas, surgiram outras coisas na minha vida, e também gostava de futebol, foi mais por aí.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque é assim, eu queria fazer alguma coisa que realmente gostasse, porque se não gostasse um pouco nem sequer punha os pés na escola, porque eu já estava mesmo para

desistir. Já no 9º ano estava a tirar um curso de nível 3, de mecânico-técnica, era assim qualquer coisa, já tínhamos uma cena de trabalho e tudo numa empresa, mas eu não gostava e queria desistir, só que a minha mãe informou-se e encontrou aqui este curso e como eu sempre gostei de desenhar vim para aqui. Eu sempre quis estudar numa coisa específica, por isso é que já no liceu estudava num curso técnico. As disciplinas normais eram iguais, mas o resto, eram tudo disciplinas específicas.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Não são tão rigorosos. A gente sai daqui com muitas mais bases do que estar a estudar no ensino normal. Por exemplo, eu conheço amigos meus que estão lá em cima na profissional, no IEFP e na consultura, também uma escola profissional, nas quais não têm um terço das bases que nós temos aqui. Eu como quero arquitectura ou engenharia civil, este curso despertou-me a atenção, e porque não tentar. Eu acho que é bastante bom, porque senão havia muita gente que andava para aí, desistia da escola e andava na má vida, porque estas escolas são fáceis e têm as áreas próprias para nós, para encaixar com cada um. Preparam bem, são mais amigos. Eu acho que é muito melhor estudar numa escola profissional do que numa escola pública, claro que não se sai daqui com tantas bases, como é lógico, mas aqui, os que são de desenho digital estudam para isso, os de turismo para turismo, eles saem daqui para o IEFP, para um CET, para um ano zero, ou para o IPB. Eu acho que é o mesmo, sinceramente, acho que é o mesmo, aqui temos as mesmas possibilidades.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Responde, responde. Claro que eu gostava de ter uma escola com campo de futebol, uma escola grande, onde eu até gostasse de vir para a escola pelo que ela é, porque eu aqui venho para a escola, é entrar na escola e sala, não há mais nada para fazer, claro que eu gostava de ter uma escola dessas, mas eu digo que esta escola é perfeita, a nível pedagógica e de professores, eles ajudam imenso, por isso é que eu digo que gosto desta escola apesar de não ter as outras vantagens extra-curriculares. Por exemplo, aqui não temos desporto, coisa que os jovens gostam, mas o a escola alugou o pavilhão às segundas à noite para podermos ir jogar, a escola fez isso por nós, o que é bom. Mas eu gosto, claro que sim.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Foi esse facto, o facto de gostar de desenho.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Prática, sem dúvida, porque se aprende mais. Uma pessoa vai sair daqui muito melhor com a experiência que se aprende. É assim, a teórica é boa, não é, mas uma pessoa tem que estar atenta na aula e chegar a casa e puxar mais um bocadinho pela cabeça, enquanto que na prática não, nós estamos no computador, o stor ensina-nos, nós pegamos no comando, control, shift, uma pessoa faz o comando uma, duas, três vezes, e já memorizou.

7- O que espera para o futuro?

Eu penso acabar o curso para o ano e depois, penso tirar arquitectura, até porque tenho uma prima na Covilhã que está no último ano de arquitectura e o namorado dela está a tirar o mestrado de arquitectura e acho que vai ser mais fácil para mim, porque tendo a ajuda dos dois é mais fácil. Eles já têm muitas bases, a matéria de todas as disciplinas e podem ajudar-me bastante.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É uma profissão onde a gente se sinte à vontade, onde a gente faça aquilo que goste e onde haja um bom colectivo, os patrões, os funcionários, os colegas de equipa, pronto, que sejam todos juntos e que estejam dispostos a trabalhar para o mesmo e não haver um a puxar para um lado e outro a puxar para outro. No fundo, que haja boa organização, acho que isso é o mais importante e também que as empresas não se aproveitem da crise para pagar salários baixos, que mal dão para viver.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Como é que eu hei-de dizer, a integração, vou ter que me habituar a uma coisa diferente, mas eu acho que vai ser boa. Estou mortinho para que a minha vida estabilize, ter um trabalho e a minha casa. E com este curso acho que não vou ter dificuldades para encontrar trabalho, por isso estou descansado.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

A minha opinião aí, é assim, a tecnologia, se houvesse menos máquinas a fazer o que o ser humano pode fazer, aí havia mais trabalho. Assim, eu vejo muitos jovens a tirar cursos e a andar na universidade e a trabalhar no pingo doce e por aí, a trabalhar no que calha. Mas eu acho que vou arranjar trabalho facilmente, porque mesmo que não seja na minha área, trabalho no que surgir. O problema é que muitos não querem ter esses trabalhos, alguns nem querem trabalhar. Eu vejo pessoas que se queixam, mas estão lá em casa sem fazer nada, não vão procurar, estão à espera que lhes caia um trabalho do céu e querem muitas condições. Por exemplo, um amigo meu arranjou um trabalho e no primeiro dia chegou ao trabalho às 10 da manhã. Há muita irresponsabilidade e claro que assim as coisas não vão lá. Haver trabalho depende muito de nós, e por isso é que eu acho que não vou ter problemas, porque eu gosto de trabalhar, tenho muita vontade de trabalhar e faço o que for preciso.

2º ano de informática

Aluno 27

17 nos. Pais-6º ano. Mãe-doméstica, pai- trolha.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Foi bom. Foi bom, reprovei dois anos mas, quer dizer, eu gostava, mas não dava.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque eu já tirei um curso de formação de informática para fazer o 9º ano e resolvi continuar.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É já estarmos prontos para o mercado de trabalho. Eles ensinam bem, as aulas são boas.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Responde. Por causa, secalhar, de uma pessoa ter material para poder trabalhar. As aulas são bastante teóricas, mas tentam explicar nas aulas como se trabalha nas empresas.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Pronto, eu já frequentei um igual e resolvi continuar, gostava.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática, não sei, é diferente, mexer nos computadores e tudo. Aprende-se mais.

7- O que espera para o futuro?

Trabalhar na minha área, de informática. Quando acabar o curso quero começar logo a trabalhar, e com este curso isso é possível.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Trabalhar pouco, com pouco esforço. Ganhar o normal, mas isso também não é fácil. Preferia trabalhar na minha área, mas se tiver que trabalhar noutras, tem que ser.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Arranjar trabalho. As empresas hoje exigem muitas coisas e dificultam-nos muito. E como eu já frequentei este curso mais prático, vão exigir mais de mim, mas eu também vou estar preparado para isso.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Deviam-se criar mais empresas, para haver mais trabalho. De resto está tudo bem.

Aluno 28

23 nos. Pais-faculdade. Pais-professores

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Estive dois anos sem estudar. Fiquei a trabalhar, depois ainda estive no ensino normal e depois, como conhecia aqui dois professores vim para cá.

2- Porque deixou o ensino regular?

Para poder fazer o 12º e ficar com o curso. Aqui tinha melhores notas, não é porque seja burro, desculpe a expressão, mas o meu sonho era ser médico, estudar medicina, e aqui tenho mais possibilidade de conseguir a média.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

As vantagens é que os professores são melhores, são mais simpáticos e falam com os alunos de uma maneira diferente, preparam bem.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim, acho que sim. Eu acho que a escola fornece muita coisa, se quisermos ir para uma sala de informática, podemos ir de graça, se não percebemos uma pergunta eles voltam a dizer, com mais pormenores.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque também gosto de computadores e percebo alguma coisa de informática, e a informática está sempre a evoluir e precisa-se para tudo, mas claro que não quero seguir nesta área, quero seguir medicina.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Das duas. A prática porque montamos e desmontamos computadores, a teórica porque às vezes é fácil.

7- O que espera para o futuro?

Quero concorrer para a faculdade, e ser médico. Quero investir nisso que é o que gosto.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Ter bons colegas é meio caminho andado. E fazer uma coisa que goste, isso é o mais importante.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Às vezes as invejas, as falsidades. Hoje está tudo muito difícil, até para os que têm cursos, quanto mais sem cursos. A formação é cada vez mais importante.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Abrirem-se mais cursos profissionais, mais empresas, o estado criar mais medidas para facilitar a entrada dos jovens, baixar as médias.

Aluna 29

20 anos. Pais- -4ª classe. Pai-electricista. Temos uma loja de electrodomésticos e a minha mãe está como doméstica, mas ajuda na loja.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Estive sempre no ciclo, reprovei no 8º, no 9º, e na 4ª classe, mas isso já foi porque não percebia nada de matemática e a professora disse à minha mãe que era melhor ficar, para ir pró ciclo mais preparada, só foi isso. Era obrigada a estudar, não é, como toda a gente, acho que ninguém gostava de estudar, mas agora até já gosto.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque nunca fui excelente aluna, tinha as minhas dificuldades e decidi vir para esta escola por ser mais fácil e porque me aconselharam, disseram que era boa, que tinha bons cursos, que viesse experimentar. E eu gostei, tinha boas instalações e tudo. Se bem que aqui é muito puxado, dão-nos algumas facilidades, nos testes e assim, mas puxam tanto por nós como no ensino normal.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É tirar o 12º e um curso ao mesmo tempo, que dá para trabalhar logo de seguida, quando sairmos daqui. Os professores explicam bem, as aulas são dinâmicas, são boas. Não são aquelas aulas secantes como no ciclo. Temos de tudo, não é, às vezes são seca e outras vezes são boas.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Não sei explicar, eu não estou arrependida de ter vindo para aqui e isso é essencial.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque turismo, para já, nesta zona não tem muita saída, contabilidade é muita, muita conta, e o que eu gostava era mesmo informática. E por acaso estou a gostar, gosto mais de gestão do que de informática, mas pronto.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Teórica. Porque a prática é de informática e de informática nunca gostei muito, muito. Gosto, gosto de mexer no computador, de aprender algumas coisas, mas informática nunca foi mesmo a coisa que mais gostava, por isso prefiro a teórica. Mesmo assim acho que se aprende mais com a prática.

7- O que espera para o futuro?

Trabalhar. Ou nesta área ou na área dos meus pais, continuar na loja, mas depois logo se vê.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É ganhar bem, estar sempre no mesmo sítio, estar estável. Ou, por exemplo, que seja na minha zona e que possa ir sempre para casa, acho que é o essencial.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Não sei. Claro que é difícil encontrar trabalho, mas isso é para toda a gente.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Reformar os mais idosos, porque há muitos que já têm idade para se reformar e agora estão a mudar tudo para saírem mais tarde, e acho que isso está incorrecto porque os jovens também têm que trabalhar, não é. Se se reformassem mais cedo, iriam haver mais vagas.

Aluna 30

16 nos. Pai-4ª classe, mãe-6º ano. Pai-inválida, mãe-agricultora.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Andei até ao 4º ano na primária, depois do 5º ao 9º ano fui para um colégio interno, e depois vim para aqui. Eu gostava de estudar, só que depois vim para aqui porque disseram que isto era fixe, mas não estou a gostar, preferia ter ficado no ensino normal.

2- Porque deixou o ensino regular?

Pronto, porque tinha uns colegas que gostavam de cá andar e diziam que isto era fácil, e como eu gostava de gestão vim para cá. De informática é que não gosto muito, eu estava para ir para humanidades, mas depois acabei por vir para cá.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

Acho que não é preciso estudar muito e podemos entrar na universidade. Eu andava no colégio e lá era tudo muito mais puxado, tinha mais regras e aqui não. Aqui é melhor.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Por exemplo, acho que aqui trabalham muito a nível de programação, e eu pensei que era mais trabalhar com os computadores, por exemplo formatar e isso. Porque eu acho que no futuro, quando formos trabalhar, as empresas não precisam tanto disso, já devem ter técnicos suficientes para fazer isso. Mas de resto está bem.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Foi mesmo por colegas me dizerem, mas os meus pais não queriam que eu viesse para cá. Porque, como sempre tive boas notas, queriam que continuasse no secundário, que lá era melhor, e que aqui só estava a perder tempo, mas eu também, como queria seguir economia, achei que era melhor esta escola, porque já fico mais preparada, já tinha mais bases.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Depende das disciplinas. Por exemplo, na parte da programação não gosto muito, mas há uns dias ensinaram-nos a formatar o computador e isso gostei. Acho que gosto mais da teórica, aprende-se mais.

7- O que espera para o futuro?

Para já, quero continuar na universidade e depois gostava de trabalhar numa empresa ou assim.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Para mim, acho que todas as profissões são dignas, mas gostava de trabalhar numa empresa. Gostava de ter horário diurno, por exemplo das 9 as 5 e ter fins-de-semana. Acho que devia receber mais que o ordenado mínimo, porque está muito baixo.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Acho que a procura de emprego, está muito difícil. Na minha opinião, o curso profissional ajuda a encontrar, porque tenho um amigo que tirou um curso profissional de turismo e está a trabalhar, e outro que andou na universidade e está desempregado, porque os patrões não querem pagar tanto, fazem o trabalho igual e não são obrigados a pagar tanto.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Criar mais sítios. Em vez de fecharem tantas escolas e hospitais e isso, que pagassem menos a alguns mas que trabalhassem mais. Preferem pagar mais a alguém do que ter muitos a trabalhar, assim vivia-se melhor, não havia tanto desemprego.

Aluna 31

19 nos. Pai-6º ano. Mãe- 9º ano. São proprietários de um restaurante.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Reprovei dos anos em transferências de escola, no 2º e no 4º ano. Gosto da escola e de estudar. Foi bom.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque penso que na profissional tenho mais futuro do que no ensino normal, é mais fácil, não tenho que estudar tanto, gostava do curso também, pareceu-me uma boa oportunidade.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É mesmo os cursos que têm. Ter o 12º e um curso ao mesmo tempo. No ensino normal puxam muito mais com os alunos do que aqui, aqui são mais simpáticos e compreensivos.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

A maior parte sim, há professores melhores que outros, mas pronto.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Foi eu gostar de informática. O que eu queria era mesmo contabilidade, mas como já não havia, escolhi informática, que também gosto, acho que é um bom curso. Esta escola está muito bem preparada. Por exemplo, na Paulo Quintela também já há estes cursos, mas ainda não têm tão boas condições como aqui, principalmente a nível de estágio.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Depende das disciplinas, mas da teórica. Há disciplinas com as duas vertentes e por vezes a prática ensina muito mais do que a teórica, mas a teórica puxa mais por nós e faz-nos estudar mais.

7- O que espera para o futuro?

Depois de acabar este curso penso continuar a estudar. Mas depende do que acontecer ao sair daqui, de como correr o estágio, porque se poder ficar lá a trabalhar então não continuo.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É trabalhar naquilo que gosto, sentir-me lá bem, ter uma boa relação com os colegas e ter bons horários.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Talvez a dificuldade de emprego, encontrar um emprego certo. E as empresas, como é um curso profissional, podem achar que aqui não puxam tanto por nós, que podemos não estar muito bem preparados para enfrentar os problemas que possam vir, enquanto um licenciado, como têm mais estudos, eles preferem, acham que são melhores.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Esforçarem-se mais um bocado (os jovens), e as empresas serem mais exigentes, porque senão entra para lá tudo, e não há uma selecção dos melhores, e isso é um bocado injusto, estão a tirar a oportunidade a outros que são muito melhores que eles.

Aluna 32

16 nos. Pai-11º ano, mãe-licenciatura. Pai-trabalha numa empresa de construção, mãe-professora.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Nunca reprovei. Estava na escolaridade normal mas tive alguns problemas lá e vim para aqui.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque no ensino normal não havia o curso que eu queria, de informática, então vim para aqui, assim já me preparo melhor para depois tirar o curso.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

A escola tem boas condições e prepara-nos bem. Aqui há mais prática, os professores, mesmo na teórica, tentam explicar melhor.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Penso que sim, porque as pessoas ajudam mais os alunos, têm em conta as nossas dificuldades e assim. Eles preocupam-se em conseguir-nos estágios para nos prepararmos e podermos mais facilmente entrar no mercado de trabalho. A escola é boa.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Porque gostei da área, era isto que queria seguir, então assim já estava com o 12º ano e a preparar-me para isso.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Da prática, porque me permite aprender melhor, fico a saber melhor como se fazem as coisas. Tudo o que ensinam aqui é já direccionado para o trabalho, para o que precisamos saber nas empresas, então acho que vou sair daqui bem preparada.

7- O que espera para o futuro?

Continuar a estudar na mesma área no ensino superior e depois tentar encontrar trabalho nesta área.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Que fosse preciso de eu ter algum esforço e que gostasse. Que houvesse boa relação com os colegas.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Na procura, acho que vai ser difícil encontrar trabalho, porque agora está assim um bocado complicado. Mas com um curso profissional tenho mais anos de preparação nesta área do que se tivesse estado a tirar o ensino secundário normal, então talvez tenha mais facilidades de conseguir.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Novos postos de trabalho, apostar em novas formações para colmatar algumas necessidades que haja e acabar com outros que já não fazem falta.

Aluna 33

22 nos. Pais- 4ª classe. Pai-obras, mãe-funcionária de uma escola.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Até agora está a correr bem, está a ser fácil, mas há algumas coisas que não gosto, há algumas disciplinas que não se justificam muito bem e há outras que são mais fáceis. Reprovei na primária um ano e depois do 9º ano parei um ano porque morreram os meus avós, e depois vim para aqui.

2- Porque deixou o ensino regular?

Eu não escolhi. É assim, eu parei um ano de estudar e era para deixar de estudar, mas depois uma amiga da minha mãe falou-lhe desta escola, disse que era boa, então eu vim para aqui, porque é mais fácil e aqui, quando sair de cá, posso arranjar trabalho, enquanto no ensino normal não.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

É assim, quando acabar o curso podemos-nos inscrever directamente para o IPB. Esta escola prepara muito bem, desde o primeiro dia que foram todos muito simpáticos. Eu gosto muito de estar aqui.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Algumas coisas sim e outras não. É assim, se nós precisamos de alguma coisa aqui da escola eles ajudam-nos, mas alguns materiais que precisamos não temos.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Eu quando era pequenina andava com computadores e eu gostava, mas não estava á espera de vir para aqui, para o curso de informática, mas disseram-me para vir e estou a gostar.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

Gosto mais da prática, não gosto nada do resto. Na prática posso estar na internet e a mexer nos computadores, enquanto na teórica temos que estar todo o dia a escrever e depois vêm os testes, assim na prática não, podemos fazer muita coisa, jogar, fazer trabalhos, fazer programas, agora na outra não.

7- O que espera para o futuro?

Quero continuar no IPB. Quero ir para educadora de infância. Eu vou para o CET e depois tenho entrada directa e tenho a certeza que entro, já não tenho que fazer exames, e depois logo se vê.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

Uma boa profissão é termos trabalho, juntar algum dinheiro.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Primeiro, temos que estar preparados para o mercado de trabalho, e esta escola prepara alguma coisa, depois podemos estar a fazer uma coisa que não gostamos de fazer, alguém pode mandar em nós e não sabermos como fazer. O que nos mandar, temos que fazer senão manda-nos para o olho da rua, por isso temos que estar preparados.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Eles têm que ter mais dinheiro para poderem pôr mais funcionários, depois têm que arranjar mais empregados senão vamos todos para a rua e assim não pode, as pessoas têm que trabalhar. Têm que haver mais empresas, e eles precisam de dinheiro para não terem que fechar as fábricas e poderem pagar os ordenados, senão como é que vai ser. Mesmo que eles paguem pouco, mas pelo menos têm lá mais empregados, as pessoas têm que trabalhar.

Aluna 34

17 anos. Pai-9º ano através dos RVCC, e a minha mãe está também nisso a tirar o 12º ano, nisso das novas oportunidades. Pai-cabo da guarda, mãe- trabalha numa estalagem.

1- Como descreveria o seu percurso escolar até ao momento?

Começou bem até à 2ª classe, na 3ª ainda passou, e a partir da quarta foi sempre a piorar, no 7º chumbei, porque também tive muitos problemas na minha vida, mas depois

comecei a melhorar, a partir daí comecei a separar as coisas. Eu gostava de estudar, ao princípio, mas depois vi que os estudos não faziam grande coisa, não eram eles que iam resolver os meus problemas, familiares, e depois ia para a escola e só pensava que não estava ali a fazer nada.

2- Porque deixou o ensino regular?

Porque quero ir para a GNR, e ter o 12º eu vou tê-lo aqui também, e aqui fico com um curso, enquanto nas outras não ficava. E se formos a ver, nas oportunidades para entrar na GNR tenho mais com o curso do que com o 12º ano, porque com o 12º há milhares de pessoas a concorrer enquanto com o curso já há menos.

3- Identifique aquelas que considera serem as principais vantagens da escola?

As pessoas da aldeia têm vantagens porque ganham mais autonomia, saem de casa e têm que resolver as coisas sozinhos, começam a sentir as dificuldades na pele. Há aqueles que têm os papás e as mães que lhes dão o dinheiro, e outros que se precisam têm que ir trabalhar. Têm mais liberdade, mas têm que a saber utilizar, ser mais responsáveis. Depois, a escola é boa.

4- Considera que a escola responde às necessidades dos alunos? Porquê?

Sim, estou a gostar da escola, claro que tem alguns pontos negativos, porque, sem ser discriminação, há alguns pretos que se armam muito, são meio marados da cabeça e isso não cria um bom ambiente na escola. Para ser sincera, poucos são os que se juntam connosco, não se misturam connosco, são mesmo eles que querem e isso também desvaloriza um pouco a escola. Mesmo na cidade, à noite, andavam a criar alguns problemas, faziam o que queriam e depois levavam no pêlo, e as pessoas viravam-se para mim e diziam: olha, são os pretos da tua escola.

5- O que o motivou a frequentar este curso?

Eu não era para vir para esta escola ao início. Primeiro fui para a Régua, mas como não gostava de estar lá, vim para aqui. O que eu queria mesmo era algo ligado ao desporto. Mas como aqui não havia e tinha cá uns amigos que me iam ajudar na informática, então escolhi isto. A área que eu queria mesmo era biologia, mas os meus pais não tinham capacidades para aguentar isso tudo. Então tive que vir para esta escola que tem ajudas financeiras e dá para estudar.

6- Os cursos têm uma componente teórica e uma componente prática. Qual é a sua preferida? Porquê?

A prática, porque a teórica, uma pessoa até aprende, mas só que está ali a moer, a moer, e acaba por perder o interesse, enquanto a parte prática, uma pessoa pega e aprende mais facilmente, e memoriza as coisas mais rapidamente do que na teórica, para além de que prepara melhor para depois, para o trabalho.

7- O que espera para o futuro?

Entrar na GNR. Em princípio tenho o lugar quase garantido, mas depois lá, não sei se continuo os estudos lá dentro, logo se vê.

8- O que é, na sua opinião, uma boa profissão?

É fazer aquilo que nós gostamos, porque estarmos a fazer uma coisa por obrigação não sai bem feito, e nunca vamos ser felizes nisso.

9- Olhando um pouco para o futuro, quais acha que serão as dificuldades que encontrará para entrar no mercado de trabalho?

Eu acho que não vou encontrar dificuldades porque como o meu pai já está na GNR eu já sei que entro, tenho mais facilidades, mas sei que para os meus irmãos, com aquilo que eles gostam, não vão conseguir trabalho. Hoje em dia qualquer pessoa tira um curso, por isso não há grandes dificuldades no trabalho, eles não são muito exigentes. Pode é haver muitas dificuldades para entrar, porque há muita gente com o mesmo curso, mas depois de entrar é fácil.

10- Na sua opinião, que medidas deviam ser tomadas para aumentar o emprego nos jovens?

Deve haver muitas ofertas de cursos. Pode não haver muita saída, mas pelo menos podes tirar o curso naquilo que gostas. O Estado devia apoiar mais as empresas, mas isso falando do estado já era aqui uma revolta, porque da maneira que isto anda, não há nada de bom a dizer.

Empregador 1 (loja de informática)

1- Verifica-se actualmente um desemprego massivo entre os jovens. Enquanto empregador, o que justifica para si este desemprego?

É a falta de vontade de trabalhar.

2- Em que medida as empresas podem contribuir para ajudar a colmatar este problema?

Temos que adoptar uma estrutura mais proactiva, tentarmos trazer produtos novos de fora para cá, tentarmos ver o que se está a passar no mercado para o colmatar, principalmente nos dias de hoje isto não está para criar emprego, temos de nos mexer um bocadinho.

3- Considera que o ensino técnico-profissional está adequado às transformações económicas e de mercado?

Não, não está minimamente adequado. Porque não prepara os jovens para as necessidades das empresas. Prepara-os para umas necessidades eventualmente teóricas e não práticas. Por exemplo os estagiários que tenho aqui só sabem trabalhar em programação mas se lhes pedir para desmontar um computador ou criar um anti-vírus ou instalar qualquer equipamento, eles não o sabem fazer.

4- Que contributos têm os cursos técnico-profissionais no desenvolvimento das empresas?

É o seguinte, os cursos profissionais poderiam ser bons se trouxessem algum nouau adicional para a empresa. O que eu verifico é que esse nouau não vem do estagiário ou do técnico para a empresa, mas a empresa já tem que o ter, por isso se estivéssemos á espera da criatividade e das novas ideias dos técnicos estávamos muito mal.

5- Quais as competências que os empregadores mais valorizam?

É o dinamismo, que deve ser um dinamismo prático e não teórico, porque, é assim, as empresas já não ligam muito ao que se escreve nos currículos mas sim ás entrevistas, ao face to face. Valorizam muito aquilo que eu acho que é muito importante, principalmente em informática, que é resolver os problemas. Colocam-lhe um problema e deve saber contorná-lo, pesquisar, saber dar a volta, encontrar soluções. Claro que tem

de ter um conhecimento de base mas depois isso também se vai trabalhando e se vai melhorando.

6- Considera que os alunos estão bem preparados para o mercado de trabalho? Porquê?

Não. Porque as escolas pensam um bocado a nível teórico e quando mandam os alunos para as empresas nota-se que não estão preparados. Porquê? Porque não vêm a realidade do nosso mercado. Eles deviam vir falar com as empresas, fazer estudos e ver que necessitamos de cursos tecnológicos para isto e para aquilo, isto é, adequar os cursos às necessidades, as empresas trabalham assim e ver isso, mesmo a nível comercial. Já tive aí uma aluna e vi que não havia muito empenho, queriam era despachar. Acho que o problema dos cursos profissionais é um bocado isso do despachar, eles querem é números, têm que dar aquelas x horas, e não se preocupam muito com os alunos, não estão para ter muito trabalho.

7- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?

É assim, a relação é boa não há uma má relação porque se houvesse também não estávamos muito para os aturar. São simpáticos e tudo, mas não passa disso. Acho que a interação e as sugestões que nós fazemos às vezes e a falar um bocadinho aqui, não são depois postas em prática, porque eles não vão mudar programas, não vão mudar métodos de ensino. Por exemplo, nós aqui vamos muitas vezes a formações na PHC, eles são o software mais premiado em Portugal, e porque é que os formadores são excelentes? Porque para além de terem uma componente teórica e conhecerem programas e isso tudo e terem componente de formação, o que é que eles faziam? Eles davam formação três dias por semana aos alunos, a nós técnicos, que já é um público extremamente exigente, estão a dar formação de um programa para pessoas que se calhar trabalham mais tempo neles do que eles, e que têm dúvidas extremamente complexas, e ainda trabalham dois dias com clientes PHC, clientes de grandes empresas e a PHC só dá suporte a essas empresas. O que é que eu quero dizer com isto: estas pessoas respiram aquilo, não há ninguém melhor para ensinar uma matéria do que alguém que esteja constantemente a trabalhar naquilo. Eles trabalham na prática e depois vão ensinar. Quem trabalha no mesmo todos os dias, claro que vai ser muito bom nisso, sabe quais são as necessidades do mercado, sabem a melhor forma de ensinar.

8- Já deu trabalho a algum dos seus estagiários? Porquê?

Já, porque achei que valiam a pena, que tiraram partido do estágio, que aprenderam umas coisas e que seriam uma mais valia á empresa. Porque eu acho que é assim, as escolas acham que os estágios são um bocado para números e a escola sabe que a maioria dos estagiários não vão ficar nas empresas, sabem que eles não têm as competências necessárias que compensem aquilo que lhes vamos pagar.

Empregadora 2 (agência de viagens)

1- Verifica-se actualmente um desemprego massivo entre os jovens. Enquanto empregador, o que justifica para si este desemprego?

É assim, eu não sou propriamente a dona da loja, sou funcionária, por isso não sou eu que defino os empregos nem os estágios. Mas temos tido sempre aqui estagiários dos cursos de turismo. Agora, em termos de emprego, estamos numa conjuntura económica complicada para todos, mas isso é sempre definido pelas chefias da empresa. É assim, eu também acho que haja um pouco de falta de preparação porque os cursos acabam por ser muito teóricos e não têm muito a componente prática para que depois, quando vão fazer os estágios, já estejam mais à vontade. De qualquer das formas, nós, empresa, temos estado a abrir lojas e a integrar pessoas.

2- Em que medida as empresas podem contribuir para ajudar a colmatar este problema?

Precisamente dando a oportunidade de fazer estágios e futuramente até depois de fazerem esses estágios poderem fazer parte dos quadros da empresa, a nível daquilo que possam desempenhar no estágio. Se a empresa gostar até pode ser um futuro emprego. Os cursos deviam ser mais direccionados para a vertente prática e ter mais tempo de estágio para dar mais a ideia de como devem trabalhar. Claro que nós, damos sempre uma formação aos funcionários que vêm para cá.

3- Considera que o ensino técnico-profissional está adequado às transformações económicas e de mercado?

Claro que não, ainda falta muita formação. Principalmente aqui na zona de Trás-os-montes, devia haver mais formação, acho que a maior parte das empresas devia apostar mais nesse campo. Talvez também porque as formações exigem custos e as empresas não estejam disponíveis para poderem pagar esses custos.

4- Que contributos têm os cursos técnico-profissionais no desenvolvimento das empresas?

A nível de cursos profissionais estão mais direccionados para a parte prática e isso constitui uma vantagem relativamente à maior parte dos cursos, que são teóricos, e depois as pessoas saem para o mundo do trabalho e de facto a aplicação teórica, em termos da parte prática, não é tanto assim, é diferente, enquanto que um curso técnico tem a componente teórica e prática e a aplicação das duas em conjunto, ao mesmo tempo, e aí será uma vantagem para essas pessoas.

5- Quais as competências que os empregadores mais valorizam?

Eu penso que será, neste momento, total disponibilidade, ter algum conhecimento, ter a carta de condução, saber falar pelo menos uma ou duas línguas para além do português, a parte de informática, as novas tecnologias, saber dominá-las, será um pouco por aí.

6- Considera que os alunos estão bem preparados para o mercado de trabalho? Porquê?

Há de tudo. Alguns sim, outros nem tanto. Secalhar também porque falta um pouco de aplicação por parte deles, dos alunos.

7- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?

Neste caso, nós temos um protocolo com a escola, em que aceitamos todos os anos estagiários para fazer o estágio curricular, do curso de turismo especificamente. Mas para além dos pedidos para estágio mais nada. Nunca nos solicitaram para verificarem as necessidades do mercado, se a nossa forma de trabalhar já se alterou, é mesmo só para fazer o estágio, querem é arranjar um local para os alunos e pronto.

8- Já deu trabalho a algum dos seus estagiários? Porquê?

Não. Eu não sei ao nível das outras lojas do país. Aqui nunca fizemos estágios profissionais, até porque já temos funcionários suficientes e porque o estágio profissional também tem custo para a empresa, lá estamos outra vez a falar da conjuntura económica. Mas também, pelo menos, desde que estou cá, já há algum tempo, nunca me vieram aqui entregar currículos nem pedir trabalho.

Empregador 3 (agência de viagens)

1- Verifica-se actualmente um desemprego massivo entre os jovens. Enquanto empregador, o que justifica para si este desemprego?

Essencialmente a falta de oferta e muita procura. De qualquer maneira, parece-me que também se está a apostar pouco nos cursos de formação profissional e mais nos cursos superiores, licenciaturas, e temos um mercado saturado. E, como eu digo, a oferta é muito inferior à procura, e acho que é sobretudo essa a razão de haver muitos estagiários que, infelizmente, não têm colocação.

2- Em que medida as empresas podem contribuir para ajudar a colmatar este problema?

Eu acho que o problema não são as empresas, o problema são as ajudas do estado às empresas. Aí assim, há uma lacuna grave da parte da política empresarial do governo. De qualquer maneira, as empresas estão um bocado de mãos atadas, porque sem ajudas do governo, sem as devidas compensações, não pode criar mais postos de trabalho. Porque, sobretudo quando uma empresa começa a sua actividade, tem sempre algumas dificuldades e as ajudas neste momento são poucas ou nenhuma.

3- Considera que o ensino técnico-profissional está adequado às transformações económicas e de mercado?

Não, nem pouco mais ou menos. Devia haver uma aposta muito, muito maior na formação, sobretudo na formação prática. Mas lá está, isto é quase um ciclo vicioso, porque devia-se apostar mais na formação, mas para isso é preciso haver mais estágios, mais formações práticas, e como já referi, há grandes lacunas nessa área, não há dinheiro para tal.

4- Que contributos têm os cursos técnico-profissionais no desenvolvimento das empresas?

Eu acho que são extremamente importantes, na medida em que atribuem aos alunos conhecimentos que talvez não se adquiram em cursos superiores, de licenciatura. São mais específicos, mais virados para uma área, e como tal, os conhecimentos são talvez mais úteis nessas áreas específicas. Acho que se deve apostar cada vez mais na formação.

5- Quais as competências que os empregadores mais valorizam?

No nosso caso, na área de turismo, o conhecimento de línguas é extremamente importante, tanto a nível de técnicos de turismo, guias, etc. Depois, conhecimentos

técnicos, de determinados programas específicos, que é muito raro encontrar alguém que tenha conhecimentos nessa área, por exemplo, os programas de, os chamados guide-es, que são os programas de reserva de voos, o galileu, amadeus. Além disso, claro, conhecimentos informáticos, pelo menos o básico, isso é absolutamente essencial. É sobretudo essas três situações, acho que são muito importantes.

6- Considera que os alunos estão bem preparados para o mercado de trabalho? Porquê?

Não, sinceramente acho que não. Acho que deviam ter muita mais formação prática como já referi, só que lá está, é o tal ciclo vicioso, se as empresas não poderem dar esse tipo de formações, os alunos nunca vão poder sair bem preparados de um curso profissional. Agora, o que é que acontece, as empresas também exigem quase sempre alguma experiência aos candidatos, e alguém que saia de um curso profissional não tem essa experiência, e terão que a adquirir através de estágios. A formação deve sempre passar pelas empresas, por uma parceria das escolas com as empresas, mas para isso acontecer é preciso haver os devidos apoios do governo, que de momento não há.

7- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?

A relação da escola com as empresas, a meu ver, é ótima. Pelo menos com a nossa empresa têm uma ótima relação. Costumam mandar para cá muitos estagiários, aliás, actualmente temos aqui uma estagiária. Agora de facto, faltam apoios não só do governo, sobretudo do governo como já referi, mas também a nível de outras empresas podia haver um apoio muito maior. Por outro lado, eles deveriam fazer estudos de mercado e, infelizmente, não são feitos, porque são de extrema importância, mesmo para a colocação de estagiários. Porque verifica-se que os alunos não estão preparados para o mercado de trabalho, nem sequer para os estágios. Há aqui uma falha grave.

8- Já deu trabalho a algum dos seus estagiários? Porquê?

Não. Por acaso aqui ainda nunca aconteceu, porque de momento só temos dois postos de trabalho e estão ocupados, e não temos viabilidade para um terceiro posto de trabalho, como tal, não podemos contratar outra pessoa. Não é que não acho que não estejam preparados, mas claro que teriam uma formação dada por nós, na própria agência, e teriam que passar, inicialmente, por um estágio, e só depois se veria se tinham condições de ficar ou não.

Empregador 4 (técnico de reparações de computador)

1- Verifica-se actualmente um desemprego massivo entre os jovens. Enquanto empregador, o que justifica para si este desemprego?

Claro que tem muito a ver com a falta de emprego. As empresas estão sem trabalho, não têm ajudas do Estado e por isso não podem contratar pessoal. Mas também se deve um bocado à falta de vontade dos jovens, que não aceitam um trabalho qualquer, querem muitas regalias e ainda por cima, nem estão bem preparados para algumas tarefas que lhes peço.

2- Em que medida as empresas podem contribuir para ajudar a colmatar este problema?

Não sei bem, talvez através dos estágios. Eles assim podem aprender melhor a fazer o trabalho e ficam a saber aquilo que nós precisamos para que se possam preparar melhor para quando mais tarde conseguirem mesmo um emprego. Nós aqui também damos muitas formações. Quase todos os meses vou para fora a palestras onde tiram dúvidas e explicam como se resolvem alguns problemas, porque a tecnologia está sempre a evoluir e nem sempre sabemos tudo. Agora, em relação a dar emprego, nós só podemos contratar os funcionários essenciais para responder ao número de clientes que temos e depois, claro que têm que ser muito competentes e desenrascarem-se bem, senão são despedidos.

3- Considera que o ensino técnico-profissional está adequado às transformações económicas e de mercado?

Não. A maior parte chega aqui só a saber o básico, há coisas de que nem nunca ouviram falar. Nas aulas ensinam-lhes sempre as mesmas coisas. Sabem instalar uns programas e pouco mais, mas não preciso contratar empregados só para fazer isso, têm que saber muitas mais coisas e secalhar acabam por aprender muito mais aqui em três meses de estágio do que aquilo que aprenderam em três anos de curso. Talvez em Lisboa ou numa grande cidade, onde há grandes empresas de informática se justifique contratar um técnico para estar sempre a fazer só a mesma função, mas aqui, para os clientes que temos, é preciso saber fazer de tudo para podermos responder a tudo o que aparece. Eles não acompanham o mercado de trabalho e as suas necessidades, limitam-se a formar alunos e não lhes interessa se sabem ou não.

4- Que contributos têm os cursos técnico-profissionais no desenvolvimento das empresas?

Contributos? Bem, como um curso profissional acaba por ter alguma componente prática, quando vêm para aqui já sabem fazer algumas coisas, instalar programas, anti-vírus e até desmontar computadores, dependendo de qual for o problema, mas sabem algumas coisas e já são uma boa ajuda, para além disso como são técnicos de nível III recebem menos e acabam por ser uma vantagem para nós, que não gastamos tanto como com um licenciado e depois, têm mais vontade de trabalhar, por isso aceitam bem, normalmente, todas as tarefas que lhes pedimos.

5- Quais as competências que os empregadores mais valorizam?

Qualquer empresário quer ter um empregado que seja competente, que esteja sempre a horas no trabalho e sempre disponível, que não se importe de sair mais tarde se tivermos que ir para longe instalar algum equipamento ou assim. Também é importante que saiba desenrascar-se, que quando houver algum problema arranje uma forma de o resolver e que atenda bem os clientes, com confiança e profissionalismo, porque isso chama mais clientes. Um técnico de informática tem que perceber um pouco de tudo e os empregados têm que saber fazê-lo.

6- Considera que os alunos estão bem preparados para o mercado de trabalho? Porquê?

Na minha opinião não, mas também, nenhum curso está. Mesmo os que têm uma licenciatura também não estão preparados. Já tive aqui vários estagiários da profissional e do IPB e no geral, as dificuldades são as mesmas. As aulas são muito teóricas e nem sempre lhes ensinam aquilo que realmente faz falta no mercado e por isso, quando chegam aqui não sabem como fazer as coisas ou sabem só o básico. Há algumas coisas de que nem nunca ouviram falar.

7- Como descreveria a relação da escola profissional com as empresas?

Oh. A relação é boa, eles são sempre muito simpáticos, já têm uma parceria connosco de há muitos anos e por isso quando vêm aqui para trazer alunos para estágio, aceitamos sempre, às vezes até três ou quatro alunos ao mesmo tempo, mas sinceramente, nós mal de um precisamos quanto mais de quatro. É mais para os ajudar.

8- Já deu trabalho a algum dos seus estagiários? Porquê?

Já dei uma vez. Era um rapaz muito empenhado e que fazia muito bem o seu trabalho. Quando veio para o estágio trabalhava até tarde e aprendeu muitas coisas, mostrava mesmo vontade em aprender e quando não havia trabalho inventava, entretinha-se com os computadores e estava sempre a pesquisar coisas novas, para além disso era um excelente vendedor, sabia como atrair as pessoas, por isso achei que fosse uma mais valia e contratei-o, ainda esteve aqui uns anos e depois acabou por ir embora porque saiu de Bragança. Se eu vir que estagiário é bom e estiver a precisar de alguém não tenho problemas em contratar, mas caso contrário, não o faço.